REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

APM

Ano XLV • Nº 2 • Julho - Dezembro de 2009

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLV • Nº 2 • julho-dezembro de 2009

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Archivo Público Mineiro.
ano 1, n.1 (jan./mar.1896) - . Ouro Preto:
Imprensa Official de Minas Geraes, 1896 - .
v. : il.; 26 cm.

Semestral
Irregular entre 1896 – 2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos.
3. Memória – Periódicos. 4. Minas Gerais – Periódicos. 5. Arquivos
privados – Minas Gerais. 6. Arquivos públicos – Minas Gerais.
I. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.
II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

SUMÁRIO

Um diálogo além-fronteiras

A **Revista do Arquivo Público Mineiro,** em sua fase atual, inaugurada em 2005, tornou-se uma obra especial por tudo que contém de duradouro como instrumento de conhecimento de Minas Gerais e, por decorrência, do Brasil.

Nas diversas seções que a compõem, a **RAPM** tem mantido um diálogo que apaga o tempo e as distâncias e supera os limites das fronteiras no trabalho e na reflexão dos especialistas. Tem, também, se destacado tanto no que se refere a estudos especializados em épocas e temas específicos das Minas do Setecentos, da província, ou da república, quanto a abordagens que rastreiam a trajetória da história mineira ao longo de seus três séculos de existência formal.

Aqui, profissionais de referência em suas áreas de atuação falam de sua vocação, da concepção que têm sobre seu próprio trabalho, de suas experiências mais marcantes e de questões de natureza arquivística e de uso das fontes. O movimento de produção historiográfica sobre Minas Gerais, em Minas, no Brasil e no exterior, é acompanhado atentamente pela Coordenação Editorial.

O Dossiê de cada volume é definido em função da atualidade dos temas e dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos no próprio Arquivo. Nesta edição, historiadores e arquivistas dialogam sobre o estatuto dos arquivos pessoais. Temos aí um rico debate, "prato cheio e quente", conformando um "grande texto" – ou um hipertexto, segundo as definições do pesquisador literário Wander Melo Miranda –, como salienta Angela de Castro Gomes, coordenadora do Dossiê, que sistematiza para o leitor, com sua imensa experiência e perspicácia, as inúmeras questões e possibilidades postas em discussão sobre a organização dos arquivos pessoais.

Para esse empreendimento, ressaltamos a importância do *Programa Cemig Cultural* e da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro – ACAPM, instituições cujo patrocínio e apoio nos têm possibilitado a continuidade da **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Esses agradecimentos são também extensivos à equipe de produção e a todos os autores que colaboraram neste volume, cujos textos os leitores terão o privilégio de conhecer.

Maria Efigênia Lage de Resende
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Martine de Boisdeffre

Tradição arquivística à francesa

A diretora dos Archives de France discorre sobre a trajetória dessa respeitável instituição numa conversa que dá ensejo também a considerações acerca de suas atuais atribuições e os desafios da ciência arquivística naquele país.

> Este 2009, entre outros eventos importantes, ficará marcado na história como o Ano da França no Brasil, ação conjunta realizada pelos dois países e que tem entre os seus principais objetivos estreitar os laços de cooperação e intercâmbio, sobretudo no campo da cultura, cuja força e expressividade distinguem ambas as nacionalidades. E é nessa perspectiva que a **Revista do Arquivo Público Mineiro** traz como entrevistada desta edição Martine de Boisdeffre, diretora dos Archives de France, instituição pertencente ao Ministério da Cultura daquele país, responsável pela concepção e execução da política francesa de arquivos.

De forma clara e instigante, suas respostas permitem compreender os diversos aspectos que permeiam a estruturação dos arquivos na França e, principalmente, os instrumentos de política pública que permitem a preservação do patrimônio documental francês, tanto numa perspectiva contemporânea quanto na dimensão do próprio futuro.

Bastante inspiradora no sentido de se pensar os desafios e caminhos da preservação de documentos históricos e das possibilidades de cooperação mútua, a entrevista se destaca ainda por uma preocupação em se abordar as efetivas possibilidades de intercâmbio entre a França e o Brasil.

Martine de Boisdeffre tem formação multidisciplinar, sendo mestre em História, assim como diplomada pelo Institut d'Études Politiques de Paris e pela École Nationale d'Administration. Antes de se tornar diretora dos Archives de France, em 2001, Boisdeffre foi responsável por várias missões diplomáticas e ocupou o cargo de auditora junto ao Conseil d'État, tendo em seguida se tornado conselheira nessa instituição, assim como no Comité National d'Éthique.

Por suas inúmeras contribuições no campo da cultura e da administração pública, também foi condecorada com os títulos de Chevalier de la Légion d'Honneur et de l'Ordre National du Mérite e Commandeur des Arts et des Lettres.

RAPM – Inicialmente, gostaríamos que a sra. indicasse para o público brasileiro os aspectos gerais do processo histórico de formação dos Archives de France.

Martine de Boisdeffre – Os Archives Nationales foram criados em 1790, no momento da Revolução Francesa. Inicialmente concebidos como serviço de arquivos da Assembleia Nacional Constituinte, logo lhes foram confiados os papéis de todas as administrações e organismos da antiga monarquia, de modo que, em 1794, eles se tornaram o depósito de todos os arquivos do Estado. Como nem todos os arquivos conservados no território podiam ser centralizados em Paris, decidiu-se, em 1796, pela organização em cada departamento[1] de serviços arquivísticos constituídos sob a autoridade dos prefeitos e do Ministério do Interior, sem vínculo orgânico com os Archives Nationales. A preocupação com uma organização unitária se faz sentir e, em 1897, a guarda geral dos Archives Nationales recebe então autoridade sobre o conjunto dos arquivos departamentais, comunais[2] e hospitalares gerenciados pelas coletividades territoriais do país, com o título de Diretoria dos Arquivos. Entre 1924 e 1940 uma série de textos importantes reforça o recolhimento dos arquivos das municipalidades cuja conservação se encontrava mal assegurada; o recolhimento dos arquivos notariais datando de mais de 125

> […] assiste-se ao rápido desenvolvimento de novas práticas e de novas expectativas dos usuários, que os serviços de arquivos devem levar em consideração.

anos; as primeiras medidas em favor dos arquivos privados; o recolhimento obrigatório e regular dos arquivos das administrações públicas e proibição de sua destruição sem autorização da direção dos Archives Nationales. Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial representam um período de expansão sem precedentes, com a criação de uma diretoria dos Archives de France em agosto de 1945; a construção de inúmeros prédios para arquivos; a produção de uma regulamentação abundante em matéria de funcionamento, de triagem e de normas de classificação; a organização de um pré-arquivamento para os arquivos administrativos cuja massa se revela em plena expansão. Com toda essa evolução, a legislação arquivística torna-se obsoleta e uma nova lei – a de janeiro de 1979 – é elaborada, oficializando uma definição dos arquivos que engloba as três idades arquivísticas (arquivos correntes, intermediários e permanentes), organiza a cooperação com as administrações produtoras, instaura novas regras de sigilo (30, 60, 100, 120 anos), segundo a tipologia dos documentos, ressalvando, entretanto, uma possibilidade de acesso preservada através de um procedimento de derrogação, salvo acordo do serviço depositante. Uma mudança considerável é introduzida pela lei de 22 de julho de 1983 (aplicada em 1º de janeiro de 1986), que, no contexto do movimento de descentralização da administração do país, coloca os arquivos departamentais sob a autoridade direta dos presidentes dos Conselhos Gerais (assembleias de eleitos que administram os Departamentos). A unidade dos arquivos, que prevalecia havia quase um século, é de agora em diante mantida, na medida em que um controle científico e técnico continua a ser exercido pela direção dos Archives de France sobre esses serviços. Levando em conta as mudanças da sociedade, uma nova lei sobre os arquivos, promulgada em 15 de julho de 2008, traz uma renovação importante ao regime arquivístico, introduzindo a possibilidade, sob certas condições, de tercerização dos arquivos públicos junto a empresas privadas; estabelecendo novas medidas para os arquivos privados; admitindo a redução considerável dos prazos de sigilo dos arquivos; e o agravamento das sanções em caso de desrespeito à legislação. Hoje, os arquivos franceses compreendem: uma direção dos Archives de France, que, no seio do Ministério da Cultura, concebe, ampara, harmoniza e controla a política nacional de arquivos; três serviços dos Archives Nationales gerenciados pelo Ministério da Cultura (os de Paris, para os arquivos dos organismos cuja vocação é nacional; os de além-mar em Aix-en-Provence, para os arquivos do antigo

Império francês; os do mundo do trabalho em Roubaix, para os arquivos de empresas e de sindicatos); e ainda uma rede de arquivos departamentais, comunais e hospitalares gerenciados pelas coletividades territoriais.

Os arquivos regionais, departamentais e comunais são geridos pelas coletividades territoriais. Entretanto, a direção dos Archives de France mantém sobre o funcionamento deles um controle científico e técnico.

RAPM – Na atualidade, quais são os principais desafios enfrentados pelos Archives de France?

Martine de Boisdeffre – O primeiro desafio reside na reforma administrativa atualmente em curso em todos os níveis administrativos do país. A França, que durante muito tempo foi um país fortemente centralizado, empreendeu, com efeito, uma reorganização, visando a distribuir diferentemente as competências, diminuindo as exercidas no nível central pelos ministérios, mais especificamente, as preenchidas pelo Estado, e reforçando, ao contrário, as atribuições confiadas ao nível local, especialmente das coletividades territoriais (regiões, departamentos, comunas). Iniciado já há 20 anos, esse movimento de redistribuição das prerrogativas passa por uma recente aceleração. A organização dos ministérios está sendo neste momento objeto de um reexame sistemático que procura diminuir o número das estruturas centrais e restringir suas missões. O Ministério da Cultura foi atingido; ele está elaborando um novo organograma que entrará em vigor no início de 2010 e no qual os arquivos serão integrados à Direção Geral dos Patrimônios. No nível local, uma mesma revisão está em curso para as instâncias locais do Estado (prefeituras e representações dos ministérios), enquanto um projeto de reforma territorial, recentemente apresentado, pretende revisar a totalidade dos escalões da administração local (regiões, departamentos, comunas), sendo a principal questão a divisão das atribuições entre o Estado central e esses níveis. Ainda ignoramos em grande parte qual será o impacto dessa ampla reforma sobre o posicionamento dos serviços de arquivos e sobre o controle exercido pela direção dos Archives de France sobre eles. O segundo desafio, comum a todos os países, situa-se no nível da revolução tecnológica e do desenvolvimento dos arquivos digitais. De um lado, a produção dos arquivos se desmaterializa, o que coloca a questão da estratégia apropriada para a coleta (uma intervenção precoce dos arquivistas é necessária, assim como um reforço da cooperação com as administrações produtoras) e para a sua conservação (métodos específicos são indispensáveis, com custos significativos). De outro lado, assiste-se ao rápido desenvolvimento de novas práticas e de novas expectativas dos usuários, que os serviços de arquivos devem levar em consideração. O público deseja executar o máximo de ações sem ter de se

deslocar, quer respostas extremamente rápidas para suas perguntas e não aceita mais passar por formalidades e procedimentos complexos para alcançar seus fins. Uma profunda adaptação dos arquivistas é necessária, pois seu trabalho está experimentando intensa evolução. A implantação de sítios na internet, a digitalização dos arquivos e dos instrumentos de pesquisa, o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais *on-line* são as primeiras respostas trazidas pelos serviços de arquivos, mas será preciso ir mais longe no futuro para seguir as mutações que decorrerão do progresso constante da tecnologia.

A rede de arquivos (nacionais, departamentais, municipais) conta hoje com mais de 140 serviços educativos ou de ação cultural, realizados por mais de 200 professores.

RAPM – Quais são as formas de apoio aos arquivos regionais?

Martine de Boisdeffre – Os arquivos regionais, departamentais e comunais são geridos pelas coletividades territoriais. Entretanto, a direção dos Archives de France mantém sobre o funcionamento deles um controle científico e técnico que foi definido por um decreto datado de 28 de julho de 1988 e que se refere às condições de gestão, coleta, avaliação e eliminação, considerando a classificação dos documentos como correntes, intermediários e permanentes, assim como visando à sua eventual conservação e acesso. O objetivo é ter um arquivamento o mais homogêneo possível no conjunto do território. Esse controle apoia-se na elaboração de uma doutrina a cargo da direção dos Archives de France. Os diferentes escritórios da direção editam regras de avaliação e de tratamento dos arquivos, realizam uma reflexão e estudos sobre os aspectos técnicos (edificações, digitalização, arquivamento eletrônico), definem normas profissionais, produzem circulares regulamentares, bem como manuais de recomendações práticas. Os arquivos locais beneficiam-se, portanto, da *expertise* e das orientações da direção central. Além disso, a direção dos Archives de France dispõe de um orçamento de capacidade de intervenção para ajudar financeiramente, sob a forma de subvenções, as coletividades territoriais na aquisição de arquivos privados, na digitalização ou na restauração de documentos e sobretudo na construção ou na ampliação de prédios para arquivos. As operações imobiliárias são seguidas de perto: validação dos estudos preliminares e da escolha do lugar, participação no júri de designação do arquiteto, acompanhamento técnico em todas as fases com visitas *in loco*. A inspeção geral assegura uma grande parte dessas trocas com a rede local e inspeciona regularmente os serviços desses arquivos, encontrando-se nessas ocasiões com os

responsáveis locais, aos quais ela transmite suas observações. Finalmente, é preciso assinalar a situação particular dos serviços de arquivos departamentais, cujos diretores (e alguns componentes do pessoal científico) pertencem ao Ministério da Cultura (e são, consequentemente, remunerados por esse) e são colocados à disposição dos conselhos gerais na perspectiva de exercer um controle mais próximo sobre os arquivos correntes e intermediários das administrações locais do Estado, assim como sobre o funcionamento dos serviços de arquivos regionais e comunais de sua jurisdição geográfica.

> As visitas, conferências, colóquios, estágios e oficinas ligados à atividade arquivística completam a oferta “tradicional” dos arquivos.

RAPM – Como é tratada a questão dos arquivos privados?

Martine de Boisdeffre – Uma política definida e amparada na lei de 3 de janeiro de 1979 e revisada pela lei de 15 de julho de 2008 é conduzida, no nível central, pelos Archives Nationales de Paris, de além-mar em Aix-en-Provence, do mundo do trabalho em Roubaix, e, no nível local, pela rede de arquivos departamentais e municipais, para assegurar a salvaguarda, a valorização e o acesso aos arquivos privados. Os serviços públicos de arquivos garantem o recolhimento, a conservação e o acesso aos arquivos privados de natureza variada (de pessoas ou de famílias, de associações religiosas e culturais, de empresas ou de sindicatos), utilizando diferentes modos de entrada possíveis no plano jurídico: doação, legado, depósito, compra, dação[3] – dispositivo, instituído em 1968, que permite aos contribuintes quitar certas dívidas fiscais pela entrega ao Estado de um bem de alto valor artístico ou histórico. De sua parte, a direção dos Archives de France, por meio de uma unidade especificamente dedicada à questão dos arquivos privados e dotada de um orçamento com esse fim, incentiva e completa a ação dos serviços públicos de arquivos na esfera do recolhimento, do controle e da proteção, da sensibilização e da informação dos detentores e dos produtores. No tocante ao crescimento dos fundos, essa unidade está atenta ao mercado, examinando sistematicamente os catálogos de vendas públicas e de livreiros, bem como divulgando essa informação aos serviços públicos de arquivos. Em caso de necessidade, ela apoia financeiramente as aquisições, especialmente por meio da atribuição de subvenções às coletividades territoriais. A lei autoriza o exercício do direito de preempção, que permite ao Estado substituir o adjudicatário nas vendas públicas. Enfim, ela se dedica a promover campanhas temáticas para recolher, em toda a extensão do território, acervos que testemunhem fenômenos sociais ou acontecimentos históricos

particularmente marcantes (por exemplo, os arquivos privados da Resistência ou da Deportação ou ainda os do mundo esportivo). A implantação de medidas visando a proteger os arquivos abrigados em mãos privadas – classificação[4] dos acervos que apresentam um caráter patrimonial assumido e controle da circulação dos documentos de arquivos – constitui a segunda vertente da política da direção dos Archives de France. O dispositivo de classificação, inspirado na lei de 1913 sobre os monumentos históricos, tem como mais importante consequência tornar imprescritíveis os arquivos que forem objeto desse instrumento de proteção e de proibir sua exportação em caráter definitivo. Sua alienação permanece possível, entretanto, sob a condição de um enquadramento preciso. A classificação, que pode intervir de maneira coercitiva se as circunstâncias o exigem (classificação de ofício), é o resultado mais frequente de uma parceria frutuosa entre o proprietário do fundo e a administração dos arquivos e que deságua muitas vezes em ações como a abertura do acervo ao público, seu depósito num serviço de arquivos, operações de valorização pela realização de inventários, o fornecimento de conselhos, senão de ajudas financeiras, em matéria de conservação ou de restauração. Cinquenta e três acervos recebem

> Todas as profissões estão hoje sujeitas a permanentes mudanças; os arquivistas não escapam a essa evolução.

atualmente essa proteção. O controle da circulação dos documentos de arquivos, que se insere no contexto da regulamentação europeia sobre a circulação dos bens culturais, pode traduzir-se pela proibição de exportação, dado o caráter patrimonial excepcional do bem, que, ao término de um processo complexo, adquire então a qualidade de tesouro nacional e, a partir daí, não pode mais ser exportado. Esse controle pode igualmente permitir a identificação de documentos roubados das coleções públicas ou de documentos de natureza pública, que cabe então ao Estado reivindicar. Enfim, são ações de formação, de informação e de sensibilização dirigidas aos profissionais dos arquivos, aos proprietários ou produtores, bem como aos operadores do mercado, leiloeiros ou livreiros especializados. Com esse objetivo foi publicado, em 2008, um manual prático que traz respostas técnicas sobre o *status* dos arquivos privados nas coleções públicas e sobre as modalidades de seu tratamento e acesso.

RAPM – Quais são as principais ações culturais e pedagógicas dos Archives de France?

Martine de Boisdeffre – A rede de arquivos (nacionais, departamentais, municipais) conta hoje com mais de 140 serviços educativos ou de ação cultural, realizados por mais de 200

professores. Esses serviços educativos propõem gratuitamente aos jovens estudantes visitas aos arquivos, oficinas temáticas sobre a utilização dos documentos, assim como exercícios de paleografia, moldagem de selos[5] e produção de cartazes. Eles produzem pequenas obras pedagógicas. Associados a outros serviços educativos e culturais das coletividades territoriais, eles propõem também oficinas pedagógicas, visitas a exposições, itinerários patrimoniais. Os encontros com os alunos não acontecem unicamente nos serviços de arquivos, mas também nos estabelecimentos escolares, especialmente graças ao professor, que se desloca com a documentação, ou por meio de exposições itinerantes nos "arquivobus".

A valorização e a ação cultural desses serviços de arquivos oferecem um leque de atividades multiformes destinadas a responder à demanda de públicos cada vez mais amplos. Os Archives Nationales, 66% dos arquivos departamentais e quase a metade dos arquivos comunais propõem jornadas de "portas abertas" em seus depósitos, frequentemente associadas às Jornadas Europeias do Patrimônio, que acontecem um fim de semana por ano. O número de exposições quintuplicou desde os anos 1980 e estabilizou-se desde o início dos anos 2000 em torno de 450 exposições organizadas anualmente pelos serviços de arquivos.

A direção dos Archives de France se esforça, em primeiro lugar, por incentivar o intercâmbio entre os profissionais no interior da rede de arquivos.

As visitas, conferências, colóquios, estágios e oficinas ligados à atividade arquivística completam a oferta "tradicional" dos arquivos. Novas atividades, como a interpretação de arquivos, assim como oficinas e espetáculos, vêm enriquecer a oferta básica. Em 2007, a oferta cultural dos arquivos franceses atingiu mais de 600 mil pessoas. Um esforço particular é dirigido à pesquisa de novos públicos, pouco tocados pela cultura, sobretudo as pessoas deficientes, encarceradas, hospitalizadas, idosas, em dificuldade social ou econômica. A direção dos Archives de France emprega, ela própria, recursos *on-line* com um objetivo educativo e cultural. Entre os instrumentos pedagógicos, citemos *A história pela imagem*, realizado por iniciativa do Ministério da Cultura. Sobretudo, ele se encarrega do programa de celebrações nacionais organizadas a cada ano para comemorar o aniversário de um personagem ou evento influente na história da França.

RAPM – Quais são os principais projetos dos Archives de France em relação à internet?

Martine de Boisdeffre – Os serviços públicos de arquivos (Archives Nationales, departamentais, comunais), em sua maioria, abriram um sítio na internet no qual disponibilizam *on-line* certo número de informações (informações práticas,

exposições virtuais, atividades culturais e pedagógicas). Embora esses sítios ainda sejam muito diferentes entre si, todos têm como objetivo prioritário colocar à disposição do público instrumentos de pesquisa e documentos de arquivos. Os instrumentos de pesquisa são colocados *on-line* sob um formato eletrônico, geralmente XML, estruturado e, portanto, passível de consulta, seguindo a DTD EAD (*Encoded Archival Description*). Os Archives Nationales de além-mar, bem como diversos serviços departamentais, procederam dessa maneira para colocar na internet os inventários que podem ser acessados via banco de dados. Convém também mencionar o projeto de sala virtual dos inventários, previsto para a abertura do novo sítio dos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine, em 2012. A totalidade dos instrumentos de pesquisa poderá ser consultada *on-line* por meio de um sistema que permite ao pesquisador acesso direto a solicitações ou reserva de documentos a partir da consulta do instrumento de pesquisa. As operações de digitalização frequentemente envolvem massas consideráveis de documentos: cerca de 20 quilômetros lineares, em média. Tal procedimento serve como um antídoto à degradação inelutável de certas séries, particularmente as mais consultadas pelos leitores. Ao mesmo tempo, a digitalização facilita o acesso e a consulta a jornais locais e a documentos, sejam iconográficos (acervos ou álbuns fotográficos, cartões postais etc.), planos cadastrais, estado civil (registros paroquiais, certidões de nascimento/casamento, tabelas decenais), sejam outros tipos de registros habitualmente consultados (recenseamento da população, arquivos de cartórios, registros de matrículas de recrutamento militar, registros de deliberações municipais). Se, tanto no nível central quanto no nível local, a prioridade são os documentos iconográficos, isso decorre do fato de responderem a uma forte demanda social (dossiês da Legião de Honra, estado civil). Na prática, porém, esses projetos acabam sendo muito diversos e alguns se relacionam mesmo a registros sonoros (depoimentos de antigos deportados, depoimentos sobre os primórdios da segurança social, depoimentos sobre um clube de futebol, músicas tradicionais, deliberações do Conselho Geral, emissões de rádio local etc.). Com a Web 2.0, o internauta torna-se não somente consumidor, mas também criador de recursos. Os serviços de arquivos seguem essa nova via propondo maior interação com os documentos digitalizados, especialmente com a indexação colaborativa, na qual os leitores indexam, eles mesmos, detalhadamente, os documentos digitalizados,

A totalidade dos instrumentos de pesquisa poderá ser consultada *on-line* por meio de um sistema que permite ao pesquisador acesso direto a solicitações ou reserva de documentos.

a fim de torná-los mais acessíveis. Isso foi disponibilizado para pesquisas sobre estado civil, mas valem também para a imprensa antiga digitalizada. Para auxiliar no desenvolvimento do processo de disponibilizar conteúdos *on-line*, a direção dos Archives de France, aproveitando a experiência adquirida pelos diferentes serviços de arquivos em toda a extensão do território, publicou em seu sítio, em 2008, um guia técnico de digitalização, *Ecrire un cahier des charges de numérisation*, contendo um conjunto de recomendações sobre as características técnicas (resolução, modelo cromático, formato de fichário, compressão...) dos fichários-imagens produzidos pela digitalização, em função da natureza dos documentos tratados (textos, planos, imagens, fotografias, microfilmes) e dos usos pretendidos (conservação, difusão, visualização). Um guia semelhante encontra-se em preparação para os acervos audiovisuais. O Ministério da Cultura incentiva cada vez mais a capitalização dos dados digitalizados acessíveis *on-line* pela criação de portais na internet que reúnam, num ponto de acesso único, recursos provenientes de diferentes serviços de arquivos distantes geograficamente. A direção dos Archives de France tomou, ela própria, iniciativas nesse sentido. O portal Canadá-França, dedicado à Nova França, torna acessíveis, por exemplo, documentos digitalizados conservados na França e no Canadá (Quebec). Da mesma forma, a direção participa ativamente do projeto de portal arquivístico europeu APEnet, que dará acesso aos conteúdos arquivísticos dos Estados-membros da União Europeia, que são parceiros entre si.

RAPM – Quais são as principais formas de intercâmbio institucionais promovidas pelos Archives de France?

Martine de Boisdeffre – A direção dos Archives de France se esforça, em primeiro lugar, por incentivar o intercâmbio entre os profissionais no interior da rede de arquivos. Isso ocorre de diversas formas: recursos colocados *on-line* em seu sítio na internet, fórum eletrônico de intercâmbio; organização de estágios de formação destinados ao pessoal, especialmente àquele empregado pelas coletividades territoriais; organização de colóquios temáticos, cujos atos são em seguida publicados; publicação de um relatório anual sobre o funcionamento dos serviços de arquivos na França. As relações com os colegas estrangeiros são também ativamente contempladas: organização de estágio técnico internacional, recebendo-se arquivistas do mundo inteiro durante dois meses; recepção de delegações de arquivistas; convênios com certos países em vista de relações privilegiadas; hospedagem para a secretaria do Conselho Internacional de Arquivos. A direção não negligencia, por outro lado, a troca de experiências com as instituições das disciplinas afins (Biblioteca Nacional da França, Instituto Nacional do Audiovisual), principalmente nas áreas jurídicas e das novas tecnologias. De modo geral, é importante manter contatos com todas as instâncias cuja atividade pode ter um interesse aos arquivos (escolas de formação de administradores, órgãos de normalização, associações de usuários etc.).

RAPM – Que sugestões a sra. daria a um jovem interessado em trabalhar na área de arquivologia?

Martine de Boisdeffre – Todas as profissões estão hoje sujeitas a permanentes mudanças; os arquivistas não escapam a essa evolução. Por isso eu recomendaria a um jovem arquivista que esteja

aberto ao mundo, às mudanças administrativas e tecnológicas, à troca de informações com as profissões vizinhas, às expectativas do público, ou, antes, dos públicos. Eu lhe diria que a adaptação faz parte de sua vida profissional, que ela deve ser sua preocupação constante. Ele não deve temer a grande mobilidade de seu contexto de trabalho. Ao contrário, é aí que se situam agora todo o interesse e o futuro de sua profissão.

Notas |

1. Trata-se de uma divisão administrativa equivalente à divisão territorial dos Estados brasileiros.

2. Comuna: menor subdivisão administrativa do território francês, equivalente à divisão territorial dos municípios brasileiros.

3. Termo jurídico utilizado quando o devedor realiza o pagamento na forma de algo que não estava originalmente na obrigação estabelecida, mas que extingue a dívida da mesma forma.

4. Instituto jurídico de proteção semelhante ao tombamento – denominação adotada no Brasil, diferentemente de Portugal, que também utiliza o termo "classificação".

5. Peça, em geral metálica, na qual são gravadas armas, divisas ou assinaturas a serem impressas sobre cera, lacre, metal ou papel, com o fim de validar e autenticar o documento.

Bibliografia indicativa

BABELON, Jean-Pierre. *Les Archives*: mémoire de la France. Paris: Gallimard, 2008.

Les archives privées: manuel pratique et juridique. Direction des Archives de France, Documentation française, collection Manuels et guides pratiques, 2008.

L'action éducative et culturelle des archives. Actes du colloque Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des archives, Lyon, 2005. Direction des Archives de France, Documentation française, collection Colloques, 2007.

L'archivage numérique à long terme: les débuts de la maturité. Direction des Archives de France, Documentation française, collection Manuels et guides pratiques, 2009.

Principais sítios na internet

Archives de France
http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/

Nesse sítio podem-se encontrar:

– Informações jurídicas, legais, históricas sobre o funcionamento dos arquivos na França, bem como uma apresentação da atividade da direção dos Archives de France e dos serviços públicos de arquivos (números-chave, relatórios, estudos, pesquisas estatísticas etc.). Esse sítio também disponibiliza informações a respeito da formação e das atividades dos profissionais da área de arquivística.

– Conjunto de recursos *on-line* empregados, seja pela direção dos Archives de France, seja em colaboração com ela; acesso direto a documentos de arquivos digitalizados; ferramentas de busca nos acervos de arquivos, exposições ou publicações virtuais.

– Orientação aos usuários dos arquivos (pesquisadores, genealogistas, amadores, cidadãos desejosos de estabelecer a prova de um direito), através dos diferentes serviços de arquivos e dos recursos que estes propõem.

– Rubrica sobre a ação cultural e pedagógica.

– Anuário dos serviços de arquivos.

– Sítio da delegação às celebrações nacionais.

Archives Nationales
http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/

Dá acesso aos três sítios dos Archives Nationales:

– O sítio de Paris, Fontainebleau e Pierrefitte, na região parisiense;

– Os Archives Nationales de Além-mar (Aix-en-Provence);

– O Centro dos Arquivos do Mundo do Trabalho (Roubaix).

Portal Arquivos Canadá-França
http://www.archivescanadafrance.org/francais/accueil.html

Esse sítio combina várias abordagens. É possível pesquisar partindo-se de uma lista alfabética dos acervos, de uma lista das instituições de conservação e de um plano de classificação.

Alguns sítios assinalados de arquivos departamentais

Arquivos departamentais de Puy-de-Dôme
http://www.archivesdepartementales.puydedome.com/

Um sítio excelente pela clareza de exposição e a qualidade arquivística. A tela de consulta é dividida em três e o leitor pode selecionar progressivamente: 1. O tipo de acervo; 2. O plano de classificação do tipo de acervo escolhido; 3. O instrumento de busca detalhado.

Arquivos departamentais do Cantal: *http://archives.cantal.fr/*

Vários modos de pesquisa são possíveis: simplificado, temático, cartográfico etc.

Arquivos departamentais da Vendée
http://www.archives.vendee.fr/

Sítio muito completo, com inúmeros documentos digitalizados.

Formação profissional

Escola Nacional de Chartes: *http://www.enc.sorbonne.fr/*

Instituto Nacional do Patrimônio: *http://www.inp.fr/*

Tradução: Virgínia Mata Machado

Arquivos pessoais, desafios e encantos

Angela de Castro Gomes

A escolha do tema deste Dossiê da **Revista do Arquivo Público Mineiro** é, em si mesma, um acontecimento a ser registrado, por algumas razões que merecem destaque logo no início desta apresentação – que se quer breve e modesta. A primeira é remarcar que a questão dos arquivos pessoais está sendo ressaltada por um periódico editado por um arquivo público de grande prestígio e visibilidade nacional. A segunda, e talvez mais importante, embora possa parecer óbvia a muitos leitores, é tratar de arquivos pessoais como um tema nobre e estratégico para se pensar o campo arquivístico e historiográfico, não só no Brasil.

Essas razões/observações já nos remetem diretamente ao conjunto de textos aqui apresentado, que, a meu ver, tem como objetivo principal realizar uma afirmação tão simples como polêmica: os arquivos pessoais precisam ser reconhecidos como legítimos arquivos pela teoria arquivística e, de posse de seu lugar, merecem e exigem reflexões teóricas que se beneficiem de um diálogo interdisciplinar crescente na área das ciências humanas e sociais, em particular. Aliás, apenas com tal perspectiva, seria possível entender que os responsáveis pela revista convidassem uma historiadora de ofício para a empreitada de organização do Dossiê. Nesse sentido, entendo que o resultado dá uma contribuição fundamental ao oferecer subsídios bibliográficos à esfera do conhecimento em que a produção é, ainda, bastante escassa e fragmentada.

Paradigmas

Um bom ponto de partida para situar o teor do Dossiê para os leitores é chamar sua atenção para um fato fundamental: até muito recentemente, internacionalmente, só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública, vale dizer, que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, como os estudiosos do campo já reconhecem de forma consensual, mesmo estando presente em instituições arquivísticas, a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou, em melhor hipótese, era entendida como um arquivo menor, digamos, de segunda classe, ante o que seria um "verdadeiro" arquivo.

Essa imprecisão do estatuto dos arquivos pessoais no campo arquivístico é um dos motivos básicos para a carência de reflexões sobre a natureza teórico-metodológica de tal documentação, bem como qualifica o desafio de fazê-las. A afirmação desse tipo de material como arquivo, que pode parecer banal, está imbricada, certamente, com uma série de grandes transformações no campo da história, das ciências sociais, da teoria literária e, naturalmente, da teoria arquivística. De forma econômica, pode-se lembrar que o "retorno" dos indivíduos à história e a importância que passa a ser dada à sua subjetividade, entendida como seus valores,

crenças, sensibilidades e perspectivas cognitivas, são fenômenos das últimas décadas do século XX, associando-se, de maneira particular, ao que se tornou conhecido como a história política e cultural. Uma mudança de paradigma que rejeita matrizes estruturalistas de vários tipos, dialogando com as grandes transformações que também ocorriam na sociologia e na antropologia. Uma mudança, vale destacar, que também é compartilhada no terreno dos estudos da crítica literária, no qual o texto passa a ser discutido "dentro" e "fora" dele mesmo, como objeto estético, não necessariamente autônomo, mas não necessariamente reflexo de qualquer realidade/contexto, fosse ela mais ou menos constrangedora em suas normas, inclusive as de linguagem.

Por isso, cito aqui uma passagem do artigo de Wander Melo Miranda, que contribui para o Dossiê, com o intuito de – com as palavras ditas no começo, já que uma apresentação é também uma forma de prefácio – orientar os leitores, invadindo o espaço de sua imaginação. Ele nos adverte, bem no espírito dessas novas possibilidades de interpretar quaisquer ações humanas, inclusive a da leitura, que: "Se atribuir sentido a um 'texto' é conectá-lo a outro, é construir um *hipertexto,* o sentido será sempre móvel, em virtude do caráter variável do hipertexto de cada interpretante – o que importa é a rede de relações estabelecida pela interpretação".

Deseja-se, portanto, que este Dossiê possa se constituir em uma espécie de "grande texto" (ao qual as leituras de cada leitor se acoplará), podendo propiciar e estimular a construção de hipertextos, cujos sentidos serão sempre móveis, conectando e interpelando as questões e sugestões levantadas pelos autores sobre o tema dos arquivos pessoais. Estes mesmos podem ser entendidos como um processo de construção de sentido para uma vida, como uma escrita de si, principalmente, mas não exclusivamente, quando o autor do arquivo pessoal é também seu ator por excelência. Algo que nem sempre acontece, como este Dossiê remarca tão bem, ao analisar a feitura de um arquivo cuja acumulação é resultado da atuação de duas mulheres que querem registrar/guardar um episódio paradigmático da vida de um "outro", que seria o titular de um arquivo que não acumulou.

Diversidade de perspectivas

Os artigos aqui reunidos tocam em pontos diversos e nevrálgicos do debate e das experiências daqueles que lidam com arquivos pessoais. As formações profissionais dos autores são diversas, havendo especialistas do campo arquivístico, mas também uma cientista social, um historiador e um especialista em teoria da literatura, como se disse. Todos, entretanto, vivenciam à sua maneira muitas questões que o trato com arquivos pessoais impõe e que estão sendo aqui generosamente compartilhadas.

Os dois primeiros artigos respondem a uma demanda da organizadora, preocupada em disponibilizar reflexões que aceitassem fazer uma incursão metodológica no terreno dos arquivos pessoais. Ana Maria de Almeida Camargo, cujo recente livro, em coautoria com Silvana Goulart, é um marco na bibliografia sobre o assunto no Brasil,[1] contribui com sua autoridade de especialista em teoria arquivista para jogar mais água no moinho do estatuto arquivístico desses conjuntos documentais, o que se explicita no próprio título escolhido. Fazendo isso, sobretudo a partir da vivência do trabalho com os documentos do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ela acentua a necessidade de um tratamento que reconheça a especificidade desse processo de acumulação, mas não abre mão dos critérios consagrados pela teoria arquivística. Essa é a grande razão pela qual defende a centralidade do método funcional, que prioriza o contexto de produção do documento e a "função" que ele denota com relação às atividades do titular do arquivo. Mesmo admitindo a complexidade inerente à compreensão dessa "funcionalidade" dos documentos pessoais – de um lado, porque sua produção e acumulação não seguem

parâmetros e rotinas institucionais, de outro, porque podem embaralhar o institucional e o pessoal –, a autora remarca a possibilidade e a necessidade de não se minimizar tal preceito de orientação.

Em diálogo com a literatura arquivística e sem pretender ensinar missa a vigário, como assinala, Luciana Heymann, *doublé* de antropóloga e arquivista pelos longos anos de trabalho no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, investe na proposição de alguns “deslocamentos” no interior do pensamento arquivístico que seriam “bons para pensar” a questão dos arquivos pessoais. Nesse caso, é fundamental chamar a atenção do leitor para a proposta que encaminha, tendo como suporte a apreensão das diferenças, nos processos de acumulação documental, entre arquivos institucionais e pessoais. Para a autora, a dicotomia que traz rendimento e, na verdade, faz sentido não é aquela, mais costumeira, entre arquivos públicos e privados e, sim, uma outra, que pelas práticas experimentadas entre os que lidam com arquivos distingue entre arquivos pessoais e arquivos institucionais, estes podendo ser públicos ou privados.

Com esse “deslocamento” de fundo como estímulo para um novo enquadramento de uma série de problemas operacionais, ela identifica distintas configurações documentais nesse tipo de arquivo, ressaltando os nexos que unem os documentos do arquivo entre si; os que unem os documentos às atividades que os originaram (suas funções); e também, acrescentando, os que unem os documentos ao titular do arquivo e que seriam particularmente significativos, porque frutos de intencionalidade, exatamente no caso dos arquivos pessoais. Dessa forma, sem descuidar da centralidade do método funcional, aponta a existência de “áreas cinzentas” no que diz respeito ao enquadramento por atividade/função de uma gama de documentos presente nos arquivos pessoais e que demandariam flexibilidade e respeito, em doses prudentes, para se trabalhar a verdade, em campo novo e aberto.

Ainda na trilha de uma reflexão sobre arquivos pessoais, o texto de Daniele Cavaliere Brando e Ana Lúcia Merege toca num ponto extremamente interessante ao se ocupar da presença dos documentos do político e diplomata mineiro Afrânio de Melo Franco na Biblioteca Nacional. Não sendo uma instituição arquivística, a Biblioteca, como se pode verificar pelo relato, possui um conjunto expressivo de arquivos pessoais, muitas vezes ignorados pelo público, mesmo o especializado, em razão de não ser associada a tal tipo de acervo. Contudo, esse fato tem tudo a ver com a polêmica natureza dos documentos pessoais e sua trajetória no campo da arquivologia. Se, por muito tempo, não eram reconhecidos como arquivos “de verdade”, não nos deve causar espécie o fato de terem sido encaminhados a bibliotecas públicas, que acabavam por serem depositárias, em suas seções de manuscritos, de conjuntos documentais desse tipo. O caso dos papéis de Afrânio de Melo de Franco não é absolutamente único, nem dentro da Biblioteca Nacional, nem em outras bibliotecas do país e do mundo. Nesse sentido, o Dossiê espera alertar os leitores para tal fato, convidando-os a atentar para esses ricos fundos documentais, muitas vezes pouco utilizados por desconhecimento.

Arquivos de Minas

Ao mesmo tempo, e não casualmente, o Dossiê quis dar destaque a artigos que se voltassem para exemplos que contemplassem arquivos pessoais de mineiros, já que se trata de uma revista de instituição arquivística de Minas Gerais. Por isso, à categoria profissional dos políticos, bem ilustrada por um Melo Franco, alia-se outra muito presente nesse gênero de arquivo: a documentação de escritores. Como é fácil perceber, são o prestígio e reconhecimento públicos do titular do arquivo pessoal que, em muitos casos, mas não em todos, não só estimulam a ele ou a alguém próximo a iniciar o processo de acumulação, como igualmente facilitam sua acolhida em instituições, sejam elas arquivísticas ou não. Políticos e intelectuais, nesse

caso, literatos e artistas de vários tipos, contribuem muito mais frequentemente com exemplos de arquivos pessoais do que os chamados "homens comuns", que deixam suas marcas de memória através de uma escrita de si, presente em diários e correspondências, documentos nobres, aliás, de qualquer arquivo pessoal.

O artigo de Wander Melo Miranda é um brinde e uma incursão ao território dos arquivos de personalidades literárias, pois discorre sobre o Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais. Abrigado em uma instituição de ensino e sob a direção de pesquisadores literários que desejam estimular, quer o gosto pela literatura no grande público, quer as pesquisas de especialistas em teoria literária, o acervo reúne livros, objetos e documentos pessoais. Entre estes, dois em especial merecem destaque no texto aqui apresentado: os manuscritos de escritores, a evidenciar a dimensão processual da escrita; e a correspondência, materializando a rede de sociabilidade que une e divide, ao mesmo tempo, os intelectuais, sendo o texto epistolar sempre capital para sua sensibilidade, para seu trabalho. Manuscritos e correspondência, cuja existência se vê ameaçada pelas novas práticas de escritura e leitura, inauguradas com o advento do computador.

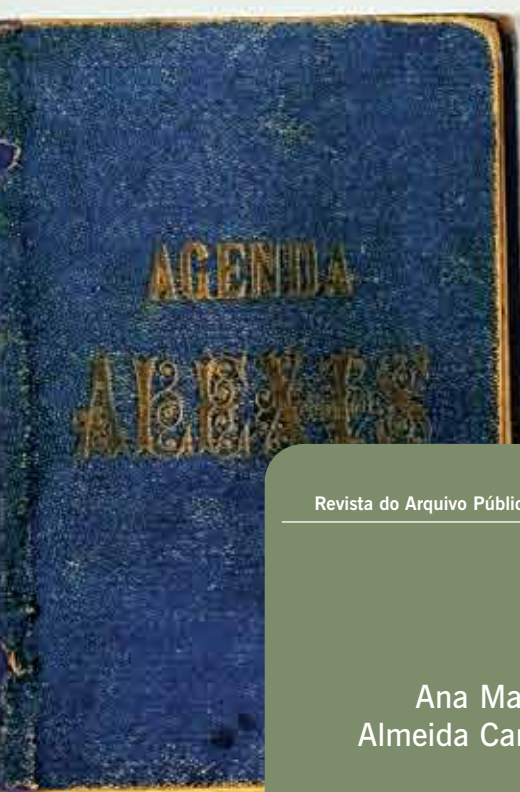
O último artigo do Dossiê é de autoria do historiador Benito Bisso Schmidt e se constitui em um estudo de caso que põe em evidência, mais uma vez, os processos de produção e acumulação de um arquivo pessoal. No texto, o autor se debruça sobre a história do que é, hoje, o arquivo pessoal de Flávio Koutzii, um militante de esquerda preso pela polícia argentina nos anos 1970. Estamos, portanto, falando de um político, mas com características bem específicas, considerando o modelo mais conhecido pelo público em geral e também o mais presente quando se fala em construção de um arquivo pessoal. A militância política de esquerda, clandestina quando vivida em tempos de autoritarismo, não deixa espaço para a guarda de registros, aliás, até por segurança e proteção.

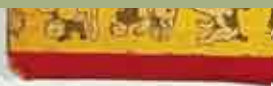
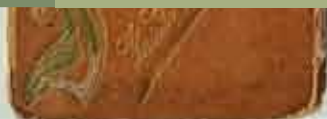
A história desse arquivo é, assim, pedagógica com relação às possibilidades de se pensarem as características dos arquivos pessoais. Nesse caso, ele resultou do investimento de tempo, trabalho e amor de duas mulheres que, intencionalmente e com objetivos políticos explícitos – lutar ela libertação do preso –, resolveram acumular documentos em torno da figura de um prisioneiro em especial. O processo de produção e acumulação de documentos pode ser visto, assim, como uma tática para se resistir à repressão e como um recurso para se lutar pela democracia. Não sendo fruto da decisão e ação de seu "titular", o conjunto de documentos chega, primeiro, às mãos de seu "dono", que se torna seu guardião após sua soltura e, a seguir, às mãos do historiador interessado em política e em arquivos. Esses poucos, mas substanciais elementos, são, como se diz, um prato cheio e quente para se pensar as múltiplas questões e possibilidades colocadas no campo arquivístico com a chegada dos arquivos pessoais.

Se este Dossiê puder colaborar para o avanço das discussões aí travadas, estará, a meu ver, desempenhando função relevante. O que espero, portanto, é que o leitor faça seus próprios nexos entre os artigos e entre eles e suas experiências como profissional e/ou pesquisador de arquivos. No mais, o tempo dirá.

Notas |

1. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silva. *Tempo e circunstância*: a abordagem contextual dos arquivos pessoais (procedimentos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso). São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

Angela de Castro Gomes é historiadora, pesquisadora e professora do CPDOC/FGV, onde coordena o programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. É professora titular de História do Brasil da UFF e organizadora do livro *Escrita de si, escrita da História* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004).

Arquivos pessoais são arquivos

Ana Maria de Almeida Camargo

Nesta abordagem, que reconhece nos documentos acumulados por pessoas o caráter orgânico e instrumental dos arquivos, discutem-se políticas de aquisição e procedimentos metodológicos coerentes com a teoria arquivística.

> As reflexões que pretendo desenvolver têm como premissa a afirmação redundante do título. Explico: os documentos acumulados por indivíduos ao longo de sua existência nem sempre são tratados de modo coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em entidades de custódia. O fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los (como *manuscripts, personal papers, écrits personnels*, *carte personali, espólios* e tantas outras), e, consequentemente, distingui-los dos arquivos institucionais, não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem. O recurso ao pleonasmo, portanto, adverte para a necessidade de submeter tais documentos à abordagem própria dos arquivos, em benefício das pesquisas que, sob diferentes ópticas, deles se alimentam.

Os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. O que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí a importância de que se revestem e a série de procedimentos a que estão sujeitos para que sua principal qualidade – o efeito probatório – não se perca.

Na teoria arquivística, as definições de arquivo têm enfatizado, por isso mesmo, a ideia de correlação, ou mesmo de equivalência, entre a atividade, de um lado, e o documento que a viabiliza e comprova, de outro: os documentos de arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos;[1] os documentos de arquivo são os próprios fatos;[2] o arquivo é a representação persistente de funções, processos, incidentes, eventos e atividades.[3]

Como resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário.

Arquivos de pessoas

Convém examinar, inicialmente, o sentido da expressão “arquivos pessoais”. Embora se admita seu uso na comunidade arquivística brasileira, o mais correto seria dizer *arquivos de pessoas* (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.), ao menos para não conflitar com três situações distintas, igualmente questionáveis, em que o epíteto é aplicado. Refiro-me aos documentos sobre pessoas, presentes nos arquivos institucionais,[4] e, no âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos, a parcelas específicas do arquivo: àquelas que não resultam do exercício de funções públicas[5] e àquelas representadas por documentos identitários.[6] A observação é válida também para expressões que convertem uma das facetas do titular em atributo geral de todos os documentos de seu arquivo, estendendo-o para os de outras pessoas com perfil semelhante: “arquivos literários”, “arquivos científicos”, “arquivos políticos”, “arquivos militares”, “arquivos religiosos” etc.

A inadequação dessa nomenclatura não poderia passar despercebida,[7] já que nem tudo o que é conservado num arquivo pessoal tem ligação com a atividade que justificou seu ingresso na instituição de custódia. Esta, por outro lado, ante a necessidade de manter programas aquisitivos equilibrados, enfrenta sérias dificuldades na escolha de arquivos para integrar seu acervo, obrigando-se muitas vezes a utilizar critérios pouco consistentes.[8]

Mas o problema não é apenas nominal. Só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura. Como evitar, nesse caso, escolhas pautadas pelos cânones vigentes, voltadas para nomes que desfrutam de visibilidade acadêmica ou social? Até que ponto tais escolhas, por mais que seus agentes admitam a transitoriedade dos valores em que se baseiam, limitam o campo de pesquisa que a instituição de custódia pretende cobrir? As indagações são pertinentes quando se trata de políticas de aquisição,[9] pois das respostas que se deem a elas depende a representatividade do acervo como um todo e, em alguns casos, a configuração e o tratamento dos fundos que o integram.

Na própria definição do universo abrangido pelo arquivo pessoal, o prestígio do titular é que determina, muitas vezes, a possibilidade de estendê-lo de modo a abarcar livros, objetos, móveis e, no limite, até mesmo espaços edificados. Quando, ao contrário, se trata de "vidas que nada têm de extraordinário",[10] as políticas institucionais tendem a estreitar essas fronteiras, seja retirando dos arquivos, para fins de preservação, apenas as espécies que supostamente atendem aos seus interesses de pesquisa,[11] seja substituindo-os por relatos obtidos por meio da chamada história oral.

Por mais que se admita o arquivo como somatória de elementos articulados e indissociáveis, as iniciativas habituais de preservação gravitam em torno da obra de seu titular. Daí parecer natural que os demais documentos do arquivo a acompanhem, em seu destino final,[12] e que donatários e doadores privilegiem certos núcleos documentais em detrimento de outros, numa visão hierarquizada de sua importância.

Escolhas documentais

No caso de escritores, artistas plásticos, cientistas, políticos e outros indivíduos cuja produção tenha alcançado a "nobreza cultural" de que nos fala Bourdieu,[13] as instituições de custódia manifestam nítida preferência pelos documentos remanescentes dos estágios anteriores e das versões da obra: esboços, minutas, rascunhos, originais, matrizes, negativos etc. A suposição de que tais documentos possam oferecer indícios da gênese e do desenvolvimento dos processos de criação, conhecimento e tomada de decisões passa então a justificar a cisão entre o que se julga extremamente relevante para a pesquisa (a obra e suas formas[14]) e o que é secundário, a ponto de ser descartado. Muitas das operações seletivas que integram o protocolo de aquisição chegam a rejeitar *in limine* certas espécies, destituindo o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor.

Um exemplo de fatia pouco apreciada no conjunto de documentos acumulados por pessoas físicas é o dos chamados *recortes*. A rubrica compreende notícias e outras matérias[15] que, uma vez destacadas dos periódicos em que foram publicadas, passam a formar séries dotadas de funcionalidade diversa: a própria colaboração do titular como articulista ou a apreciação crítica de sua obra, caso em que os documentos são invariavelmente preservados; a cobertura sistemática de eventos de que participou ou que julgou relevantes; e os diferentes assuntos pelos quais manifestou interesse, por dever de ofício ou gosto. Tal seja o volume desses *recortes* (sobretudo quando produto de

contratos com empresas de *clipping*, que rastreiam na imprensa, por longos períodos, um sem-número de eventos, referências e manifestações de opinião), as instituições tendem a recusar sua incorporação ao acervo, sob a alegação de que as informações neles contidas continuam acessíveis nas coleções de periódicos existentes em outros lugares. O argumento é sintomático da abordagem que, focada exclusivamente na informação (que de fato se repete, idêntica, nos diferentes exemplares de um impresso), deixa de levar em conta as marcas funcionais que lhe são incorporadas pelo contexto de uso e que são necessariamente distintas, conforme a entidade produtora.

"Os mais preciosos são os documentos que não têm nenhum equivalente institucional, que não têm cópias em lugar algum, que informam sobre o que é exclusivamente privado", afirma a historiadora francesa Anne Zink. Em sua opinião, os itens mais significativos num arquivo pessoal são os diários íntimos, os livros de despesas domésticas e, sobretudo, a correspondência, na qual é possível encontrar modos de sentir e motivações.[16] O conjunto equivale, pelo menos parcialmente, aos chamados egodocumentos[17] ou àqueles que, sob o ambíguo rótulo de *arquivos autobiográficos*, têm alimentado hoje um vasto campo de pesquisa, para o qual convergem, com seus respectivos aparatos críticos, inúmeras disciplinas: linguística, antropologia, história e psicologia, entre outras.

A nova nomenclatura resulta, na verdade, de um alargamento da definição convencional de autobiografia: "não mais apenas o relato que abarca retrospectivamente a totalidade de uma vida e lhe descobre um nexo, do ponto de vista de seu desenvolvimento interno, mas também o testemunho descontínuo – um relato de infância, alguns anos de um diário de adolescente, uma série de cartas à família – que ganha sentido em relação a determinado contexto factual, a determinada situação repertoriada ou à proximidade com textos da mesma natureza".[18]

A integridade do fundo fica, em geral, bastante comprometida depois de determinadas práticas seletivas no âmbito dos arquivos pessoais. Admitida como operação rotineira nos organismos públicos, a avaliação começa hoje a ser encarada como estratégia racional que, a par do descarte de documentos redundantes, procura garantir a permanência de um núcleo representativo da entidade produtora, capaz inclusive de espelhar a própria dinâmica da acumulação ao longo do tempo, em termos proporcionais. Mas os arquivos pessoais estão bem longe desses procedimentos e da justificativa maior que os anima, a saber, a manutenção da qualidade probatória dos documentos em relação às atividades de que se originaram.

Abordagens

Submetidos a abordagem bibliográfica, os documentos dos arquivos pessoais são tratados como se desfrutassem de autonomia de significado, razão por que não apenas vêm descritos individualmente como ainda se conformam a regras universais de referência (autor, título, assunto etc.). Cada documento, independentemente de sua extensão ou característica física, passa a configurar um universo cuja identificação nada deve às circunstâncias em que foi produzido, nem às relações orgânicas que mantém com outros itens do arquivo.

Quando os arquivos são volumosos ou quando a instituição de custódia se ocupa de inúmeros fundos, os agrupamentos prevalecem como solução para a organização e recuperação dos documentos. Mas isso não significa rendição à lógica arquivística, que vê as séries documentais como expressão das atividades de pessoas e organismos e nelas reconhece o estreito elo entre produtor e produtos, em primeiro lugar; entre produtos diferentes da mesma atividade, em segundo; e, por fim, entre produtos de distintas atividades do mesmo produtor. Ao contrário, o recurso a unidades coletivas e

comuns de arranjo e descrição – o modelo *prêt-à-porter* supostamente capaz de servir a todos os fundos – atenderia apenas a conveniências de ordem prática.

Mesmo quando se reconhece que "cada espólio é um caso particular, devendo o modelo organizativo tentar responder, na medida do possível, à sua peculiaridade",[19] as soluções praticadas desmentem o bom propósito. O tratamento dado ao arquivo do escritor português David Mourão Ferreira (1927-1996)[20] é exemplo típico desse fenômeno, sendo possível associá-lo a iniciativas de outras instituições de custódia, no Brasil e em outros países.

Se a utilização de rótulos universais para a caracterização desses arquivos prepara perigosas armadilhas para os profissionais que deles se servem – colocando num mesmo plano espécies, formas, gêneros, assuntos e formatos –, tem ainda mais dois efeitos perversos: compromete sua organicidade[21] e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona.

O foco na informação trai, mais uma vez, a presença forte e equivocada da biblioteconomia na formulação de normas de descrição para arquivos. O primado do conteúdo na elaboração de instrumentos de pesquisa, no entanto, é resquício também de outro equívoco: a suposição de que, na fase permanente, os arquivos perdem suas funções primárias, não havendo justificativa para mantê-los atrelados a uma racionalidade que não é mais praticada. Se no âmbito dos arquivos institucionais a questão parece resolvida há muito, contribuindo para reforçar os conceitos e princípios da área, no caso dos arquivos de pessoas sucede o contrário.

Para compreender o problema, é preciso lembrar que o uso instrumental e primário desses arquivos cessa com a morte de seus titulares, ou a eles sobrevive muito pouco tempo, em termos jurídicos.[22] Preservar o contexto funcional dos documentos, no caso, poderia parecer mero preciosismo, já que as razões de seu ingresso numa instituição de custódia são alheias às que presidiram à formação do arquivo, o que, a rigor, não ocorre com as instituições públicas, cujo modelo fundamentou o próprio desenvolvimento da ciência arquivística.

Mas não se trata de preciosismo. Organizar e descrever qualquer arquivo em função de seu valor secundário significa retirar dele, exatamente, os atributos probatórios próprios de sua relação com o contexto de origem. A ideia de que só se obtém informação qualificada quando se compreende seu significado no contexto em que foi produzida é, aliás, partilhada pelos praticantes de várias disciplinas. Para a arquivística, no entanto, a correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área caráter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada.[23]

Contexto e conteúdo

A centralidade desse princípio, no entanto, continua ignorada ou mal compreendida. Autor de um clássico livro sobre arquivos pessoais, Frank G. Burke afirma que os responsáveis por sua custódia têm total liberdade para organizar instrumentos que atendam às demandas da pesquisa.[24] Para Olga Gallego Domínguez, o caráter "heterogêneo, fragmentário e incoerente" dos arquivos pessoais, formados por documentos avulsos e séries não tipológicas, justificaria o tratamento que se costuma dispensar às coleções.[25]

Compreende-se, assim, a desalentada observação de uma profissional da área: "[...] embora os arquivistas reconheçam plenamente o significado do contexto, a descrição tem sido quase sempre associada ao

Caderno de registro da correspondência particular do poeta, magistrado, professor, presidente do Estado de Minas Gerais e ex-diretor do Arquivo Público Mineiro Antônio Augusto de Lima (Nova Lima, MG, 1859 – Rio de Janeiro, RJ, 1934). Ouro Preto, MG, 27 de março de 1901. Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Caderno de anotações de Celina Jacob de Lima iniciado logo após seu casamento com desenhos e anotações de seu marido, Renato Augusto de Lima. Caeté, MG, 1918. Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Americo de Magalhães Góes
e
Anna Mendonça Rosa

participam a V. Excia. e Exma. Familia o seu casamento realizado n'esta Capital em 8 - 12 - 34 e offerecem a sua residencia a R. Aymorés, 1886 - Teleph. 1836.

Bello Horizonte, 17 - 12 - 34

Notas para 30 de Janeiro

Notas para 31 de Janeiro

Participação de casamento com desenho e aquarela de Renato de Lima e rascunho de carta de Celina Jacob de Lima ao seu irmão Edison. Belo Horizonte, 1935. Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Agenda doméstica da família Jacob de Lima, com anotações de despesas de Celina Jacob de Lima e desenhos do menino Celso Renato. Agenda *Alexis*, Belo Horizonte, 1933. Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

conteúdo".[26] A explicação que me parece mais adequada para essa aparente contradição, particularmente aguda no caso dos arquivos pessoais, é a da complexidade das operações necessárias para compreender a funcionalidade dos documentos em sua dimensão temporal. E a assertiva vale até mesmo para as instituições públicas, apesar de altamente estruturadas e dotadas de normas explícitas de funcionamento.[27]

Como bem observou Jean-François Fayet, professor da Universidade de Genebra e especialista em história política, o "documento não pode ser lido sem uma reflexão sobre suas condições específicas de produção, de conservação e de organização. Desprovido de autonomia epistemológica, o arquivo materializa a personalidade ou a instituição de que resulta".[28] Cabe ao arquivista, portanto, assegurar a manutenção do vínculo de estreita correspondência entre documentos e atividades do organismo produtor, de modo a reforçar e tornar estável o efeito probatório que decorre dessa relação *sui generis.*

A ideia é reiterada pela afirmação de Jennifer Meehan: "[...] do estabelecimento de padrões para o meio eletrônico às operações de avaliação, arranjo e descrição, o arquivista analisa o contexto e a proveniência dos documentos a fim de preservar os relacionamentos que lhes permitirão ser considerados e utilizados como fontes probatórias confiáveis".[29] A autora sustenta, portanto, a centralidade do princípio da proveniência na metodologia arquivística, confrontando a estabilidade proporcionada pela abordagem contextual dos documentos com os efêmeros resultados obtidos de um tratamento focado em conteúdo.

A arquivista australiana Sue McKemmish exprimiu de maneira muito feliz a contraposição entre conteúdo e contexto, a partir do exemplo das cartas pessoais: tais documentos "[...] podem nos dar informações *sobre* muitos aspectos da vida de um indivíduo, mas provam, em primeiro lugar e acima de tudo, as relações e interações por ele mantidas. O contexto para interpretar as informações contidas nas cartas é o dessas relações e interações".[30] As informações contidas nos documentos, que a rigor interessam ao pesquisador, são passíveis de múltiplas interpretações. Mas os documentos, numa abordagem arquivística, alcançam patamar estável de classificação na medida em que constituem prova do relacionamento das partes envolvidas. Segundo a autora, o valor informativo é dependente do valor probatório, o que nos leva a afirmar que o conteúdo examinado pelo pesquisador só é devidamente qualificado depois de submetido a essa relação primordial.

Cabe aqui evocar o sentido estritamente funcional da proveniência, tal como explicitado por Bearman e Lytle, em sua crítica a sistemas mono-hierárquicos de organização.[31] O uso de categorias amplas e abrangentes, no quadro de classificação, poderia facilitar a ocorrência de ambiguidades e sobreposições.[32] As atividades é que dariam conta da contextualização dos documentos, daí o importante papel que cumprem, nesse processo, as espécies e tipos documentais, cujas fórmulas, nos instrumentos de pesquisa, são bem mais eloquentes que os conteúdos por elas veiculados. Nos arquivos pessoais, em que o uso de termos coletivos é uma constante (correspondência, produção intelectual, fotografias, recortes), encontram-se muitos documentos que, decorrentes ou não de relações interpessoais, jamais foram repertoriados, em detrimento de sua adequada classificação.

Paralelamente à busca do que é exclusivo e único, no reduto dos arquivos pessoais, há estudiosos atentos às regularidades e padrões, representados, sobretudo, pelos documentos que resultam das regras jurídicas sob as quais se desenvolvem as relações do indivíduo com o Estado e a sociedade.[33] Os recortes possíveis dentro dessa perspectiva são inúmeros, a exemplo do que se observa com a documentação identitária[34] ou com o que, na área da linguística aplicada, se concebe como gênero textual.[35] O fato é que, por força

de sua extrema valorização para a pesquisa, muitos documentos ganharam o estatuto de acontecimento, com historicidade própria,[36] transitando da condição de fonte para a de objeto de pesquisa.[37] Do ponto de vista arquivístico, tais enfoques ganham especial relevância por contribuírem para o estabelecimento de tipos que circulam fora do ambiente estritamente estatal.[38]

Atributos funcionais

O reduto do indivíduo incluiria, em meio àquelas que o vinculam a instituições sociais de latitude variável (a escola, a igreja, o local de trabalho, o partido político, a família), inúmeras ações juridicamente irrelevantes[39] cujas regras e fórmulas são menos visíveis: relações de amizade e amor, opções intelectuais, obsessões, *hobbies* e tantas outras. Aquilo que nos arquivos institucionais se evidencia a partir de espécies convencionais bem conhecidas, nos arquivos de pessoas ainda aguarda definição para que sua funcionalidade seja perfeitamente identificada.

Ligada a essa questão está ainda a da aplicação do conceito de autenticidade aos documentos que, desprovidos de sinais manifestos de validação, poderiam, ainda assim, fazer parte desse universo. Um documento é autêntico quando dispõe dos requisitos para que se estabeleça sua proveniência, e esses podem ser buscados num patamar em que predominam informações não verbais, conforme propôs Angelika Menne-Haritz:[40] nos demais documentos da série, na disposição em que os documentos se encontram, na relação entre os documentos do arquivo como um todo.[41] O atributo está inteiramente associado às condições de produção do documento e nada tem a ver com a veracidade de seu conteúdo.[42]

O arquivo "não contém nem bombas nem tesouros escondidos",[43] permanecendo imune à exploração que é possível fazer de seu conteúdo. Mas há quem não acredite na inocência dos arquivos, vendo-os como construção, como deliberada arquitetura ou como "cenário de invenção".[44] Seus artífices seriam as instituições e pessoas responsáveis pela acumulação de documentos, além do próprio arquivista. Como que dotados de vontade própria, os documentos participariam "da fabricação de um relato",[45] corroborando a ideia de que o arquivo seria, por sua vez, uma "figura epistemológica, desenhada a partir de determinadas práticas discursivas".[46] Exatamente o oposto do que disse Fayet...

Talvez essa postura desconfiada e prevenida, que obriga a ver, "em todas as circunstâncias, uma intenção, uma mensagem subliminar, uma manipulação",[47] pudesse ser aplicada com sucesso ao "arquivo" fictício de Naomi V. Jelish, criado pelo artista inglês Jamie Shovlin, em 2004. Afinal, não se tratava de arquivo, e, sim, de uma obra de arte cujos componentes simulavam, na perfeição, cadernos e outros documentos de suposta jovem talentosa, precocemente falecida.

Como a autenticidade se sobrepõe ao conteúdo informativo dos arquivos – é a ela que corresponde a "verdade" particular e estrita que os profissionais da área encontram no vínculo entre as diferentes espécies e seu contexto de origem[48] –, o valor probatório dos documentos continua a recair, com exclusividade, sobre as ações de que se originaram. E a regra é válida para toda e qualquer espécie: das anotações em fichas às mais elaboradas formas discursivas da subjetividade (as autobiografias, por exemplo), dos croquis e esboços à explicação circunstanciada de um quadro e seus padrões de intenção.[49]

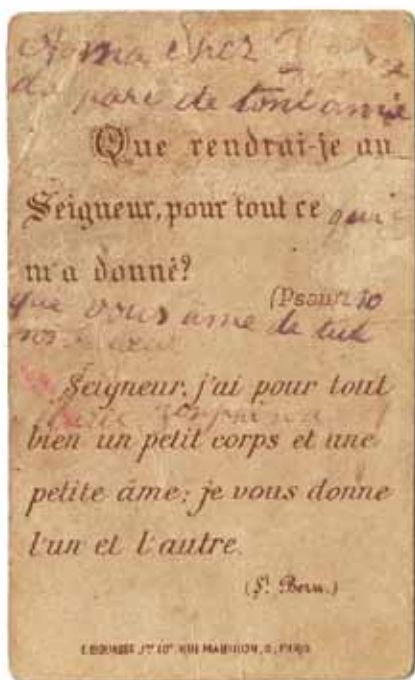
Vale aqui o atributo da imparcialidade, tão mal compreendido pelos historiadores. Segundo Jenkinson,[50] traduz ele a condição pela qual os documentos de arquivo permanecem alheios aos sentidos que lhes emprestam outros usuários, fora do ambiente operativo de que fazem parte integrante. Longe de significar que

JESUS A UM CORAÇÃO BEM DISPOSTO.

Coleção de santinhos formada por Theodosia Cerqueira de Lima, sra. Augusto de Lima Junior, conservada por sua filha Maria Victória. Rio de Janeiro, RJ, século XIX-XX. Coleção Maria Cecília Drummond, Rio de Janeiro, RJ.

os agentes imediatamente responsáveis pela elaboração dos documentos são neutros ou livres de preconceitos, o atributo refere-se ao fato de tais documentos não serem produzidos em razão de outros interesses que não os ditados por sua estrita e imediata funcionalidade. Poder-se-ia afirmar que os documentos de arquivo desfrutam, assim, de uma dupla condição: são sempre parciais em relação ao ente produtor, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa.[51]

Essas características somam-se a outra, igualmente importante para a compreensão dos arquivos pessoais: sua natureza essencialmente instrumental. Se os arquivos não fossem meios, não lograriam possuir a capacidade de refletir as diferentes atividades de que participam. Supor que todo arquivo, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades *ménagères*. O contrário é verdadeiro: se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo.

A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que

justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza. Em outras palavras, perdem sua função probatória original, abrindo espaço para que, por efeito metonímico, recaiam sobre eles as propriedades de um universo que lhes é absolutamente estranho e com o qual não mantêm relações de reciprocidade. Além de induzir a erro, o uso desse material pelo pesquisador corre, assim, o risco de se converter em ornamento ou, na melhor das hipóteses, em mero exercício especulativo.

Notas |

1. DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist,* Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

2. MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: *The principle of provenance*: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993. Stockholm: Riksarkivet, 1994. p. 103-131.

3. YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist,* Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

4. Dossiês e prontuários individuais formados por inúmeras instituições (hospitais, academias, escolas etc.) não podem ser confundidos com arquivos pessoais. O mesmo se dá quando os documentos resultam de apreensão na residência de seus titulares, como ocorre, por exemplo, nas ações policiais. É a lógica institucional que passa a definir tais documentos, e não mais o indivíduo que os acumulou originalmente, conforme analisei em trabalho recém-publicado. Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 2, p. 424-443.

5. A dificuldade de discernir "o limite preciso entre o público, o oficial e o pessoal", dentre os documentos de determinado indivíduo, torna imprópria a utilização dessa categoria. WILLIAMS, Caroline. Personal papers: perceptions and practices. In: CRAVEN, Louise (Ed.). *What are archives?* Cultural and theoretical perspectives: a reader. Hampshire: Ashgate, 2008. p. 53-67.

6. Em acepção restritiva, cédulas de identidade, títulos eleitorais, passaportes e outros itens similares são colocados, nos instrumentos de pesquisa, sob a rubrica "documentos pessoais", como se os demais componentes do arquivo não partilhassem dessa condição.

7. Vejam-se, a respeito, as observações de Agostino sobre a conveniência do uso da expressão "arquivo pessoal de cientista" em lugar de "arquivo científico". AGOSTINO, Salvo d'. L'archivio scientifico e la dimensione "personale" nella storia della scienza. In: *Gli archivi per la storia della scienza e della tecnica*: atti del convegno internazionale, Desenzano Del Garda, 4-8 giugno 1991. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali – Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1995. p. 135-139. (Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 36).

8. A propósito dos "arquivos literários" e da difícil tarefa de precisar seus contornos, assim se manifestou o diretor do Centro de Pesquisa em Letras Romandas, na Suíça: "A fórmula postula a existência de um subconjunto coerente e delimitado, cuja definição e cujas fronteiras, por meio do adjetivo empregado, remetem à literatura como referência inconteste e como disciplina que mantém à sua volta um conjunto objetivamente delineado; em suma, como se a própria noção de literatura fosse consensual." MAGGETTI, Daniel. Les archives littéraires dans le patrimoine. In: *Patrimoine littéraire et patrimoines émergents*: Rencontres des Patrimoines, 2, Lausanne, 11 novembre 2005. Lausanne, 2005. p. 1-4.

9. Segundo Tector, em artigo recente, o ingresso acidental dos documentos de uma escritora "menor" na instituição canadense responsável pelo patrimônio literário nacional suscitou importantes ponderações sobre a responsabilidade dos curadores na formulação e manutenção de políticas de acervo. TECTOR, Amy. The almost accidental archive and its impact on literary subjects and canonicity. *Journal of Canadian Studies*, Toronto, v. 40, n. 2, p. 96-108, 2006.

10. GINTZBURGER, Nathalie. De la maison à l'archive: exploitation d'un trajet familial. *Sociétés & Représentations*, Paris, n. 19, p. 37-51, 2005.

11. Há inúmeros organismos que referenciam e colecionam, com exclusividade, diários íntimos, cartas, retratos e outros documentos, abrindo mão da custódia de seus arquivos de origem.

12. As bibliotecas públicas, por exemplo, têm sido tradicionais depositárias dos arquivos de escritores.

13. BOURDIEU, Pierre. *La distinction*: critique sociale du jugement. Paris: Éditions de Minuit, 1979. (Le Sens Commun)

14. O conceito de forma é aqui empregado como estágio de preparação e transmissão de documentos, segundo a terminologia arquivística. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

15. O nome genérico de *matéria* abrange, na área jornalística, ilustrações e textos publicados em periódicos. Cf. RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação.* 5. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2001. Cada matéria equivale, depois de destacada do jornal ou revista, a espécie ou tipo documental, isto é, ostenta uma configuração em que estrutura, função e conteúdo se articulam de modo peculiar. Daí a importância de distinguir, em meio à massa amorfa dos "recortes", artigos, crônicas (esportivas, policiais, políticas, sociais), editoriais, entrevistas, resenhas, anúncios, *sueltos*, rodapés, folhetins, charges, obituários, informes publicitários etc.

16. ZINK, Anne. Vous avez des archives? Veillez sur elles. *Archives juives*, Paris, n. 34, p. 125-128, 2001.

17. Termo cunhado pelo historiador holandês Jacob Presser, em 1958, para designar documentos em relação aos quais, na altura, os pesquisadores manifestavam ainda grande desconfiança: autobiografias, memórias, diários, cartas pessoais e outros textos em que a pessoa escreve sobre si ou sobre seus sentimentos. A história das mentalidades e a micro-história não os tinham convertido ainda em objeto de reflexão, em material "capaz de suscitar novas questões, ao invés de responder a velhas perguntas". DEKKER, Rudolf. Jacques Presser's heritage: egodocuments in the study of history. *Memoria y Civilización*, Pamplona, n. 5, p. 13-37, 2002. Outros termos também são utilizados pelos estudiosos – *first-person writings, self-narratives*, *écrits du for privé,* escrita de si, escrita autorreferencial etc. –, mas sua análise escapa à finalidade deste artigo.

18. FABRE, Daniel. Vivre, écrire, archiver. *Sociétés & Représentations*, Paris, n. 13, p. 17-42, 2002.

19. MARQUES, Teresa Martins. Labirintos da memória: o espólio de David Mourão-Ferreira. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 21, p. 116-141, jul.-dez. 2007.

20. O arquivo foi dividido em 14 classes, assim nomeadas: 1- Originais (manuscritos e dactiloscritos completos do titular); 2- Correspondência; 3- Recortes de imprensa (trabalhos do titular e sobre ele, além de "materiais contendo indicações de bibliografia passiva"); 4- Originais inacabados ou fragmentários (incluindo notas de leitura, planos, diagramas, listas de nomes, de títulos e "tudo o que de uma maneira geral pressupõe fragmentaridade"); 5- Ilustrações de terceiros (projetos de capas de suas obras); 6- Fotografias (do escritor, de sua família, de amigos e outras pessoas com as quais teve relação pessoal ou institucional, além de desenhos, gravuras, serigrafias, postais ilustrados e documentos sonoros e audiovisuais sobre o titular); 7- *Memorabilia* (condecorações, medalhas, diplomas de mérito, prêmios literários, homenagens recebidas, eleições para agremiações prestigiosas etc.); 8- Obra publicada (em volume ou separata); 9- Traduções (fragmentos de traduções de sua obra); 10- Adaptações (incluindo a radiofônica); 11- História editorial (contratos, provas de composição, catálogos etc.); 12- Espólios de outras personalidades; 13- Trabalhos literários de outros cidadãos (incluindo alunos do titular); 14- Diversos ("documentação de cariz biográfico", como árvores genealógicas, trabalhos escolares, cadernetas, desenhos de infância e adolescência, documentos militares, cartões de identificação, passaportes, documentação de impostos, vencimentos, contas bancárias, bilhetes de viagem, faturas de hotéis e restaurantes etc.).

21. Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. Para Heloisa Bellotto, a organicidade é o "ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo". BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 253.

22. Um caso excepcional, nesse sentido, foi relatado por Christine Wiesenthal a propósito do arquivo de Pat Lowther, poeta e ativista canadense assassinada pelo marido. Durante o processo criminal, certos documentos foram por ele apresentados em juízo como prova, retardando seu uso para fins de pesquisa. WIESENTHAL, Christine. The archives of Pat (and Roy) Lowther. *Journal of Canadian Studies*, Toronto, v. 40, n. 2, p. 29-41, 2006.

23. Se a arquivística é a disciplina que se ocupa de documentos autênticos, isto é, daqueles que logram representar as atividades de que se originaram, não há por que enquadrá-la na chamada Ciência da Informação, dissolvendo sua especificidade.

24. BURKE, Frank G. *Research and the manuscript tradition.* Chicago: The Scarecrow Press; The Society of American Archivists, 1997. p. 157.

25. GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga. *Manual de archivos familiares*. Madrid: Anabad, 1993.

26. MARSHALL, Tanya. *A conceptual framework for context-based retrieval of knowledge in archival collections*: bridging traditional archival description to the new paradigm. College Park: University of Maryland, 1999.

27. A ideia de que organogramas e outros instrumentos administrativos podem ser transpostos para os quadros de classificação dos documentos

acumulados por instituições (públicas ou privadas), sem necessidade da intervenção qualificada dos profissionais da área, não tem qualquer fundamento, mesmo quando se trata de aplicação do chamado método estrutural. No campo dos arquivos pessoais, os currículos, os memoriais acadêmicos e as biografias do titular também não passam de instrumentos auxiliares.

28. FAYET, Jean-François. De la source a l'objet d'histoire: esquisse d'une histoire des fonds personnels des centres d'archives soviétiques. In: COMBE, Sonia (Dir.). *Archives et histoire dans les sociétés postcommunistes.* Paris: La Découverte; Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine, 2009. p. 93-109.

29. MEEHAN, Jennifer. Towards an archival concept of evidence. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 127-146, 2006.

30. MCKEMMISH, Sue. Evidence of me... *Archives and Manuscripts*, Canberra, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996.

31. BEARMAN, David A.; LYTLE, Richard H. The power of the principle of provenance. *Archivaria*, Ottawa, n. 21, p. 14-27, 1985-86.

32. Para evitá-las, é preciso considerar o plano mais imediato da produção documental, invertendo o caminho preconizado pelas normas internacionais. Exemplo dessa abordagem pode ser encontrado em trabalho feito no arquivo de Fernando Henrique Cardoso. Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância*: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

33. DARDY, Claudine. De la paperasserie à l'archive: l'administration domestique. In: FABRE, Daniel (Dir.). *Par écrit:* ethnologie des écritures quotidiennes. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997. p. 187-200. (Ethnologie de la France, 11).

34. Esse campo de interesse reúne hoje pesquisadores de vários países e perfis acadêmicos em torno da comunidade virtual *Documenting Individual Identity: Historical and Comparative Perspectives since 1500*, criada pela Universidade de Oxford em 2008.

35. Os gêneros textuais seriam equivalentes às espécies e aos tipos da arquivística. O recém-publicado *Dicionário de gêneros textuais*, de Sérgio Roberto da Costa, sugere, na introdução, conjuntos de formações ou domínios discursivos (religioso, jornalístico, acadêmico, literário, eletrônico/ digital, publicitário, cotidiano e escolar) com seus gêneros mais representativos, oferecendo possibilidades de identificação de muitos documentos encontrados em arquivos pessoais. Cf. COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

36. ARTIÈRES, Philippe; KALIFA, Dominique. Présentation: l'historien et les archives personnelles: pas à pas. *Sociétés & Représentations*, Paris, n. 13, p. 7-15, 2002.

37. GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. (Org.). *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

38. Um bom exemplo de tentativa de tipificação de documentos é o de Delmas, sobre a correspondência. Distribuídas entre quatro áreas de circulação (privada, profissional, pública e judiciária), o autor classificou as espécies pelas funções de informar, relatar, atestar, pedir, responder, autorizar/proibir, ordenar e transmitir, utilizando material de épocas bem distintas. DELMAS, Bruno. Correspondre: esquisse d'une typologie des forms individuelles et collectives de la communication écrite. In: ALBERT, Pierre (Dir.). *Correspondre jadis et naguère*: 120e Congrès National des Sociétés Historiques et Scientifiques, Section Histoire Moderne et Contemporaine, 1995, Aix-en-Provence. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1997. p. 13-29.

39. DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science. *Archivaria*, Ottawa, n. 28, p. 7-27, 1989; n. 29, p. 4-17, 1989-1990; n. 30, p. 4-20, 1990; n. 31, p. 10-25, 1990-1991; n. 32, p. 6-24, 1991; n. 33, p. 6-24, 1991-1992.

40. MENNE-HARITZ, Angelika. L'informatique aux archives: les expériences allemandes. In: BUCCI, Oddo (Ed.) *Archival science on the threshold of the year 2000*: proceedings of the International Conference, Macerata, 3-8 September 1990. Ancona: University of Macerata, 1992. p. 267-273.

41. Isso significa que o "endereço" (o sistema de arranjo e classificação) faz parte inseparável da funcionalidade do documento e reforça seu caráter probatório.

42. DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information. *The American Archivist*, Chicago, v. 59, n. 4, p. 438-452, 1996.

43. MENNE-HARITZ, Angelika. Die verwaltung und ihre archive: überlegungen zur latenz von zeit in der verwaltungsarbeit. *Verwaltung & Management,* Hannover, v. 5, n. 1, p. 4-10, 1999.

44. BIESECKER, Barbara A. Of historicity, rhetoric: the archive as scene of invention. *Rethoric & Public Affairs*, Michigan, v. 9, n. 1, p. 124-131, 2006.

45. GODBOUT, Patricia. Vérité des archives, mensonge du récil? *Journal of Canadian Studies,* Toronto, v. 40, n. 2, p. 18-28, 2006.

46. MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 21, p. 13-23, jul.-dez. 2007.

47. PAULHAN, Claire. L'histoire souterraine. In: PAXTON, Robert O.; CORPET, Olivier; PAULHAN, Claire (Org.). *Archives de la vie littéraire sous l'Occupation*: à travers le désastre. Caen: Tallandier; IMEC, 2009. p. 26-27.

48. EASTWOOD, Terry. Nailing a little jelly to the wall of archival studies. *Archivaria*, Ottawa, n. 35, p. 232-252, 1993.

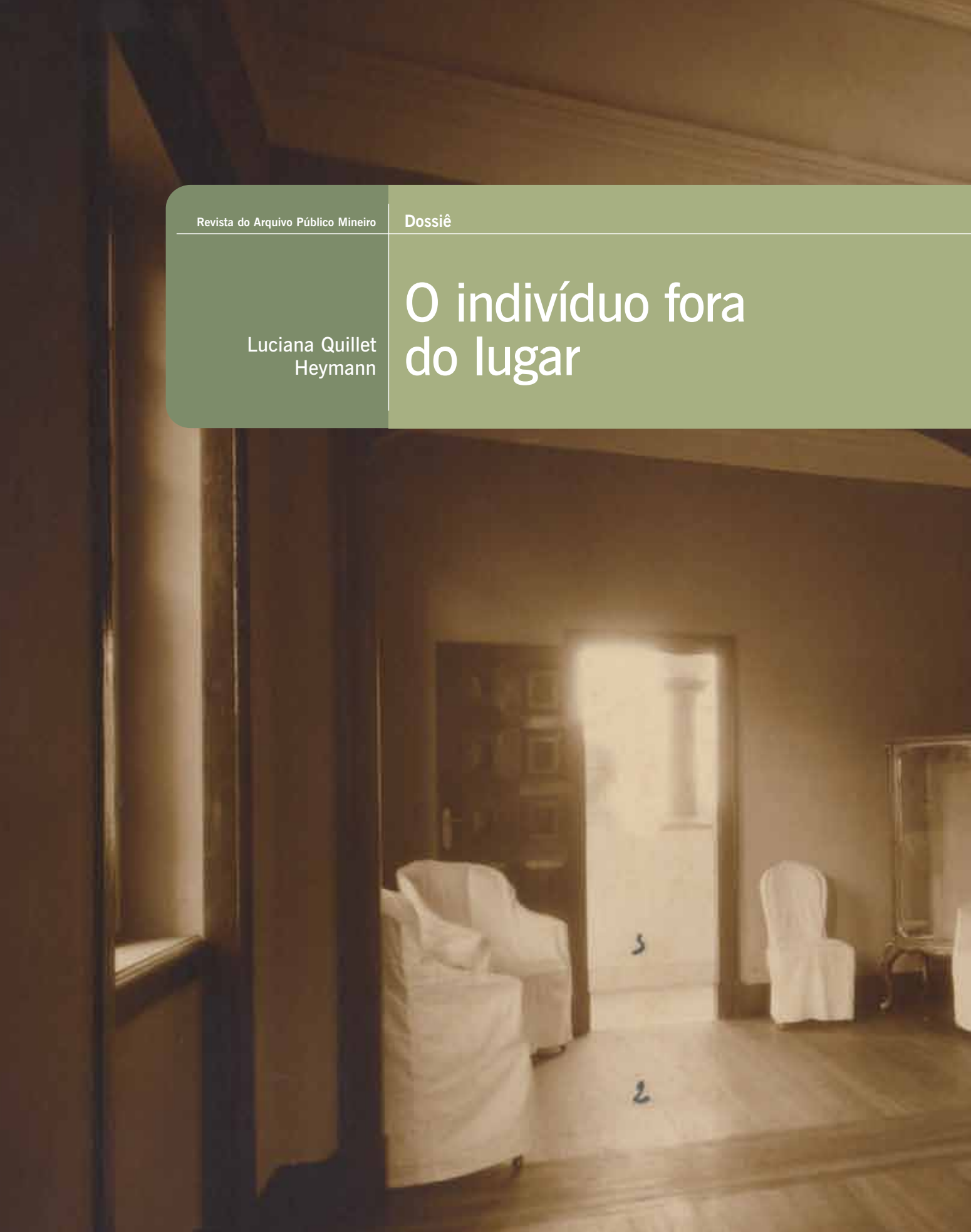
49. BAXANDALL, Michael. *Patterns of intention*: on the historical explanation of pictures. New Haven: Yale University Press, 1985.

50. JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*: including the problems of war archives and archive making. Oxford: Clarendon Press, 1922. p. 12. (Economic and Social History of the World War, British Series)

51. A imparcialidade e naturalidade características dos documentos de arquivo foram assim expostas em CAMARGO. Os arquivos e o acesso à verdade...

Ana Maria de Almeida Camargo é docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), onde ministra as disciplinas de Metodologia da História (graduação) e História Social (pós-graduação). Publicou inúmeros trabalhos na área de arquivística.

O indivíduo fora do lugar

Luciana Quillet Heymann

Conjuntos de documentos de natureza pessoal nunca foram objeto privilegiado de investimento por parte da disciplina arquivística, o que deixa aberto um campo fértil para a investigação da singularidade desses acervos em face de outros tipos de configurações documentais.

> Produzir, em poucas páginas, uma reflexão de natureza metodológica acerca dos arquivos pessoais é tarefa complexa, que buscarei enfrentar com modéstia, pois, não sendo arquivista, não pretendo ensinar missa ao vigário. Para a empreitada, conto com o fato de ter ingressado cedo no campo da documentação, trabalhando na organização de arquivos pessoais em uma instituição reconhecida pela preservação e disponibilização de arquivos de homens públicos, o CPDOC.

Essa experiência de trabalho está na origem do meu interesse intelectual pelos arquivos, pela sua construção material e simbólica, pelos usos e representações de que são objeto, que se desdobram no interesse pelos debates metodológicos, espaços privilegiados para a reflexão sobre o estatuto dos conjuntos documentais de natureza pessoal, suas características e o papel do tratamento arquivístico na configuração das fontes de pesquisa.[1] Além disso, acredito que esses debates são o caminho mais fecundo para estabelecer o diálogo entre os ditames da arquivologia e o multifacetado campo de atuação de profissionais de distintas filiações intelectuais envolvidos com o tratamento desse tipo de acervo.

Neste artigo, pretendo discutir algumas matrizes do pensamento arquivístico e os efeitos de sua assunção no tratamento dos arquivos pessoais, e propor deslocamentos que, se não constituem respostas, podem, ao menos, ser "bons para pensar". Meu objetivo será, em linhas gerais, trazer à tona possibilidades e limites colocados pela tradição do pensamento arquivístico aplicada aos arquivos pessoais, chamando a atenção para as distintas configurações documentais encontráveis sob essa designação e para aspectos cuja observação me parece fundamental para melhor abordá-los no contexto do tratamento documental.

Uma primeira constatação que se impõe ao debate remete à escassez de referências bibliográficas sobre o tema. Uma pesquisa sobre arquivos pessoais na literatura arquivística apontará, facilmente, para o lugar periférico desses conjuntos documentais nas reflexões teóricas da disciplina, cuja história e desenvolvimento estiveram, fundamentalmente, voltados para os documentos de natureza pública.[2] Uma primeira constatação remete ao fato de os "arquivos pessoais" terem sido mencionados tardiamente nos manuais dedicados aos arquivos e raras vezes terem sido objeto de investimentos mais sistemáticos.[3]

Origem e abordagens

A primeira menção a arquivos constituídos por indivíduos aparece em 1928, no manual do arquivista italiano Eugenio Casanova, que confere a seguinte definição aos arquivos:

> [...] acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa.[4]

A matriz pública presente nos manuais remete à própria história dos arquivos, designação originalmente utilizada para os documentos produzidos e acumulados pelos órgãos da administração, cuja guarda deve atender primeiramente aos interesses desses órgãos, funcionando como prova de suas funções e atividades e como fonte de informação e, secundariamente, aos interesses de pesquisa. As reflexões que tomam os arquivos como objeto, tanto no Brasil como no exterior, trazem a marca dessa matriz, o que tem como primeira consequência o fato, diversas vezes assinalado, de os arquivos privados – designação mais ampla, que engloba os pessoais – serem definidos a partir dos

arquivos públicos. A primazia do estatuto jurídico dos documentos aparece, com destaque, como era de se esperar, nos textos legislativos que tratam do tema dos arquivos. Na medida em que as legislações nacionais refletem a preocupação do Estado em legislar sobre o patrimônio documental produzido sob sua égide e cuja custódia é de sua responsabilidade, compreende-se o lugar periférico dos arquivos privados – e mais ainda dos pessoais –, que escapam à sua tutela, nos textos de natureza legal.[5]

Para nossa reflexão, importa registrar que a primeira identificação dos arquivos, sua distinção fundamental, é dada pelo estatuto jurídico da entidade produtora dos documentos: de um lado, os órgãos públicos, produtores de arquivos públicos, e, de outro, os organismos privados (pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas), produtores de arquivos privados. A filiação dos arquivos pessoais aos arquivos privados tem por base, portanto, a natureza jurídica dos conjuntos documentais produzidos.

O que estamos chamando de "matriz pública" dos arquivos, do ponto de vista histórico e jurídico, é observável, também, no aspecto metodológico, na medida em que a disciplina propugna a adoção de conceitos e métodos elaborados a partir dos arquivos públicos, de natureza institucional, para a organização de todos os conjuntos documentais de natureza arquivística, incluindo os pessoais. Por um lado, essa transposição pode ser explicada pela mencionada falta de investimentos específicos nos conjuntos de natureza pessoal, reflexo do lugar periférico que ocupam no universo dos arquivos. Por outro, a aplicação de princípios e métodos arquivísticos tradicionais parece estar relacionada à defesa de uma "abordagem arquivística" para esses conjuntos documentais. Muitas vezes integrados a seções de "manuscritos" nas bibliotecas, os arquivos pessoais ocupam uma zona de fronteira, submetidos a abordagens metodológicas distintas de acordo com as filiações institucionais de seus custodiadores. Nesse sentido, configuram um campo propício a debates metodológicos que, em muitos casos, fundamentam disputas com relação à competência e à legitimidade para abrigar e tratar tais acervos.

Em diversas ocasiões, e não sem razão, os arquivistas criticaram o emprego de procedimentos biblioteconômicos para o tratamento de arquivos pessoais, por desrespeitarem a natureza orgânica dos documentos e privilegiarem a descrição individual dos registros, válida para o tratamento de livros, mas imprópria para conjuntos de natureza arquivística.[6] Criticaram também a interferência de historiadores no trabalho de organização de arquivos, por considerarem que o seu olhar estava informado por interesses de pesquisa, próprios ou presumidos, por uma lógica que os conduzia a erigir temas como princípios norteadores da classificação dos documentos em detrimento do contexto de produção e acumulação dos registros. Essa crítica também tem fundamento, sobretudo, se pensarmos que os interesses de pesquisa variam com o tempo e que as classificações que tomam por base temas considerados de "valor histórico", além de serem condenadas à superação pela dinâmica que anima a pesquisa historiográfica, podem ser responsáveis por arranjos que desrespeitam por completo a lógica de produção e acumulação dos registros, fazendo com que se perca a conexão que os vincula à entidade produtora do arquivo, ou seja, o titular.[7]

A defesa de uma abordagem arquivística, que respeite a organicidade do conjunto documental, atenta aos sentidos conferidos pelos vínculos que unem os documentos entre si e pelos vínculos que unem os documentos às atividades das quais se originaram, não deve impedir, no entanto, que o arquivista atente para a especificidade da acumulação documental produzida por indivíduos, procurando incorporar

ao trabalho de contextualização ao qual se dedica dimensões que remetam à lógica de construção desses arquivos, diferente daquela que opera nos ambientes institucionais, sejam públicos, sejam privados. É sobre esse ponto que eu gostaria de refletir. Antes, porém, cumpre apresentar algumas balizas teóricas encontradas na bibliografia especializada.

I. Arquivos pessoais em perspectiva arquivística

Um dos mais conceituados manuais brasileiros dedicado ao tratamento de arquivos permanentes confirma o lugar secundário que ocupam os conjuntos documentais de natureza pessoal nas reflexões metodológicas da área.[8] Seguindo a tradição, os arquivos pessoais são apresentados integrando o amplo conjunto dos arquivos privados, ainda que a natureza específica dos documentos acumulados seja assinalada:

> A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc.[9]

Neste ponto, vale assinalar um aspecto que pode lançar alguma luz sobre as representações associadas aos arquivos pessoais no ambiente arquivístico. Em geral, as definições de arquivos pessoais pela disciplina caracterizam os titulares desses fundos como "estadistas", "políticos", "cientistas" e "literatos", vinculando a identidade do acumulador ao desempenho de uma atividade profissional. As representações associadas aos conjuntos documentais acumulados por indivíduos – entre as quais operam os juízos históricos sobre o que pode ter valor para a pesquisa e para o "patrimônio" documental da coletividade – parecem consagrar, nessa tipologia, de um lado, arquivos de titulares cuja atuação pública conferiria a seus papéis um interesse público e histórico inconteste; e, de outro, os arquivos que melhor expressariam a natureza "autoral" dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos, cuja atividade literária (ou artística, de maneira geral) poderia ser acompanhada por meio da análise de rascunhos e versões, caros aos estudos de crítica genética. Os cientistas ocupariam, talvez, uma posição intermediária, na medida em que estão inseridos em grupos e instituições de pesquisa, ao mesmo tempo que desenvolvem atividades que conferem a seus papéis, também, uma dimensão autoral. Seja como for, a caracterização dos arquivos pessoais ressalta a dimensão "profissional" da vida de seus titulares, ou seja, as atividades que desempenharam na cena pública.

Ainda que no manual de Heloisa Bellotto haja menção à distinção entre os papéis produzidos e recebidos por um indivíduo e por uma organização, o pertencimento à categoria dos arquivos privados parece prevalecer em relação às especificidades do produtor do acervo, sendo equiparados os processos de acumulação de documentos por entidades e por indivíduos: "O fluxo e a organicidade são inerentes ao funcionamento e às atividades da instituição ou à vida pessoal e profissional do titular do arquivo".[10]

A ideia da constituição de um conjunto orgânico de documentos, produto e reflexo das atividades da entidade produtora do acervo, tão cara à compreensão e à valorização dos arquivos públicos, parece adaptar-se

perfeitamente aos arquivos privados institucionais, mas não nos parece suficiente para explicar o fluxo dos documentos que atravessam a vida de um indivíduo e muito menos as motivações e critérios que operam na seleção e guarda dos registros. Se o exercício de funções e o desempenho de atividades no domínio profissional podem, de alguma forma, ser aproximados do desempenho de atividades por um órgão ou entidade, ainda assim os critérios e as estratégias de guarda dos documentos podem ser bastante distintos.

Em determinada passagem, Bellotto parece limitar os termos da comparação aos documentos oriundos da atividade profissional do titular de arquivo, mas não avança na questão:

> [...] o fato de se afirmar que o material se origina do "desempenho de funções específicas" implica não serem os seus elementos (documentos) totalmente estranhos uns aos outros: relacionam-se na sequência do tempo (processo cumulativo), completam-se lateral e transversalmente (inter-relações estruturais) e possibilitam flagrar, no momento em que se queira, o funcionamento da entidade ou a atuação profissional de um indivíduo.[11]

Predomina, na obra, a perspectiva generalizante de que os documentos que integram os arquivos pessoais se originam de funções ou atividades exercidas pelo titular, devendo o seu tratamento, portanto, ser orientado pela identificação dessas funções e atividades.[12] A filiação a um campo disciplinar específico e o investimento no estabelecimento de princípios e procedimentos gerais de tratamento documental parecem prevalecer em relação às especificidades: "Pode-se mesmo falar em universalidade do arranjo dos acervos de terceira idade, sejam os gerados por órgãos governamentais, por entidades privadas ou por pessoas".[13]

Arquivos pessoais em foco: a preeminência dos "homens públicos"

Postura semelhante é assumida por Camargo e Goulart, cuja obra, diferentemente da anterior, é dedicada especificamente aos arquivos pessoais, razão pela qual já merece ser referida como um marco na literatura arquivística brasileira sobre o tratamento desse tipo de arquivo. Apesar de reconhecerem a distinção entre arquivos institucionais, cujos documentos podem ser identificados com base nas atividades, funções e repartições do organismo produtor, e arquivos pessoais, na medida em que "as fronteiras que demarcam as diferentes áreas de ação de um mesmo indivíduo são tênues e imprecisas", as autoras advogam que esses últimos devem ser submetidos aos princípios da ciência arquivística, única forma de garantir que sejam abordados como arquivo, e não como coleção de documentos, como muitas vezes teria ocorrido.[14]

Para as autoras, que têm como um de seus méritos chamar a atenção, exatamente, para a necessidade de se tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujo sentido repousa na articulação entre as suas várias parcelas, a assunção dessa premissa implica a adoção do método funcional, ou seja, implica o tratamento pautado pela identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos que integram esses arquivos. Ainda que reconheçam as dificuldades que envolvem o procedimento, que admitam uma "zona de penumbra" nos arquivos pessoais, referente à presença de documentos que não têm força probatória nem decorrem de transações – qualidades que caracterizam os típicos documentos de arquivo –, reivindicam-no como fundamental para evitar o que denominam de "artifícios classificatórios" baseados em formatos, suportes, assuntos etc., característicos de uma abordagem "antiarquivística".[15]

Não nos parece simples, porém, a tarefa de identificar os contextos em que são criados e utilizados *todos* os documentos passíveis de integrar os arquivos pessoais, já que tais conjuntos documentais se caracterizam por comportarem uma variedade sem limites de tipos de documentos, incluindo os que remetem à vida pessoal, à intimidade, mas também às idiossincrasias e ao cotidiano dos titulares. Isso significa que o conjunto que resulta da acumulação documental realizada por um indivíduo pode conter tanto documentos "identificáveis" do ponto de vista das atividades que os originaram como outros, de mais difícil localização no tempo e no espaço, cujos conteúdos mesmo são imprecisos, escapando a uma abordagem de tipo funcional.[16]

Ainda que a obra de Camargo e Goulart tenha um valor geral inconteste, importa destacar que ela foi concebida no contexto e como resultado da organização do arquivo privado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo importante registrar que a identificação funcional dos documentos é absolutamente facilitada quando se está lidando com arquivos pessoais de titulares que desempenharam cargos públicos, sobretudo nos altos escalões do governo, situação em que um *staff* encarregado de receber, catalogar e ordenar a documentação garante os meios para a eficiente aplicação do método funcional quando do tratamento do arquivo em sua fase permanente.[17]

A produção e a acumulação de documentos do cidadão investido na função pública adquirem, assim, caráter de rotina, aproximando-se mais da sistemática das instituições do que da dinâmica dos gestos pessoais de arquivamento. O mesmo se aplica a titulares que, sistematicamente, acumularam registros relativos à sua atividade profissional, àqueles que produziram um arquivo de sua produção acadêmica, científica ou literária, de sua inserção institucional, construindo seu acervo pessoal com os registros das ações desempenhadas no exercício de funções.

Vale a pena sublinhar que o fato de haver uma zona de indeterminação quanto à natureza – pública ou privada – dos arquivos pessoais de titulares de cargos públicos anima um debate específico sobre esse tipo de fundo, que tem interesse por apontar para enquadramentos legais e institucionais que atingem esses arquivos, iluminando, ainda, dimensões da sua construção como "memória nacional". A especificidade da constituição desses acervos, por um lado, e do debate que encerram do ponto de vista legal, por outro, explica também o interesse da disciplina arquivística com relação a esses conjuntos documentais.

Está em jogo, no tocante a esses arquivos, seu valor como prova documental relativa aos processos de tomada de decisão no âmbito da administração pública – o que explica seu recolhimento às instituições arquivísticas públicas em alguns países –, bem como seu interesse como fonte de pesquisa histórica.[18]

O único manual de procedimentos técnicos especificamente voltado para arquivos pessoais existente no Brasil antes da publicação, em 2007, da obra de Camargo e Goulart foi elaborado com base na experiência do CPDOC, criado em 1973 com o objetivo de preservar, organizar e tornar acessíveis arquivos pessoais de homens públicos com atuação destacada na história recente do país, de modo a alimentar novas análises sobre esse período. Em 1980, a primeira edição dos procedimentos foi publicada, seguida de reedições em 1986, 1994 e 1998.[19]

A obra foi pioneira na sistematização de normas para a organização de arquivos pessoais com base em princípios da arquivologia: preconizava o tratamento do arquivo como conjunto orgânico – e não o tratamento individualizado dos documentos –, o respeito ao princípio de proveniência e a atenção à *ordem original* dos documentos no arquivo, "ou seja, a forma como estavam dispostos ao serem doados, na medida

em que esta pode elucidar questões relativas aos interesses, prioridades e sentidos conferidos pelo titular ao seu acervo".[20]

Como se pode notar, os arquivos de homens públicos foram, e continuam sendo, no Brasil, pontos de partida de investimentos metodológicos voltados para o tratamento dos arquivos pessoais, ainda que existam hoje várias instituições que, seguindo distintas linhas de acervo, se dediquem à guarda, ao tratamento e à reflexão metodológica sobre conjuntos documentais de natureza pessoal.[21]

Ainda que preceitos arquivísticos fundamentais tenham sido sempre respeitados, essa metodologia vem sendo criticada, nos últimos anos, por não se basear, exclusivamente, no método funcional e, assim, sugerir a adoção de critérios de arranjo não consagrados pela disciplina como, por exemplo, o temático (por assunto) e o tipológico (por tipo de documento). Segundo seus críticos, essa metodologia seria pautada mais por interesses de pesquisa do que pela atenção aos princípios teóricos da arquivologia, quando preconizam que o sentido primeiro do documento só pode ser restituído – sendo essa a tarefa do arquivista – por meio da recuperação da razão pela qual ele foi produzido. Em outras palavras, da função que lhe deu origem.

Como o acervo do CPDOC reúne arquivos de homens públicos, cujos documentos retratam, por via de regra, a atuação dos titulares à frente de funções e cargos por eles ocupados, a maioria das séries dos arquivos depositados no Centro tem caráter funcional, ainda que os dossiês sejam, em muitos casos, estabelecidos por critério temático.[22] Na prática, portanto, o método funcional prevalece, ainda que os desafios colocados pela documentação não tenham sido inteiramente resolvidos por essa diretriz e que, no cotidiano de trabalho, soluções pouco canônicas tenham sido adotadas e equívocos tenham sido cometidos no afã de agilizar a organização e disponibilizar novos fundos à consulta pública.

Importa reter que os arquivos de homens públicos revelam de forma aguda a diversidade de situações em que o indivíduo produz e acumula documentos. Enquanto ocupantes de cargos de natureza política, acumulam documentos que se relacionam ao exercício dessa atividade, que a expressam e comprovam. Mas o indivíduo acumula também, e concomitantemente, documentos que se referem exclusivamente à sua vida privada, ou, ainda, documentos que não são identificáveis de maneira imediata, cuja presença no arquivo não é facilmente interpretável. Esse tipo de arquivo, pela diversidade de registros que agrega, torna mais visível a distinção entre os documentos que refletem e atestam uma atividade e aqueles que permanecem em uma zona de indeterminação e que apenas uma investigação sobre usos e sentidos dados pelo titular a seus papéis poderá iluminar.

II. Para além da pragmática da função: o arquivo entre usos e representações

As especificidades dos conjuntos documentais de natureza pessoal – que dizem respeito à tipologia de documentos que abarcam, à informalidade que caracteriza o arquivamento e às razões para a acumulação, distantes muitas vezes da motivação probatória – levam-me a sugerir alguns deslocamentos e ênfases, em relação aos cânones tradicionais da arquivologia, que, como anunciado de início, têm como principal objetivo partilhar inquietações e convidar ao debate.

Em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção para o interesse em investir tanto no contexto de produção dos documentos – dimensão tradicionalmente enfatizada pela abordagem arquivística – como no de sua

O diplomata, ministro de Estado, geógrafo e historiador José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do Rio Branco (Rio de Janeiro, RJ, 1845 – Rio de Janeiro, RJ, 1912) em seu gabinete de trabalho na Villa-Molito, Auteil, Paris. Fotografia de autor não identificado. Arquivo Mapoteca do Itamaraty, RJ. In: RICUPERO, Rubens; ARAÚJO, João Hermes Pereira de (Org.). *José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco – uma biografia fotográfica.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

acumulação, uma vez que os arquivos pessoais resultam de um processo cuja lógica e motivação distam bastante daquelas que operam nos ambientes institucionais. Se, no caso desses últimos, a contextualização implica, fundamentalmente, procurar "entender o motivo da produção do documento, identificando a vontade criadora", estando definida, *a priori*, a finalidade do arquivamento – "provar atividades realizadas"[23] –, no caso dos arquivos pessoais, parece-nos que a contextualização dependerá, em grande medida, de se procurar entender o motivo da guarda do documento, identificando a intenção acumuladora.

A centralidade do processo de acumulação para a compreensão dos arquivos pessoais não escapou a Fraiz e Costa, quando sublinham que a definição de arquivos como "documentos acumulados" (formulada por teóricos como Hilary Jenkinson e Antonia Heredia Herrera) é mais adequada quando se fala em arquivos pessoais do que a expressão "documentos produzidos e recebidos", utilizada em muitos manuais.[24] A ideia de acumulação, ao introduzir a noção de *intencionalidade*, seria mais conveniente para pensar os arquivos pessoais, submetidos não às injunções dos procedimentos administrativos, mas aos desígnios do indivíduo.

No entanto, mesmo esse texto, que assinala a importância de se investigarem as "formas de acumulação do arquivo" antes de iniciar a organização,

acaba investindo apenas na perspectiva funcional, ou seja, na busca de correlações entre registros e desempenho de atividades. Assim, o arranjo conferido pelo arquivista deveria ser pensado com base em uma "lógica de divisão interna, estruturada e hierarquizada, que mostre para o usuário um espelho no qual a imagem seja a mais fiel possível do objeto que, no caso, é a trajetória do indivíduo refletida através dos documentos de seu arquivo pessoal".[25]

A resistência da arquivologia em se debruçar sobre a dimensão intencional da produção dos arquivos pessoais pode ser associada ao fato de a dinâmica de constituição desses conjuntos colocar em xeque preceitos básicos da disciplina. O mais diretamente afetado parece ser o atributo da "naturalidade" dos documentos de arquivo – "diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta".[26] Essa característica parece acomodar-se mal à acumulação operada pelos indivíduos, marcada mais pelo arbítrio e por distintas temporalidades do que pelo fluxo natural de documentos produzidos e recebidos. O atributo da "intencionalidade", dentro dos cânones disciplinares, é bom lembrar, remete antes à constituição de *coleções* (artificiais, inorgânicas) do que ao processo de produção/acumulação característico dos arquivos, o que explicaria, em certo sentido, também, a dificuldade em incorporar essa dimensão à reflexão arquivística.

A menção a alguns casos concretos, apresentados em trabalhos de diferentes recortes analíticos, pode ajudar a reforçar o caráter peculiar da acumulação nos arquivos pessoais, bem como a sua centralidade na configuração de determinados acervos. A análise do arquivo pessoal do escritor Robbe-Grillet, desenvolvida por Lambert,[27] pode-nos ajudar a pensar em outras conexões, além daquelas que ligam registros documentais e trajetória. A construção desse arquivo pelo titular é reveladora do investimento na produção de uma imagem de si, uma imagem que deveria estar à altura de um artista, um "criador", identidade que, no discurso de Robbe-Grillet ("todo criador deve ser megalômano", teria afirmado), remete ao atributo da imodéstia e da excepcionalidade, cuja assunção teria produzido efeitos na constituição do arquivo:

> Portador de uma consciência aguda de sua posteridade como de seu estatuto de "grande escritor" [...], Robbe-Grillet compreendeu que lhe era necessário estar no seu arquivo como Deus na criação: a menor criatura, no caso, aqui, o menor objeto, quer se tratasse de um rascunho, de uma carta, de uma passagem de trem ou de uma declaração de imposto, atestaria a sua existência.[28]

O destino projetado pelo titular para o seu arquivo, um arquivo no qual ele pretendeu estar "como Deus na criação", é tão revelador de suas representações de si como de sua relação com os registros – acumulados (e doados) para atestar a sua trajetória excepcional. Entender essa relação pode dotar de sentido o fato de se encontrar no acervo uma série de documentos que não refletem, necessariamente, atividades desenvolvidas, mas apontam para a ideia de que todo registro carregaria a marca da distinção, como se tudo fosse "contaminado" pela genialidade do titular. Nesse caso, estaríamos diante de uma acumulação documental marcada pela projeção de um devir histórico para uma obra tida como grandiosa e em relação à qual qualquer detalhe ou objeto seria dotado de significado, e não por uma acumulação motivada pela guarda de registros que pudessem atestar atividades ou experiências vividas.

Vale lembrar, aqui, uma das primeiras reflexões que tomaram o arquivo pessoal como objeto de análise, debruçando-se sobre o processo pessoal de

arquivamento. Trata-se do artigo *Evidence of me...*, no qual a arquivista australiana Sue McKemmish aproximou o gesto de guardar documentos pessoais de "um tipo de testemunho" que alguns indivíduos se veriam compelidos a prestar em relação a suas vidas, tanto no sentido de preservar a memória de experiências vividas como no de constituir sua identidade pessoal por meio do arquivamento.[29] O texto estabelece conexões interessantes com outros campos de conhecimento que discutem o papel das "narrativas de si" na constituição do *self,* aproximando a produção de arquivos pessoais dessa discussão. McKemmish sugere que diários íntimos e cartas pessoais fornecem um tipo de "evidência de si" e propõe que diferentes gêneros documentais presentes em arquivos pessoais fornecem diferentes tipos de "prova" em relação aos seus titulares. Assim, por exemplo, as cartas forneceriam informações sobre os missivistas, mas, sobretudo, constituiriam "prova" das relações existentes entre eles, desenhando o contexto no qual as informações contidas nos documentos deveriam ser interpretadas.

Se, por um lado, é sugestivo pensar o arquivamento como uma forma de "narrativa de si", por outro, nem todo gesto de arquivamento pode ser associado a uma motivação memorial. Refletir sobre motivações e modelos de arquivamento adotados pelos indivíduos pode levar-nos a uma crítica ao próprio texto de McKemmish no que diz respeito à associação entre o gesto de arquivar e o desejo individual de memorizar a própria vida. Buscar essa motivação em todos os documentos guardados pelo indivíduo equivaleria a dotar de um significado único (e muitas vezes conferido *ex post*) o resultado de diferentes gestos operados em diferentes momentos e com diferentes motivações. Não são apenas diferentes temporalidades que se expressam nos arquivos pessoais, marcando distintas formas de relação dos titulares com seus papéis ao longo do tempo: dimensões diversas dos próprios titulares podem ser perscrutadas na constituição dos arquivos pessoais quando analisados em uma perspectiva histórica.[30]

Um arquivo-projeto

O arquivo do antropólogo e político Darcy Ribeiro, de cuja organização participei durante mais de dois anos e sobre o qual me debrucei em minha tese de doutorado, pode trazer alguma luz a essa discussão. Vou me ater a apenas um aspecto, pela sua relação com o tema aqui discutido. No arquivo de Darcy, a documentação que corresponde ao exercício dos diversos cargos públicos ocupados pelo titular, bem como aquela que corresponde às suas atividades literárias e acadêmicas, facilmente identificáveis, contrasta com documentos que não se enquadram ao exercício de uma atividade, ao registro de uma transação, que se relacionam mais a projeções do que a ações, mais a interesses difusos do que a motivações localizáveis com o auxílio de sua biografia.

Para uma parcela da documentação, de acumulação mais tardia, o que se observa é um padrão distante daquele associado ao acúmulo progressivo e "natural" de registros que remetem às experiências de vida e ao desempenho de atividades, bem como ao gesto intencional de guardar documentos que sirvam como evidências de um passado pessoal. Por meio de entrevistas realizadas à época com suas secretárias, documentos desconectados, fragmentários, guardados em pastas que pareciam ter sido esquecidas, raquíticas em relação a outros conjuntos documentais, e "opacos" ao olhar que buscasse vê-los como registros da biografia do titular, ganharam novo sentido. Segundo uma de suas colaboradoras:

> [...] era um arquivo feito, "Olha, abre uma pasta para isso, para esse projeto", e aquele projeto nunca saiu daquela folhinha, então

O jornalista, professor, escritor e orador Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Ataíde (Caruaru, PE, 1898 – Rio de Janeiro, RJ, 1993) em seu gabinete como presidente da Academia Brasileira de Letras. Fotografia de autor não identificado, Rio de Janeiro, RJ, 1959. In: LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras.* Rio de Janeiro: ABL, 2007.

O advogado, escritor e historiador Antônio Augusto de Lima Junior (Leopoldina, MG, 1889 – Belo Horizonte, MG, 1970) em entrevista concedida na sua residência em Belo Horizonte. Fotografia de Eugênio Silva. In: *O Cruzeiro*, 15 de março de 1958 (recorte). Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

> ficou lá. Ou: "Abre uma pasta para fulano", e a relação não deu frutos... Certamente isso aconteceu. Porque ele era ocasional, ou seja, era um arquivo feito antes, não depois, não é? [...] E era para uso dele.[31]

O usuário do arquivo era o próprio titular, e algumas identificações encontradas quando da abertura das caixas que guardavam o papelório à espera de tratamento espelhavam usos projetados por Darcy Ribeiro para aqueles registros. O desejo de intervir, que aparece como um traço marcante da sua personalidade nos seus relatos sobre si, nos depoimentos daqueles que lhe foram próximos e até nas análises acadêmicas que o tomaram como objeto, parece ter sido alimentado pelas experiências bem-sucedidas que acumulou na sua volta ao cenário político, nos anos 1980, reforçando a sua crença na capacidade de realizar.

Essa autoimagem, por sua vez, parece ter alimentado seu arquivo com prospectos, projetos, registros de ideias e experiências que lhe pareciam interessantes ou sugestivos e que, por isso, eram avaliados como dignos de serem guardados para o futuro, para inspirarem realizações vindouras. Sobretudo nos últimos anos, quando a urgência na realização das suas "utopias" aumenta – com a perspectiva da doença e da morte –, o arquivo parece ganhar importância como instrumento de trabalho capaz de municiar Darcy para novos empreendimentos. Seu arquivo tinha, portanto, uma dimensão prospectiva, estando mais próximo, nesse particular, de uma agenda aberta do que de um arquivo.

A etnografia do processo de constituição desse conjunto documental revelou, assim, um uso distinto daquele classicamente associado à guarda de papéis por um

indivíduo: nem registro do vivido, nem prova de ação, os papéis acumulados por Darcy – ou, ao menos, uma parcela deles – se afastam da representação tradicional do "arquivo-memória", parecendo estar mais próximos do que poderíamos designar como "arquivo-projeto". Os contextos de produção dos registros não são identificáveis, de modo geral, mas o contexto de acumulação, recuperável por meio de entrevistas, dotou de significado a presença de muitos documentos no arquivo.

Parece pertinente sugerir, portanto, para o tratamento dos arquivos pessoais, a inclusão de uma terceira categoria de nexos a ser perseguida pelo profissional de arquivo, além do nexo que une os documentos que compõem o arquivo entre si e do nexo que une os documentos às atividades que os originaram: o nexo que une o titular ao conjunto de documentos que constituem os "seus" papéis. Não se trata de descurar das relações que conectam atividades desempenhadas e registros documentais, mas de atentar também para a relação que cada titular manteve com documentos manuseados e guardados, para os usos que cada um deu aos registros e para os atributos que lhes foram conferidos, capazes de explicar configurações, ordens, desordens, marcas etc., eloquentes para o profissional interessado em "entender" o arquivo para poder melhor organizá-lo.

Se, como advertem Camargo e Goulart, dirigindo-se àqueles que tratam cada documento e cada parcela do arquivo como entidades autônomas, "o arquivo é sempre maior do que a somatória das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo",[32] importa investigar de que maneira a entidade produtora se expressa em cada arquivo e em cada parcela que o constitui, bem como indagar o que o processo de acumulação documental – e não apenas os documentos – pode nos dizer sobre cada titular.

III. Considerações finais

No caso dos arquivos públicos e privados institucionais, os documentos são criados e reunidos de acordo com as funções desempenhadas pelo organismo produtor, sendo possível prever, aproximadamente, o que resulta, em termos de documentação, da atuação de um órgão ligado a determinada atividade. No caso dos arquivos pessoais, porém, dependerá do titular do arquivo – e, talvez, de terceiros que atuem na acumulação dos registros – o perfil dos documentos que o integrarão.

Se assumirmos que o que distingue os conjuntos documentais de natureza arquivística é a relação específica que une entidade produtora e arquivo, podemos sugerir que a distinção mais consequente, aquela que mais respeitaria a natureza dos conjuntos documentais constituídos, deveria levar em consideração não o estatuto jurídico dos registros, mas a lógica de produção do arquivo. Por essa perspectiva, seríamos levados a distinguir, de um lado, arquivos institucionais, fossem eles públicos ou privados e, de outro, arquivos pessoais. Com esse deslocamento, não estamos propondo ignorar a natureza jurídica dos documentos e suas implicações legais, nem desconsiderando a diversidade de categorias reunidas sob a designação genérica de arquivos institucionais – que, de imediato, sugere tipificações que fazem ressaltar especificidades. A ideia é apenas chamar a atenção para o fato de que a assunção de outra taxonomia lança luz sobre uma dimensão distinta ou, inversamente, a atenção a determinada dimensão ou característica produz distintas classificações, podendo sugerir novos caminhos de reflexão.

Uma análise da bibliografia sobre arquivos pessoais sugere, de modo geral, que os arquivistas estiveram sempre mais preocupados com o caráter orgânico dos conjuntos que atestam o desempenho de atividades do que com o gesto, intencional e

subjetivo, que redunda na guarda de registros por um indivíduo. É compreensível que seja assim, se levarmos em consideração a história e os preceitos da disciplina, bem como a eventual submissão dos arquivos pessoais a critérios biblioteconômicos de classificação, mas essa ênfase não é anódina, ela terá consequências na abordagem dos arquivos, na definição dos quadros de classificação e na elaboração dos instrumentos de consulta.

A assunção de uma equivalência entre trajetória e arquivo tem consequências na configuração da fonte histórica, seja porque produz uma "narrativa" – expressa nos inventários que dão acesso aos documentos – que reforça a ilusão de uma acumulação contínua e "natural", paralela e concomitante ao exercício de atividades, encobrindo seleções, lacunas, reordenamentos e reutilizações dos registros; seja porque os documentos que escapem a essa lógica, por impedirem uma contextualização baseada no quadro de atividades desempenhadas pelo titular, ficarão "sem lugar" e serão obscurecidos na descrição do conjunto documental.

A eleição de um princípio único de classificação, pautado estritamente pela atividade que deu origem aos documentos, ao buscar conferir sistematicidade e neutralidade ao tratamento documental, acaba por "engessar" o processo de organização, podendo produzir artificialismos e exclusões. Esse tipo de metodologia, ainda que tenha o mérito de apontar para a necessária contextualização dos documentos, só se mostra inteiramente eficiente para determinado tipo de arquivo – aquele cuja lógica de produção o aproxima de um arquivo institucional, por refletir de maneira inequívoca o exercício de uma ou mais atividades, vale dizer, quando cargos ou funções se sobrepõem ao indivíduo. Nesse caso, os documentos não apenas têm "marcas" que remetem aos contextos em que foram produzidos, como apresentam uma sistematicidade estranha à grande maioria dos arquivos pessoais.

Esses conjuntos documentais ainda carecem de investimentos que avancem na categorização dos documentos que os constituem, que invistam na especificidade da lógica de acumulação de cada acervo e que busquem novas estratégias para a sua compreensão e abordagem.[33] Entre os procedimentos que, hoje, me parecem mais importantes, encontram-se o levantamento da história de cada fundo, o contato com as pessoas envolvidas na acumulação, ordenamento e guarda dos papéis – antes e depois da morte do titular –, bem como o investimento nas intenções, projeções e expectativas depositadas no arquivo por esse último, tanto no momento em que seleciona documentos para serem guardados como depois, ao vislumbrar a possibilidade de atribuir a seu acúmulo documental um valor histórico ou patrimonial. Além do tradicional estudo da biografia do titular e da pesquisa sobre a trajetória do arquivo, em geral limitada ao registro dos deslocamentos e condições de depósito da documentação até a sua chegada à instituição de guarda, uma pesquisa aprofundada sobre a constituição e os investimentos dos quais o arquivo foi objeto pode ser fundamental à tarefa de contextualização dos documentos.

Entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produtos de investimentos sociais mais do que como produtos "naturais" da trajetória dos indivíduos, como depositórios de valores e representações, e não, simplesmente, como registros de atividades, pode ajudar-nos a desvendar significados e avançar na tarefa de refletir sobre os procedimentos mais adequados ao seu tratamento. Investimentos pessoais, imagem pública e personalidade se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos dados a eles pelos titulares ou por seus herdeiros, fornecendo chaves para sua compreensão que vão além das tradicionais associações entre *trajetória* e *documentos*.

Nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma

ação projetada para o futuro. Apenas pesquisas em profundidade, que tomem cada conjunto documental como objeto de análise, poderão desvendar usos e sentidos associados a cada arquivo pessoal.

Notas |

1. Em trabalhos anteriores, analisei o impacto dos procedimentos técnicos de organização de arquivos na produção das fontes documentais de natureza pessoal. Cf. HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-66, 1997; HEYMANN, Luciana. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional*: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. A interferência configuradora do trabalho arquivístico vem sendo discutida, há alguns anos, por uma parcela da comunidade arquivística internacional. A esse respeito, ver BROTHMAN, Brien. Orders of value: probing the theoretical terms of Archival Practice. *Archivaria*, n. 32, p. 78-100, summer 1991; COOK, Terry. Archival science and post-modernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001; COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science*, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002. ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier. Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. *Revue de Synthèse*, 5e. série, t. 125, p. 1-14, 2004; entre outros.

2. A ausência de literatura arquivística sobre os arquivos pessoais foi comentada pela historiadora especialista em arquivos Ana Maria Camargo: "Os autores clássicos da área arquivística dedicaram-se especialmente aos documentos acumulados por instituições, encarando os pessoais, quando muito, como complementares". Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância*: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. p. 37.

3. O primeiro desses manuais, o famoso "manual dos holandeses" S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, publicado em 1898, não menciona os arquivos produzidos por indivíduos, tampouco contemplados no manual do inglês Hilary Jenkinson, basilar da teoria arquivística, publicado em 1922. SCHELLEMBERG, Theodore R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 36.

4. SCHELLEMBERG. *Arquivos modernos*, p. 37.

5. A diretora do Arquivo Nacional da França, Martine de Boisdeffre, em seminário realizado em outubro de 2006, sublinhou a prevalência da dimensão pública na definição de arquivos presente na legislação francesa: "O artigo L 211-4 do Código do Patrimônio precisa que os arquivos públicos são os documentos que procedem da atividade do Estado, das coletividades territoriais, dos estabelecimentos e das empresas públicas, os outros 'produtores' de arquivos públicos sendo mais secundários. Ao final do artigo L 211-5, os arquivos privados são todo o resto. Trata-se, logo, de uma definição por exclusão, se é que isso é possível". Cf. ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS (AAF). Actes du colloque Action, Mémoire, Histoire: les archives des hommes politiques contemporains. Paris: Editions Gallimard; AAF, 2007. p. 17. Essa questão é comentada por Heloisa Bellotto: "Afirmar-se que são documentos privados todos os que não são públicos parece demasiado simplista. Contudo, é assim, por exclusão, que a própria área jurídica distingue os bens públicos, afirmando serem estes os pertencentes à União, aos estados ou aos municípios, e os outros, particulares". Cf. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 249-250.

6. A necessidade de delimitar com clareza o "pertencimento" dos arquivos pessoais à categoria dos arquivos foi enfatizada por um arquivista espanhol: "Um arquivo pessoal é simplesmente um *fundo*. Podemos utilizar esse termo ainda que não estejamos nos referindo agora a códices, mas a manuscritos modernos. Esse fato exige levar em consideração primeiramente o conjunto e, em segundo lugar, as peças concretas [...]. Minha insistência tem motivos. Em muitas ocasiões a *coleção* silenciou, para não utilizar um termo mais forte, os *fundos*. Existem muitos exemplos, irritantes na maioria das vezes, de falta de sentido histórico dos bibliotecários". Cf. MARTÍN ABAD, Julián. Los archivos personales en la biblioteca. In: SEMINARIO DE ARCHIVOS PERSONALES, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006. p. 11.

7. HEYMANN. Indivíduo, memória e resíduo histórico.

8. A obra é dividida em três partes – Temas introdutórios, Temas centrais e Temas complementares. O capítulo dedicado aos arquivos pessoais abre a terceira parte. Essa "localização" atesta o peso relativo desse tipo de arquivo em uma obra que tem como objetivo "facilitar informações aos alunos dos cursos de arquivos para os quais é escassa a literatura nacional sobre arranjo e descrição em arquivos permanentes". BELLOTTO. *Arquivos permanentes*, p. 14.

9. BELLOTTO. *Arquivos permanentes*, p. 256.

10. BELLOTTO. *Arquivos permanentes*, p. 257.

11. BELLOTTO. *Arquivos permanentes*, p. 253-254.

12. É importante notar, no entanto, que o interesse crescente pelos arquivos pessoais, tributário do trabalho de estudiosos que exploraram as fontes pessoais como espaços de articulação e de negociação entre o privado e o público, o pessoal e o social, contribuiu não apenas para disseminar a sua utilização, mas também para valorizar arquivos produzidos por personagens anônimos. Cf. ARTIÈRES, Philippe. Présentation: Espaces d'archives. *Sociétés & Répresentations*, n. 19, p. 5-11, avril 2005; ARTIÈRES, Philippe; KALIFA, Dominique. L'historien et les archives personnelles: pas à pás. *Sociétés & Représentations*, n. 13, p. 7-15, avril 2002. Constituídos, em geral, de registros relativos a pequenas rotinas, condições de trabalho, consumo, relações pessoais e práticas narrativas – umas tantas dimensões que, em muitos casos, também estão presentes nos arquivos de personagens notórios, mas que nesses últimos ocupam, em geral, um espaço residual –, esses arquivos colocam em xeque, de forma aguda, a primazia da dimensão "profissional" na análise da documentação.

13. BELLOTTO. *Arquivos permanentes*, p. 141.

14. CAMARGO; GOULART. *Tempo e circunstância*, p. 23.

15. CAMARGO; GOULART. *Tempo e circunstância*, p. 37.

16. Em um artigo interessante, que discute o arquivo pessoal de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, intitulado "A guardiã da verdade", ainda no prelo, Letícia Nedel comenta a diversidade de registros que compõem o fundo: "O arquivo de dona Alzira não foge à regra, e tudo o que ele contém prima pela ausência de metadados. Sobram fotos sem legenda, multiplicam-se as notas tomadas nos mais surpreendentes suportes, o reaproveitamento de cartas, cartões de visita e outros papéis para finalidades distintas das originais, os nomes e números escritos à solta, sem que pareça possível identificar o contexto gerador da ação de registro. Ele concentra, dessa forma, o rastro documental de um cotidiano que faz a angústia do documentalista, a paixão dos historiadores e a tensa ou feliz interação entre ambos nos serviços de referência". NEDEL, Letícia. A guardiã da verdade. [no prelo], 2009. 31 p.

17. No caso de presidentes da República e, sobretudo, após a Lei n. 8.394, de 1991, que declarou de interesse público e social os acervos documentais privados de presidentes da República e criou a Secretaria (hoje Departamento) de Documentação Histórica, a documentação,

desde a sua produção e recebimento pelo Gabinete do Presidente, é submetida a uma série de procedimentos que assegura os metadados necessários à correta contextualização dos documentos. Prova disso é a decisão da equipe responsável pela organização do arquivo, no Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), de dar tratamento individualizado aos documentos, tomada com o objetivo de aproveitar o trabalho realizado pelo sistema de informações da Presidência da República – as conjunturas para as quais os documentos haviam sido criados foram registradas em um sistema de informações. CAMARGO; GOULART. *Tempo e circunstância*, p. 35.

18. Prova da atualidade do interesse pelos arquivos de homens públicos foi a realização, em outubro de 2006, do colóquio *Action, mémoire et histoire: les archives des hommes politiques contemporains*, organizado pela Associação dos Arquivistas Franceses, com apoio do Arquivo Nacional da França. As questões levantadas no evento apontaram para a dificuldade de classificar esses conjuntos, situados a meio caminho entre o político e o não político, entre o público e o privado. No caso francês, essas distinções – sobretudo entre o que é público e o que é privado – têm consequências importantes em termos de regime de coleta e de comunicação, na medida em que a parcela da documentação acumulada por um indivíduo no exercício de um cargo público – no caso do presidente da República, do primeiro-ministro e dos membros do governo – é considerada pública, devendo ser recolhida ao Arquivo Nacional, enquanto o restante da sua documentação é considerado arquivo privado. Segundo a diretora do Arquivo Nacional da França, o desmembramento dos fundos dos *hommes politiques* deve ocorrer mediante uma análise que distinga "documentos de função" de "papéis pessoais". Essa diretriz, no entanto, foi objeto de diversas críticas por parte de participantes do colóquio. Cf. ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. *Actes du colloque Action, Mémoire, Histoire*. A legislação brasileira prevê a figura do "arquivo privado de interesse público e social", uma classificação que regula, em certa medida, a custódia de determinados acervos – entre os quais os arquivos de presidentes da República –, mas a classificação de um fundo como de interesse público não altera o seu regime legal – ele continua sendo privado. Simplesmente, os arquivos identificados como de interesse público não podem ser alienados nem transferidos para o exterior, havendo preferência do poder público para sua aquisição.

19. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Metodologia de organização de arquivos pessoais*: a experiência do CPDOC. 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

20. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Metodologia de organização de arquivos pessoais*, p. 13.

21. Apenas para citar alguns exemplos importantes, lembremos do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Casa de Rui Barbosa e do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, para arquivos de literatos; da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e do Museu de Astronomia e Ciências Afins, para arquivos de cientistas.

22. Séries: maiores subdivisões internas dos fundos, estabelecidas no momento da definição do quadro de arranjo. Dossiês: subdivisões das séries, consideradas as menores unidades de arquivamento. Cf. DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 2005. Apenas dois arquivos do CPDOC foram organizados com base no critério tipológico (Juracy Magalhães e Clemente Mariani), expressando uma tendência rapidamente abandonada.

23. LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, n. 15, p. 69-82, p. 73, 2º sem. 2003.

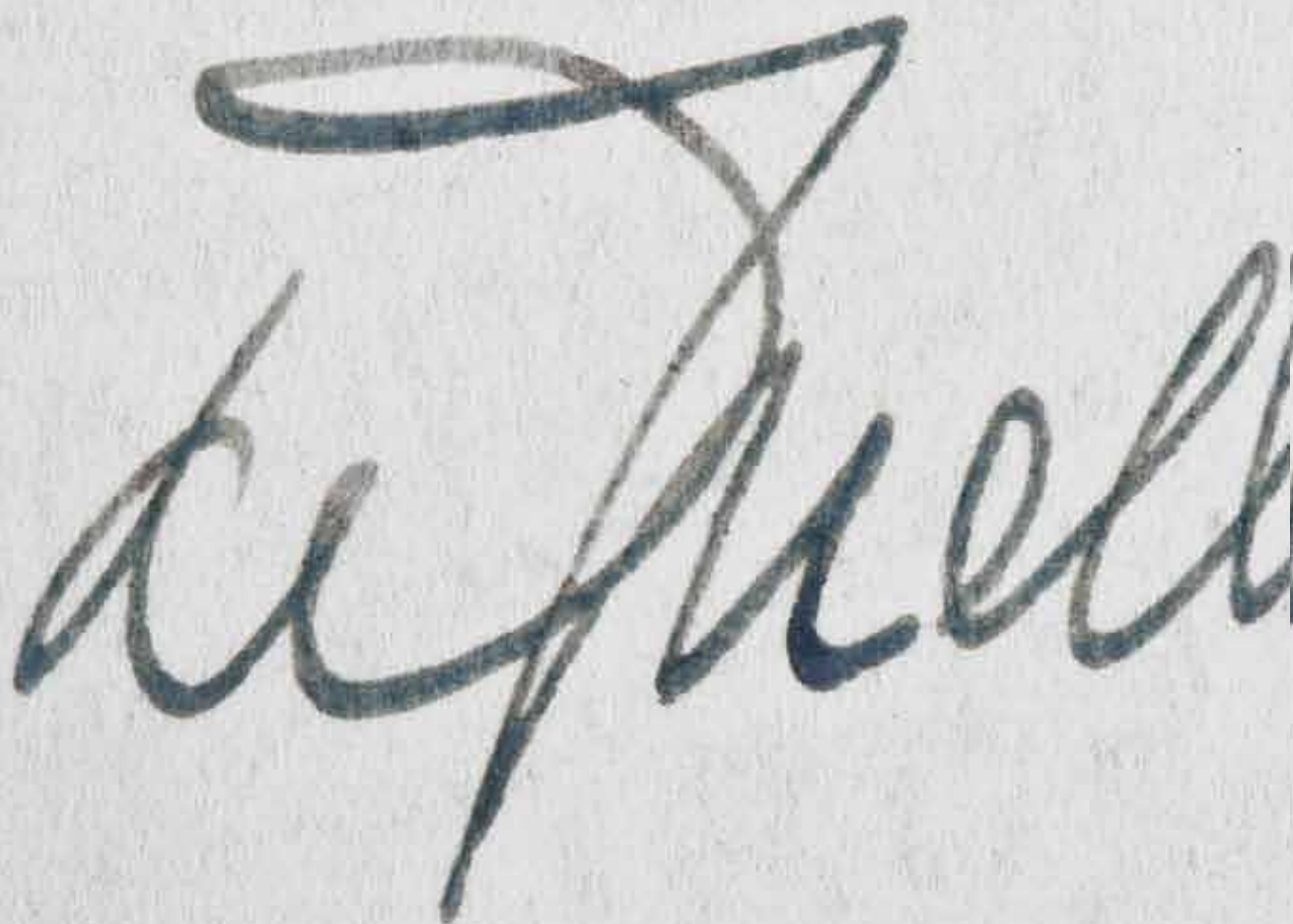
24. FRAIZ, Priscila; COSTA, Célia. *Como organizar arquivos pessoais.* Projeto Como Fazer. Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2001. (Mimeo.). 40p.

25. FRAIZ; COSTA. *Como organizar arquivos pessoais*, p. 18.

26. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13 – CPDOC 20 anos, p.49-64, janeiro-junho 1994. p. 51.

27. LAMBERT, Emanuelle. Alain Robbe-Grillet et ses archives. *Sociétés et Représentations*, CREDHESS, n. 19, p. 197-210, avril 2005.

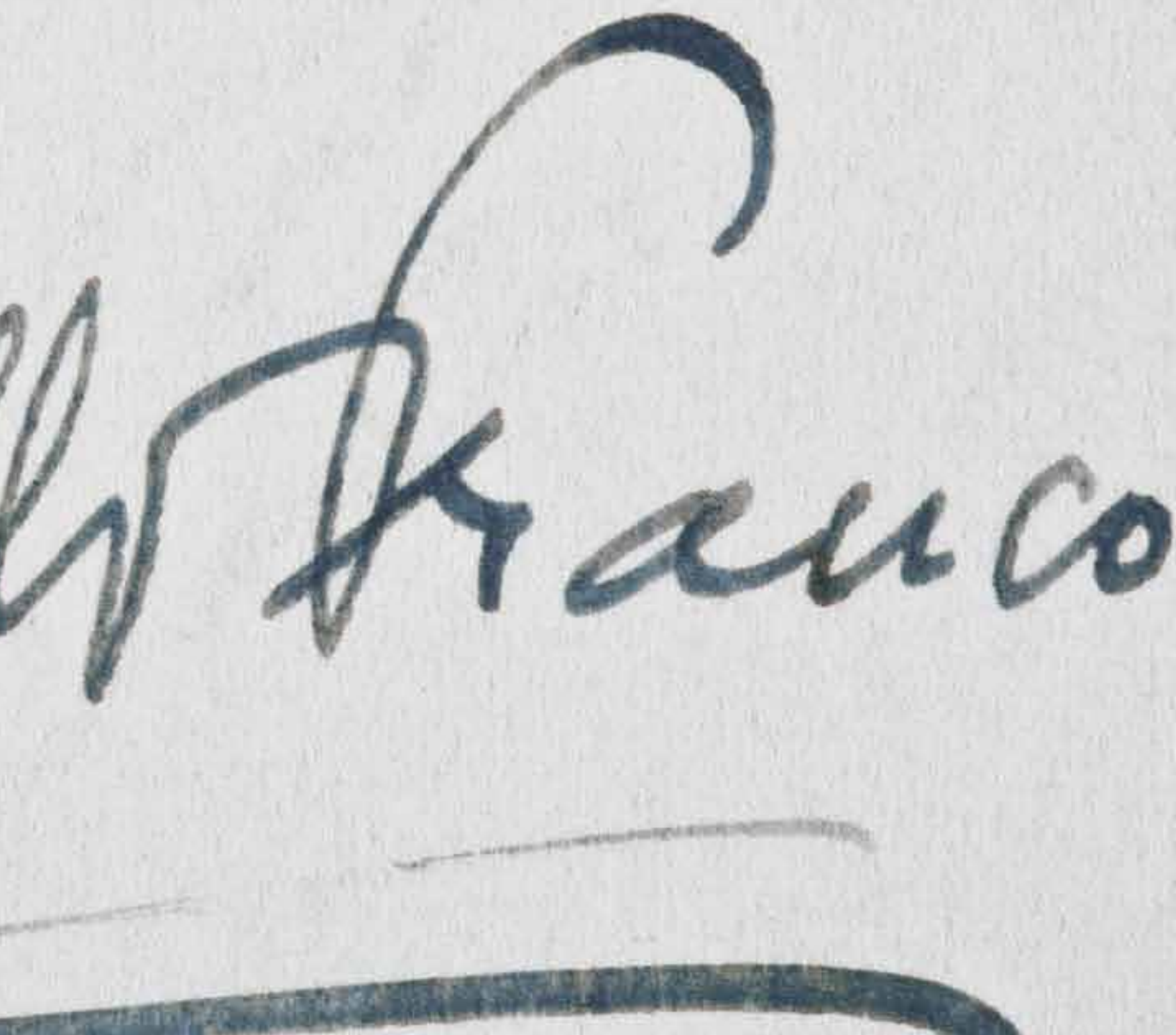
28. LAMBERT. Alain Robbe-Grillet et ses archives, p. 199.

29. MCKEMMISH, Sue. Evidence of me... *Archives and Manuscripts*, Camberra, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996.

30. Uma resposta ao texto de McKemmish foi formulada por Verne Harris, a partir de uma leitura inspirada no desconstrutivismo de Jacques Derrida. Entre os pontos levantados, merece menção a crítica à "função" testemunhal associada ao arquivamento pessoal, que levaria a autora a privilegiar a intenção de manter "provas" em relação a outras dinâmicas presentes na acumulação de documentos pelos indivíduos. Cf. HARRIS, Verne. On the back of a tiger: deconstructive possibilities in "Evidence of me...". *Archives and Manuscripts*, Camberra, v. 29, n. 1, p. 8-21, 2001.

31. Entrevista com Gisele Jacon de Araújo Moreira, gravada em 29 de abril de 2008.

32. CAMARGO; GOULART. *Tempo e circunstância*, p. 48.

33. Merece menção, pela oportunidade da iniciativa e pelo resultado obtido, o glossário de documentos apresentado no livro de Camargo e Goulart (*Tempo e circunstância*), ferramenta importante no tratamento arquivístico, por auxiliar na tarefa de reconhecimento dos atos e funções expressos pelos documentos, dando consistência às categorias utilizadas na descrição documental.

Luciana Quillet Heymann é doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), pesquisadora responsável pelo Programa de História Oral do CPDOC/FGV e professora do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Daniele Cavaliere Brando
Ana Lúcia Merege

Arquivos privados na Biblioteca Nacional

A guarda, pela Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, da Coleção Afrânio de Melo Franco, formada por documentos particulares legados pelo político mineiro, incita o debate sobre a conceituação dos acervos dessa natureza, cujo caráter errático não impede, entretanto, o reconhecimento de sua indiscutível importância.

> Este artigo trata da importância dos arquivos privados existentes na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Inicialmente, trabalharemos o conceito de arquivos privados pessoais, discutindo suas diferentes definições. Desenvolveremos esse trabalho através da análise comparativa entre as perspectivas de três países – Espanha, Estados Unidos e França –, fazendo uma analogia das posições dominantes em cada um deles com a realidade arquivística brasileira. A partir de então, destacaremos as temáticas predominantes em torno das definições de arquivos privados, como são trabalhadas por alguns autores. Por fim, discorreremos sobre os arquivos sob a guarda da Biblioteca Nacional, e, dentre eles, um em especial: a Coleção Afrânio de Melo Franco, uma das mais destacadas figuras da política e da diplomacia do Brasil na década de 1930.

O conceito de arquivo privado

A análise da literatura mostrou que existem várias formas de nomear esse conceito, dentre elas, arquivo pessoal e arquivo privado pessoal.[1] Considera-se relevante apresentar o surgimento desse conceito no contexto da arquivologia, que, por ser uma disciplina que se desenvolveu com base na necessidade de organizar documentos oficiais, não possuía definição específica para os arquivos produzidos por pessoas físicas. Hoje, esse conceito tem mais aceitação, embora se verifiquem divergências em seu uso.

Dando início à revisão da literatura, recorremos ao *Manual de arquivistas holandeses*[2] e podemos verificar que nele não se considera a questão dos arquivos privados e, menos ainda, a de arquivos privados pessoais. Por outro lado, o *Dictionary of archival terminology 3* (*DAT 3*) nos oferece a seguinte definição para arquivo:

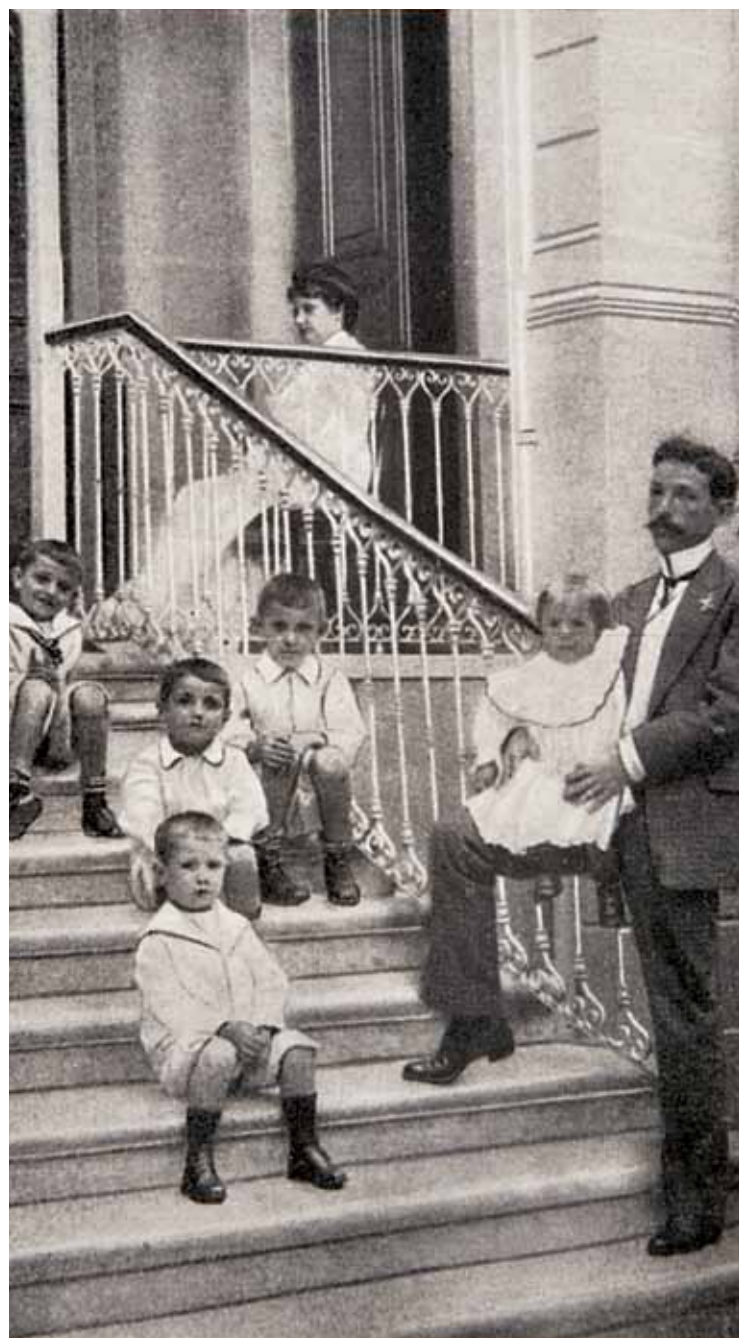
> 1) Os documentos criados ou recebidos e acumulados por uma pessoa ou organização, no decurso da condução dos assuntos, e preservada por causa do seu valor contínuo;
> 2) O edifício ou parte de um edifício no qual *arquivos* (1) sejam preservados e tornados disponíveis para consulta; também referida como um repositório de arquivamento;
> 3) A agência ou programa responsável por selecionar, adquirir, preservar, e disponibilizar *arquivos* (1); também referida como uma agência arquivística, instituição arquivística, ou programa arquivístico.[3]

Vejamos agora a definição do mesmo termo no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (*Dibrate*):

> 1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, publica ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.
> 2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos.
> 3) Instalações onde funcionam arquivos (2).
> 4) Móvel destinado à guarda de documento.[4]

Percebe-se a presença dos documentos de natureza privada nas duas definições e o cuidado em abordar a natureza individual ou familiar desses documentos. Recorrendo à definição de arquivos pessoais no *DAT 3*, encontramos: "Arquivos pessoais – Documentos privados acumulados ou pertencentes a um indivíduo e sujeitos à sua eliminação".[5]

De acordo com o *Dibrate*, os arquivos pessoais são aqueles que dizem respeito à pessoa física. O conceito

Afrânio de Melo Franco à época de seu casamento, em 1893. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu tempo.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. v. 1.

Afrânio de Melo Franco e sua esposa, Sílvia, com os filhos, na varanda de sua residência em Belo Horizonte, c. 1906. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Um estadista da República – *Afrânio de Melo Franco e seu tempo.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. v. 2.

de arquivos privados é: "Arquivo (1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular".[6] Essas definições provieram de amplos debates na área da arquivologia, com relação aos conceitos de arquivos privados de pessoas.

A escola francesa

Na França, a partir de 1949, a documentação privada passou a constituir duas séries especiais, *AP* (*Archives Privées*) e *AQ* (*Archives Économiques*), a primeira destinada a receber documentos de famílias ou pessoas, com caráter político, literário e científico, e a segunda para estabelecimentos bancários, industriais e comerciais, constituindo-se separadamente em relação ao restante do acervo.[7]

Há divisões nos arquivos familiares e pessoais, nos quais os chamados "arquivos puramente familiares" são constituídos por documentos relativos à família, enquanto os arquivos pessoais se compõem de documentos relacionados particularmente a um indivíduo. No manual francês, podem-se encontrar definições específicas para cada tipo de documentação de caráter privado. Os "arquivos domésticos" encontram-se em todas as famílias e, em alguns casos, são os únicos documentos de que se pode esperar futura recuperação. Os "arquivos senhoriais" são constituídos de grupos importantes de documentos das famílias nobres. Dividem-se em documentos senhoriais e feudais. Os "arquivos dominiais" são compostos por títulos de propriedades e documentos notariais, entre outros.

A próxima divisão encontra-se nos "documentos de função", ou seja, provenientes do exercício de alguma atividade funcionalmente específica. Essas funções podem ser puramente privadas (sendo os documentos relativos a elas considerados privados), eclesiásticas, públicas ou oficiais. Ao trabalhar com esses tipos de acervo, o documentalista/arquivista pode encontrar dificuldades e até mesmo ter receio em misturar documentos de natureza pública e privada, fato que pode ocorrer quando o indivíduo leva para o campo privado documentos de natureza pública. A divisão final se encontra nos "documentos científicos e literários", por exemplo, os originais de livros ou estudos acadêmicos, e, frequentemente, nos arquivos de família.

Percebe-se que na França há uma evidente preocupação com a definição de arquivos privados, tendo-se criado e organizado divisões possíveis dentro de suas definições e se expressado os tipos documentais que compõem cada tipo de fundo. A criação de uma série para arquivos privados em 1949 é uma prova desse pensamento. A preocupação com a salvaguarda de tais documentos, por meio de instrumentos legais, e o destaque conferido a eles para a história revelam a importância dos arquivos privados para os franceses.

Diversidade de perspectivas

Os Estados Unidos compreendem de forma diferente o trabalho arquivístico, o que pode trazer uma confrontação com as tradições arquivísticas da França, Espanha e Brasil. Naquele país, o trabalho é desenvolvido em duas linhas principais, a dos *records management,* voltada para os arquivos correntes e intermediários, e a dos *archives,* voltada para os arquivos permanentes. Ainda que hoje se verifique entre eles uma nova forma de pensar os arquivos privados, muito mais próxima da visão francesa, que predominou inclusive no Brasil, tradicionalmente os norte-americanos utilizam a categoria de *record groups*

para nomear as unidades de arquivo, em detrimento da noção francesa de fundo. Schellemberg nos dá indicações de como, nessa perspectiva, são definidos e tratados os arquivos pessoais nos Estados Unidos:

> O termo papéis privados inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se origina de uma pessoa quanto de uma entidade [...] As coleções de papéis privados dividem-se em dois tipos que podem ser diferenciados pela maneira pela qual eles vieram a existir. São: a) coleções naturais ou orgânicas, e b) coleções artificiais.[8]

Podemos observar que, nessa visão, os documentos produzidos por pessoas ou famílias em âmbito privado não constituíam, por muito tempo, um fundo arquivístico nos Estados Unidos. Não eram nem mesmo chamados de "arquivo", mas sim de coleções, e os documentos privados pessoais constituíam coleções de manuscritos. É fato, entretanto, que tal situação vem rapidamente mudando nos últimos anos.

Na Espanha, observamos uma tendência a não considerar os arquivos pessoais como fundos, mas sim como coleções. Segundo Antonia Heredia Herrera

> Na maioria estão constituídos [os arquivos pessoais] por documentos soltos formando uma coleção. Até mesmo séries habituais, como pode ser a correspondência, encontram dificuldades sérias, uma vez que muitas das cartas estão integradas em dossiês sobre algum acontecimento e seria equivocado retirá-las de seu contexto. No momento da organização não podemos partir do princípio da procedência, como se se tratasse de uma instituição com funções e atividades definidas. Aí se considera a coleção em que a ordem cronológica passa a ser a regra para um mínimo de sistematização.

Do ponto de vista da produção acadêmica sobre o tema, no Brasil, pode-se destacar a definição de arquivos pessoais defendida por Heloisa Liberalli Bellotto:

> [...] pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de agir, pensar, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou, ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.[9]

Essa breve apresentação demonstra como o conceito de arquivos pessoais é tratado de diferentes maneiras. Para os fins deste trabalho, adotaremos a posição de Heloisa Bellotto, não apenas por considerá-la a mais completa, passível de fornecer respostas aos questionamentos iniciais do documentalista/arquivista, como também por se adequar à natureza particular de nosso objeto: os arquivos pessoais existentes na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Acervos "invisíveis"

Muitos pesquisadores se declaram surpresos ao saber da existência de arquivos privados numa instituição como a Biblioteca Nacional, onde julgavam haver

apenas documentação proveniente da administração pública e/ou órgãos públicos. De fato, grande parte dos acervos sob a guarda da Biblioteca provém de órgãos administrativos, como a Casa dos Contos e os ministérios do Império. No entanto, além dessas coleções, a instituição abriga várias outras, a começar por aquela que lhe deu origem, pertencente à família real portuguesa.

Em 29 de outubro de 1810 – data que passou a ser considerada a de fundação, ou "aniversário", da Biblioteca Nacional do Brasil –, o príncipe regente dom João determinou que a Real Biblioteca, até então alojada no andar superior da Ordem Terceira do Carmo, fosse transferida para uma nova edificação. As obras começaram naquele mesmo ano, durante o qual a consulta ao acervo da biblioteca foi também franqueada a estudiosos mediante consentimento régio. Em 1814, após a transferência do acervo para o novo endereço – um sítio na mesma rua, que anteriormente servira de catacumba para os religiosos da Ordem do Carmo –, a consulta passou a ser foi franqueada ao público.

O acervo cresceu muito a partir daí, tanto através de compras e doações como das "propinas", isto é, a entrega obrigatória à biblioteca de um exemplar de tudo que se imprimisse em Portugal e na Imprensa Régia do Brasil. A deliberação relativa às propinas foi sendo modificada ao longo do tempo, culminando no decreto de depósito legal, datado de 1907 e ainda em vigor.

O crescimento do acervo e sua disponibilização para o público foram, sem dúvida, fatores que contribuíram, senão para o surgimento, ao menos para o desenvolvimento de uma elite intelectual, para a qual a Biblioteca Nacional era ao mesmo tempo uma fonte de consulta e um ponto de reunião. Seus diretores e até mesmo funcionários foram muitas vezes pessoas intimamente ligadas à vida literária, acadêmica e cultural do país. Capistrano de Abreu, Raul Pompéia, Ramiz Galvão, Darcy Damasceno, Plínio Doyle e Celso Cunha são apenas alguns dos escritores e pesquisadores que figuraram no corpo funcional.

A lista se torna muito mais extensa se forem incluídos os utentes, como Machado de Assis, nome frequente nos livros de consulta, e Lima Barreto, cujo arquivo pessoal, incluindo originais e correspondência, se encontra sob a guarda da instituição. A esses nomes se somam centenas de outros que obtiveram destaque tanto na literatura quanto em outros campos como as artes e a política – e não é de se estranhar que alguns deles, leitores recorrentes da Biblioteca Nacional, tenham doado a ela seus acervos particulares. Alguns foram doados não pelos titulares, mas por suas famílias, talvez por saber da ligação entre seu ente querido e a biblioteca, mas talvez, possivelmente, por achar que esta seria um lugar de fácil acesso e que um acervo aí localizado beneficiaria um maior número de pesquisadores. Vale lembrar que a compra, modalidade pela qual várias coleções privadas foram incorporadas à Biblioteca Nacional, deixou de ser praticada: as coleções que chegaram à instituição nas últimas décadas foram todas doadas pelos titulares ou por seus herdeiros.

Não obstante o interesse da administração da Biblioteca Nacional em difundir seu acervo, o grande volume de documentos recebidos pela instituição não permitiu que todos eles fossem imediatamente disponibilizados para o público. Uma prática corrente era proceder a uma descrição superficial dos itens a fim de permitir o acesso, sem, contudo, produzir um instrumento de pesquisa mais detalhado. Com o passar do tempo, alguns desses documentos foram revisitados pelos funcionários e submetidos a uma nova leitura, o que resultou em descrições mais exatas e,

frequentemente, em mudanças no arranjo das coleções. Entre os arquivos privados recentemente descritos ou redescobertos podemos destacar os do Morgado de Mateus, Artur Ramos, Nelson Werneck Sodré, Nunes Pereira e Mário Barreto, os quais, disponíveis por meio de catálogos impressos e digitais, vêm sendo cada vez mais procurados por estudiosos de várias áreas do conhecimento.

Presença dos mineiros

Alguns dos arquivos privados da Biblioteca Nacional são provenientes de Minas Gerais ou têm como titulares indivíduos nascidos naquele Estado. Coleções como a de Lafayette Cortes[10] – educador que fundou o famoso Instituto Lafayette, hoje integrante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro –, a do procurador Augusto de Lima Júnior,[11] com cerca de 800 documentos, e a de Batista Caetano,[12] estudioso das culturas indígenas, fazem referência a nomes, fatos, movimentos, enfim, a elementos cruciais para o estudo da história brasileira em toda a sua complexidade. Outras, por sua vez, se constituem em fontes para o estudo da literatura, como a de Agnes Guimarães Rosa, composta por cartas de seu pai – João Guimarães Rosa (1908-1967), autor do emblemático *Grande Sertão: Veredas* –, e a coleção doada à Biblioteca Nacional por seu ex-diretor Affonso Romano de Sant'Anna,[13] que reúne notas, poemas e correspondência com escritores e jornalistas contemporâneos.

De grande interesse para o estudo do Império é a Coleção Nogueira da Gama, cujo titular, Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama (1802-1897), serviu como alferes na Guarda de Honra do futuro d. Pedro I, quando da sua primeira visita a Minas Gerais. Com cerca de 300 itens, a coleção, comprada em 1944 de Ana Romana Calmon da Gama, reúne cartas de membros da família imperial, bem como decretos, provisões e outros documentos oficiais. Curiosamente, o acervo não contempla as atividades de Nogueira da Gama no exercício de suas funções como presidente da Câmara de Ouro Preto e deputado-geral por Minas Gerais, cargo que exerceu entre 1843 e 1844; as poucas menções feitas à província se referem a movimentos revoltosos.

Um estadista da República

Dentre todos os arquivos privados acumulados por mineiros que se encontram na Biblioteca Nacional, destaca-se a Coleção Melo Franco. Seu titular, Afrânio de Melo Franco,[14] iniciou sua vida pública em 1890, quando, ainda estudante de direito, foi nomeado promotor interino em Ouro Preto.
Em 1892, na mesma cidade, participou da fundação da Faculdade de Direito de Minas Gerais, vindo mais tarde a exercer outros cargos públicos no Estado. Sua carreira diplomática, que conheceria várias fases distintas, teve início em 1896, quando foi designado para o posto de secretário da legação do Brasil em Montevidéu, no Uruguai. De volta ao Brasil, estabeleceu-se como advogado em Belo Horizonte, então transformada na capital de Minas Gerais.

A vida política de Melo Franco teve um grande impulso a partir de 1902, quando o presidente eleito de Minas, Francisco Sales, o incluiu na chapa do Partido Republicano Mineiro (PRM), que disputava as eleições para a Câmara Estadual. Eleito, o mandato durou de 1903 a 1905 e possibilitou sua participação na reforma constitucional e legislativa de Minas.
Em 1906, Melo Franco foi eleito para a Câmara Federal, onde permaneceu por alguns anos, sempre atuando de forma decisiva em questões ligadas à política estadual e nacional.

Em 1918, depois de ter atuado como representante do Brasil em várias missões diplomáticas, Melo Franco assumiu a Secretaria de Finanças do novo governo de Minas Gerais, chefiado por Arthur Bernardes. Pouco depois, o presidente da República, Rodrigues Alves, nomeou-o para o Ministério de Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até 1919. Nos anos que se seguiram, alternou períodos de participação na vida política do país com outros em que atuou em missões no exterior, notadamente como embaixador junto à Liga das Nações. Em 1927, de volta ao Brasil, foi reeleito deputado federal pelo PRM e começou a se envolver com a questão da sucessão presidencial de 1930, trabalhando em favor da Aliança Liberal, que, formada pelos governos de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, mais as oposições de outros Estados, apoiava a candidatura de Getúlio Vargas.

A Revolução de 1930 ainda não havia acabado quando Melo Franco foi nomeado ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou até 1933. Nesse período, embora acompanhasse a evolução da política interna – especialmente a de Minas Gerais –, sua atuação esteve voltada para assuntos ligados à sua pasta, em especial a construção de uma rede de relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e outros países. A questão do café, deflagrada pela queda das exportações após a crise de 1929, foi uma das primeiras sobre as quais se debruçou.

Além disso, seus dotes de mediador foram fundamentais para a resolução de conflitos entre outros países, como o Paraguai e a Bolívia – cuja disputa pelo território do Chaco, em 1932, se transformou num grave conflito armado – e a questão de Letícia, que, no mesmo ano, envolveu o Peru e a Colômbia. A atuação de Melo Franco nesse episódio lhe valeu uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz em 1935, além de inúmeras mensagens de apoio e cumprimentos por parte de diplomatas, correligionários e, não raro, de pessoas que buscavam sua proteção para conseguir emprego, promoções e favores de todo tipo. É dessa época que datam os itens mais interessantes do acervo, uma vez que, por meio da correspondência e de outros documentos diplomáticos, é possível traçar os contornos da história das relações exteriores no Brasil, naquele período crucial que antecedeu a Segunda Guerra Mundial.

Encerrada sua missão no Itamaraty, Melo Franco voltou brevemente a se dedicar à política nacional, participando da comissão legislativa que elaborou a Constituição de Minas de 1935. Dois anos depois, contudo, regressou à posição de representante do Brasil no exterior, notadamente durante a VIII Conferência Pan-Americana, realizada em Lima, em 1938, quando a ameaça da guerra estava a um passo de se tornar realidade. Com a eclosão do conflito, Melo Franco foi sucessivamente presidente da Comissão Interamericana de Neutralidade e, a partir de 1942, da Comissão Jurídica Interamericana, quando finalmente o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com os países do Eixo.

Pai do fundador da UDN, Virgílio de Melo Franco, dos diplomatas de carreira Afrânio e Caio de Melo Franco e do deputado e membro da Academia Brasileira de Letras Afonso Arinos de Melo Franco, que viria a ser seu biógrafo, Afrânio de Melo Franco faleceu no primeiro dia do ano de 1943, deixando vários trabalhos publicados e uma preciosa coleção de documentos. Esta foi doada à Biblioteca Nacional em 1956 pela família de Afonso Arinos de Melo Franco.

O acervo Melo Franco

O acervo compreende o período que vai de meados do século XIX até meados do século XX. Seu volume é de

Afrânio de Melo Franco. Fotografia (albúmen) de autor desconhecido. Sem local, c. 1920. Arquivo Público Mineiro, Coleção Família Joaquina Bernarda do Pompeu – FJBP-1-1-128. www.siaapm.cultura.mg.gov.br.

16 metros lineares (cerca de 24.000 documentos). A exemplo de vários outros arquivos privados adquiridos pela instituição, este foi organizado em grandes séries, passando a ser acessível por meio do catálogo de fichas da Divisão de Manuscritos. A migração desse catálogo para um banco de dados eletrônicos foi o ponto de partida para que se constatassem alguns problemas no arranjo preliminar, bem como a necessidade de descrever mais detalhadamente determinadas séries e documentos. Assim, desde 2005, a Coleção Melo Franco vem sendo reorganizada e atualmente está na fase final de revisão. As etapas da metodologia consistiram em:

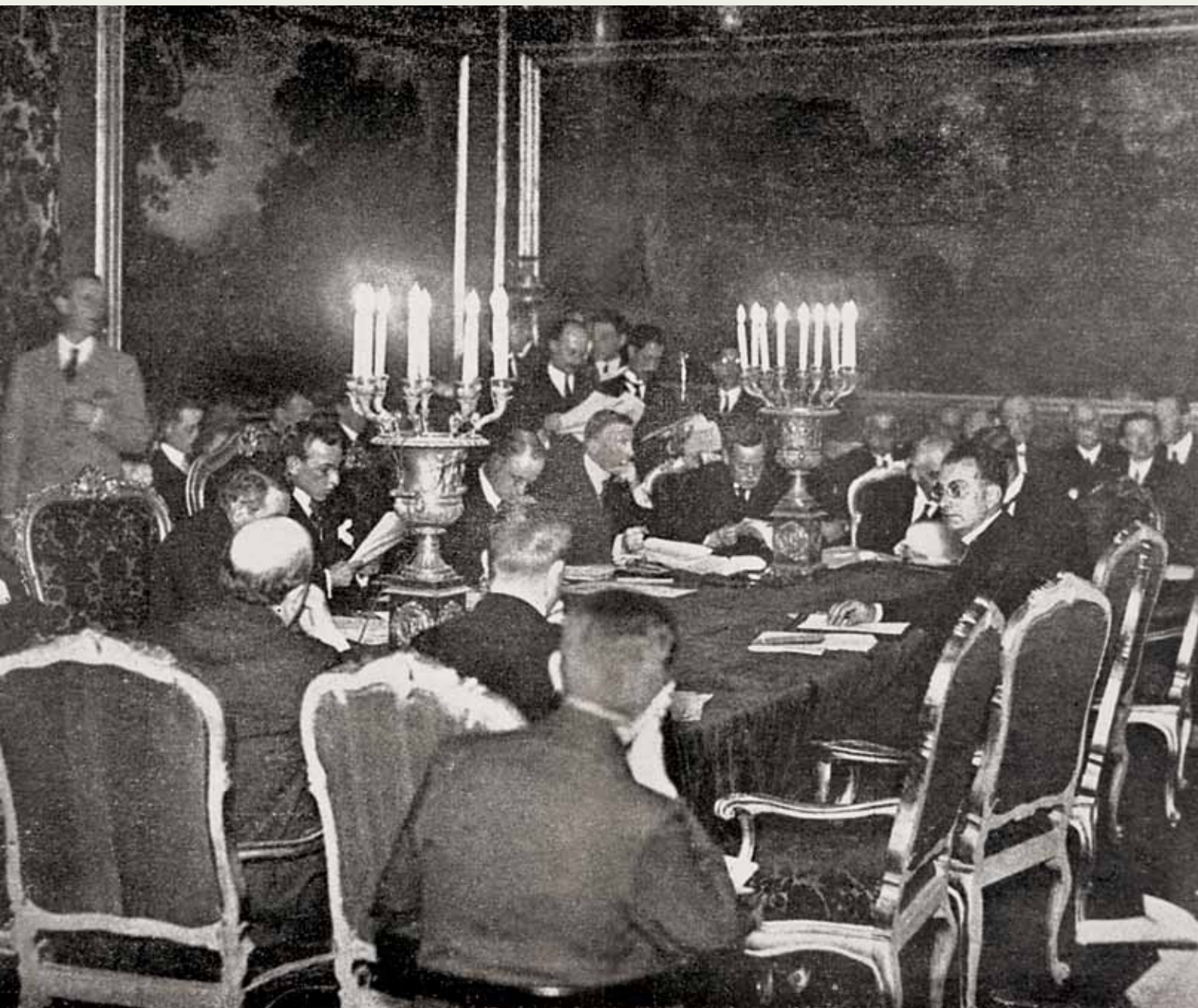
1. Arranjo da documentação, com base em pesquisa sobre a vida e atuação dos titulares;
2. Preenchimento de planilha padrão de descrição, contendo dados sobre autor, conteúdo, datas e nome do conjunto documental do qual é oriundo o documento;
3. Controle de vocabulário para indexação temática dos documentos tratados;
4. Elaboração de instrumento de pesquisa.

O conjunto inclui principalmente correspondência, periódicos e documentos que, relativos a uma grande gama de assuntos, foram preliminarmente classificados como "avulsos" – essa será a série que sofrerá maior modificação no que concerne ao arranjo. A correspondência inclui cartas trocadas por Melo Franco no âmbito pessoal e profissional, incluindo um importante conjunto de cartas enviadas ao titular por presidentes brasileiros, entre eles Arthur Bernardes, Washington Luís, Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas, entre outros.

Segundo o conceito formulado por Heloisa Bellotto,[15] que optamos por adotar neste trabalho, a Coleção Melo Franco é um perfeito exemplo de arquivo privado, no qual se misturam documentos de natureza pública e pessoal. Alguns deles podem ser classificados como pertencentes a um ou a outro grupo – há, por exemplo, um volume considerável de correspondência familiar, que um arranjo preliminar considerou como série –, mas boa parte do acervo é formada por cartas que, dirigidas a Melo Franco na qualidade de homem público, agregam a seu conteúdo informações de caráter privado. É o caso da correspondência a ele enviada por amigos que ocupavam cargos diplomáticos em legações estrangeiras – os quais, ao mesmo tempo que informam sobre assuntos ligados à política externa, transmitem notícias pessoais – e de cartas que evocam relações familiares e antigas ligações políticas a fim de solicitar a proteção do destinatário. Essas cartas provêm, com frequência, de Minas Gerais, onde Afrânio de Melo Franco e seu filho Virgílio eram nomes de grande influência nas décadas de 1920-1930.

Revelações documentais

O estudo desses documentos, preliminarmente agrupados na série "correspondência passiva", é de particular interesse para estudos de natureza política. Neles, torna-se patente a fusão do público e do privado, não apenas no que concerne ao tratamento dado ao acervo – que, embora tenha sido enviado ao gabinete de Melo Franco e passado pelas mãos de seus funcionários, acabou por se integrar à sua coleção pessoal, e não a arquivos ministeriais –, mas também no que se refere ao relacionamento entre o homem de poder e aqueles que dele se aproximam com vistas a obter benefícios, que vão desde cartas de apresentação até a nomeação, pura e simples, para os mais diferentes cargos públicos.

Tal prática era comum e, aparentemente, encarada como natural por Melo Franco, que muitas vezes

Reunião do Conselho da Liga das Nações presidida por Afrânio de Melo Franco. Palácio Doria, Roma, 1925. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu tempo.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. v. 3.

anotava nas próprias cartas as providências a tomar antes de repassá-las a seu secretário: “Arquivar”, “Mandar, como cópia, ao ministro do Trabalho”, “Dizer ao signatário que, no momento, não é possível atendê-lo, mas que se tomou boa nota do caso”. Algumas vezes, a reação pessoal prevalece sobre a resposta formal dada pelo burocrata. É o caso da nota rabiscada sobre a última das mais de 20 cartas que lhe dirigiram os membros da família do funcionário público Francisco Albernaz, pedindo sucessivamente empregos, promoções e favorecimento de várias formas: “Não responder a Albernaz. *Nenhum* Albernaz”. Melo Franco também se exaspera com a insistência de um pintor em lhe vender, ou ao Ministério do Exterior, um retrato de Tiradentes: “Dizer, *de uma vez por todas*, que não é possível”. Na maior parte das vezes, porém, suas respostas são formais, seguindo um padrão que atesta o hábito de prestar ou negar favores como prerrogativa.

A par dos que a ele recorrem por motivos puramente sentimentais – parentes, velhos amigos, conterrâneos – há também quem peça ajuda a Melo Franco baseando-se no fato de terem estado do mesmo lado em movimentos políticos, notadamente a Revolução de 1930. Nesses casos, é comum que o remetente afirme estar sendo vítima de perseguição ou preterição e apele por justiça, frequentemente sob a forma de uma colocação em um ministério. Alguns se dizem dispostos a colaborar com o ministro e com o novo governo do Brasil assumindo uma função consular – para um estudioso da história diplomática do país, seria interessante procurar esses nomes entre os de membros de legações no exterior.

Talvez mais do que a história política do Brasil e de Minas na década de 1930, a história diplomática da mesma época é o campo de estudos que mais se beneficiará do acervo dessa coleção.

Além das questões já referidas do Chaco e de Letícia, há muitas outras sobre as quais os documentos da Melo Franco podem lançar uma nova luz, como as relações entre o Brasil e a Alemanha no início da década de 1930 – quando, em carta confidencial, um diplomata afirma ter achado Hitler “uma personalidade interessante” –, as mudanças na estrutura do Itamaraty e suas consequências para o corpo diplomático e, ainda, as disputas no interior da Liga das Nações, que acabaram por levar à retirada definitiva do Brasil dessa organização. Para esse assunto, um conjunto documental de grande interesse é a coleção de Boletins da Liga das Nações, anteriormente classificados como Avulsos, mas que, com a nova organização, passarão a ser considerados uma série.

O projeto de reorganização da Coleção Melo Franco prevê, ao seu término, a disponibilização dos seguintes instrumentos de pesquisa: o inventário analítico da coleção – a ser publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* ou em volume independente –, um índice de assuntos e de autoridades e a inserção dos registros em base de dados, permitindo a consulta *on-line* no portal da Biblioteca Nacional.

Considerações finais

Vimos, com este trabalho, que a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional abriga arquivos privados de grande interesse. A exemplo da Coleção Melo Franco, que já foi tema de um trabalho publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* por seus organizadores,[16] outras têm sido revisitadas nos últimos anos, e os resultados dessas pesquisas deram origem a artigos, monografias e comunicações. Além disso, serviram como fonte de pesquisa para exposições, textos e material de divulgação voltado para o público em geral.

A difusão desse acervo vem sendo positiva para a Biblioteca Nacional e, de forma mais ampla, para todo o setor da cultura. Contudo, ainda há muito por fazer nesse sentido, inclusive no que se refere aos arquivos privados, cujo material, apesar do uso crescente, está longe de se esgotar. Ao contrário, sua riqueza e complexidade fazem desse acervo um universo ainda a explorar, e que em muito ainda contribuirá para o estudo da história e das ciências sociais no Brasil.

Notas |

1. O termo utilizado será arquivos pessoais, devido ao objeto em questão.

2. "Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo, ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário". ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 13.

3. DICTIONARY OF ARCHIVAL TERMINOLOGY 3. In: *http://www.staff.unimarburg.de/~mennehar/datiii/intro.htm*. Acesso em: 27/05/2009. Tradução do autor. Grifos nossos.

4. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 27.

5. DICTIONARY OF ARCHIVAL TERMINOLOGY 3. In: *http://www.staff.unimarburg.de/~mennehar/datiii/intro.htm*. Acesso em: 27/05/2009. Tradução do autor.

6. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, p. 34 e 35.

7. O *Manuel D'Archivistique,* publicado na França em 1970, traz alguns pontos interessantes acerca da compreensão da documentação privada. CHAMSON, A. *Manuel d'arquivistique*: théorie et pratique des archives publiques en France. Ouvrage élaboré par l'association des archivistes Français. Paris: Imprimerie Nationale, 1970.

8. SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 269 e 270.

9. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 266.

10. Lafayette Cortes (1888-1946) fundou em 1916 o Instituto Lafayette, que viria a integrar a Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

11. Augusto de Lima Júnior (1889-1970) foi advogado e funcionário da Marinha. Defensor do patrimônio, trouxe para o Brasil os restos mortais dos inconfidentes e colaborou no decreto de Getúlio Vargas que tornou Ouro Preto um monumento nacional.

12. Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882) foi historiador, dicionarista e linguista. Publicou diversas obras, entre elas *Apontamentos sobre o abañeenga* (1876) e *Vocabulário de palavras guaranis* (1880).

13. Affonso Romano de Sant'anna é escritor e dirigiu a Fundação Biblioteca Nacional entre 1990 e 1996.

14. Paracatu (25/2/1870) – Rio de Janeiro (1º/1/1943).

15. BELLOTTO. *Arquivos permanentes*.

16. BEAUCLAIR, Rodrigo Gonçalves; SAINT-WILLIANS, R. .Diplomacia brasileira: um olhar sobre a Coleção Melo Franco. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 124, p. 183-192, 2004.

Daniele Cavaliere Brando é mestranda em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação IBICT-MCT/UFF. Arquivista da Fundação Biblioteca Nacional e membro pleno da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

Ana Lúcia Merege é mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ-ECO e bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional, além de escritora e pesquisadora na área de leitura e literatura.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Wander Melo Miranda

Memória de papel

Depositário de objetos e documentos de variada natureza que testemunham sobre alguns dos mais importantes autores contemporâneos de Minas Gerais, o Acervo de Escritores Mineiros oferece espaço ao historiador e ao pesquisador literário para um trabalho interdisciplinar propício à reinvenção da memória.

> Uma parábola de Murilo Rubião, guardada numa pasta que tem como etiqueta "Anotações antigas para contos improváveis", diz muito do trabalho do escritor e do pesquisador de seu acervo. O texto chama-se "Documento".

> Levou a vida inteira decifrando um documento. Palavra por palavra. Cinquenta anos em cima do documento. Um dia, alguém lhe diz: – Sabes que levaste a vida toda em cima deste papel, que estás velho e morrerás dentro em pouco. O ancião olha o rosto no espelho, acaricia os cabelos brancos. Pega no documento, sacode-o, e volta a decifrá-lo.

Esse e vários outros "documentos" fazem parte do Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (*www.ufmg.br/aem*). Os acervos nele guardados são fruto da generosidade de familiares e amigos que doaram livros, manuscritos, fotos, quadros, mobiliário e objetos pessoais de Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Oswaldo França Júnior, Cyro dos Anjos, Abgar Renault, Octavio Dias Leite, Wander Piroli, Fernando Sabino. Há ainda coleções especiais de Aníbal Machado, Alexandre Eulalio, José Oswaldo de Araújo, Valmiki Vilela Guimarães, Genevieve Naylor, Ana Hatherly e José Maria Cançado. São cerca de 30 mil livros e 27 mil documentos.

Os acervos estão alocados no Centro de Estudos Literários (CEL), órgão complementar da Faculdade de Letras da UFMG, desde dezembro de 2007, tendo funcionado inicialmente como núcleo de pesquisa a partir de agosto de 1989. O objetivo do CEL consiste na captação, organização, preservação e pesquisa de acervos literários, disponibilizando-os para consulta e estudos de pesquisadores e da comunidade em geral. Visa ainda a promover pesquisas de literatura brasileira e de outras literaturas, segundo perspectivas de ordem cultural e interdisciplinar, bem como desenvolver e divulgar técnicas de investigação para o aprimoramento de estudos no campo cultural, artístico e literário.

Situado no *Campus* Pampulha, no 3º andar da Biblioteca Central da UFMG, e ocupando uma área de 900m^2, o espaço do Acervo de Escritores Mineiros foi concebido a partir de uma perspectiva museológica e cenográfica, recriando o ambiente de trabalho dos escritores. Inaugurado em 16 de dezembro de 2003, é um local permanente de exposição, construído com o apoio do Fundo CT-Infra/ Finep. Destacam-se, no Acervo, obras raras do período do modernismo brasileiro, valiosas coleções de periódicos, de manuscritos e fotografias. Além do espaço reservado para exposição dos acervos, há uma área para o trabalho dos pesquisadores e bolsistas, com sala de reunião e infraestrutura operacional. Sistema de iluminação, ventilação e segurança, dentro de padrões técnicos apropriados, garante a conservação e preservação dos acervos. O Acervo de Escritores Mineiros presta atendimento a visitantes e pesquisadores e recepciona órgãos oficiais, culturais e de imprensa, permitindo consultas no local, com acesso ao banco de dados da UFMG.

Os pesquisadores que integram o projeto – docentes e alunos – têm atuado no campo do trabalho arquivístico e da crítica genética, publicando textos acadêmicos sobre o tema da pesquisa, coordenando edições críticas, participando de congressos e seminários no país e no exterior, como forma de contribuir para o avanço dos estudos na área e de consolidar a memória literária no Brasil. Além da repercussão no meio universitário, a pesquisa tem obtido ampla acolhida nos meios de comunicação (jornal, rádio e televisão), o que comprova sua abrangência cultural e o reconhecimento da sua importância pela sociedade.

O espaço de guarda e exposição do material, além de atender em excelentes condições

pesquisadores de várias partes do Brasil e do exterior, funciona como um museu vivo da literatura, aberto ao público, especialmente alunos dos ensinos fundamental e médio, que, por meio de visitas guiadas, podem entrar diretamente em contato com o ambiente de trabalho dos escritores e com o processo da escrita literária.

A especificidade do projeto, ao tratar de autores mineiros, pauta-se pela abordagem de questões locais e nacionais, cujo raio de alcance, no entanto, expande-se ao se articular com projetos similares, de nível internacional. É o caso da Coleção Archives, da Allca/Unesco, voltada para a publicação de edições críticas de obras representativas da literatura latino-americana e que, atualmente, tem entre seus colaboradores vários membros do projeto Acervo de Escritores Mineiros.

O apoio constante do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e o aporte financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) acrescentaram à generosidade dos doadores a confiança institucional necessária para levar adiante um trabalho dessa natureza. A tarefa de organizar e preservar para as gerações futuras um patrimônio valioso para a memória do país, no momento em que a informática vem substituir manuscritos literários e outros tipos de documento em papel, reforça a necessidade de desenvolver, em todo o país, projetos similares.

Fundos do Acervo

Uma breve descrição dos diversos fundos que compõem o Acervo de Escritores Mineiros serve de amostra da sua importância.

Fundo Henriqueta Lisboa (1901-1985). Doado pela família em 1988, compreende biblioteca, arquivo, pinacoteca e mobiliário, compondo-se ainda de manuscritos, fotografias e documentos diversos, tais como correspondência, originais, primeiras edições, "marginália", além de vasta documentação sobre a crítica literária brasileira dos últimos 50 anos. São 4.637 livros e 3.101 periódicos, além de 4.205 documentos. Destaque-se o conjunto de 45 cartas, cartões e telegramas de Mário de Andrade para a escritora, no período de 1939 a 1945, resultado de uma fraterna amizade, como revela, ainda, a gravura em metal *Mulher de braços erguidos* (1945), de Portinari, que traz no verso a dedicatória "A minha querida amiga Henriqueta Lisboa, esta lembrança do seu dia na rua Lopes Chaves/Mário de Andrade/S. Paulo, 11/II/45".

Fundo Murilo Rubião (1916-1991). Doado pela família em 1991, o acervo compõe-se de biblioteca, pinacoteca, mobiliário do século XVIII e arquivo, contendo originais de suas obras, vasta correspondência com escritores nacionais e estrangeiros, documentação de ordem pessoal e profissional, fotografias, além de material relativo às inúmeras funções públicas desempenhadas pelo intelectual e escritor. Em números, são 3.446 livros, 310 periódicos e 9.600 documentos. Relevante, além da biblioteca e de textos inéditos, é a coleção completa do *Suplemento Literário do Minas Gerais*, do qual Murilo Rubião foi fundador e diretor.

Fundo Oswaldo França Júnior (1936-1989). Doado pela família em 1992, o acervo compõe-se de biblioteca, pinacoteca, mobiliário, arquivo, originais, objetos pessoais, documentos audiovisuais (filmes, vídeos, pôsteres), correspondência, fotografias, além de registros de sua vida profissional e literária. São 2.355 livros, 119 periódicos, 3.100 documentos, dentre eles o manuscrito de um romance inédito. Como ex-oficial da Aeronáutica, cassado pelo golpe militar de 1964, no arquivo do autor de *Jorge, um brasileiro* (1967), encontra-se toda a documentação referente à cassação.

Retrato de Gustavo Capanema (Pitangui, MG, 1900 – Rio de Janeiro, RJ, 1985) com dedicatória a Abgar Renault (Barbacena, MG, 1901 – Rio de Janeiro, RJ, 1995). Fotografia de Elpídio. Belo Horizonte, 1938. Reprodução: Foca Lisboa. Arquivo Centro de Estudos Literários/UFMG.

Fotografia de desenho com retrato de Mário de Andrade (São Paulo, SP, 1893-1945) oferecido a Henriqueta Lisboa dois dias antes da morte do escritor por infarto. São Paulo, SP, 1945. Reprodução: Foca Lisboa. Arquivo Centro de Estudos Literários/UFMG.

Fundo Abgar Renault (1901-1995). Doado pela família em 1999, o acervo é constituído por documentos manuscritos e datilografados (correspondência, originais de poesia, discursos, notas etc.), recortes de jornais, iconografia, mobiliário, produção literária, numismática. São 5.976 livros, 1.800 periódicos, 3.010 documentos. Cabe destacar, como exemplo, as primeiras edições autografadas de poetas como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, além de uma valiosa shakespeariana, uma vez que Abgar Renault era um renomado especialista em literatura inglesa, tendo recebido, por essa razão, uma comenda da rainha Elizabeth II, que faz parte do acervo.

Fundo Cyro dos Anjos (1906-1994). Doado pela família em 2000, o acervo consta de coleção bibliográfica, catálogos, correspondência, iconografia, mobiliário, objetos pessoais, produção intelectual do titular, recortes de jornais, além do fardão e do solidéu do escritor usados por ocasião da sua posse como membro da Academia Brasileira de Letras. São 2.117 livros e 2.623 documentos. Valiosa é a correspondência entre Carlos Drummond

Capa de *El ammanuense Belmiro*, tradução mexicana de 1954 do romance de Cyro dos Anjos. México, Editora Tezontle. Reprodução: Foca Lisboa. Arquivo Centro de Estudos Literários/ UFMG.

Retrato de Carlos Drummond de Andrade (Itabira, MG, 1902 – Rio de Janeiro, RJ, 1987). Fotografia de Genevieve Naylor. Rio de Janeiro, 1941. Reprodução: Foca Lisboa. Arquivo Centro de Estudos Literários/UFMG.

de Andrade e o autor de *O amanuense Belmiro*, em fase de organização para publicação.

Fundo Octavio Dias Leite (1914-1970). Doado pela família em 2006, compõe-se de biblioteca, mobiliário, arquivo, objetos pessoais, fotografias, documentação de ordem pessoal e profissional. Como membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conviveu com vários escritores e artistas, tendo em seu acervo valiosos livros autografados, destacando-se títulos hoje raros da editora Civilização Brasileira, à época sob a direção de Ênio Silveira.

Fundo Wander Piroli (1931-2006). Doado pela família em 2006, contém objetos pessoais, mobiliário, fotografias, 1.766 livros, 2.126 cartas de amigos, intelectuais e artistas.

Coleções

Além dos fundos de escritores, o Acervo contém coleções especiais, formadas por conjuntos de livros, cartas, fotografias, manuscritos, que, embora não constituam um fundo completo, enriquecem o Acervo,

por se tratar de uma fonte valiosa para estudos de literatura, história e política.

Coleção Valmiki Villela Guimarães (1934) – composta pela correspondência do militante político e escritor Octavio Dias Leite com amigos escritores, dentre eles Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Lúcio Cardoso e Georges Bernanos. Dessa coleção, constam ainda 56 livros e 11 periódicos, como a coleção completa da revista *Complemento*, da qual foi colaborador o escritor Silviano Santiago. Doada pelo seu titular em 1995.

Coleção Alexandre Eulalio (1932-1988) – composta pela correspondência entre o escritor e a poeta e crítica de arte Lélia Coelho Frota, doada por ela em 1995, num total de 25 documentos, compreendendo o período em que o renomado ensaísta esteve na Europa pela primeira vez, de maio de 1958 a março de 1959. Dessa coleção, constam ainda fotografias e cartões-postais. É a única coleção completa de cartas pessoais de Alexandre Eulalio de acesso público à pesquisa, nas quais já se encontram delineados os interesses e traços principais característicos dos textos posteriores do escritor.

Coleção Aníbal Machado (1894-1964) – composta por 300 documentos, entre manuscritos, fotografias, livros autografados, cartas, documentos pessoais e originais avulsos, e de correspondência entre amigos escritores, entre eles João Cabral de Melo Neto, Monteiro Lobato, Murilo Mendes, Cândido Portinari e Henriqueta Lisboa. Foi doada em 1996 pelo neto do escritor, Francisco Aníbal Machado Gontijo.

Coleção Ana Hatherly (1929) – composta pela correspondência com amigos escritores, Affonso Ávila, Rui Mourão e Murilo Rubião, dentre outros, num total de 35 cartas. A correspondência trata de considerações sobre o panorama literário mineiro, envio de poemas, opiniões sobre o *Suplemento Literário do Minas Gerais* e sua repercussão em Portugal. Doada pela escritora em 1995.

Coleção José Oswaldo de Araújo (1887-1975) – composta por 56 livros raros, entre eles: *Ingenuidade*, de Emílio Moura, *Memórias sentimentais de João Miramar*, com dedicatória de Oswald de Andrade, *Amar, verbo intransitivo, Idílio*, de Mário de Andrade, e periódicos como a *Revista Brazileira*, de 1899, com destaque para o artigo sobre *Páginas recolhidas,* de Machado de Assis; *Revista do Brasil*, de 1921, com o artigo intitulado "Lúcia, ou a menina do narizinho arrebitado", de Monteiro Lobato, e a *Revista do Brasil*, de 1919, com o artigo intitulado "As classes conservadoras", de Rui Barbosa. Doada em 1999 pelo seu neto, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos.

Coleção Genevieve Naylor (1915-1989) – conjunto de 81 fotos que retratam o olhar da fotógrafa norte-americana sobre o cotidiano brasileiro nos anos 1940. Focaliza o caráter multirracial da população do Brasil e capta em imagens carregadas de uma extraordinária percepção as imensas contradições do país, contrariando os desejos da ditadura de Getúlio Vargas e as expectativas do Office of Inter-American Affairs, para o qual estava a serviço. A coleção foi adquirida pela UFMG.

Recentemente foram doados o Fundo Fernando Sabino (1923-2004) e as coleções Acquiles Vivacqua (1900-1942), José Maria Cançado (1952-2006) e Lúcia Machado de Almeida (1910-2005), em fase de organização e catalogação.

Perspectiva interdisciplinar

O trabalho com esse material tem demonstrado que todo ato de preservação de patrimônio cultural

relaciona-se à capacidade de mobilização regional e nacional de recursos intelectuais, técnicos e financeiros com vistas ao bem comum. Para tanto, requer-se a elaboração de uma metodologia adequada à pesquisa em fontes primárias, a organização de dados levantados em áreas de interesse específico de trabalhos futuros e em andamento, bem como a análise – a rigor interminável – do material pesquisado. A consolidação de uma memória literária no Brasil depende de uma perspectiva interdisciplinar de estudo da atuação de certos grupos de escritores e da determinação do papel desempenhado por eles na formação de vertentes diferenciadas da tradição cultural, levando-se em conta seu maior ou menor grau de intervenção na produção literária da atualidade.

Essa perspectiva reveste o trabalho com os acervos de uma premente atualidade que se expressa, ainda, pelo agenciamento de significações suplementares, capazes de estabelecer intervenções pontuais e atividades interpretativas singulares no âmbito do material à disposição do pesquisador. Se atribuir sentido a um "texto" é conectá-lo a outro, é construir um *hipertexto*, o sentido será sempre móvel, em virtude do caráter variável do hipertexto de cada interpretante – o que importa é a rede de relações estabelecida pela interpretação. Daí a justificativa maior do trabalho em grupo, da pesquisa integrada, pois a função mais relevante do grupo é a de reunir os textos, comentários e anotações, fazendo-os proliferar e alargando suas potencialidades de sentido.

Ao modelo privilegiado pelas atuais memórias eletrônicas, o da *clavis universalis*, suscetível de exprimir toda e qualquer linguagem, o trabalho arquivístico assim concebido propõe uma perspectiva de elaboração da diferença cultural, capaz de dar conta, de maneira mais eficaz, tanto dos movimentos gerais de atribuição de sentido quanto dos que se constituem no âmbito das particularidades intransferíveis. Sirva de emblema da interlocução postulada o trabalho com o manuscrito de escritores: o manuscrito é dado de arquivo, permanece arquivado, porque sem valor-notícia ou valor-novidade no sistema contemporâneo de troca de informações, no qual o acúmulo tem valor mais forte do que o acumulado. Inserir o manuscrito nesse circuito é instaurar a "lentidão" do tempo histórico da escrita no tempo real da mídia, abrindo novas redes de conexões e novos horizontes de leitura.

É emblemático dessa situação o caso de Proust. Para melhor ressaltar a tessitura da obra literária e o ilimitado da reminiscência, Walter Benjamin refere-se às provas da *Recherche*, que Proust devolvia ao editor Gallimard sem nenhuma correção gráfica, embora escritas até a margem, os espaços em branco totalmente preenchidos por um novo texto. Resgatar tal procedimento, hoje, diante dos volumes publicados de Proust, ou de qualquer outro escritor, é restituir ao texto sua gestualidade perdida de escritura, sua dinâmica de transformações, acréscimos, subtrações e apropriações. É como se numa ampla rede discursiva cada variante fosse um ponto de inúmeras conexões, um rizoma cuja visibilidade o texto final não deixa entrever.

O ato de recuperação mnemônica efetuado desloca a noção de texto como produto acabado ou integridade absoluta para a de escrita, entendida enquanto memória espacializada, cujos contornos são fruto não de um sentido pleno ou de uma versão definitiva, mas de um *jogo de intensidades*, marcado pela força de significação que cada elemento vai adquirindo no conjunto significante que é o texto concluído e, nesse sentido, nunca terminado. Assim, a gênese textual deriva de articulações e construções lógicas que vão se fazendo *après-coup*, da perspectiva de uma temporalidade não linear, antievolucionista, expressa por uma mnemotécnica capaz de se traduzir sob a forma de uma organização arquivística.

Arquivar é, de certa forma, colecionar. A lógica do colecionador vale-se da singularidade, em oposição ao típico e ao classificável, atuando contra a reificação, que é uma forma de esquecimento. Como objeto colecionado, cada texto arquivado é um objeto lembrado, uma citação do que parece mais relevante no conjunto da obra de um autor falecido. Citar os mortos ou citar um texto é trazer o passado para o presente, é infundir outra vida ao que foi citado. Análoga à reminiscência, a citação tende a modificar o já fixado e a fazer emergir uma ordem correlacional direcionada ou apta a dar lugar a um novo cânone. A questão do valor coloca-se, portanto, como uma questão de memória: a lembrança torna valioso o objeto lembrado; mais do que isso, o objeto torna valiosa a lembrança, ou seja, redesenha as fronteiras de uma tradição esquecida, que se mostra então plena de atualidade.

O trabalho com os manuscritos conjuga o processo de *anamnesis*, que lhe é inerente, com a busca de traços de uma identidade cultural diferida, cujos espectros – no duplo sentido de fantasma e refração – as versões pré-textuais e as anotações marginais armazenam. Entrar nesses arquivos é deparar-se com um universo de lembranças exteriorizadas, resíduo de um saber escritural em ritmo acelerado de apagamento; salvar esses arquivos é fazer do resíduo a ponte para a fixação, sob óptica comparatista, de um *corpus* que possa oferecer respostas mais convincentes à indagação do que é escrever entre nós.

Trata-se de individualizar o percurso de práticas significantes de obras e autores distintos, com o objetivo de detectar os mecanismos por meio dos quais uma tradição se transforma, construindo-se no processo de sua conformação. Não interessa estabelecer continuidades no interior de um sistema fechado – a tradição concebida como algo imutável e consolidado para sempre –, mas refletir sobre os deslocamentos e agenciamentos textuais que permitem ampliar ou reverter o horizonte de expectativas do leitor.

A correspondência entre escritores – cartas, telegramas, cartões-postais, bilhetes – é um material valioso para a análise e compreensão da gênese de obras literárias, o espaço de sua produção e recepção crítica, bem como o contexto social e político da época a que pertencem obras e autores. O trabalho com essa correspondência oferece possibilidades de compreensão dos bastidores da criação literária, desenvolvendo inesperadas articulações com a obra literária e novas hipóteses explicativas dos textos.

Trabalho em progresso

Algumas teorias críticas relevantes do século 20 contribuíram para o gradativo apagamento do interesse pelas pesquisas com fontes primárias, ao ser valorizado o texto como objeto estético acabado e autônomo ou como reflexo da realidade social. De diferentes perspectivas, o formalismo russo e a estilística, o *new criticism* norte-americano e o estruturalismo francês contribuíram para a constituição de um campo teórico fundado na análise e interpretação imanentista do texto literário, tendo em conta sua versão última, a única digna de apreço para o olhar em *close reading*.

Com o advento e a consolidação da crítica genética, desfaz-se a noção de uma versão única do texto e passa-se a trabalhar com suas variantes, tão significativas quanto a última versão dada a público. A produção e a recepção textual, desse ponto de vista, passam a ser um trabalho sempre em progresso, no qual a "última palavra" deixa de ser um horizonte perseguido pelo crítico e o leitor. Rascunhos e manuscritos, versões datilografadas ou "corrigidas", cortes e acréscimos, tudo converge para uma concepção *interminável* do texto artístico, na sua

Trecho de carta de Carlos Drummond de Andrade a Cyro dos Anjos (Montes Claros, MG, 1906 – Rio de Janeiro, RJ, 1994). Rio de Janeiro, 4/8/1936. Reprodução: Foca Lisboa. Arquivo Centro de Estudos Literários/ UFMG.

Ministerio da Educação e Saude Publica

Gabinete
do
Ministro

Meu caro Cyro:

Confirmo as congratulações que lhe mandei por telegramma, na linguagem que o tempo permitte. A solução do seu "caso" foi a melhor possivel e deu-me um grande contentamento. Eu ficaria desolado se as coisas caminhassem para um desfecho que attestasse a impossibilidade de um intellectual ganhar honradamente o seu sustento no Brasil. Porque, atraz do seu pequenino drama individual, o que havia era justamente esse conflicto do ser cheio de delicadezas e nuanças, com o monstro estatal dos nossos dias. Esse monstro exige de todos nós uma standardização cruel. Os individuos renunciam ao que têm de melhor em si para servil-o. Você comprehendeu

capacidade de gerar informações incompletas, pela natureza especial de sua configuração.

Na pesquisa com acervos de escritores, disseminada em larga escala nos últimos anos no Brasil e em outros países, reaparece, na forma de esboços, traços e rasuras textuais – não em abstrato, mas na materialidade do seu processo –, a noção de que a literatura é um trabalho sem fim com a linguagem. Em razão disso, emerge uma prática analítica voltada para o estudo das fontes primárias, que revelam um olhar revitalizador sobre a escrita literária: o "manuscrito será o futuro do texto", assim se expressa Jean-Louis Lebrave, um dos notáveis representantes da crítica textual e genética francesas. Tal prática, paradoxalmente, ganha prestígio no momento em que começa a perdê-lo: na atualidade, com o computador, os rascunhos desaparecem, ao serem apagados pela eficiência de uma tecla que deleta o que se apresenta como pré-texto descartável para a obra final.

Como parte integrante desse tipo de pesquisa, ressalte-se que a carta é um espaço textual privilegiado, pois, sendo por definição destinada a outra pessoa, dá lugar também ao exercício do missivista: pelo gesto mesmo da escrita, a carta age sobre aquele que a envia, bem como age, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe. Escrever é mostrar-se, fazer-se ver e fazer aparecer a própria face diante do outro. É, ao mesmo tempo, um olhar que se lança ao destinatário e uma maneira de se dar ao seu olhar. A reciprocidade estabelecida pela correspondência implica uma "introspecção", entendida como uma abertura que o emissor oferece ao outro para que ele o enxergue na intimidade.

Enquanto maneira de o missivista apresentar-se a seu correspondente no desenrolar da vida cotidiana, a carta atesta não a importância de uma atividade, mas a qualidade de um modo de ser. Para Sêneca, fazer a revista da sua jornada é fazer um exame de consciência, realizar um exercício mental ligado à memorização e no qual quem escreve, ao constituir-se como "inspetor de si mesmo", torna-se apto a aferir as faltas comuns e a reativar as regras de comportamento que é preciso sempre ter em mente. Parece que é na relação epistolar, tal como concebida pelo filósofo, que o exame de consciência se formula como uma narrativa *escrita* do eu, intencionada a fazer coincidir o olhar do outro e o olhar que se lança a si mesmo, no momento em que as relações cotidianas de amizade são medidas por uma técnica de vida.

Duas faces

A organização, a descrição e o estudo da correspondência de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) e Cyro dos Anjos (1906-1994) permitem apreender elementos significativos referentes à gênese e à recepção crítica da obra dos dois escritores, bem como aqueles relativos à atuação que tiveram como intelectuais no cenário cultural e político brasileiro do século XX. São ao todo 176 cartas, telegramas, radiogramas e cartões dos dois escritores, referentes ao período de 1930 a 1986, incluindo quatro poemas dedicados pelo poeta ao amigo. A correspondência de Drummond pertence ao Acervo de Escritores Mineiros da UFMG; a de Cyro dos Anjos, ao acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

Em carta do Rio de Janeiro, de 4 de agosto de 1936, Drummond dá bem uma ideia da *técnica de vida* que a troca de cartas com o amigo expressa:

> Suas notícias circunstanciadas da gente mineira vieram satisfazer aquela minha necessidade de ternura que lhe falei na carta anterior. Obrigado, e mande outras. Quero cultivar em mim essa inclinação para o que antigamente eu consideraria uma matéria torpe e em que,

> afinal, parece que se resolverá a minha vida: uma adesão imediata à superfície sensível das coisas e das criaturas. É verdade que isso custa um pouco o que aquele "demonismo" que Você, amavelmente, observou em mim faz às vezes as suas sortidas imprevistas; mas ainda esse "demonismo" é talvez sede de ternura mal aplacada ou desviada do seu leito. Você sorrirá, quem sabe, dessa ternura alarmante, que não se fartou ainda depois de tantos objetos propostos à sua fruição, ou que, pelo menos, ainda não se considerou realizada. Mas considere que o nosso maior comércio é ainda com os homens, e que estes na sua quase unanimidade nos desapontam ou nos ofendem; daí o *deficit* sentimental que, em mim, se tenha manifestado em amargura e perversidade intelectual. Mas, repito, a velha Itabira vai fazendo a sua obra...

O tom abertamente confessional que reveste a escrita torna a carta um espelho que se confunde com um processo de desvendamento contínuo do sujeito cuja imagem vai se formando e deformando ao longo do tempo. Os eventos de natureza íntima – o cotidiano familiar, mas também a melancolia, a depressão, os desejos frustrados – superpõem-se aos fatos advindos das circunstâncias profissionais e políticas – as intrigas da vida literária, os meandros do *favor* no emprego público, as regras duras do jogo político, ao qual assistem como coadjuvantes ativos. Eventos e fatos compõem um quadro cuja figura que aí se desenha tem seus traços projetados para um *mais além* do tempo e do espaço da mera existência pessoal. "Que grande colecionador de tempo me tornei!", exclama Drummond ao agradecer os cumprimentos do amigo pelo aniversário de 63 anos, em carta de 1º de dezembro de 1965.

Ao longo das décadas que passam, a datação das cartas vai resguardando e, simultaneamente, assinalando o que não volta mais: as amizades da "Idade de Ouro" (carta de 1º de junho de 1938) ou, mais intensamente, a ausência/presença do pai e da mãe, na belíssima carta de 20 de fevereiro de 1954. Vale a pena a citação de um longo trecho:

> Tenho andado numa roda viva de trabalho, e isso explica a relativa escassez de cartas. Além disso, na semana passada fui a Minas cumprir um desejo de minha Mãe, que desejaria ter seus despojos reunidos ao de meu Pai, no cemitério de B. Horizonte. Assisti em Itabira à exumação dos ossos, e ajudei a levá-los até ao Bonfim, onde agora repousam junto aos do velho. Se lhe disser que não fiquei arrasado pela cerimônia, V. talvez se surpreenda; mas é que, nas duas horas e tanto que durou aquela pesquisa e recolhimento de pobres ossos, me visitava o pensamento consolador de que nada mais, nem alma nem corpo, restava de minha Mãe, e ela era pura saudade dentro de mim e de algumas pessoas. Talvez este pensamento não se concilie bem com o que me ocorreu depois, no Bonfim, ao encaixarmos a urna no jazigo: já então, parecia-me que se celebrava uma última boda, dos restos dos restos de um com os restos dos restos de outra, e essa aproximação final dos despojos excluía toda tristeza e constituía uma vitória sobre as limitações do tempo, da natureza e da morte. Tudo isso, é claro, sentido mais do que pensado, e isento de literatura. Não creio que me tivesse deixado penetrar por essas imaginações para não sofrer; o que suponho é que assimilei já de tal modo a morte de meus pais que é como se eles estivessem vivos a meu lado – e realmente estão, pela frequência e intensidade com que os sinto, como algo de incorporado a mim mesmo, ou melhor, a que eu próprio os haja incorporado.

Essa incorporação talvez explique o tom melancólico das cartas dos dois escritores, ambos funcionários

públicos. É como se o missivista apresentasse ao amigo um repertório de perdas pessoais a que a situação política do país – objeto de comentários constantes – agregasse um inevitável beco sem saída histórico e social para o intelectual e o artista que a imagem do escritor traduz fortemente nos anos de 1930 a 1950. Da mesma forma, as referências à literatura, a par do tom irônico com que são feitas, acirram um sentimento de amargura, que resvala para o embate intelectual, a exemplo da carta de 4 de agosto de 1936, já citada.

> Ainda não pedi notícias do seu romance, que me interessa muito. É da maior necessidade que Você o conclua e publique, contribuindo para que se retifique o conceito atual do romance entre nós. A mim não me satisfaz nem a transcrição imediata e anticrítica de aspectos de uma vida regional, como fazem os rapazes do norte (entre parênteses: como escrevem mal!), nem essa literatura "restaurada em Cristo" com que nos aporrinham os pequeninos gênios marca Lucio Cardoso. Tudo isso é literariamente bem insignificante e, acredito, não resistirá ao tempo. Mas é preciso ir marcando as diferenças e trabalhando numa direção nova, de que aparentemente não há igual no quadro literário brasileiro do momento. Tenho muita esperança no "Amanuense" e o exorto, civicamente, a pô-lo na rua.

O apelo cívico ao amigo visa abrir um outro caminho para a ficção brasileira, mas também uma forma *nova* de participação e esperança. A incitação para que Cyro termine logo o *Amanuense* (1937) e, posteriormente, a alegria ao receber o exemplar de *Abdias* (1945) expressam um ponto de fuga às inquietações existenciais e literárias do poeta-missivista e aos constrangimentos políticos a que os escritores estão submetidos. A linguagem sintetiza, mais do que um empenho político, em rigor fadado ao desolamento e à decepção, um *empenho ético* com o tempo. Na carta de 11 de novembro de 1945, declara: "De resto, o que mais em interessou em 'Abdias' foi a escrita em si, pois ando preocupado com esse problema, e despreocupado de quaisquer 'mensagens' ou sentidos que a obra possa ter". Em outro momento, discorda de Cyro em relação aos poemas do amigo Emílio Moura, em carta de 17 de novembro de 1986:

> Li seu artigo sobre o vate Emilio e teria muita coisa a dizer sobre ele. Mas... um dia conversaremos. Estou convencido de que o poeta não pode se alhear do espetáculo do mundo e que também ele tem uma missão social a cumprir no momento – É a grande objeção que faço ao livro do Emilio: estar fora do tempo.

Apesar da distância de vários anos de uma carta a outra, a contradição do poeta, ora apelando para a autonomia da arte, ora para seu compromisso histórico, ressignifica *a posteriori* as atividades de sua geração e da geração *modernista*, em última instância. Percebe-se um desconforto que não cessa de incomodar e a cuja estridência Mário de Andrade dera forma na célebre conferência *O movimento modernista*, proferida em 30 de abril de 1942 na biblioteca do Ministério de Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Após passar em revista o movimento, o escritor volta-se para sua atuação – "O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado" – e dela extrai a generalização que conclui a aguda reflexão realizada: "Uma coisa não ajudamos verdadeiramente, duma coisa não participamos: o amilhoramento político-social do homem".

A "missão social a cumprir" em Drummond assume, por alguns meses em 1945, a forma da militância político-partidária, ao aceitar o convite de Luís Carlos Prestes para ser codiretor da *Tribuna Popular*. É também o ano de publicação de *A rosa do povo*, livro mais empenhado do poeta. Na única carta a Cyro dos Anjos em 1945, os acontecimentos políticos relativos

à renúncia de Vargas e ao fim do Estado Novo levam o poeta à conclusão que reafirma a aludida contradição: “Nascemos todos incapazes para a política, mas fadados a sofrer no lombo suas transformações”.

Dessa forma, as cartas vão superpondo traços de um ao do outro, compondo um largo painel intimista, valha o paradoxo, da vida literária e política brasileira de um período crucial do século XX. As subjetividades em confronto no decorrer dos anos abrem novas perspectivas de avaliação do trabalho intelectual, tendo como selo de garantia a maneira muito especial como amizades e livros se escrevem.

As pesquisas no Acervo de Escritores Mineiros propiciam a reinvenção da memória literária, que se vê revestida no presente da função cada vez mais inadiável de pensar, de maneira local, vias de acesso a uma possível cultura nacional brasileira em tempos globais. Memória frágil e resistente como a escrita de Murilo Rubião citada no início deste texto.

Desenho de Henriqueta Lisboa (Lambari, MG, 1903 – Belo Horizonte, MG, 1985). Sem local e data. Reprodução: Foca Lisboa. Arquivo Centro de Estudos Literários/UFMG.

Wander Melo Miranda é professor titular de Teoria da Literatura na UFMG e coordenador do projeto de pesquisa Acervo de Escritores Mineiros.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Em busca de "solidariedade ativa"

Benito Bisso Schmidt

A campanha pela libertação de um militante de esquerda brasileiro preso na Argentina na década de 1970 ensejou a constituição de um precioso acervo privado que permite tanto a compreensão de sua saga pessoal quanto a análise do contexto de enfrentamento com as ditaduras civis-militares da América Latina no período.

Ruego tambien la solidariedad activa para lograr que el gobierno argentino otorgue la inmediata liberdad de Flávio Koutzii para residir en Francia.[1]

> Em 11 de maio de 1975, Flávio Koutzii, com mais 12 pessoas, incluindo outros dois brasileiros (Maria Regina Pilla e Paulo Paranaguá), foi preso na Argentina acusado de complô internacional contra o governo de Isabel Perón. Em 21 de janeiro de 1977, os brasileiros foram expulsos do país, com exceção de Koutzii, que permaneceu encarcerado até junho de 1979. Segundo as autoridades daquele país platino, a situação de Flávio era diferenciada, pois ele havia entrado ilegalmente no país, com documentos falsos, motivando a decretação de uma prisão preventiva.[2]

Koutzii esteve preso em La Plata de maio de 1975 a setembro de 1978; em Rawson de setembro de 1978 a janeiro de 1979; em Coronda de janeiro a maio de 1979; e em Caseros de maio a junho de 1979. Ao longo desse tempo, duas mulheres – sua mãe, Clara Koutzii (falecida em 1993), e sua companheira, Norma Beatriz Espíndola, que fora presa com ele e solta em 23 de dezembro de 1976 – partindo então para o Brasil e, pouco mais de dois anos depois, para a França organizaram uma ampla campanha em prol de sua libertação, envolvendo um sem-número de pessoas e instituições em diversos países do mundo. Juntas, implementaram uma rede internacional de solidariedade que envolvia, entre outras ações, a realização de abaixo-assinados; pedidos de apoio, por carta ou pessoalmente, a políticos, intelectuais e ao que hoje chamaríamos de organizações não governamentais; gestões junto a autoridades argentinas e o acompanhamento da situação de Flávio nas prisões por onde passou.

Para darem efetividade a suas ações, Clara e Norma escreviam cartas e demandavam a seus possíveis aliados cópias daquelas remetidas por eles.[3] Também guardavam originais ou faziam reproduções de abaixo-assinados e outros documentos referentes à campanha; além disso, recortavam jornais, nos quais sublinhavam e anotavam as notícias explícita ou implicitamente relacionadas a Koutzii. Todos esses materiais foram conservados por elas e, posteriormente, pelo próprio Flávio, constituindo um rico acervo pessoal que pode nos contar muito sobre as lutas empreendidas contra as arbitrariedades cometidas pelas ditaduras que se pautavam pela doutrina de segurança nacional na América Latina. Essas lutas, levadas a efeito prioritariamente por meio da palavra, falada e escrita, e movidas por razões que iam da proximidade política ao afeto pessoal, da afinidade ideológica à solidariedade humana, ou por uma mescla de todos esses elementos, literalmente atravessavam fronteiras e irmanavam indivíduos de vários continentes.

Como se sabe, um acervo pessoal constitui uma espécie de "escrita de si" de seu titular. Selecionar, guardar, organizar de determinado modo, descartar e rearranjar documentos, fotografias e objetos são gestos que expressam uma determinada forma de ver a si próprio e ao mundo, de dar sentido à existência daquele que os realiza e, muitas vezes, de imprimir uma determinada imagem à posteridade. No caso em tela, temos um acervo "escrito" a quatro mãos, por Clara e por Norma – já que resulta do agrupamento dos documentos reunidos separadamente por elas –, mas os materiais que o compõem tratam predominantemente de um terceiro personagem: Flávio Koutzii. É ele a razão de ser do acervo, é a sua situação que motiva as múltiplas ações que o constituem, é dele que os documentos tratam, é a sua prisão que baliza as datas-limite do material: de maio de 1975 a junho de 1979.

Contudo, além de personagem central da trama, Flávio também pode ser visto como um de seus autores. Afinal, foi ele quem conservou o acervo como um

referente material de sua identidade, como um lugar de sua memória: as cartas, abaixo-assinados, documentos oficiais e recortes de jornais ali depositados ajudam a contar a sua história, para ele mesmo e para os outros que queiram conhecê-la. Esse foi o nosso caso. Empenhados em escrever a sua biografia, fomos surpreendidos com o empréstimo de uma caixa grande do tipo *tapeware*, contendo os papéis relativos à campanha pela sua libertação. Em contrapartida, nos propusemos a organizá-los e, implicitamente, a incorporá-los como parte da narrativa de sua vida.

Neste artigo, explicamos, de forma muito breve, como foi realizada a organização do referido material para, a seguir, apontar algumas possibilidades interpretativas sugeridas pelo acervo de Koutzii. Dessa forma, buscamos exemplificar a fertilidade da pesquisa em acervos privados para o conhecimento de processos históricos contemporâneos (como a implantação de mecanismos repressivos pelas ditaduras civis-militares latino-americanas e as resistências a eles interpostas), sobretudo das formas como esses foram vivenciados quotidianamente por sujeitos sociais pouco visíveis na documentação de caráter público. Antes, porém, apresentamos sucintamente alguns aspectos da trajetória de Flávio até a sua prisão na Argentina.

O "guru" da esquerda porto-alegrense

Flávio Koutzii nasceu em 1943 na capital gaúcha. Descendente de famílias imigrantes judias provenientes da Europa central, seu pai, Jacob, foi um destacado quadro do PCB nos anos 1930 e 1940. Na década de 1960, Flávio despontou como um importante líder do movimento estudantil porto-alegrense. É dessa forma que ele é lembrado pelos seus contemporâneos. Por exemplo: em texto intitulado "A tomada do RU", publicado no livro comemorativo dos 60 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o jornalista Uirapuru Mendes, que cursou filosofia nessa instituição entre 1966 e 1968, lembra:

> A filosofia era praticamente o centro da esquerda, o pessoal das outras faculdades costumava transitar por ali em suas missões cotidianas. Como teóricos e gurus, destacavam-se Flávio Koutzii, Pilla Vares, Marcão, Marco Aurélio Garcia, fina flor do marxismo e adjacências.[4]

Em 1963, Koutzii filiou-se ao PCB. Quando sobreveio o golpe, era presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Rossevelt, da Faculdade de Filosofia. Pouco tempo depois foi cassado. Com a instauração da ditadura, participou da fundação da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, a qual, algum tempo depois, fundiu-se com uma dissidência da Polop (Política Operária), vindo a formar o POC (Partido Operário Comunista). Sobre esses percursos políticos, Raul Pont, então estudante de história, conta:

> As pessoas mais experientes, que coordenavam essa discussão, eram o Marco Aurélio Garcia, a companheira dele, a Elizabeth Lobo [...]. Aqui, o Luiz Pilla Vares, o Flávio [Koutzii]... Além dos que eu já citei, a Sonia Pilla, a Maria Regina Pilla, o Jaime Rodrigues, eram de certa forma do grupo que dirigia o setor estudantil aqui. Nós saímos do PCB para a Dissidência por impossibilidade de influir no debate interno, porque a verticalização, o autoritarismo, a falta de democracia interna era muito grande. Nós também tínhamos uma profunda divergência com o maoísmo, que era a linha oficial do PCdoB [...]. E havia uma identidade grande com a Polop. [...].
>
> [...] Mas a Polop era muito doutrinária, muito propagandista; tinha uma formulação teórica

> bastante boa [...]. Foi aí que nós iniciamos um processo, depois de 1967, de relação com a Polop e formamos o POC, no início de 1968.[5]

Nessa época, Flávio era proprietário de uma livraria em frente à Faculdade de Direito da UFRGS, considerada, por diversos militantes de esquerda da época, um importante espaço de conhecimento e de discussão das correntes de pensamento que agitavam a chamada Geração 68. Segundo o próprio Koutzii: "Eu ia buscar os livros de dois em dois meses em São Paulo, no fundo era um truque, um álibi para me conectar com a organização do POC [...] em São Paulo".[6]

Conforme Raul Pont, o racha do POC se deu em 1969 em função do debate sobre se era correto ou não levar à frente algumas ações armadas. A velha direção que vinha da Polop era contrária a tal estratégia e formou outra organização; quem ficou, assumiu o nome POC. "Foi uma cisão em cima, e quem tinha contatos levou os seus contatos para um lado ou para o outro... Mas o POC já tinha muita gente no exílio. E foi nessa época que o pessoal do POC teve contato com a IV Internacional".[7]

Koutzii foi um dos que partiram para o exílio, deixando o país em 1970. Alguns documentos integrantes de seu acervo pessoal falam dos motivos dessa fuga. Em carta dirigida a destinatário não identificado, datada de 15 de abril de 1977, escrita em francês, Maria Regina Pilla e Paulo Paranaguá falam que Flávio, em 1970, era "perseguido por suas atividades políticas na Universidade do Rio Grande do Sul" e comentam sobre sua atuação na UNE, dissolvida por causa da oposição que levou a efeito contra o governo militar brasileiro.[8] Já em um recorte do *Jornal do Brasil* de 10 de junho de 1977, noticia-se que, naquele período, tanto Flávio quanto Maria Regina, então sua namorada, eram "procurados pelo Dops por suspeita de envolvimento com o Partido Operário Comunista (POC) e a organização trotskista-leninista no Rio Grande do Sul".[9]

Exílio e desaparecimento

Flávio instalou-se por um ano em Paris, onde passou a atuar junto à Liga Comunista Revolucionária Francesa, vinculada à IV Internacional. Partiu então para o Chile e em 1972 estabeleceu-se na Argentina, engajando-se no PRT-ERP (Partido Revolucionário de los Trabajadores – Exercito Revolucionário del Pueblo). De acordo com o próprio Koutzii, "o PRT-ERP é marxista, reivindica as experiências cubana, chinesa e vietnamita. Representou sempre a alternativa marxista armada ao peronismo".[10] Junto aos Montoneros, a fração à esquerda do movimento peronista, constituiu uma das mais significativas organizações armadas na Argentina do período.

A perseguição a esses grupos intensificou-se a partir da chegada ao poder de Isabel Perón, a *Isabelita*, mulher e vice-presidente de Juan Domingo Perón, depois presidente com a morte deste último em 1º de julho de 1974. Foi nessa conjuntura que ocorreu a prisão de Flávio. As primeiras notícias encontradas no seu acervo particular falam em sequestro. Em 17 de maio de 1975, por exemplo, o jornal porto-alegrense *Zero Hora* trouxe a seguinte manchete: "Sequestro: gaúchos continuam desaparecidos na Argentina", informando que o desaparecimento de Flávio e Maria Regina continuava sendo um mistério, pois as autoridades responsáveis negavam envolvimento no ato e a organização de extrema direita Aliança Anticomunista Argentina também não assumia responsabilidade no caso. O jornal informava também que as mães dos desaparecidos haviam viajado para o país vizinho em busca de esclarecimentos.[11] Em junho de 1975, um decreto de expulsão foi expedido pelo governo Isabelita. Porém, no caso de Koutzii, esse acabou não se efetivando. O golpe civil-militar de 24 de março de 1976 só fez piorar as coisas. A luta de Clara e Norma estava apenas começando...

Potencialidades do acervo

Se consideramos que um acervo privado conta sobre a visão de si e do mundo daquele que o produziu (no caso específico, daquelas que o produziram e daquele que o preservou) e que essa narrativa se constitui em fonte e objeto importantes para o historiador, então, a organização posterior desse tipo de material deve tentar se manter a mais próxima possível do arranjo original. Isso porque os documentos de arquivo não têm sentido se considerados apenas como unidades autônomas, mas adquirem esse sentido, sobretudo, se tratados como partes de séries. Nessa perspectiva, Foucault assinala que no arquivo as coisas ditas não são acumuladas em uma massa amorfa, mas agrupadas em figuras distintas, colocadas juntas de acordo com múltiplas relações, mantidas ou atenuadas de acordo com regularidades específicas.[12] Steedman acrescenta outra dimensão importante para a compreensão das histórias contadas pelos arquivos: "O arquivo é feito de documentação selecionada e conscientemente escolhida e também das fragmentações loucas que ninguém quis preservar, mas de alguma forma ou outra terminaram lá".[13]

Na tentativa de compreender a lógica que presidiu a seleção de documentos operada por Clara e Norma, para, assim, desvendar facetas de seus percursos, projetos e representações, bem como dos de Flávio, guardião dessa memória, foram preservados, na organização do material, os agrupamentos originais, os dossiês já formados, as pastas já montadas, realizando-se nesses conjuntos apenas operações técnicas necessárias à preservação da documentação: retirada de clips e grampos metálicos, substituição dos sacos plásticos por envelopes de papel, colocação da documentação em caixas e pastas de polionda, entre outras. Deve-se ressalvar, porém, que a maior parte dos documentos do acervo não estava organizada, apenas sobreposta. Em função disso, procedeu-se ao seu agrupamento de acordo com o tipo documental: correspondência, imprensa, documentos oficiais, relatórios e abaixo-assinados. Em seguida, cada documento foi identificado, catalogado e resumido, em condições de permitir buscas temáticas, cronológicas, por tipo documental etc. Enfim, novas regularidades e dispersões poderão ser configuradas, possibilitando a produção e a compreensão de cadeias de sentido diversas.

Mas quais são as potencialidades de um acervo como esse para a pesquisa histórica? Em primeiro lugar, cremos que ele permite apreender um movimento – no caso, o movimento pela libertação de Flávio – no seu "fazer-se", nas suas oscilações, nas suas mudanças de rota em função de campos de possibilidades diferenciados, na sua incompletude e indeterminação, enfim. Hoje conhecemos o ponto de chegada do movimento: a libertação de Flávio depois de uma longa e penosa luta. Podemos também interpretá-lo à luz de um processo mais amplo: a campanha pela anistia nos quadros da abertura "lenta, gradual e segura" do regime militar; e da trajetória de vida posterior de Koutzii: seu exílio e carreira política no Partido dos Trabalhadores.[14]

Contudo, os documentos presentes no acervo analisado mostram que os rumos e resultados desse movimento não estavam dados e garantidos *a priori*, mas se delinearam a partir de escolhas, embates, percepções e também do acaso; de ações protagonizadas por diferentes sujeitos, sobretudo por Clara e por Norma, para quem o futuro aparecia como incerto e indeterminado, portador de temores e esperanças.

Nesse sentido, são inúmeras as manifestações presentes nos documentos de apreensão devido ao estado de saúde de Flávio, que cada vez mais se degradava. Nesse sentido, uma pasta do acervo abriga fotocópias de notícias com conteúdo semelhante publicadas por órgãos de imprensa diversos. Uma

delas, veiculada pelo *Jornal do Brasil* em 24 de fevereiro de 1979, intitula-se "Mãe de brasileiro preso na Argentina denuncia que seu filho está sendo maltratado", e nela se pode ler:

> Em entrevista coletiva, a mãe do brasileiro Flávio Koutzii [...] Sra. Clara Koutzii, denunciou ontem que a situação de seu filho, na prisão, "é mais terrível do que se possa imaginar e mesmo não tendo sido condenado à morte, está morrendo diariamente". [...] A denúncia foi feita depois de um telefonema que a Sra. Clara Koutzii recebeu de Buenos Aires, em que lhe foi informado que Flávio está "no limite de suas condições físicas, uma vez que seu estado de saúde agravou-se por falta de tratamento médico".

Notícias semelhantes apareceram, no mesmo mês, no *Última Hora* ("Brasileiro preso na Argentina passa mal"), no *O Globo* ("Brasileira apela por filho preso"), no *Em tempo* ("Não deixam Flávio voltar") e na revista *Isto é*. Nessa última, as palavras de Clara ressoam pungentes: "Vou lutar desesperadamente até o fim. Mas, dentro de mim, uma vozinha lá no fundo me diz que meu filho não sairá vivo da Argentina. Sua saúde está debilitada, cada dia mais fraca. Aos 35 anos, ele é um velho, um homem muito velho e doente".[15]

Estratégias de convencimento

Não temos dúvidas de que esses textos expressam sentimentos e preocupações genuínas de Clara e de vários outros entes queridos de Flávio. Porém, lidas assim, em conjunto, elas também podem ser compreendidas como parte de uma estratégia visando à libertação do militante, cada vez mais identificado, nas notícias citadas, à figura do "filho". Afinal, na luta contra as arbitrariedades cometidas pelas ditaduras de segurança nacional em distintos países da América Latina, as mulheres, invocando representações de gênero dominantes nessas sociedades, tiveram um papel ativo (veja-se, por exemplo, as mães e avós da Praça de Maio na Argentina e o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) no Brasil). Essas vozes femininas, que pediam por seus familiares, ganharam repercussão na mídia e muito provavelmente conseguiram sensibilizar setores importantes da opinião pública. A "vozinha" de Clara pode ser compreendida por esse ângulo.

Ao recortarem, fotocopiarem e agruparem as notícias acima referidas, ela e Norma provavelmente buscavam verificar o alcance dessa estratégia. Tal impressão se reforça quando cruzamos esses materiais da imprensa com documentos reunidos em outros dossiês, como este texto datilografado, contendo vários erros de grafia, sem título e sem indicação de autoria e data, mas provavelmente de 1978:

> A campanha pela libertação de Flávio Koutzii cobra uma particular importância no momento atual em função de vários fatores: 1. A deterioração de seu estado de saúde nas últimas semanas [...]. 2. O fato que Flávio depositou um "pedido de opção" (nº 211.671 de 15/3/1978), recurso legal que permitirá sua expulsão da Argentina, se a pressão internacional for grande; 3. a proximidade da Copa do Mundo e a campanha que se faz em torno à violação dos direitos humanos neste país. O governo argentino provavelmente será obrigado a uma certa "abertura" para diminuir a pressão internacional.[16]

Conteúdo quase idêntico aparece em notícia do *Jornal do Brasil* de 7 de maio de 1978, informando que a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo foi procurada por Clara, portando dossiê

JORNAL DO BRASIL □ Quinta-feira, 1º/3/79 □ 1º Caderno

Arquivo

A mãe de Flávio teme que ele morra por falta de assistência na prisão

Anistia apela por brasileiro preso há 4 anos na Argentina

Porto Alegre — O Comitê Brasileiro pela Anistia/RS lançou ontem campanha nacional pela libertação de Flávio Koutzii — preso há mais de três anos na Argentina — com nota em que pede a participação do povo "em todos os níveis, mobilizado e organizado nacionalmente, exigindo os direitos básicos de cidadania e proteção".

O Comitê pretende a participação popular — a exemplo da campanha pela libertação de Flávia Schilling, — presa no Uruguai — através da coleta de assinaturas e da venda de selos que serão publicados em jornais para serem recortados e enviados ao Governo argentino, a fim de pressioná-lo pela libertação de Flávio Koutzii.

Risco de vida

Na nota divulgada ontem, é relatada a situação carcerária de Flávio Koutzii, "que a qualquer momento pode aparecer morto na prisão de La Coronda", na província argentina de Santa Fé, devido às péssimas condições do Pavilhão cinco, onde está "sem poder receber o mínimo atendimento médico, isolado e sem poder falar".

A campanha pró-libertação de Flávio será feita "a exemplo da campanha de Flávia Schilling, que praticamente está vitoriosa, graças à extraordinária participação do povo brasileiro". — A presidente do Comitê no Estado, Sra Raquel Waldorf, afastou a possibilidade de a Sra Ingeborg Schilling — mãe de Flávia — participar do movimento por Flávio, pois "por enquanto, ela está empenhada na voltar a ver seu filho na prisão, depois de manifestar-se publicamente pela sua libertação, ela preferiu correr esse risco a deixá-lo "morrer gradativamente", como denunciou, porque "ele deve estar muito desesperado para se arriscar a falar sobre sua situação".

"Complô"

Em 11 de maio de 1975, o gaúcho Flávio Koutzii foi preso com sua mulher argentina, Norma Espidola, na casa de um amigo brasileiro, que estava ausente. O casal foi acusado de participar de um *complô internacional*, porque na casa havia armas e material de propaganda subversiva. Entretanto, nove das 12 pessoas supostamente envolvidas no *complô* foram inocentadas, devido à inconsistência da acusação.

Flávio e sua mulher foram torturados na Polícia Federal argentina. Sofreram desde choques elétricos a fuzilamentos simulados e ela foi submetida a violências sexuais, segundo carta dele a uma amiga brasileira, enviada do presídio de La Plata, a 7 de julho de 1976. Embora a defesa tenha provado que eles não viviam na casa onde foram presos, Flávio continuou na prisão até 24 de março de 1976, sem ser processado, até que um juiz resolveu desprezar todas as provas em seu favor e processá-lo.

Aos 35 anos, de origem judaica, Flávio é um homem muito velho e doente, segundo sua mãe, Sra Clara Koutzii. Ex-dirigente regional e nacional da UNE — União Nacional dos Estudantes — ele viajou para a França em dezembro de

Notícia com fotografia de Clara Koutzii. *Jornal do Brasil*, 1/3/1979. 1º caderno, p. 6. Acervo pessoal de Flávio Koutzii, Porto Alegre, RS.

formulado por ela e por Norma desde o dia da prisão de Flávio. Segundo a mãe do militante, a campanha em favor de sua libertação vinha se intensificando em razão de três fatores: 1) a deterioração de sua saúde; 2) o fato de Flávio ter depositado um *pedido de opção*, "recurso legal que permitiria sua expulsão da Argentina se a pressão internacional for grande"; e 3) a proximidade da Copa do Mundo de Futebol e a campanha contra a violação dos direitos humanos na Argentina.[17]

Apelo à mobilização popular

Nesse caso, fica nítido, em primeiro lugar, que os dossiês elaborados por Clara e Norma tornaram-se peças-chave na campanha pela soltura de Koutzii, diante da falta de provas no processo judicial. Além disso, percebe-se que ambas delineavam suas estratégias em função dos campos de possibilidades que se abriam e que motivavam temores e esperanças (nos documentos citados, temor em função da deterioração da saúde de Flávio e esperança em razão da conjuntura da Copa do Mundo e do fortalecimento da campanha pelos direitos humanos na Argentina). Diante das avaliações feitas dos fatos presentes e das experiências passadas, elas estabeleciam os passos da campanha, com suas continuidades e alterações. Pode-se conjecturar ainda que, na situação em tela, Norma atuou na elaboração do dossiê e Clara, por sua condição de mãe, na divulgação das informações nele contidas junto à opinião pública.[18]

Essas pressões, embora não tenham redundado na libertação imediata de Flávio, que só ocorreu em junho de 1979, tiveram resultado positivo: o lançamento, em 12 de março daquele ano, pelo Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção do Rio Grade do Sul (CBA/RS), na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, da campanha nacional em prol da soltura do militante.

Conforme o jornal *Folha da Manhã*: "A campanha, de acordo com seus organizadores, pretende sensibilizar os governos do Brasil e da Argentina para as condições de saúde – precárias – por que passa o brasileiro e obter a libertação de Koutzii [...]". Os seus promotores, de acordo com o periódico, eram: CBA/RS, Movimento de Justiça e Paz da Igreja Católica, Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), diversos diretórios acadêmicos da UFRGS e da Pontifícia Universidade Católica (PUC), MFA e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), "que, através de reunião da Executiva, designou o deputado Carlos Augusto de Souza para acompanhar e participar da campanha de libertação de Koutzii".[19]

No dia seguinte, o mesmo jornal noticiou:

> Menos de cem pessoas participaram ontem à noite na Assembleia Legislativa do lançamento da campanha nacional de luta pela libertação do gaúcho Flávio Koutzii. E isto, na opinião dos organizadores da campanha, se deve a apenas um motivo: o povo sabe que não tem força política. O objetivo da campanha em todo o Brasil, assim como ocorreu com Flávia Schilling, é mobilizar a opinião pública como meio de pressionar as autoridades.

O texto diz ainda que, na ocasião, Clara "[...] conversou bastante com a mãe de outro possível preso político, Sara Bastos. Seu filho, Jorge Bastos, encontra-se desaparecido na Argentina desde 1976". E acrescenta:

> De prático, não ficou decidido nada sobre a campanha ontem. Na próxima quarta-feira é que serão discutidas as possibilidades de comícios, abaixo-assinados, panfletos e possíveis palestras da mãe de Flávio em todo o País, principalmente nas faculdades, já que ele era um líder estudantil. Ontem, Clara Koutzii

> não pôde falar devido a seu estado emocional. Na ocasião, a angústia da mãe de Flávia Schilling [...] foi lembrada pela presidente do MFA, Mila Cauduro.[20]

Novamente a figura da mãe, com toda a sua carga simbólica, foi mobilizada. Figura essa que transcendia a pessoa de Clara e podia ser encarnada em outras mulheres, como a mãe de Flávia Shilling e a mãe de Jorge Bastos. A partir das notícias publicadas, também se pode verificar a mobilização de várias entidades de perfis diversos em favor da libertação de Koutzii. No ato que teve lugar na Assembleia Legislativa, apesar do número relativamente reduzido de pessoas presentes, a campanha ganhou força no quadro mais amplo da luta pela anistia, luta que, apesar de suas limitações, vai acabar desmentindo a ideia de que "o povo não tem força política". Nota-se ainda que a campanha pela libertação da brasileira Flávia Shilling, presa no Uruguai aos 18 anos em 1972, acusada de militância clandestina no grupo político Tupamaros, e libertada em 1980 – depois de Flávio, portanto –, passou a servir de modelo para a campanha em prol da soltura deste último. Aliás, na documentação existente no acervo, ambas as campanhas são várias vezes tratadas conjuntamente.

Alguns dias antes daquele ato, o Comitê dos(as) Amigos(as) de Flávio em Paris escreveu uma carta para destinatário não identificado ("Caro amigo, cara amiga"), demonstrando inquietação com a falta de informações sobre a situação do militante. Nela, o remetente afirma: "Embora convencidos que o eixo da campanha se situa no Brasil, pensamos poder prestar nossa contribuição. Mas, para isso, precisamos estar a par dos objetivos da campanha levada no Brasil e estar informados da situação atual de Flávio". Informa ainda ter recebido recortes de jornal sobre a mobilização desenvolvida no Brasil e, a partir deles, tece alguns questionamentos e considerações: pergunta quais são as reivindicações precisas dos "comitês Flávio" e expõe o que pensa ser prioritário, devido ao frágil estado de saúde do militante. Além disso, critica o detalhamento da situação jurídica do militante presente nas reportagens, comentando: "Muitas linhas se perdem nesse tipo de detalhes inúteis ou prejudiciais à campanha", e elege a campanha pela soltura de Flávia Schilling como modelo a ser seguido.[21]

As muitas faces da campanha

Correspondências como essa revelam diferenças de entendimento internas à campanha a respeito das formas como ela deveria ser conduzida, o que raramente transparece nos jornais, que tratam o movimento pela libertação de Koutzii, e outros assemelhados, como plenamente unificados e homogêneos. Dessa forma, por meio do acervo, podemos ter acesso, simultaneamente, às faces "externa" e "interna" da campanha, o que possibilita compreender tanto como ela se estruturou nos bastidores, passo a passo, quanto a sua imagem pública veiculada nos meios de comunicação.

O acervo também evidencia o trabalho árduo de Clara e Norma para organizar a campanha e, de alguma forma, mantê-la sob certo controle. Por vezes, elas faziam resumos das iniciativas tomadas em prol da libertação de Flávio, reunindo documentos originais ou fotocópias, provavelmente no intuito de informar os seus parceiros, legitimar suas demandas e planejar com mais segurança as próximas etapas. A montagem de dossiês encadernados ou em pastas também evidencia tal propósito. Enfim, essas duas mulheres precisaram, para atingir o objetivo desejado, racionalizar a sua dor e transformá-la em ações concretas, planejadas e supervisionadas.[22]

Pelo que se depreende da documentação, o movimento em favor de Flávio atingiu um amplo raio de apoiadores

Manifeste des intellectuels français

Un des principaux dirigents de l'Union Nationale des Etu_ diants du Sud du Bresil, FLAVIO KOUTZII, est emprisonné depuis deux ans en Argentine, après un séjour d'un an à Paris. Il fut arrêté par la police politique argentine en mai 1975 et soumis à"la question" : torturé à l'électricité, coups, menaces de mort, etc. Accusé de "complot international" il est incarceré (sans jugement et condamnation) à la prison de La Plata, où des executions de prisonniers politiques ont été fréquentes au cours des derniers mois (parmi les dernières victimes: le péroniste de gauche Dardo Cabo). Ses jours sont donc en danger.

Un décret d'expulsion du pays visant Flavio existe depuis 1975. Le Haut Comissariat de l'ONU pour les refugiés lui a accordé le statut de refugié (juin 1976). Après des demandes pressantes, le gouvernement français x lui a accordé un laissez- passer et un visa pour resider en France.

Nous exigeons du gouvernement argebtin sa libération immédiate et son expulsion du pays. Le gouvernement français peut et doit exercer son influence pour obtenir l'exercice effectif de son droit d'asine en France.

S de Beauvoir

(Simone de Beauvoir)

Manifesto de intelectuais franceses em prol da libertação de Flávio Koutzii e de sua expulsão da Argentina. Exemplar assinado por Simone de Beauvoir. Acervo pessoal de Flávio Koutzii, Porto Alegre, RS.

e simpatizantes, articulando pessoas e instituições de diversos países, tais como Estados Unidos, Portugal, Itália, Holanda, Suíça, Venezuela e França. Fora do Brasil, foi nesse último país que a campanha parece ter adquirido maior vigor, inclusive com a formação do citado Comitê dos(das) Amigos(as) de Flávio. Provavelmente isso se deu pela ação de Norma, que lá passou a residir em janeiro de 1978, e de vários exilados latino-americanos que viviam em território francês, como Maria Regina Pilla e Paulo Paranaguá. Foi também o governo francês que concedeu, ainda em setembro de 1976, salvo-conduto e visto a Koutzii, que lhe permitiam viver e trabalhar naquele país, o que é recorrentemente mencionado nos documentos da campanha como forma de convencer as autoridades argentinas a libertá-lo e expulsá-lo.

A estratégia de mobilizar políticos, intelectuais, personalidades diversas e cidadãos comuns de inúmeros países foi considerada adequada por Clara, Norma e seus apoiadores, já que poderia ter impacto sobre o governo argentino, que, certamente, não queria ficar malvisto pela comunidade internacional. Nesse sentido, os abaixo-assinados em português e em outras línguas, com predominância do francês, abundam no acervo, envolvendo desde "Os amigos de Flávio" até médicos franceses que atestavam a fragilidade de seu estado de saúde e se propunham a cuidar dele adequadamente caso fosse expulso da Argentina. Assinaram também personalidades como Cornelius Castoriadis, Julio Cortázar, Simone de Beauvoir, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Edgar Morin, Octavio Paz e Nicos Poulantzas.

Esses documentos eram enviados principalmente à Embaixada do Brasil na França, mas antes eram fotocopiados e as cópias, remetidas a Clara ou a Norma (aí percebemos novamente a preocupação com a organização e o controle do movimento). Outras entidades internacionais também são mencionadas na documentação, tais como a Anistia Internacional, a Cruz Vermelha Internacional, o Comissariado de Refugiados das Nações Unidas, a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento norte-americano, o Comitê Chile-América Latina e o Comitê contra a Repressão na América Latina. Todas essas ações dialogam com um contexto mais amplo, no qual, segundo Denise Rollemberg:

> A concepção de exílio como tempo e lugar de denúncia da ditadura militar ganhou força à medida que a inviabilidade do enfrentamento direto foi se evidenciando. Se a princípio as campanhas no exterior tentavam, em meio às sucessivas vitórias da repressão, passar a imagem de que havia forças revolucionárias nos países capazes de vencê-la, aos poucos as iniciativas promovidas em diversos países começaram a abandonar esta avaliação, concentrando-se na luta pelos direitos humanos e, em seguida, pela anistia. [...] Além dos brasileiros, as campanhas mobilizaram setores de esquerda e segmentos progressistas comprometidos com a luta pela revolução e/ou sensibilizados pela defesa dos direitos humanos. A atuação a favor dos "povos oprimidos e martirizados" da América Latina é muito expressiva da perspectiva terceiro-mundista, que seduziu e engajou muitos intelectuais europeus nos anos 1960 e 1970.[23]

No acervo, pode-se perceber também que essas duas mulheres tão diferentes, uma militante e uma mãe, unidas pelos laços afetivos que tinham com Flávio, mobilizaram recursos diversos em função dos capitais simbólicos que possuíam e dos destinatários aos quais se dirigiam em busca de auxílio. Norma, pelo que se pode verificar na documentação do acervo, articulava a mobilização em prol do companheiro com um projeto político mais amplo; já Clara parece

Il faut sauver Flavio Kontzii

A l'occasion du voyage de Valéry Giscard d'Estaing au Brésil, les Comités Brésil amnistie, France-Amérique latine et le Comité France-Brésil organisent, avec la CGT, la CFDT et la FEN un meeting, vendredi 6 octobre à 19 h 30, à la maison des syndicats, 33, rue de la Grange-aux-Belles, métro Jacques Bonsergent.

Nous vavons d'apprendre qu'un prisonnier politique brésilien détenu en Argentine depuis trois ans, Flavio Koutzii, qui souffre d'une lésion coronaire grave et qui se trouvait dans l'infirmerie de la prison de La Plata — Unidade 9 — (près de Buenos Aires), a été transféré à une prison en Patagonie, plus de mille kilomètres de la capitale. Il s'agit de la tristement célèbre prison de Rowson, où en 1972 plusieurs prisonniers politiques ont été assassinés.

Etant donné son état de santé, ce transfert arbitraire le met en danger de mort. Depuis plus d'un an une vaste campagne de solidarité avec Flavio a eu lieu au Brésil ; par ailleurs il a reçu le droit d'asile en France.

Face à la menace qui pèse sur sa vie, les organisations soussignées demandent aux autorités argentines sa libération immédiate.

Comité Brésil amnistie
Comité France-Brésil
Comité France-Amérique latine

Notícia "Il faut sauver Flavio Koutzii". Jornal *Rouge*, 06/10/1978, p. 4. Acervo pessoal de Flávio Koutzii, Porto Alegre, RS.

movida, sobretudo, por seus sentimentos maternais, transformando a sua dor individual e privada em tragédia coletiva e pública.[24]

Entre esses recursos, já nos referimos à figura da "mãe-coragem" que luta pela vida do filho, de grande força simbólica e com bastante impacto junto à opinião pública. A essa, unem-se outras narrativas que buscam comprovar os "bons antecedentes" de Flávio, contrapondo-se à imagem do militante violento e perigoso divulgada pelos órgãos governamentais. Por exemplo: em carta dirigida por uma comissão de advogados, entre eles Tarso Genro, ao deputado Pedro Simon, então presidente regional do MDB, Koutzii é caracterizado como membro de "tradicional família do nosso Estado e de largas relações na Capital".[25] Já na fotocópia de um recorte de jornal, pode-se ler que Flávio Koutzii é "inteligente, sensível, lê muito, e gosta de Sartre e Camus, além de estudar História do Brasil, tema de sua preferência".[26] Nesse mesmo sentido, Norma escreveu em espanhol ao juiz Hector Carlos Adamo, encarregado do processo de Flávio, falando de sua angústia em relação à situação do companheiro, afirmando: "Em todo este tempo, sempre que nos permitiram, nos escrevemos quase diariamente, afiançando nossa relação. Nós dois temos 34 anos, sabemos o que queremos. Queremos nos casar, formar uma família, isto em parte depende de V.E.". [27]

Não queremos dizer, insistimos, que essas manifestações não eram sinceras, mas que elas também podem ser lidas como parte de uma estratégia discursiva voltada à libertação de Koutzii, a qual dependia de como o destinatário (individual, no caso das cartas, ou coletivo, no caso da imprensa) era percebido pelo emissor das mensagens, nesse caso como alguém que valorizava a cultura erudita e a moral familiar.

O argumento do antissemitismo

Em outros documentos, apela-se para a origem étnica de Flávio, ressaltando-se que sua prisão prolongada devia-se ao antissemitismo difundido na sociedade argentina. Por exemplo, no jornal *Folha da Manhã*, o advogado de Koutzii, Airton Soares (também deputado federal pelo MDB paulista), afirmou em 1979 suspeitar que ele estivesse sendo perseguido por motivos religiosos, por ser judeu. "Os militares argentinos possuem um alto grau de antissemitismo. Por que outro motivo, então, só lhe permitem que leia o Novo Testamento, e nunca o Antigo", disse ele.[28]

Outras iniciativas da campanha iam no mesmo sentido: no "Resumo das iniciativas tomadas a partir de 1977 pela libertação de Flávio Koutzii" consta que foram feitos contatos com a Embaixada de Israel; no relatório das "Iniciativas que se estan desenvolviendo en Francia, por Flávio Koutzii", de 27 de fevereiro de 1978, aparece, entre outros itens, a previsão de contato com a Liga Internacional contra o Antissemitismo e o Racismo. Por outro lado, em carta datada de 17 de outubro de 1978, enviada de Paris, fala-se de uma

possível interferência da Embaixada de Israel no Brasil e da importância da família de Flávio nesse contato. Em outra missiva, sem data, os remetentes identificam-se como um grupo de jovens judeus responsáveis pelo jornal *Combat pour la Diaspora* que, por meio de um amigo argentino, que lhes deu conhecimento do dossiê sobre Flávio, foram motivados a assinar a petição anexada à carta; e, em planejamento manuscrito das atividades do movimento, não datado, menciona-se o envio do dossiê para o Grande Rabino de Paris e ainda um encontro "pour la situation des juives en Argentine [pela situação dos judeus na Argentina]".[29]

Outro documento, um recorte de jornal não identificado, mescla, poder-se-ia dizer "espertamente", fortes imagens relacionadas ao antissemitismo com a exploração das históricas rivalidades Brasil-Argentina, então reaquecidas em função dos debates relativos à construção da usina de Itaipu:

> Noticia-se, inclusive, que Flávio estaria submetido a pressões de toda ordem tanto por sua condição de judeu – o que é duvidoso, já que colocaria a Argentina na comprometedora condição de herdeira da Alemanha nazista – quanto por sua situação específica de cidadão brasileiro, com o que seria uma espécie de bode expiatório das divergências daquele país com o nosso a respeito do aproveitamento energético das águas do Paraná.[30]

Portanto, Clara, Norma e seus aliados procuravam angariar possíveis apoiadores para a causa da libertação de Koutzii mobilizando afinidades políticas, sentimentos humanitários, identificações étnicas e religiosas e até mesmo nacionalismos explorados pelos próprios órgãos governamentais e pela grande imprensa, entre outras motivações ideológicas e afetivas. Obviamente que essa estratégia não derivava de um plano maquiavélico pré-fixado, mas de avaliações realizadas a cada passo da campanha, que podem ser hoje parcialmente recuperadas nos documentos desse acervo privado. O que se buscava, especialmente, era a "solidariedade ativa" do maior número de pessoas, ou seja, solidariedade transformada em gestos, sobretudo, nesse caso, os de escrever e falar, dando a conhecer as arbitrariedades e sofrimentos pelos quais passava Flávio.

A documentação mostra que essa solidariedade cruzava fronteiras, revelando um internacionalismo em prol dos direitos humanos – diferente, mas relacionado ao internacionalismo da militância comunista, que motivou, inclusive, a participação de Koutzii em movimentos de esquerda de mais de um país latino-americano, e ao internacionalismo da repressão (articulado, hoje se sabe, pela Operação Côndor) que facilitou a perseguição a Flávio e seus companheiros.

Encerramos este artigo citando uma carta de Flávio Koutzii, escrita em 26 de dezembro de 1977, dirigida a Norma, que deixou o seu acervo privado para ganhar o espaço público ao ser publicada na segunda edição do livro *Pedaços de morte no coração*, lançado em 1998. O militante afirma que decidiu publicá-la como uma homenagem à companheira e "a esta apaixonada intensidade que nossas cartas permitiram". Diz a missiva:

> Norma, amada.
>
> O Natal passou mais uma vez. Desta vez foi um pouco diferente dos dois natais anteriores. Um pouco mais triste, um pouco mais melancólico. Li pouco e pensei muito em ti, quase todo o tempo em ti. Também em Clara e Marília [sua irmã]. Uma sensação de distância que parece ir crescendo. Não estive deprimido. Consciente, melancólico (esta é a expressão). Consciente da nova situação aqui, do que busca e implica sua dinâmica. Consciente de

> tudo que teremos pela frente em meu processo. Consciente agudamente do nosso amor, da nossa espera, da demora. De nossa força. Da dor. E de toda a esperança, misturada de desejo, de vontade de viver...[31]

Como qualquer fonte histórica, os documentos de um arquivo privado não falam por si, por mais que nos aproximem empaticamente dos personagens que o produziram. Eles precisam ser interpretados por meio de perspectivas teóricas e metodológicas reconhecidas no campo historiográfico, lidos à luz dos contextos em que foram elaborados, cruzados com outros documentos e inseridos em uma narrativa minimamente coerente. Porém, os historiadores não podem deixar de levar em conta os sentimentos e sensações que impulsionaram a sua formação. No caso do acervo privado de Flávio Koutzii, "escrito" especialmente por Clara Koutzii e por Norma Espíndola, ressoam melancolia, medo, angústia, dor, paciência, amor, esperança, vontade de viver e de ver vivo e em segurança o ente querido.

Em 1977, Flávio, Clara e Norma pareciam saber que tinham muito pela frente, mas não podiam prever o desfecho, ousamos dizer feliz, dessa história. Os documentos do acervo aqui examinado nos ajudam a compreender um pouco os percursos, encruzilhadas, becos sem saída e pontos de chegada desse penoso caminho que, como todos os processos históricos, foi construído no próprio caminhar.

Notas |

1. Carta de Norma Espíndola para Maria Meyer, 23 de fevereiro de 1977.

2. Carta do embaixador da Argentina no Brasil, Oscar Camilión, para Alberto Dines. Brasília, 25 de janeiro de 1978 (integrante de dossiê encadernado com espiral, sem identificação na capa ou no verso); fotocópia de recorte do jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1979, sem indicação de página (pasta com recortes de jornal). Salvo indicação em contrário, todas as fontes mencionadas no presente artigo integram o acervo pessoal de Flávio Koutzii. A ortografia das fontes foi atualizada. As traduções são de minha responsabilidade.

3. Por exemplo: em uma correspondência, Norma pede ao destinatário "sua solidariedade ativa" pela libertação de Koutzii e outros companheiros, solicitando que lhe envie cópia das cartas ou documentos "que digam respeito a estas gestões". Carta de Norma Espíndola a pessoa desconhecida. Paris, 18 de fevereiro de 1978 (pasta "Flávio").

4. MENDES, Uirapuru. A tomada do RU. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Org.). *UFRGS*: identidade e memórias – 1934-1994. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 146.

5. Entrevista realizada em Porto Alegre, em 7 de dezembro de 2006. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre (Org.). *Muitos caminhos, uma estrela*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. v. 1, p. 215.

6. Depoimento de Koutzii à *Sextante* – Revista Experimental do Curso de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, p. 37, dezembro/2000.

7. Entrevista de Raul Pont. In: FERREIRA; FORTES (Org.). *Muitos caminhos, uma estrela*, p. 218.

8. Carta de Maria Regina Jacob Pilla e Paulo Antonio Paranaguá para Madame, Monsieur (não identificado), 15 de abril de 1977 (dossiê encadernado com espiral, sem identificação na capa ou no verso).

9. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1977, recorte sem referência de página (pasta "Prensa").

10. KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. O depoimento de um brasileiro que passou quatro anos no inferno das prisões políticas argentinas. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 20.

11. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 de maio de 1975, recorte sem referência de página.

12. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

13. STEEDMAN, Carolyn. *Dust*: the archive and cultural history. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 2002. *Apud* COUGO JR., Francisco; REIS, Nicole Isabel dos. Nos porões da Glória: uma reflexão sobre arquivos pessoais, Teixeirinha e alguns cruzamentos entre história e antropologia. *Aedos* – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, v. 1, n. 1, 2008.

14. Após ser libertado em 1979, Flávio seguiu para a França, onde se diplomou em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, com a tese *Système et contre-système carceral pour les prisionniers politiques em Argentine – 1976-1980*, orientada por Claude Lefort, que serviu de base para seu livro *Pedaços de morte no coração* (1984). Retornou ao Brasil em 1984 e ingressou no Partido dos Trabalhadores, pelo qual se elegeu vereador em 1988. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual. Em 2006, quando estava no seu quarto mandato consecutivo na Assembleia Legislativa gaúcha, sempre com votações expressivas, anunciou sua desistência de concorrer a mais uma legislatura, revelando aos meios de comunicação sua decepção com a vida política brasileira. Atualmente, reside e trabalha em Porto Alegre.

15. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1979, 1º caderno, recorte sem referência de página; *Última Hora*, Porto Alegre, 24 de fevereiro de 1979, recorte sem referência de página; *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1979, recorte sem referência de página; *Em tempo*, São Paulo, 22 a 28 de fevereiro de 1979, recorte sem referência de página; *Isto é*, São Paulo, 28 de fevereiro de 1979, p. 24-25 (Pasta sem identificação com recortes de jornal).

16. Documento sem referências, integrando dossiê encadernado com espiral, sem identificação na capa ou no verso.

17. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1978, recorte sem referência de página (pasta "Prensa").

18. As noções de projeto e campo de possibilidades são de VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: _____. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. As esperanças depositadas por Norma e Clara na conjuntura que se abria em 1978 eram compartilhadas por várias pessoas que repudiavam a ditadura argentina. Conforme Novaro e Palermo: "À medida que a data do campeonato [de futebol] se aproximava, as críticas e denúncias das violações dos direitos humanos vindas do exterior foram aumentando, em virtude da passagem do tempo, do amadurecimento da ação contestadora e das transformações na política externa norte-americana, e em parte devido à própria proximidade do mundial. [...] O que poderia acontecer com as pessoas no momento em que algumas centenas de jogadores de futebol, uns poucos milhares de torcedores e, sobretudo, alguns milhares de jornalistas de toda a mídia mundial convertessem o país numa delicada vitrine?". Contudo, dizem os mesmos autores, apesar da ocorrência de alguns protestos, a campanha vitoriosa da seleção argentina na Copa provocou euforia em boa parte da população daquele país, exacerbando um "triunfalismo nacionalista" que veio ao encontro da campanha governamental contra os "difamadores externos": "Talvez com o Mundial o regime tenha vivido suas melhores horas". NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina*: do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007. p. 207, 209 e 214, respectivamente.

19. Fotocópia de recorte do jornal *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 12 de março de 1979, p. 5 (Pasta sem identificação com recortes de jornal).

20. Fotocópia de recorte do jornal *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 13 de março de 1979, p. 3 (Pasta sem identificação com recortes de jornal).

21. Carta do Comitê dos(das) Amigos(as) de Flávio de Paris para destinatário não identificado. Paris, 5 de março de 1979 (pasta "Prensa").

22. O arquivo também fornece pistas de como se dava a comunicação entre as duas protagonistas da campanha pela libertação de Flávio. Em dezembro de 1977, Norma escreveu a Clara uma longa carta de 7 páginas, detalhando instruções com o objetivo de ampliar uma conversa iniciada por telefone. Na missiva, ela informa o endereço do juiz do caso de Flávio, Hector Adamo, e dá informações sobre a carta que deveria ser escrita a ele; informa também o endereço de Maurice Murville, da Comissão de Assuntos Estrangeiros da Assembleia Nacional da França, e fornece orientações sobre o que escrever e solicitar. No mesmo sentido, trata do que deveria ser escrito na carta ao embaixador da França no Brasil. Informa igualmente sobre envio de fotocópia de carta ao deputado Aldo Fagundes. Fala ainda sobre o conhecimento do dossiê pelos deputados Aldo Fagundes e Ulisses, assim como Brossard, Roberto Saturnino e Odacir Klein. Solicita o envio de fotocópias das cartas. Diz que deixou uma cópia do dossiê com Marília [irmã de Flávio] e Caco, para orientá-la. Na continuidade, faz um relato das iniciativas tomadas. Informa que o dinheiro mandado veio em boa hora, pois estava falando bastante ao telefone, em chamadas de longa distância. Destaca a importância do uso do telefone para intervir sobre o caso de Flávio. A carta tem uma pausa, marcada por nova data, sábado, dia 10. Nessa parte, informa o endereço de Daniel Jacoby, advogado contratado pelos amigos de Flávio na França. Norma faz um "aparte" no qual dá orientações para Clara. Afirma que os advogados argentinos "ni siquiera cumplen con lo prometido" e informa o endereço de Maria Regina. Termina a carta depositando esperanças no melhor desfecho do caso de Koutzii. Carta de Norma Espíndola para Clara Koutzii. Sem referência de local, 8 de dezembro de 1977 (conteúdo avulso: correspondência).

23. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 229-230. Nessa obra, a autora enfoca especificamente a experiência do exílio brasileiro, mas creio que muitas de suas considerações se aplicam à realidade latino-americana como um todo.

24. Tal perspectiva parece se confirmar na entrevista concedida por Clara ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall de Porto Alegre em 1989. Ao ser perguntada sobre a trajetória de Flávio e sua atuação política, ela começou dizendo: "Bom, vou falar como as mães falam [...]". Depoimento de Clara Koutzii ao Departamento de Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall de Porto Alegre. Porto Alegre, 6 de setembro de 1989, entrevista n. 276.

25. Carta da Comissão de advogados (representada por Tarso Fernando Genro e Luiz Carlos Moraes) para o deputado Pedro Simon, presidente regional do MDB. Porto Alegre, 12 de setembro de 1977 (conteúdo avulso: correspondência).

26. Fotocópia de recorte de jornal, sem referências de fonte, local, data e página (*Zero Hora* provavelmente, pela diagramação) (conteúdo avulso: imprensa – fotocópias).

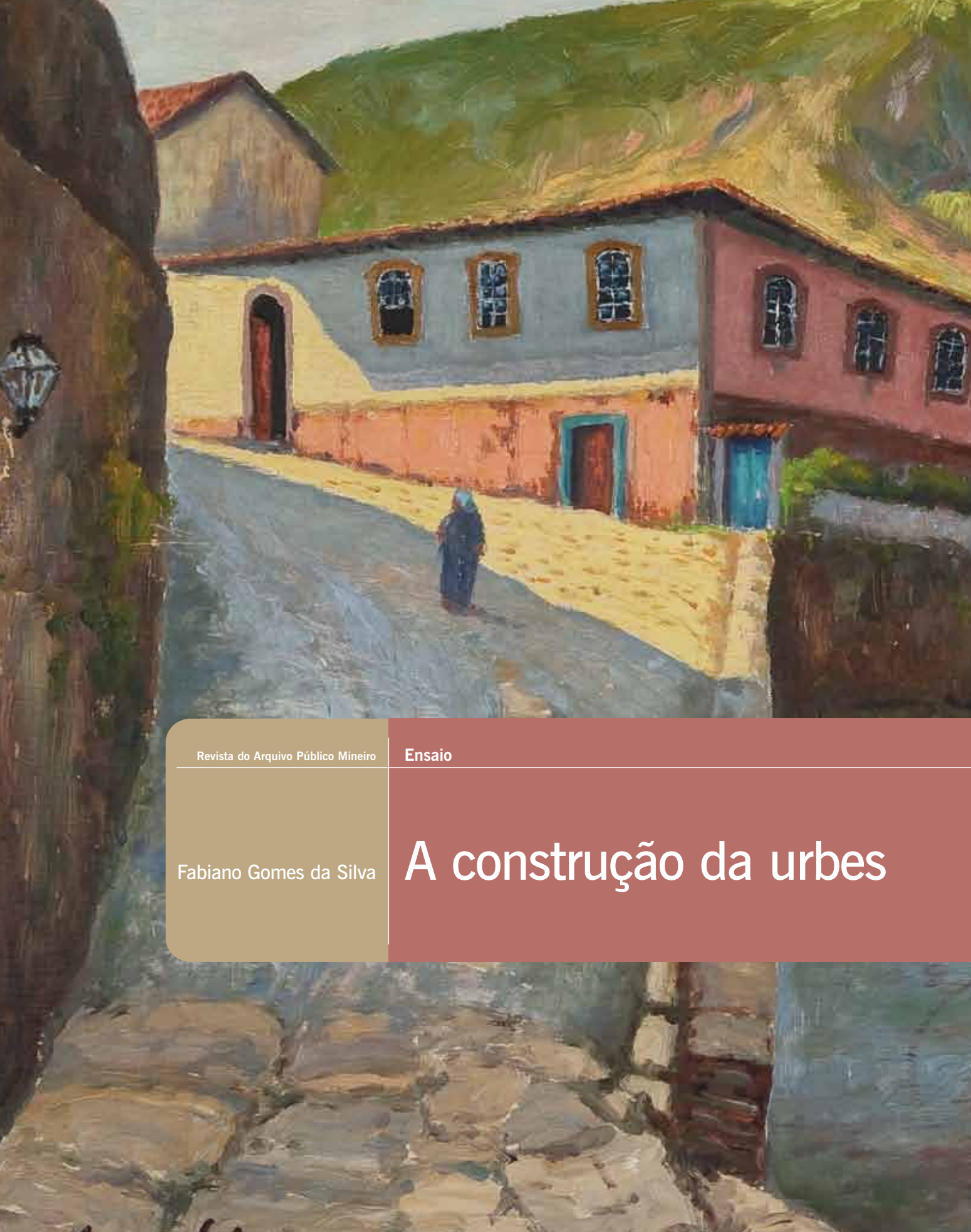
27. Carta em espanhol de Norma Espíndola para o juiz Hector Carlos Adamo. Sem referência de local, abril de 1977. 2p (dossiê encadernado com espiral, sem identificação na capa ou no verso).

28. Fotocópia de recorte do jornal *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1979, p. 11 (pasta com recortes de jornal).

29. "Resumo das iniciativas tomadas a partir de 1977 pela libertação de Flávio Koutzii", sem indicação de data específica; "Iniciativas que se estan desenvolviendo em Francia, por Flávio Koutzii", de 27 de fevereiro de 1978 (ambos os relatórios integrando dossiê encadernado com espiral, sem identificação na capa ou no verso); carta de Helena Hirata e outro remetente não identificado para Eduardo Abramovay e "Caco" (Ricardo Abramovay), primos-irmãos de Koutzii. Paris, 17 de outubro de 1978 (pasta "Campanha Flávio"); Carta de Alain Toledo para destinatário não identificado, sem referências de local e data (pasta "Originales"); Manuscrito em francês, sem outras referências (pasta "Flávio").

30. Recorte de periódico não identificado, sem data, sem página. Artigo: "Prisioneiros brasileiros" (pasta "Prensa").

31. KOUTZII. *Pedaços de morte no coração*, p. 133.

Benito Bisso Schmidt é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É também diretor do Memorial da Justiça do Trabalho no RS. Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa mais amplo, e ainda em andamento, intitulado: *Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória – biografia política de um militante de esquerda (1943-1984)*. O autor agradece o auxílio precioso dos bolsistas de iniciação científica (Propesq/UFRGS) Diego Scherer da Silva e Juliano Francesco Antoniolli.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Fabiano Gomes da Silva

A construção da urbes

O exame da documentação existente sobre as políticas públicas implementadas pelas autoridades régias e camarárias na Comarca de Vila Rica atesta sua preocupação tanto com a construção do espaço urbano quanto com a legitimação desses poderes.

Os estudos sobre a formação das cidades e das vilas coloniais na América Portuguesa foram exageradamente marcados pela preocupação com o planejamento urbano. Outrora, a ausência de um traçado prévio, em contraste com as vilas e as cidades da América espanhola, difundiu a imagem de caos, desordem e espontaneidade na constituição das urbes coloniais. As povoações mineiras também se inscreviam nesse quadro, exceto a cidade de Mariana e o Distrito Diamantífero.[1]

Novas leituras ampliaram as perspectivas de análises para além do regular *versus* irregular, planejado *versus* espontâneo. Novos olhares foram lançados sobre a ação da Coroa na constituição de vilas e cidades coloniais, o que evidenciou a preocupação metropolitana com a ocupação e a ordenação cômoda dos espaços. Igualmente, novos agentes ganharam importância no entendimento do processo de conformação urbana, tais como as autoridades eclesiásticas, as associações religiosas, os governadores e os oficiais camarários.[2]

Os avanços na percepção de outros agentes que atuaram na conformação das vilas e das cidades ampliaram o nível de complexidade das abordagens sobre a questão urbana, mas ainda não equacionaram o papel das câmaras municipais, pois faltam pesquisas sistemáticas na documentação produzida por vereadores, procuradores, ouvidores, meirinhos, almotacéis e arruadores.

Importa dimensionar as intervenções desses agentes na organização do espaço das vilas e arraiais mineiros do século XVIII. Por isso, verificamos a participação das câmaras da Comarca de Vila Rica na configuração urbana por meio da construção e reparo de chafarizes, pontes e calçamentos.

Nossa atenção acabou recaindo sobre as centenas de registros contidos nos livros das arrematações, das receitas e das despesas nas câmaras de Vila Rica e Mariana que revelaram a existência de uma política sistemática na construção e reparo de equipamentos urbanos (chafarizes, pontes, calçamentos e outros) durante o Setecentos. Para esse artigo, a análise ficou restrita ao Termo de Vila Rica, o que não impediu a apresentação de alguns dados provisórios do Termo de Mariana.

Destaca-se, também, que os estudos dessas peças documentais permitiram ressaltar o papel das câmaras de Vila Rica e Mariana na criação de uma demanda por experimentados mestres pedreiros, canteiros, carpinteiros e de diversas outras especialidades. Isso contribui para entender a participação desses agentes na dinamização da encomenda de obras no campo da arquitetura, juntamente com as ordens terceiras e irmandades leigas.[3]

A política de construções

As autoridades intentaram demarcar a presença do Estado com uma série de intervenções urbanísticas nessa rede de arraiais, como a construção de prédios oficiais em local cômodo, pelourinho em pedra, várias pontes e chafarizes em pedra, a abertura de novas ruas, o levantamento de paredões em encostas e uma insistente política de conservação e manutenção dessa infraestrutura em quase toda a vila. Tudo em nome dos pressupostos que orientavam o estabelecimento e o aumento das "povoações cômodas, decorosas e decentes [que] deveriam representar a decência e a integridade do reino lusitano, estratégia imprescindível à manutenção da coesão e da concórdia pela sustentação do pacto colonial".[4]

A construção de um espaço urbano conveniente para a boa acomodação do comércio e dos súditos favorecia a posse simbólica do território. Os calçamentos, as pontes, os chafarizes, os quartéis, as residências oficiais e os emblemas reais, feitos em material perene, como a rocha da região, ajudavam nesse processo, demarcando a presença visual e física do Estado português.

A participação da Câmara de Vila Rica mostrou-se decisiva no processo de posse simbólica e normalização da população da localidade. Instituição de natureza política, administrativa e jurídica de manutenção do império ultramarino português, a câmara também se constituía em órgão importante de defesa dos interesses dos colonos. Assim, ela funcionava como um misto de instituição local e metropolitana, em que se executavam as políticas da Coroa na colônia e se consolidavam mecanismos de atendimento às demandas locais.[5]

A análise da documentação camarária deixa evidente a decisiva presença da câmara no cotidiano da vila e na vida dos moradores, particularmente os livros de receitas e despesas, que permitem considerações sobre as intervenções urbanas custeadas pelo senado da câmara. Por isso, coletamos todos os registros de despesas relativas a obras públicas e serviços correlatos (conservação, reparo, pintura, jornais de avaliadores e materiais) contidos nos livros de receitas e despesas. O período escolhido para o levantamento estendeu-se de 1726 a 1760, exceto os anos de 1730, 1731, 1732 e 1733, por ausência de documentação.

Pesquisando os registros camarários da referida vila, ficou evidente que se tratava de um dos maiores volumes de recursos arrecadados e, também, de gastos feitos pelas câmaras mineiras no período. Em Vila Rica, as cobranças de impostos, taxas e multas geraram a fabulosa receita de 312:960$260 réis (trezentos e doze contos, novecentos e sessenta mil e duzentos e sessenta réis) em menos de quatro décadas (1726-1760), o que reforça a voraz faceta fiscalizadora dessa câmara. A receita média anual chegou a 10:432$000 réis, registrando variações anuais de 5:274$000 réis a 17:963$000 réis.[6] Para fins de comparação, a sua congênere na cidade de Mariana arrecadava em média 5:200$000 réis por ano, durante a primeira metade do Setecentos.[7]

As receitas mantiveram-se em relativo crescimento até 1751, quando se iniciou uma fase de queda. Quanto à relação entre receita e despesa, percebemos que apenas esporadicamente esta superou aquela, o que demonstra controle na geração de déficits e certa autonomia financeira. Em determinados anos, observa-se uma nítida equivalência entre gastos e arrecadação, o que pode ser resultado do insistente controle dos ouvidores sobre as contas municipais e/ou das maquiagens contábeis dos tesoureiros e dos senadores para evitarem o ônus da diferença e da contestação de determinados gastos.[8]

Quanto às principais fontes de renda da Câmara de Vila Rica, elas provinham dos foros anuais cobrados sobre construções e terrenos nos limites da sesmaria, bem como das licenças lançadas sobre os oficiais mecânicos e comerciantes (isso também incluía as taxas para abertura e funcionamento de lojas, tendas e vendas), das multas e das taxas arrecadadas de toda a população. Alguns desses tributos eram cobrados de forma indireta, pois a Câmara arrecadava-os mediante a realização de contratos. Os maiores contratos eram de “renda de aferição” (incidia sobre a regulação dos pesos e medidas usados no comércio), “renda do ver” (inspeção), “renda das meias patacas” (recaía sobre cada cabeça de gado que entrava para ser comercializada na vila) e “renda da carceragem”.[9]

Grande parte das rendas arrecadadas pelo Conselho tinha destino certo. Um terço era reservado aos cofres metropolitanos e outra parcela significativa foi utilizada na montagem e conservação dos equipamentos urbanos (pontes, chafarizes, calçamentos) e na promoção de festividades. A título de exemplo, entre 1726 e 1744, os dispêndios em festividades e obras públicas consumiram mais de 65$000 réis, quase a metade dos 135$000 réis gastos pela Câmara nesse intervalo. Anualmente, as despesas para tais finalidades não representavam 30% dos gastos totais, mas essa participação ultrapassou os 50% nos anos de 1726, 1728, 1736, 1740, 1741, 1743 e 1744 (Gráfico 1).

Os montantes movimentados nas festas e nas obras públicas evidenciam a importância dessas na primeira

metade do século XVIII. Promovê-las fazia parte das atribuições dos membros das câmaras, para preservação da autoridade e maior distinção dos senadores, bem como para ostentação da figura do monarca e de seu poder, especialmente nas festas de Corpus Christi e na ereção de símbolos como o pelourinho, a forca e a Casa de Câmara e Cadeia.

Quanto às festas, não passavam de 10% as despesas com o pagamento de propinas aos agentes camarários, a contratação de músicos, carpinteiros, carapinas, pintores e párocos para executarem os serviços necessários em tais eventos, como arcos triunfais, sermões e músicas para os vila-riquenses. Entretanto, quando ocorriam festas extraordinárias (nascimentos, casamentos e exéquias de membros da família real), as despesas poderiam atingir mais de 40% dos gastos da Câmara, como ocorrido em 1726 na celebração dos acordos matrimoniais dos filhos do rei – d. José e d. Maria Bárbara.[10]

O custo das obras

Os gastos em obras públicas também tiveram participação expressiva no conjunto de despesas do período que vai de 1734 a 1760. O dispêndio de recursos, nesse caso, variava muito de ano a ano. Geralmente atingiam 10% dos gastos, mas, em alguns anos, como 1741, 1744, 1745, 1755, 1757 e 1758, as obras públicas consumiram 45% ou mais dos recursos da Câmara. Esses valores superavam os percentuais usualmente despendidos por muitas vilas e cidades em Portugal.[11]

Os desvios de recursos da Câmara para outro fim, diverso da execução de obras públicas, eram recorrentemente reprimidos pelos ouvidores e corregedores, o que não quer dizer que tal repressão ecoasse nos ouvidos moucos dos vereadores.[12] Na correição de 1758, o ouvidor condenava a forma pela qual se vinham gastando as rendas e rendimentos do Conselho. Na opinião dele, "tem sido de devoção dos officiais da Câmara aplica-los para festividades e para outros e diversos fins" alheios ao interesse público. Ainda segundo esse oficial, a prática dos vereadores era "o mesmo que fazer esmolla do [bolso] alheio porque os officiais da Câmara não são senhores destes bens e dos rendimentos, são uns administradores e com administração restrita a disposição da lei e provisões".[13]

Na ausência do juiz de fora, tais ouvidores açambarcavam consideráveis atribuições na vigilância dos órgãos da administração camarária de Vila Rica. Eles se responsabilizavam pela eleição dos oficiais camarários (juízes e vereadores), pelo cumprimento das posturas municipais, pela inspeção das rendas, pelos gastos e correições anuais, pela verificação das licenças dos oficiais mecânicos e dos médicos e pela fiscalização da cadeia e dos carcereiros. Essas são apenas algumas de suas amplas funções, que podiam ocasionar conflitos entre os ouvidores e os oficiais camarários.[14]

As constantes reclamações dos ouvidores e a oscilação anual no volume de recursos utilizados nas obras públicas evidenciam as dificuldades em direcionar as rendas da Câmara de Vila Rica para tal fim. Mesmo existindo provisões reais que orientavam o uso dessas rendas para as obras, os senadores continuaram a despender consideráveis somas em festividades, propinas e esmolas.[15]

Apesar dessas restrições, os valores movimentados para aumento e conservação do mobiliário urbano público (pontes, chafarizes, calçamentos e outros) foram substanciais no período estudado, atingindo a quantia de 87:958$719 réis, sendo utilizados nos seguintes tipos de construções e serviços correlatos: a) calçamento; b) chafariz; c) ponte; d) quartel; e) residência/palácio; f) estradas; g) pelourinho; h) Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica; i) construtores (serviços de avaliação técnica das obras arrematadas, as louvações); j) outros (gastos em obras não especificadas). O Gráfico 2 permite visualizar bem a distribuição dos recursos, com grande

destaque para as despesas com calçamentos (31,1%), pontes (21,1%) e chafarizes (14,1%).

A despeito dos altos valores gastos com esses equipamentos urbanos e com a contratação de construtores (pedreiros, canteiros e carpinteiros), o montante não representa o total despendido no período em Vila Rica. Isso porque não computamos as construções e os gastos executados sob responsabilidade direta do governador da capitania nem aquelas realizadas por particulares.[16]

No caso da cidade de Mariana (Gráfico 3), os gastos em obras públicas chegaram a 48:853$190 réis no período de 1748 a 1800.[17] Esses valores contidos nos livros de receitas e despesas da Câmara de Mariana sinalizam os dispêndios financeiros após a elevação da antiga Vila do Carmo à categoria de cidade e a criação do bispado (1745). Com um projeto urbanístico do engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim, o antigo núcleo mineiro recebeu ruas em linha reta, praças retangulares, calçamentos, chafarizes, pontes e casas de câmara e cadeia.[18]

As despesas das câmaras de Vila Rica e Mariana concentram-se nas obras de maior comodidade e embelezamento das respectivas urbes, como calçamentos, pontes de cantaria, chafarizes e residências para os oficiais camarários.

As melhorias urbanísticas e as edificações consumiram quase três quartos das despesas com obras públicas realizadas pela Câmara de Mariana na segunda metade do século XVIII (Gráfico 3). Foram 12:209$479 réis com calçamentos das ruas e largos, outros 11:588$428 réis com pontes de pedra ou de madeira e 11:440$265 réis para a construção da monumental Casa de Câmara e Cadeia local.

A Câmara de Vila Rica gastou mais 65% das despesas em obras públicas na construção, no reparo e na conservação de três importantes tipos de equipamentos urbanos: as pontes, os chafarizes e os calçamentos (Gráfico 2). Serviços dessa natureza se tornaram tão recorrentes que, a partir da década de 1730, a Câmara passou a fazer a arrematação anual das "conservações das calçadas, fontes e pontes". Por isso, vamos nos concentrar nessas obras para discutir e visualizar as intervenções urbanas implementadas pelos vereadores.

Os gastos em calçamentos atingiram o maior valor individual, qual seja, o montante de 27:336$641 réis, o que incluía não só dezenas de carradas de pedra e o trabalho dos oficiais calceteiros no calçamento das ruas, mas também a abertura de novas ruas e novos becos, como está registrado sumariamente nos pagamentos dos arrematantes. Às vezes se fazia a arrematação do calçamento de uma rua, de um beco ou da vila quase toda ao mesmo tempo.[19]

Arremates

Tais intervenções faziam parte da rotina administrativa dos oficiais camarários desde 1722, quando João Domingues Veiga arrematou as calçadas da localidade.[20] Elas serviam não somente para o reparo e a conservação das ruas, mas também para o realinhamento, o nivelamento e o dimensionamento das vias públicas, adequando-as aos 20 ou 30 palmos de largura sugeridos nos autos de arrematações da Câmara.[21]

As dezenas de condições de arrematações para conservação e manutenção das calçadas de Vila Rica (documentação ainda não consultada nos estudos sobre a consolidação da paisagem urbana nos núcleos mineiros) mostram mestres de obras e pedreiros intervindo quase que diariamente no sítio primitivo da vila. Rebaixar, levantar, "nivelar por patamares" e "alinhar por cordões" são alguns dos termos que descrevem a importância das atividades desses

arrematantes, funções similares às atribuídas aos arruadores, como se observa abaixo:

> Será obrigado o rematante a levantar e rebolir a rua da porta de Heronimo Gomes Peixoto até as duas fontes, rebaixando e levantando, a donde for necessário cortar patamais indireitar por cordoiz que pedir a perfeyção da rua, calçando com a mesma pedra e com mays que lhe faltar.[22]

Não resta dúvida de que tais obras facilitavam a circulação de pessoas, carroças, mercadorias e animais pelas ladeiras e vielas da urbe, concorrendo para o aumento do comércio e para a comodidade e a conveniência dos moradores vila-riquenses. Isso contribuiu para a ereção de uma vila digna de ser sede política da Capitania das Minas Gerais.

A política de edificação, aumento e conservação da rede urbana executada pelas autoridades locais implicou a desapropriação de moradas, a remoção de encostas, a construção de muros de contenção, a abertura de ruas e o nivelamento de trechos para melhor acomodar as novas pontes, chafarizes, calçamentos e quartéis. Segundo Rodrigo Almeida Bastos, essa usual adaptabilidade dos agentes às inúmeras dificuldades advindas da ocupação anterior e da topografia inadequada não era fruto somente do pragmatismo das autoridades, mas também de um princípio teórico, o decoro, "que recomendava justamente essa disposição para a *adaptação*, visando múltiplos âmbitos de *conveniência*", e a adequação na ereção, no aumento e na conservação das urbes.[23]

As manutenções e as ampliações do calçamento serviam para maior formosura e "civilidade" das principais vias, conferindo prestígio à vila e aos moradores beneficiados, que passavam a dispor de um espaço público decente e capaz de receber de forma conveniente as comemorações festivas – ora organizadas pelos oficiais da camarários, ora pelas inúmeras associações religiosas –, os vários passos da paixão e os novos templos. Igualmente contribuíam para a solução do problema de salubridade das urbes da época, auxiliado no escoamento das águas pluviais e dos dejetos, evitando a ocorrência de doenças.

A atividade comercial praticada por lojistas, vendeiros e taberneiros também se beneficiava com a montagem desse mobiliário urbano. Em 1715, havia 103 lojas e vendas na recém-criada Vila Rica, com estabelecimentos que comercializavam, respectivamente, produtos de fazendas, secos (roupas, utensílios, velas e ferramentas) e molhados (alimentos e bebidas). Quatro anos mais tarde, o número de lojas e vendas atingiu a casa de 244 estabelecimentos, somente no perímetro da vila. Em 1728, as vendas somavam 322 e as lojas, 114, o que representa um vertiginoso crescimento da rede comercial em relação à existente na segunda década do Setecentos.[24] Provavelmente, essa concentração comercial teria sido estimulada tanto pelas regulações camarárias – em que se proibia a fixação de estabelecimentos comerciais perto das lavras e a mais de uma légua de distância da vila – quanto pelos crescentes melhoramentos na rede urbana aqui discutidos.[25]

Pontes, bicas e chafarizes

Quanto às pontes, foram equipamentos urbanos decisivos na ligação dos principais aglomerados urbanos da vila, ajudando a transpor córregos e riachos, além de visualizar o tênue limite entre o espaço urbano e o rural. Os gastos com novas construções em pedra e cal, reedificações e reparos chegaram a 18:530$044 réis, o que também incluía as despesas relativas à compra e à demolição de residências particulares que atrapalhavam a edificação das pontes, como foi o caso de algumas residências nos bairros Caquende e Antônio Dias.

Todas as pontes anteriores a 1740 foram feitas de madeira, tendo sido iniciadas, nessa década,

Ponte da Barra. Aquarela de Jorge Maltieira (Cartaxo, Portugal, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1994). In: MALTIEIRA, Jorge. *Ouro Preto relicário do Brasil.* Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1961.

Ponte do Rosário ou do Caquende. Aquarela de Jorge Maltieira In: MALTIEIRA, Jorge. *Ouro Preto relicário do Brasil.* Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1961.

as construções mais sólidas, com a utilização de rochas dos morros da vila. Durante todo o século XVIII, foram erguidas por volta de 18 pontes, entre grandes e pequenas, em arcos romanos plenos ou abatidos. É provável que as constantes despesas para a conservação e as dificuldades em restringir o uso das pontes de madeira por carreiros com seus pesados carros de boi tenham motivado a edificação de pontes em materiais pétreos.

A primeira ponte de pedra de cantaria a ser edificada foi a de São José, que transpõe o córrego de Ouro Preto ou do Xavier. É atualmente chamada de Ponte dos Contos, por se localizar perto da Casa dos Contos. Em 1744, foi arrematada por Antônio Leite Esquerdo pela quantia de 4 mil cruzados e 150$000 réis, vindo a sofrer um acréscimo que custou mais 650$000 réis. Os pagamentos seguiam o ritual costumeiro de três parcelas, sendo uma no início da obra, outra quando o arco da ponte estivesse terminado e a última quando os avaliadores verificassem a adequação da obra executada ao risco fornecido pela câmara.[26]

Outro destaque é a ponte do arraial de Antônio Dias, situada sobre o córrego da Sobreira. Em 1755, ocorreu sua arrematação para Manuel Francisco Lisboa, que ofereceu um lance de 11 mil cruzados e 600$000 réis. A arrematação da ponte incluía outros serviços de embelezamento na área próxima a ela, mas, por termo de cessão, a obra foi entregue a Antônio da Silva Herdeiro.[27] Essa construção é conhecida atualmente como Ponte de Marília.

Já os chafarizes foram obras de grande importância no século XVIII, propiciando o abastecimento de água à população. A princípio, os escravos domésticos e alugados foram utilizados na condução de água dos córregos e riachos para as moradias de seus senhores, até que, por iniciativa do senado das câmaras e de particulares, chafarizes, fontes e bicas começaram

a ser erguidos tanto no espaço público quanto em residências particulares.[28]

O abastecimento de água fazia parte das preocupações e das atribuições camarárias desde o início da constituição de Vila Rica, o que motivou a construção de redes de aquedutos para abastecer chafarizes e fontes na década de 1720.[29] No total, foram construídos 18 chafarizes, sendo a maioria durante as reformas urbanas implementadas entre 1740 e 1760, movimentando gastos que chegaram a 12:376$566 réis. Em termos de volume, é possível que essa vila tivesse a maior rede de chafarizes públicos da América portuguesa no período. Por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, novo centro político-administrativo da Colônia, possuía apenas 11 chafarizes ao final do Setecentos, incluindo o do Pocinho da Glória e a fonte dos Amores no Passeio Público, do mestre Valentim.[30]

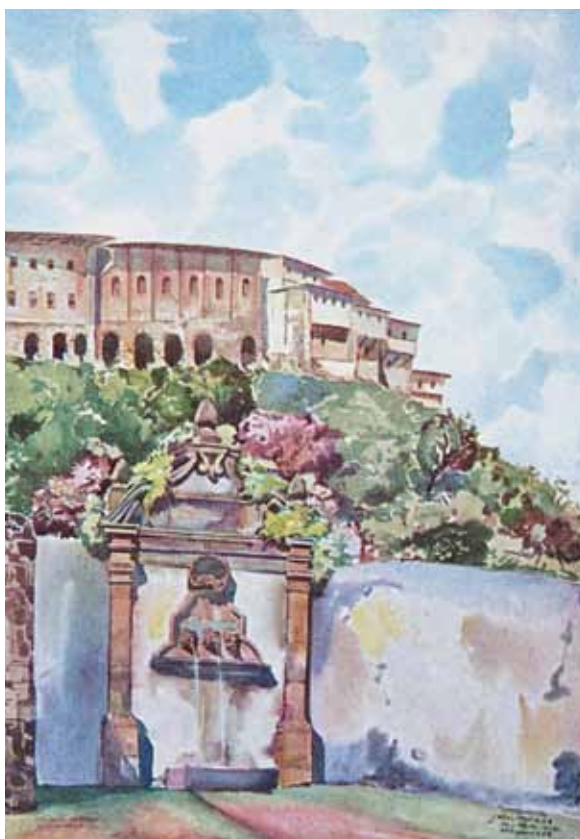
A construção dos chafarizes e das fontes era, muitas vezes, motivada por solicitações e reclamações dos moradores. As comunidades nos arraiais usavam, com certa frequência, abaixo-assinados para solicitarem ao senado da Câmara de Vila Rica a construção e o conserto desses equipamentos urbanos, bem como para a resolução de pendengas por causa do uso particular dos córregos, riachos, fontes e chafarizes em detrimento dos interesses comuns.[31]

Usualmente, a Câmara publicava editais de arrematação para edificação e/ou reparo dos chafarizes e das fontes, confiando-os a renomados arrematantes, pedreiros e mestres de obras. Vencia a concorrência quem oferecesse menor preço e se comprometesse com seus bens ou de seus fiadores a concluir a obra no tempo previamente estipulado. O arrematante quase sempre executava a obra sob orientação de um risco (planta ou desenho) e das condições – conjunto de cláusulas sobre tipos de rochas, quantidade de bicas, formas de vedação das canalizações etc. – fornecidas pelo contratante.

Em outras situações, era possível que os próprios moradores concorressem com recursos próprios na construção de obras de utilidade para a comunidade, sem maiores controles, por parte da Câmara, quanto a questões formais e estéticas dessas obras, pois na autorização do procurador para a construção não consta a exigência de risco ou desenho do chafariz nem a indicação de especialista (*louvados*) para averiguá-lo.[32]

Nesse caso, as preocupações das autoridades locais concentravam-se naquelas questões referentes à disposição espacial da fonte, à quantidade e ao aproveitamento do volume da água canalizada. Era necessário preservar e regular o uso da rede pública de abastecimento de água, buscando diminuir distúrbios causados pelo desabastecimento, e evitar a utilização particular do bem comum.[33]

Para o abastecimento constante de água aos moradores, a Câmara de Vila Rica montou uma complexa rede de escoamento para conduzir a água de minas e fontes existentes nas encostas, nos morros e nos sítios para os chafarizes. A canalização se dava por meio de canaletes feitos em telhas, sendo usados também os arcabuzes feitos em pedra-sabão. Às vezes, a distância entre as fontes naturais e a acidentada topografia dos arraiais exigia a construção de caixas feitas de pedra ao longo do trajeto para vencer os desníveis e controlar o volume de água nos chafarizes.

Os moradores das principais ruas da vila passaram a abastecer suas residências de forma muito mais cômoda, pelo serviço de seus escravos domésticos ou dos escravos de ganho que transportavam água das fontes e chafarizes públicos. Alguns proprietários mais abastados usufruíram o privilégio de poderem desviar a água da rede pública para suas casas. Geralmente solicitavam à Câmara a mercê de “uma pena”, “meia pena” ou “um anel de água” – medida encontrada na documentação que se refere ao diâmetro do canalete –,

Chafariz da Glória. Aquarela da Jorge Maltieira.
In: MALTIEIRA, Jorge. *Ouro Preto relicário do Brasil.*
Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1961.

assegurando que não causariam prejuízo ao bem público, como a diminuição da água nos chafarizes.

A concessão de água a particulares pela Câmara de Vila Rica se inicia antes mesmo da construção dos monumentais chafarizes em alvenaria de pedra e cantaria. Em 1737:

> Diz Antônio Falcão Pereira, Escrivão deste senado, e morador nesta Vila na ladeira, que vai para o ouro preto, que pelo quintal das casas em que vive passam as bicas da água que vai para a fonte que este senado proximamente mandou fazer no corgo do ouro preto. E porque *para cômodo e uso de sua casa caresse de huma pena da dita água* [...] não fazendo semelhante uso prejuízo algum, nem da dita fonte, nem ao bem público, antes sim faz utilidade por que se obriga, per si, e os mais possuidores das ditas casas a concertar e reparar todo o dano que em qualquer tempo houver nas taes bicas, que compreende o reduto do seu quintal, razão porque pede que lhes *façam mercês conceder a dita graça para si e mais possuidores desta propriedade*.[34]

Essas autorizações consistiam em mercês concedidas pelos oficiais camarários, que sempre requeriam ou recebiam a contrapartida no sentido de que os beneficiados conservariam a canalização em seus terrenos a qualquer tempo. Era costume pagar certa quantia pela concessão, como 20 oitavas de ouro por uma pena ou um anel de água.[35]

Nas justificativas dos requerimentos, sempre se enfatizava que os pedidos eram para maior "comodidade", "ornato" e "precisão" dos beneficiários, como registrado na documentação, o que não somente concorria para maior distinção dos requerentes como para a valorização de suas propriedades. Porém, a principal justificativa residia na comprovada existência de água abundante nas fontes e nos chafarizes, pois "quando se experimente falta dellas [águas], deve prevalecer a necessidade do público ao particular".[36]

Em favor do bem comum

As autoridades locais precisavam manter da melhor maneira possível o bem comum,[37] que nada mais é do que aquele conjunto de bens e serviços destinados aos moradores da vila, geridos pelos oficiais camarários e pelas autoridades régias, a quem competia resguardar o interesse da república, colocando-o acima dos interesses particulares.

Os vila-riquenses não somente tinham consciência desses instrumentos como também contribuíam para a defesa e o aumento do bem comum. Era frequente o uso de abaixo-assinados e petições para reclamar da precariedade do abastecimento (alimento e água), da conservação da infraestrutura urbana (pontes, chafarizes e ruas) e do uso particular desses bens. Por exemplo, os moradores da Rua Nova moveram uma ação contra o uso particular do córrego que nasce acima da ponte de São José, em 1755. No parecer do procurador sobre a questão, ficou assentado que os moradores

> [...] devem ser conservados na posse q. alegam sem q. pessoa alguma se intrometa a degradar a agoa de q. resta para a sua particular utilidade em razão de q. as águas nativas são do patrimônio [...] e como taes ficam sendo comuns para o público de se servir como sempre se serviram os moradores desta vila.[38]

Aparentemente, os oficiais da Câmara de Vila Rica precisavam lutar para se fazerem valer como representantes da sociedade local, defendendo os interesses dos homens livres em nome do bem comum.[39]

As intervenções urbanas da Câmara mostram que a busca por essa legitimação se fazia cotidiana. Até inscrições latinas nas cartelas dos chafarizes serviam para lembrar os feitos das autoridades camarárias. O chafariz da rua São José, construído em 1745 pelo pedreiro João Domingues Veiga,[40] tem na sua parte central superior a seguinte inscrição latina: *Is quae potatum, cole, gens pleno ore Senatum securi ut sitis nam facit ille sites*, o que significa: "Povo que vai beber, louva de boca cheia o Senado porque tens sede e ele a faz cessar". Na região do Pilar, o chafariz de Ouro Preto, atual chafariz da Glória, também tem uma inscrição: *Curia curat, amat, fabricat, propinat, abhorret, nos ubertatem, staqua, flu(...)ta sitim*. Estragos na cantaria dificultam a leitura de toda a frase, que, no entanto, pode ser traduzida da seguinte forma: "O Senado cuida de nós, ama a abundância, fabrica os tanques, dá a beber as águas correntes, aborrece a sede".[41]

Os chafarizes pareciam configurar o espaço ideal para perenizar a imagem de um senado atuante na satisfação das demandas do povo. Tanto eles quanto as pontes compunham os espaços intraurbanos de domínio e uso comum, não apenas para abastecer a povoação e transpor córregos e vales, respectivamente, mas para dilatar "o restrito circuito público".[42] Inclusive, algumas dessas pontes (Antônio Dias, Barra, Casa dos Contos) foram concebidas com bancos que deveriam ser utilizados tanto pelos transeuntes quanto pelos devotos nas celebrações religiosas.

Por último, devemos destacar a mais importante das intervenções urbanísticas das autoridades régias em Vila Rica, a praça do morro de Santa Quitéria. Ela foi planejada e executada no governo de Gomes Freire de Andrade, que implantou e consolidou o centro político-administrativo da capitania com a edificação do Palácio dos Governadores. A nova residência do governador foi arrematada, em 1741, por Manoel Francisco Lisboa, sendo bancada pelos cofres da Real Fazenda. Esse novo núcleo sedimentou a unificação político-administrativa da múltipla rede de arraiais existente anteriormente.

As referidas ações da Câmara de Vila Rica, pela constância e importância, parecem não figurar como simples intervenções excepcionais ou pontuais;[43] enquadravam-se, na verdade, no âmbito da política de normalização da população e do bom andamento da máquina fiscal. As cartelas com inscrições latinas nos chafarizes de Vila Rica não serviam apenas para dizer onde se devia "aborrecer a sede", mas também

para demarcar cotidianamente os feitos reais e a posse simbólica do território por seus representantes, as autoridades locais.

Não devemos esquecer também que a montagem e a conservação do mobiliário urbano e dos prédios públicos concorreram para uma maior preocupação com as fachadas das edificações, para a difusão de construções com materiais mais perenes – como a pedra – e para a valorização dos sobrados e das casas térreas nos locais calçados e abastecidos por alguma fonte ou chafariz público. Já na segunda metade do século XVIII, as residências com paredes em pedra, assoalhos em tábua e água encanada recebiam melhor cotação nas vendas de imóveis, especialmente nas principais vias de Vila Rica.[44]

Por outro lado, os recursos financeiros movimentados para realização das obras públicas em Vila Rica e Mariana desempenharam importante papel na dinamização da demanda por obras arquitetônicas (residências oficiais, pontes em cantaria e chafarizes) e construtores (pedreiros, canteiros, carpinteiros e mestres de obras) durante todo o século XVIII.[45] Eles contribuíram para que esses profissionais adquirissem recurso para aquisição de escravos especializados, ferramentas e materiais.

A capitania era um ambiente marcado pela atuação de mestres como Manoel Francisco Lisboa, José Pereira dos Santos, Francisco de Lima Cerqueira, José Pereira Arouca, na produção de riscos, execuções e louvações de pontes, chafarizes e prédios públicos. Tudo isso foi decisivo para a formação de equipes capazes de experimentar e desenvolver práticas e soluções técnicas para o trabalho de edificação e ornamentação das capelas e das residências mineiras no avançar do século. Servem de exemplo alguns chafarizes de Vila Rica que foram construídos com um simples frontispício composto de pilastras, volutas e cornijas curvadas, repertório depois usado na fachada de capelas, como a cornija curvada da capela de São Francisco de Assis.

Alguns construtores monopolizaram parcelas significativas dos gastos com obras públicas feitos pelas câmaras da comarca. Em Vila Rica, os pedreiros Diogo Álvares de Araújo Crespo (13:810$61 réis), Antônio da Silva Herdeiro (11:858$046 réis), João Domingues Veiga (8:730$500 réis) e Manoel da Fonseca Neto (6:964$22 réis) se beneficiaram de quase a metade dos 87:958$719 réis realizados com obras no período de 1726 a 1760. Em Mariana, José Pereira Arouca[46] recebeu mais de 16:109$929 réis por seus serviços, o que representava um terço dos gastos da Câmara com obras. João Miguel Ferreira (5:585$008), Sebastião Pereira Leite (3:686$658) e João de Caldas Barcellar (3:555$946) completam o rol de grandes arrematantes da cidade no período de 1748 a 1800.

Em síntese, acreditamos que tenha sido significativo o impacto das políticas públicas postas em prática pelas autoridades locais e metropolitanas no ordenamento e no embelezamento dos núcleos urbano da Comarca de Vila Rica, particularmente no Termo de Vila Rica. Suas ações utilitárias e de adequação da urbe eram necessárias à constituição de locais decentes para a acomodação de autoridades e negociantes de grosso cabedal, mas, igualmente, buscavam atender às demandas da povoação, aumentar os bens do Conselho e conferir legitimidade ao corpo da Câmara como defensor dos interesses locais. Além disso, as câmaras de Vila Rica e de Mariana foram clientes importantes para parcela dos mestres de obras, pedreiros, canteiros e carpinteiros da comarca e regiões vizinhas. Elas poderiam oferecer a tais profissionais ganhos financeiros tão significativos quanto os obtidos junto às ordens terceiras e irmandades leigas.

Notas |

1. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 93-138; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*: formação e desenvolvimento – residências. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/INL, 1956.

2. Ver BASTOS, Rodrigo Almeida. *Arte e urbanismo conveniente*: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas:* o processo de constituição urbana de Vila Rica colonial (1702-1748). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004; DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia*: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: ALVA-CIORD, 1997; MARX, Murilo. *Cidade brasileira*: terra de quem?. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980; MARX, Murilo. *Nosso chão*: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1989; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux Villes de l'or*: pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^{e} siècle). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003; CAMPOS, Kátia Maria Nunes. *Vila Rica*: um estudo de morfologia urbana. Monografia (Bacharelado em História) – ICHS, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana (MG), 2000; REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Editora Pioneira/ Edusp, 1968.

3. Sobre o mecenato artístico das ordens terceiras e irmandades leigas, cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Cultura Barroca e manifestações do Rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998. p. 5.

4. BASTOS, Rodrigo Almeida. O decoro e o urbanismo luso-brasileiro na formação da cidade de Mariana, Minas Gerais, meados do século XVIII. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 19, p. 273, 2005.

5. RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, n. 109, p. 34-45, 1977; RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto* – Stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil – 1695-1726. 326f. 1972. Tese (Doutorado em História). The University of Florida, Florida, 1972; SILVA, Marilda Santana. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista:* a representatividade do senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808). 2003. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas (SP), 2003.

6. Na região norte de Portugal, muitas câmaras não possuíam receitas superiores a dois contos de réis, mesmo as que eram sede de comarca, a exemplo de Barcelos, Bragança, Miranda, Viana, Vila Real e Viseu. Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os conselhos e as comunidades. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. p. 322-323.

7. BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Estado e quadro fiscal na Era Moderna*: Portugal e Brasil. 2005. Monografia (Bacharelado em História), ICHS/ UFOP, Mariana (MG), 2005. p. 32-33. A pesquisadora Tatiana Senna auxiliou no levantamento de parte dos livros de receita e despesa da Câmara de Vila Rica.

8. Sobre a ação fiscalizadora dos ouvidores nas contas dessa câmara, ver: SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em ricas festas*: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744). Belo Horizonte: C/Arte, Face-Fumec, 2003. p. 50-66.

9. RUSSELL-WOOD. O governo local na América Portuguesa, p. 53-54.

10. Ver: RAMOS. *A social history of Ouro Preto*, p. 354-355; SANTIAGO. *A Vila em ricas festas*, p. 48-49.

11. No século XVIII, as despesas camarárias em obras não passaram de 4% nas vilas e cidades do Minho, 6,5% nas câmaras de Montemo-o-Novo e 2,2% na cidade de Évora. FONSECA, Teresa. *Absolutismo e municipalismo*: Évora, 1750/1820. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 390.

12. Carta Régia de 27 de julho de 1736. *RAPM*, Belo Horizonte, v.16, p. 404, jan./jun. 1911.

13. Arquivo Público Mineiro (APM) – Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), cód. 51, filme 25, E-2, fotograma 132.

14. Ver SILVA. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista*, p. 190-193.

15. Ver: SANTIAGO. *A Vila em ricas festas.*

16. Em 1749, a Provedoria da Fazenda Real gastou mais de 1:603$312 com serviços de pedreiros e carpinteiros. Ver. *CÓDICE Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1, p. 427.

17. Esse levantamento preliminar foi realizado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), códices 73, 75, 124, 141, 151, 176, 201, 277, 382, 384, 649, 660, 679, 701 e 705. Agradeço a Mariana Alves de Aguiar pela ajuda no levantamento dos dados.

18. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. *TERMO DE MARIANA: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da Ufop, 1998. p. 27-66.

19. Em 1733, João Domingues Veiga arrematou os consertos das calçadas de toda a vila pelo preço de 125$000 mil réis. Ver: Arquivo Público Mineiro (APM) – Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP)- Documentação Não Encadernada (DNE), cx.. 04, doc. 36, Vila Rica, 02/05/1733.

20. APM – CMOP, cód. 14, fl. 11.

21. APM – CMOP, cód. 30, fl. 70.

22. APM – CMOP, cód. 41, fl. 150.

23. "E o decoro – como princípio ou 'regra' fundamental aos processos tanto ético-políticos quanto artístico-construtivos – representou uma chave bastante interessante para a compreensão de vários aspectos inerentes aos processos de 'ereção, 'aumento' e 'conservação' das novas povoações mineiras. E vale adiantar que a assimilação e a aplicação do decoro estavam estimuladas pela existência de um ambiente 'retórico' coevo luso-brasileiro; alicerçado e alimentado justamente pela retórica que, ao lado da poética, consagrara o decoro como princípio essencial a praticamente todas as manifestações técnicas e artísticas humanas." BASTOS. *Arte e urbanismo conveniente*, p. 17-18.

24. RAMOS. *A Social history of Ouro Preto*, p. 182; APM – CMOP, cód. 6, fls. 71-74v, *apud* SANTIAGO. *A Vila em ricas festas*, p. 42.

25. Outros fatores também contribuíram para essa concentração, como as medidas repressivas tomadas após a revolta de Felipe dos Santos em 1720. Cf. FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993. p. 51.

26. CARVALHO. *Pontes e chafarizes de Villa Rica de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Ed. Históricas, [s. d.]. p. 37-41.

27. Antônio da Silva Herdeiro também foi o construtor da Ponte do Caquende, no Rosário, em 1753, pelo valor de onze mil cruzados e trezentos mil réis. Os acréscimos no contrato elevaram o valor em mais

dois mil cruzados e duzentos mil réis. Ela foi concluída em dezembro de 1755. Ver CARVALHO. *Pontes e chafarizes de Villa Rica de Ouro Preto*, p. 19-20.

28. Sobre o abastecimento de água em Minas Gerais no período colonial, os primeiros trabalhos a respeito do tema podem ser encontrados em MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Abastecimento de água em Minas nos tempos coloniais. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 35-36, jan.-jun., p. 234-246, 1956; e CARVALHO. *Pontes e chafarizes de Villa Rica de Ouro Preto*.

29. João Domingues da Veiga recebeu 600$000 réis pelo conserto nos aquedutos do chafariz que existia na praça da vila em 1726. Ver: APM – CMOP, cód. 21.

30. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 36.

31. A documentação sobre o sistema de abastecimento de água em Ouro Preto é considerável. Ver APM – CMOP – DNE, cx. 16, doc. 16, 23/01/1745; cx. 16, doc. 44, 27/04/1745; cx. 16, doc. 72, 23/06/1745; cx. 18, doc. 23, 03/03/1746; cx. 32, doc. 33, 09/04/1755; cx. 77, doc. 85, 08/07/1804; cx. 79, doc. 37, 07/06/1806; cx. 79, doc. 38, 07/06/1806.

32. APM – CMOP – DNE, cx. 16, doc. 44, fl. 2, 27/10/1745.

33. Veríssimo Dias Moreira, mesmo sendo familiar do Santo Ofício (leigos recrutados pela inquisição), ficou preso oito dias na cadeia por não ter licença para fazer um encanamento particular que passava defronte da Casa da Ópera, o que prejudicava a rede de água que abastecia a fonte da praça. Ver: APM – CMOP – DNE, cx. 18, doc. 59, 18/06/1746. Sobre outros exemplos dessa política de proteção e regulação no uso da rede pública de abastecimento, cf. APM –CMOP – DNE, cx. 19, doc. 46, 26/11/1747.

34. APM – CMOP – DNE, cx. 10, doc. 14, 25/05/1737. Grifo nosso.

35. Outras solicitações de porções de água, ver: APM – CMOP – DNE, cx. 56, doc. 24; cx. 57, doc. 13; cx. 57, doc. 14; cx. 77, doc. 01; cx. 77, doc. 48; cx. 83, doc. 22.

36. Ver: APM – CMOP – DNE, cx. 79, doc. 38, 07/06/1806.

37. Sobre a chamada economia do bem comum, ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, Lisboa, n. 23, p. 67-88, 2000.

38. Ver APM – CMOP – DNE, cx. 32, doc. 33, fl. 1v.

39. Sobre a representatividade da Câmara de Vila Rica no período, ver: SILVA. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista.*

40. Esse chafariz foi arrematado por João Domingos Veiga por 940$000 mil réis, com risco de autor desconhecido.

41. Esse chafariz foi edificado pelos pedreiros Antônio da Silva Herdeiro e Antônio Fernandes de Barros em 1752, com o mesmo risco do chafariz do Passo de Antônio Dia e pela quantia de 700$000 mil réis.

42. MARX, Murillo. *Nosso chão*: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1989. p. 107.

43. Sobre essas intervenções pontuais, ver MARX. *Nosso chão*, p. 53-54; e FONSECA, Cláudia Damasceno. Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 41, p. 90, jan./mar., 2000.

44. D'ASSUMPÇÃO, Sílvia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*, Fafich/UFMG, n. 9, p. 136, 1989; MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 65, p. 183, jun. 1987.

45. Sobre Mariana, ver TEDESCHI, Denise M. R. *O emanar das Minas*: a atuação da câmara no provimento da água em Mariana (1740-1760). 120f. 2007. Monografia (História), ICHS/Ufop, Mariana, 2007.

46. A localização do inventário de José Pereira Arouca ampliou o universo de dados sobre parte da oficina e equipe de escravos oficiais desse construtor. Ver Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana, Inventários Avulsos, cx. 1, auto 6, 6 de julho de 1805. Devo a indicação e a transcrição desse documento à bolsista Kelly Eleutério Machado Oliveira.

Fabiano Gomes da Silva é historiador. Este texto é parte de sua dissertação de mestrado, *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*, defendida em 2007 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich/UFMG).

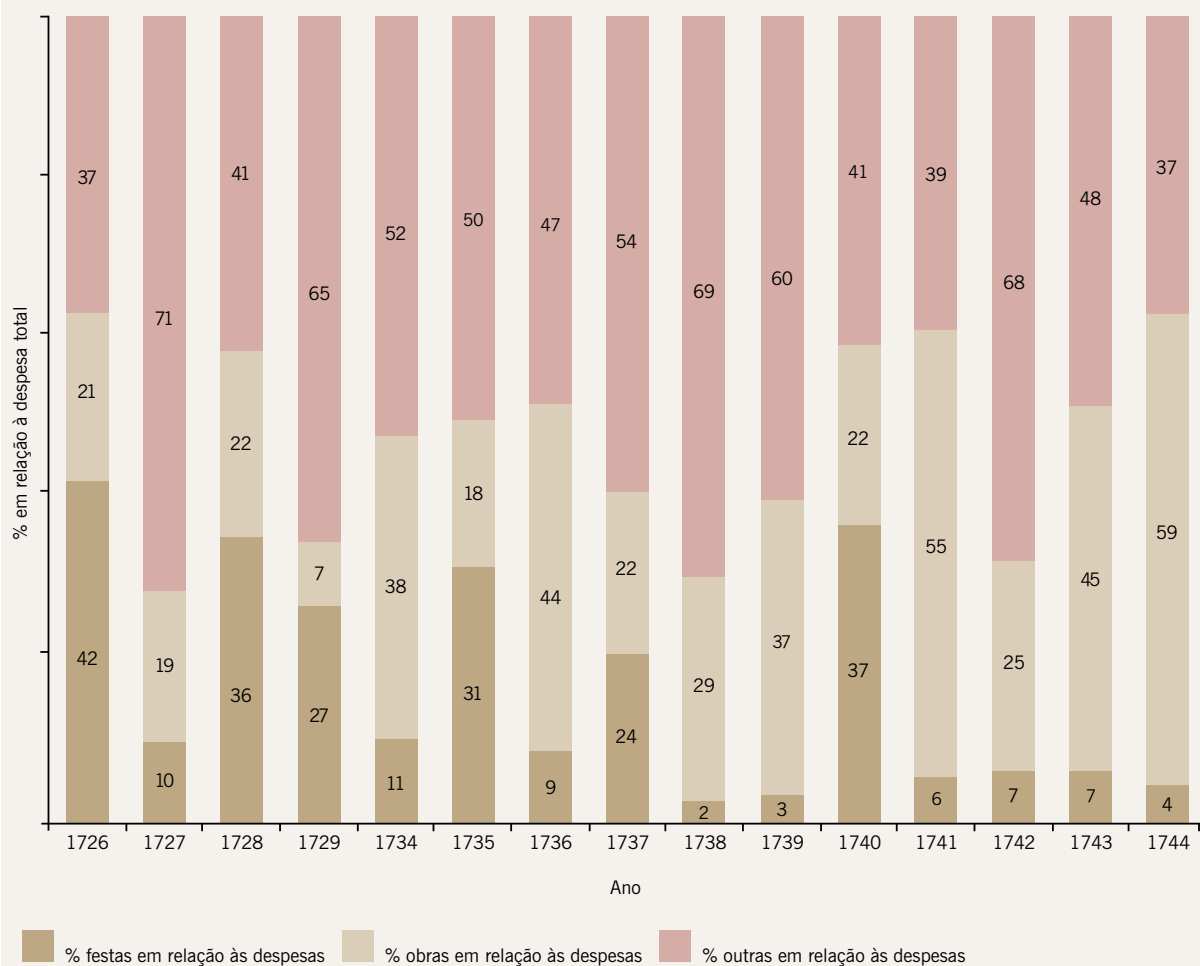
Gráfico 1 | **DESPESAS COM FESTAS, OBRAS ETC. DA CÂMARA DE VILA RICA (1726-1744)**

Fonte: SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em ricas festas:* celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744). Belo Horizonte: C/Arte; Face-Fumec, 2003. p. 48.

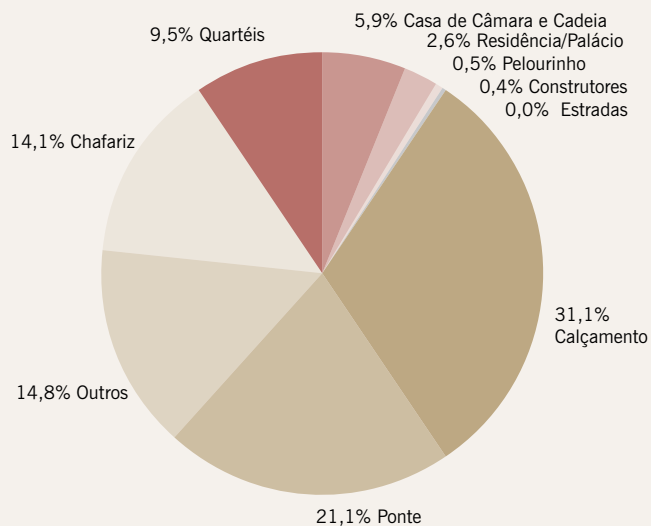
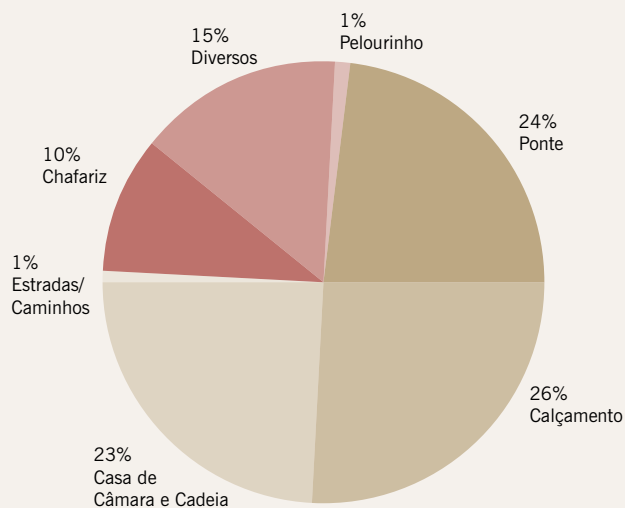
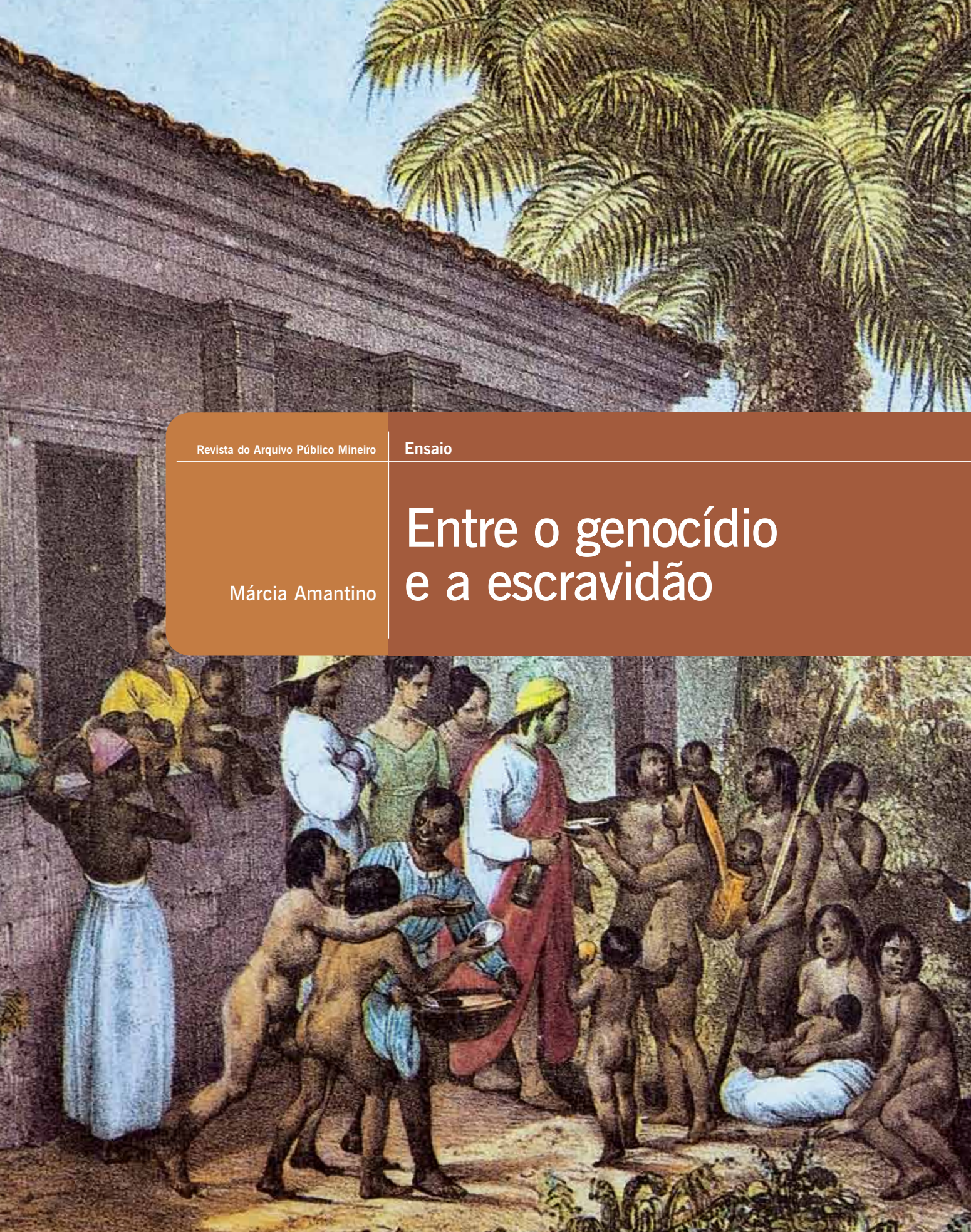
Gráfico 2 | **PERCENTUAL DE DESPESAS POR TIPOS DE OBRAS PÚBLICAS EM VILA RICA (1726-1760)**

Fonte: *APM – CMOP – Livros de receitas e despesas.*

Gráfico 3 | **PERCENTUAL DE DESPESAS POR TIPOS DE OBRAS PÚBLICAS EM MARIANA (1748-1800)**

Fonte: *AHCMM – Livros de receitas e despesas.*

Entre o genocídio e a escravidão

Márcia Amantino

Os contatos de colonos e fazendeiros com a população indígena de Minas Gerais, mediados pelo Estado e pela Igreja ao longo do século XIX, se deram por meio do confronto aberto ou de uma convivência ambígua, apontando em ambos os casos para o extermínio ou a assimilação compulsória dos antigos donos da terra.

> Minas Gerais, no século XIX, era uma das províncias mais importantes na economia do Império e concentrava o maior número de escravos.[1] De acordo com Martins e Slenes – ainda que ambos divirjam em vários pontos a respeito da economia mineira –, em 1819 a província possuía 169 mil escravos. Já em 1873 essa população tinha passado para 382 mil cativos. Tal contingente representava ¼ da população escrava no Brasil. Além disso, a província possuía como traço característico uma economia bastante heterogênea, apresentando áreas destinadas claramente ao abastecimento interno e outras direcionadas ao mercado externo.[2] Isso propiciava uma grande variedade na produção de alimentos e a diversificação das áreas produtoras.

A província mineira apresentava também outras diferenciações socioeconômicas bastante importantes. De um lado, havia os que possuíam capital suficiente para a compra de negros africanos; de outro, formando a maior parte dos que possuíam algum cabedal, estavam aqueles que tinham terra, mas não tinham condições de comprar um número elevado de escravos africanos. Muitas vezes, a solução para os pequenos e médios fazendeiros era a escravização de índios.

Ainda que a utilização de indígenas como mão de obra compulsória não possa ser comparada em termos numéricos à de escravos negros, o fato é que ela existiu e persistiu, ainda que de maneira esparsa e disfarçada, por todo o século XIX em Minas Gerais. Distribuídos pelo território mineiro, havia diversos grupos indígenas que não aceitavam pacificamente contatos com o restante da população. E não era para menos. Várias etnias foram, no decorrer de diferentes processos de povoamento, exterminadas ou tornadas cativas.[3]

A existência de aldeamentos autônomos também não garantiu nenhuma segurança para os índios ao longo do tempo. Os religiosos ou os diretores dessas estruturas, que eram responsáveis por protegê-los, pouco contribuíam para isso e, em muitos casos, facilitavam a exploração dos aldeados. Os religiosos e outras pessoas vinculadas aos índios, pelo convívio ou pelo exercício de controle sobre eles, desempenharam um papel muito complexo nessa relação, traduzido numa atitude ambígua a respeito de seus protegidos. Em vários momentos aproveitaram-se de uma situação não muito bem definida e obtiveram algum tipo de prerrogativa sobre uma mão de obra bastante significativa. Muitos conseguiram autorização e ajuda do poder público para entrar nos sertões e catequizar os índios, usando para isso o argumento dos "descimentos".

Assim, famílias indígenas eram realocadas e passavam a viver em regiões distantes de suas terras de origem. Posteriormente, os responsáveis por esses deslocamentos solicitavam doações daquelas terras, alegando precisar delas para manter os nativos. Dessa forma, tanto religiosos quanto leigos passavam a controlar – via doação de áreas para aldeamento – enormes faixas de terra. Usavam os índios como mão de obra, compravam escravos africanos, recebiam ajuda do governo e acabavam por arrendar a colonos parte das terras que pertenciam aos nativos. Além da terra, esses colonos obtinham permissão para empregar os próprios indígenas como trabalhadores, mediante um aluguel pago diretamente ao responsável pelo aldeamento. A lei determinava que essa jornada de trabalho fosse apenas por um período estabelecido, devendo o indígena voltar ao aldeamento ao término do prazo. Entretanto, era comum o índio permanecer em poder do fazendeiro e aparecer, anos depois, em seus inventários como índios administrados.

Esse é o caso, por exemplo, de um grupo de índios registrado em um inventário de Sete Lagoas, datado de 1832. Manoel José Machado era proprietário de 36 escravos.[4] Desses, 23 eram de descendência africana e 13 eram indígenas, identificados no documento

como “gentios”. Dos 13 índios, 11 eram adultos e dois eram idosos, todos do sexo masculino, e seu valor se equiparava ao dos escravos de descendência africana.

Esse inventário é um indício de que a escravidão indígena foi usada durante muito tempo em determinadas áreas. Infelizmente, não há como saber a que grupo étnico eles pertenciam, mas é provável que sua aquisição tenha se dado por intermédio de administradores que controlavam os diversos aldeamentos espalhados por Minas Gerais. Era opinião corrente entre as autoridades leigas que os administradores negociavam com fazendeiros a utilização de mão de obra nativa em troca de um aluguel de terras que nunca ia para as mãos dos índios. O aluguel era legal, mas deveria ser cobrado em dobro por um tempo predeterminado. Outra irregularidade consistia no fato de que esses índios não eram devolvidos aos aldeamentos, acabando por entrar, com o passar dos anos, nas listas dos escravos do fazendeiro. O casamento deles com outros escravos também era uma forma de manter o indígena na fazenda.

Uma “guerra justa”

A própria legislação do Império criou mecanismos para o retorno da prática da escravidão por meio da “guerra justa”, abolida em 1757 por Pombal. A Carta Régia de 13 de maio de 1808 decretava que índios que estivessem atacando a população poderiam ser feitos prisioneiros de guerra e seu trabalho poderia ser explorado por um período de 10 anos, ou enquanto durasse sua “ferocidade”.[5] Alguns meses depois, uma nova legislação definiu que os índios poderiam ser repartidos entre os fazendeiros por um período mínimo de 12 e máximo de 20 anos. Bastava para isso que o fazendeiro contribuísse para a “civilização” desses indígenas, ou seja, que os alimentasse e os instruísse na fé católica. Com a justificativa de receberem em suas casas índios para civilizá-los e cristianizá-los, muitos colonos e fazendeiros obtinham, na realidade, o domínio sobre essas pessoas.

Esse parece ter sido o caso que gerou um processo-crime datado de 1879. Por meio dele, pode-se identificar como as práticas de escravização indígena permaneceram na região de Minas Gerais, ainda que sob alguns disfarces. Em 24 de janeiro de 1879, às 4 horas da tarde, uma escrava e três meninos, sendo um deles índio, voltavam do trabalho na roça de Francisco Rodrigues Fonseca, morador de Cataguases. Em determinado momento, dois homens – José Pereira de Souza e Francisco Hermenegildo – atacaram o grupo e puseram o menino índio, à força, em cima de um dos cavalos e partiram a galope. Em virtude do acontecido, Francisco Rodrigues da Fonseca deu queixa contra os dois ao delegado de polícia da cidade. O processo-crime teve início e a partir dele foi possível conhecer um pouco mais sobre essa história e sobre como os índios eram usados na região.

Por meio dos depoimentos das 12 testemunhas arroladas, a história do menino índio veio à tona. Ele e sua mãe, Cândida, viviam nas terras de Francisco Rodrigues da Fonseca e um dia foram à casa de Antonio José Rodrigues, sogro de José Pereira de Souza, um dos raptores da criança. Nessa casa, Cândida faleceu. Não se sabe o que ela foi fazer nesse local, mas, como havia outros índios nas terras daquela família, nada impede imaginar que Cândida tivesse ido visitar um parente ou conhecidos. A informação que José Pereira de Souza deu em sua petição, na qual pedia a tutela do menino e de outros índios, registra que algumas índias que se achavam em suas terras morreram ou simplesmente sumiram, deixando as crianças em seu poder.[6]

As testemunhas relatam que, após a morte da mãe, o menino Francisco morou por algum tempo

43
RIO DOCE
OGRANDE TRABALHOQUE
temos tido de descrever esta Capitania de Minas Geras nos obriga a
darmos della huma certa e verdadeira noticia, e porque nos incarregarão
da factura deste Mappa, q̃ com acelerado concluimos, fazendo menção do
Rio doce, e dos quantos dezaguão nelle desde o seu nascimento te a sua
Barra no Mar Occeano. Suas Cachoeiras q̃ não podem servir de obistaculo
p.ª deixar de se effectuar a pertendida navegação, porq̃ todas se podem destru
hir com insignificante despeza, menos as Escadinhas q̃ julgo serâ preciso
virem as Embarcaçoens da Capitania the aquelle lugar, e dali p.ª sima Re
ceberem outras a Carga e conduzila the estas Minas, pelo R.º doce con
tra leguas abaixo da barra do Gualacho do Norte, em distancia de Marianna
14 ou 16 leguas, e pelo R.º Piracicaba the o porto das Canoas [ja o mais
de 30 annos navegado p.ª o Cuyaté] distante de V.ª Rica 26 leguas,
e com esta navegação Cria S. Magestade nestes Estados hum Ramo
de Commercio altas interessante não so p.ª a Real Fazenda, mas para os Vas
sallos que podem com facelidade fazer transportação de seus efeitos p.ª o Por
to de Mar, e fabricarem novas fazendas nas margens do dito R.º e fazerem
nellas plantaçoens de Canna de Assucar, anil, e algodão q̃ seda porentre o
mato virgem por serem as terras de excelente producção. Acrece mais te
rem quaze todos os Rios e Ribeirois ouro e pedras preciosas, cuja extracção se
dificulta pello temor do Gentio, que infalivel se ha de domesticar logo
que se puzer em pratica a dita navegação e se estabelecerem Povoaçoens.
Com a Sevilização dos Indios fica S. Mag.de dominando mais de
vinte mil Vassalos, que andão dispersos naquelles Certoens sem uti
lizarem o Estado nem o Publico, vivendo como feras devorando huns aos
outros. O Commercio das Madeiras, pode ser mt.º grande, porq̃
são tantas e de diferentes qualidades que faz admirar a sua quanti
dade grossura e extenção. N.B. Que não vai numerado com
o N.º de Graos de Longitude, pela diferença q̃ temos encontrado nas obser
vaçoens de varios q̃ dizem assim como Cuque, que o R.º de Janr.º
está em 32(?), e neste Roteiro da navegação dão em 342 e 22 minutos
V.ª Rica a 12 de Mayo de 1778
José Joaq.m da Rocha
R.º Cocai
Ribeirão S. Felix
R.º Piracicaba
R.º Doce
CIDADE MARIANNA
VILLA RICA
Piranga
Tapera
ESCALLA DE LEGUAS
CERTÃO POVOA DO

na casa de José Pereira de Souza junto a outros dois índios: Antonio, de 15 anos e filho de Maria, índia “desaparecida”, e Manoel, de 14 anos, filho de Balbina, índia morta. Na casa eles executavam todo tipo de serviços e sofriam agressões por parte da mulher de José Pereira de Souza e dele próprio. Uma testemunha afirmou que os índios faziam “todos os serviços da casa e relativamente à lavoura como se fossem escravos onde um deles estando bem opilado não podendo cumprir os serviços ordenados foi castigado”. Ao ser interrogada sobre o tratamento dispensado aos índios, outra testemunha afirmou que eles eram castigados pela “mulher de José Pereira de Souza com bofetões e tapas para fazerem os serviços da casa mesmo nos domingos”.

Esse testemunho permite estabelecer que, além dos maus-tratos, havia ainda o não cumprimento das regras da administração dos índios. Aqueles que estavam “administrando” deveriam não só tratar bem os nativos, mas também fazer com que eles se tornassem cristãos. Além do que, até mesmo para os escravos, o domingo deveria ser um dia de descanso, mas José Pereira de Souza e sua mulher não estavam observando essa regra.

O fato é que o índio Francisco fugiu e foi buscar proteção nas terras de Francisco Rodrigues da Fonseca. Sabendo do seu paradeiro, José Pereira foi à casa do vizinho solicitar a devolução do menino. O índio foi chamado à presença dos dois homens e, em prantos, respondeu que não queria deixar aquelas terras e voltar com José Pereira de Souza. Tentando uma solução para o problema, o fazendeiro ofereceu 20 mil réis para Francisco Rodrigues da Fonseca. Obteve a resposta de que por dinheiro algum entregaria o menino a ele. Dois dias depois, José Pereira de Souza e Francisco Hermenegildo sequestraram a criança e a mantiveram escondida.

Esse processo apresenta muitas lacunas e situações conflitantes. Dentre as 12 testemunhas que deram

depoimentos, cinco eram parentes de Francisco Rodrigues da Fonseca. Mesmo assim, sem que a escrava ou os meninos que estavam juntos durante o sequestro tivessem sido ouvidos e a despeito das denúncias de maus-tratos infringidos às crianças pela família de José Pereira de Souza, o menino Francisco foi entregue à tutela deste. Continuava, assim, a manter poder sobre esse e outros indiozinhos.

A letra da lei

É importante ressaltar que, desde o século XVI, ocorreram tentativas, por meio da promulgação de algumas leis, de coibir as práticas exploratórias sobre os índios. Todavia, de efetivo, pouco conseguiram. No Império, a legislação que determinou as normas a serem seguidas nessa matéria foi o Regulamento das Missões,[7] promulgado em 1845. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, tratava-se de "um documento [que era mais] administrativo do que um plano político. Prolonga o sistema de aldeamento e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios...".[8] Determinou-se que a administração dos aldeamentos estaria nas mãos de um diretor, leigo ou religioso. O ensino religioso e a catequese não poderiam ser feitos à força. Deveriam utilizar meios pacíficos e de convencimento a fim de que o índio percebesse que abraçar a fé cristã era a melhor opção para sua vida.

Os índios não eram mais obrigados a trabalhar para alguém. E sempre que fossem executar alguma atividade deveriam receber pagamentos referentes aos dias trabalhados. O regulamento previa também a criação do cargo de diretor geral dos índios. Este atuaria na esfera das províncias de maneira geral. Ficaria responsável por todos os fatos e atos acontecidos e/ou referentes aos índios e aos aldeamentos localizados em sua jurisdição. A intenção contida nesse documento era a de que os aldeamentos deveriam progredir até tornarem-se povoados. Buscava-se a integração do índio com os diversos grupos brasileiros, o que significa dizer que o objetivo era acabar com as identidades indígenas e criar uma suposta unidade étnica entendida como "brasileira".

Todavia, entre o que preconizava a legislação e o que ocorria no dia a dia havia uma enorme diferença. As hostilidades contra os índios e desses em relação à população não índia continuavam e, à medida que a economia mineira avançava para novas áreas, crescia a violência de ambos os lados. Esta, quando empregada pelos nativos, justificava a escravização de alguns grupos indígenas, ainda que ocorresse sob outras denominações.

Diante da condição imposta aos indígenas, não é de se estranhar que algumas tribos travassem violentos conflitos com colonos e seus escravos, e também com outras tribos, em busca da manutenção de seus espaços. Esse era o caso do grupo Puri, que vivia na região sul de Minas Gerais, no norte do Rio de Janeiro, no sudoeste do Espírito Santo e no nordeste de São Paulo. Esse grupo foi objeto de constantes "guerras justas" no século XVIII e no início do século seguinte. Os indivíduos que restaram foram, muitas vezes, transportados de um lado para outro a fim de liberar novas áreas de terras aos colonos. Dessa forma, índios que viviam em Minas Gerais foram levados aldeados para o Espírito Santo para abastecer a região com uma mão de obra alternativa, mais barata que a escrava. Com isso, a fuga tornava-se mais difícil porque os índios assim aldeados perdiam seus referenciais geográficos e culturais.

Acusados de tentarem impedir o avanço da colonização, milhares de índios foram trucidados. O aniquilamento de muitos e a escravização de outros tantos contribuíram para fazer com que os

Índios habitantes do Vale do Rio Doce. Fotografia de A. Abrantes, 1910. Arquivo Público Mineiro – PE – 061. www.siaapm.cultura.mg.gov.br.

sobreviventes perdessem o orgulho e a noção de pertencerem a um grupo étnico e cultural específico. Colocados em fazendas ou em aldeamentos, precisavam se adaptar, ou seja, deixar de lado suas práticas tradicionais, transformando-se em “índios coloniais”.[9]

Autoridades de diversas jurisdições reclamavam que os índios bravios impediam a entrada de novos colonos em suas regiões e que isso fazia com que muita gente ficasse sem condições de produzir por não ter terras, enquanto estas permaneciam inúteis nas mãos dos grupos indígenas. Lembravam ainda que o problema não era apenas dos colonos, uma vez que, sem produção, os preços dos produtos alimentícios subiam muito e, mais ainda, não havia a consequente cobrança de impostos. Além disso, alegavam, áreas que já estavam em algum momento povoadas eram rapidamente abandonadas por causa dos ataques de índios. Os colonos renunciavam a tudo por medo de serem atacados.[10]

A situação-limite nas disputas entre diferentes grupos indígenas e desses com a população não índia pode ser mais bem identificada na região que era considerada

no século XVIII como os Sertões do Leste, vista como uma barreira natural ao descaminho do ouro e que, portanto, deveria ficar impenetrável aos colonos. Logo, era uma área ocupada (pelo menos na teoria) apenas por sociedades indígenas. Contudo, nos últimos anos do século XVIII, em virtude de uma série de fatores, dentre eles a diminuição da arrecadação de ouro, buscou-se na área uma solução não só para tentar localizar novos veios, mas também para incrementar a agricultura e escoar parte da população que vivia sem ocupação nas principais cidades mineiras.[11] Todavia, a ocupação dessa região esbarrava no empecilho representado pelos índios, principalmente os botocudos e os puris. A saída foi encontrada nas cartas régias de 1808, que autorizavam a guerra de extermínio contra os indígenas.[12] Para os que sobrassem, os aldeamentos seriam a solução.

Etueto, um aldeamento efêmero

A situação dos índios em Minas Gerais no final do século XIX ainda não estava resolvida. Uns acreditavam que era preciso incorporá-los à civilização; outros, que o melhor a fazer seria aniquilá-los para abrir novas frentes de expansão econômica. Buscando uma solução para o difícil problema, a Assembleia Legislativa da província promulgou a Lei n. 1.921, de 19 de julho de 1872, determinando a criação de cinco aldeamentos centrais para os índios que habitavam o território mineiro. A ideia era estabelecê-los em áreas que possuíssem um grande número de nativos, ainda que de diversas etnias. Imaginava o legislador ser possível juntar nesses estabelecimentos todos os índios que estivessem numa dada região. Percebe-se que a prioridade era a conquista ou consolidação de espaço físico, e não a manutenção dos valores culturais indígenas. Pensava-se apenas em livrar determinadas áreas da presença incômoda desses grupos, amontoando-os em locais específicos.

Todavia, na região do rio Doce, a aplicação desse preceito dava mostras de não ser viável, em função da rivalidade entre os dois grandes grupos que ali viviam: os botocudos e os puris, inimigos de longa data. Era impossível aldeá-los juntos. Em vista disso, a Assembleia Legislativa Provincial, por meio da portaria de 10 de outubro daquele ano, determinou a criação do aldeamento da Imaculada Conceição do Manhuaçu com nove léguas de tamanho para abrigar os puris. Os botocudos deveriam ficar no aldeamento do rio Doce, que só foi efetivamente criado no fim de 1874 e ficou conhecido como aldeamento do Etueto, porque o local escolhido pelo religioso capuchinho frei Joaquim de Palermo havia sido o ribeirão do Etueto, quase à margem superior da barra do rio Manhuaçu, que deságua no rio Doce. A escolha desse local se deu porque estaria há cinco léguas do Porto do Souza, na província do Espírito Santo e próximo à província do Rio de Janeiro. Seria, portanto, um local estratégico de escoamento da produção.

O objetivo maior do aldeamento era concentrar os puris na margem direita do rio Doce e, a leste, conter os botocudos. Além disso, deveria auxiliar a navegação do rio Doce, mantendo os índios sob controle. Outro grande problema que o diretor dos índios pretendia ver resolvido com a criação do aldeamento era a exploração e uso do trabalho dos índios por parte dos colonos. Desde 1844 já havia notícia da existência de índios vivendo em pequenas aldeias no território e nas fazendas. Assim, na casa de Nicario Bruno da Silveira havia 30 índios; na casa de José Antonio da Silva, 35; na fazenda de Francisco de Paula Cunha, mais 64. O restante de um total de 203 indivíduos estava espalhado pelas aldeias sem qualquer condição de vida. Acreditava-se que essa situação seria resolvida com o aldeamento.[13]

Em outubro de 1874, por carta, frei Palermo avisou ao diretor geral de índios Antonio Luis de Magalhães

Mosqueira que já havia 100 índios aldeados. Desses, 70 eram adultos e 30 eram crianças. Já haviam sido construídas casas para os diretores, uma capela, um paiol, um monjolo e estavam-se preparando seis alqueires para plantar roça e mais três alqueires eram reservados ao plantio de café. O religioso informava ainda que no dia de São Francisco de Assis havia batizado 20 índios.[14]

Há uma dúvida sobre de que tribo seriam esses índios, uma vez que frei Palermo não os identificou. Alguns afirmam que eram botocudos. Outros dizem que eram puris. Mosqueira, explicou que, no início, os índios eram realmente botocudos, mas a região era habitada pelos puris e os botocudos apenas passavam por lá. Em 1876, eles saíram de vez e, então, frei Miguel foi buscar os puris, que estavam em São Lourenço sofrendo maus-tratos dos colonos.[15]

O diretor do aldeamento seria frei Ludovico Maraneses, enquanto o primeiro-vice-diretor seria frei Joaquim de Palermo, e frei Miguel Maria de Troina assumiria o cargo de segundo-vice-diretor. Todavia, frei Ludovico ficou doente e foi transferido para o Espírito Santo.[16] Em junho, era a vez de frei Joaquim de Palermo sair do aldeamento muito doente. Assim, frei Miguel Maria de Troina acabou assumindo a direção geral.[17]

Em 1876, ainda se acreditava que o aldeamento do Etueto seria a salvação de todos, posto que ele "reúne em si todas as condições de um futuro grandioso, a todos os respeitos, quer por sua salubridade, quer pela uberdade, quer pela fácil exportação de seus produtos". Além disso, estava nas mãos do "inteligente e incansável diretor frei Miguel Angelo Maria de Troina, que compreende ambos os deveres do administrador e catequizador".[18]

Segundo informações recebidas desse religioso, o presidente da província de Minas Gerais, barão da Vila da Barra, afirmava que em 1876 havia 160 botocudos aldeados no Etueto e mais 500 puris, todos vivendo em paz:

> Estas duas raças que se exterminavam com tal ferocidade, a ponto de comerem as carnes, um dos outros, também não se hostilizam mais, e já se unem em casamento, pelos bons ofícios dos frades, que eles têm em mais respeito que os seculares.[19]

Parece que a paz entre os dois grupos não durou muito, porque no relatório do diretor geral de índios Antonio Luiz de Magalhães Mosqueira, datado de 1877, havia a afirmação de que os botocudos só ficaram no aldeamento até 1876. O que os teria levado a abandonarem o estabelecimento? Pode ser que o motivo tenha sido o assassinato de um líder botocudo, chefe dos japoróks, que viviam à esquerda do rio Doce. Seu nome era Texuk e, segundo os moradores da região, era "ferossíssimo". Atacava, matava e comia seus adversários. Tempos antes, havia atacado uma aldeia também de botocudos que ficava na região do Jatahy e lá, depois de ter matado várias pessoas, apoderou-se de três mulheres. Viveu algum tempo com elas, mas gradativamente matou uma após a outra. Depois, voltou à mesma aldeia e sequestrou mais uma.

Em meados de 1875, os diretores do aldeamento do Etueto começaram a distribuir presentes aos índios da região como forma de atraí-los para o estabelecimento. Texuk resolveu buscar os seus agrados. Alguns índios da aldeia de Jatahy estavam aldeados no local e resolveram aproveitar a oportunidade para se vingar. Combinaram entre si uma emboscada para eliminar Texuk. Quando este chegou ao aldeamento, foi bem tratado, com o argumento de que "eram todos compadres e as guerras entre eles já tinham acabado porque os diretores que eram muito bons não queriam que eles brigassem". Com esse mesmo argumento, foi

Índio da tribo dos Botocudos. Fotografia de autor desconhecido, entre 1890-1910. Arquivo Público Mineiro – PE-063. www.siaapm.cultura.mg.gov.br.

convencido a buscar sapucaias em uma região próxima. Saíram todos desarmados. Lá chegando, cada um dos guerreiros demonstrou suas habilidades em subir em árvores e colher o maior número de sapucaias. Quando chegou a vez de Texuk, apareceram os guerreiros adversários e o atacaram com cinco disparos de flechas envenenadas. O grupo voltou ao aldeamento e, fingindo tristeza, disse que o líder havia sido picado por uma cobra venenosa. Os padres fizeram o enterro. Pelo visto, resolveram não questionar a morte do índio, mesmo vendo, provavelmente, as marcas das flechas. Preferiram acreditar na versão do ataque de cobra.[20]

Nesse mesmo ano foi anunciada a invasão do aldeamento do Etueto por um grupo de botocudos. Seria o grupo de Texuk, que, diferentemente dos religiosos, não teria acreditado na versão do ataque da cobra? Com a invasão, muitos morreram: tanto puris quanto botocudos. Restaram apenas 30 indivíduos.

Apropriação da terra

A experiência do aldeamento do Etueto, bem como de inúmeros outros, contém elementos que permitem a análise e a compreensão de uma estrutura maior: a do complexo mecanismo de acesso à terra e obtenção/controle da mão de obra no Brasil imperial nas regiões que não se inseriam na estrutura agrária exportadora. Aquelas áreas que estavam na fronteira agrícola precisavam ser desimpedidas de seus moradores hostis por meio do extermínio de alguns e do aldeamento de outros, mais propensos aos contatos. Dessa maneira, os índios dos aldeamentos passaram efetivamente a fazer parte da reserva de mão de obra da região.

Os aldeamentos serviam também, em alguns casos, como núcleos populacionais capazes de atrair novos moradores. Alguns eram fixados em locais de grande movimento econômico e populacional com o objetivo de tentar trazer

os índios à civilização e, evidentemente, fornecê-los como mão de obra alternativa. Por outro lado, havia aldeamentos que eram estabelecidos em áreas longínquas e com uma pequena população, ou seja, nos sertões. Nesse caso, percebe-se que a principal razão da sua criação era a de colonizar e civilizar a área. Ou seja, serviam para atrair e fixar uma população capaz de produzir e desenvolver áreas que até então estavam isoladas.

Os índios domesticados serviriam ainda para proteger a população dos aldeamentos de ataques de outros grupos indígenas ou mesmo de quilombolas. Seja como for, o fato é que as políticas oficiais de estabelecimento para os índios levavam necessariamente ao mesmo ponto: à exploração da mão de obra indígena e ao desenvolvimento econômico de determinadas áreas. Foi o caso do aldeamento do Etueto, estabelecido em uma região que, segundo o diretor geral interino dos índios Severino Barbosa de Oliveira, se prestava mais ao "degredo". A estrutura havia sido estabelecida numa região extremamente fértil, porém, de difícil acesso e isolada das demais áreas. Em relatório, o diretor efetivo, Antônio Luiz Magalhães Mosqueira, argumenta que a região de Cuieté havia se beneficiado muito da presença do aldeamento porque, com a sua produção, houve movimentação econômica que gerou crescimento da riqueza.[21]

A distância da capital, as facilidades de convívio com as populações locais e um domínio obtido por meio da hierarquia social permitiram que o diretor do aldeamento do Etueto pudesse controlar a doação de terras pelos religiosos e, em pouco tempo, eles se tornassem os principais recebedores de rendas provenientes dos arrendamentos. Há, inclusive, um documento impresso no qual frei Miguel de Troina concedia ao arrendador das terras o direito de ocupar determinada área.

A legislação que estabeleceu as regras para os aldeamentos, na maior parte das vezes, foi contraditória e prejudicial aos interesses dos índios. Ao mesmo tempo que indicava ser benéfica à permanência de pessoas nos aldeamentos e, portanto, um incentivo às miscigenações, usava, quando lhe interessava, essa mesma miscigenação como justificativa para acabar com o aldeamento, pois já não existiriam mesmo moradores verdadeiramente índios. Rapidamente, os fazendeiros tomavam posse definitiva das terras e forçavam a saída das famílias indígenas.

Os anos de 1878 e 1879 foram decisivos para o aldeamento do Etueto. Seu diretor, frei Miguel Angelo M. Troina, foi publicamente acusado de roubo, fraude e de prejudicar os interesses indígenas em detrimento dos colonos. Foi demitido em 7 de junho de 1878 pelo Ministério da Agricultura "a bem do serviço público". Frei Serafim de Fossombrone assumiu, então, o cargo. E ao longo do ano batizou 116 índios adultos.[22] O presidente da província de Minas Gerais, nesse mesmo ano, sendo alertado pelo subdelegado de Guandu de que as despesas com os aldeamentos da região estavam sendo desviadas e que os objetos que deveriam pertencer a esses locais estavam nas mãos de particulares, afirmou que o subdelegado havia proposto a "abolição deste ramo do serviço deixando aos índios, no seio da população culta, a livre escolha de seu destino". Contudo, ele afirmou que, como não tinha dados precisos a respeito, deixava de emitir sua opinião.[23] Nesse mesmo ano, os botocudos atacaram novamente o que restava do aldeamento.

Em função de todos esses problemas, a Diretoria Geral dos Índios oficiou ao presidente da província de Minas Gerais pedindo a extinção do aldeamento pelo fato de ele ser um "inútil sorvedouro de partes das rendas públicas".[24] Em 15 de abril de 1878, Honório F. Belfort, cumprindo determinações do diretor geral dos índios Severino Barbosa de Oliveira, chegou ao aldeamento do Etueto com a missão de fechá-lo e realizar um inventário de tudo o que havia, além de avaliar as condições dos índios que lá viviam.[25]

Por meio dos imóveis e bens listados, pode-se ter uma ideia de como estava estruturado o aldeamento. Havia uma capela com sacristia, 69 edifícios, algumas ruas, uma casa de chácara com uma cozinha dos trabalhadores, outra cozinha comum ao aldeamento, uma oficina de carpinteiro, uma casa para as tropas, uma casa para os diretores, uma casa do professor, duas escolas, sendo uma para meninos e outra para meninas, um armazém "sortido de todo o necessário" e uma cozinha e refeitório dos padres. Além disso, foram listadas também as criações: cinco burros velhos, duas juntas de bois, uma vaca com duas crias, quatro cabritos, seis cães de raça, 20 patos, 90 galinhas e 50 porcos.

Em relatório enviado em 30 de junho daquele ano, Belfort fazia constar a relação dos índios que ainda estavam vivendo por lá. Eram ao todo 43 pessoas. Algumas mestiças, algumas crioulas e outras puris. O Quadro 1 (ao final do texto) demonstra como estavam organizadas as famílias. Dessas, quatro eram constituídas de forma nuclear, ou seja, pais e filhos; duas eram formadas apenas pelo casal, denotando, possivelmente, uma união recente; e três famílias eram formadas apenas pelas viúvas e seus filhos. A listagem feita por Belfort indica também as viúvas que não possuíam filhos e os órfãos.

A forma como essas pessoas se ligaram aos pares também foi identificada. Todas as viúvas foram identificadas como "casadas segundo seus costumes". Das seis outras famílias, apenas uma não teve o casamento efetuado pela Igreja. Tratava-se do tenente Manoel Alves, puri casado com Rosalina, também puri. As demais "autoridades" do aldeamento eram casadas pelas leis da Igreja.

Além desses 43 índios, foram listadas mais 90 pessoas que residiam nas terras do aldeamento e possuíam propriedades de tamanhos variados. A situação delas era bastante ambígua. Muitas viviam em terras doadas pelos religiosos capuchinhos; outras simplesmente entraram na propriedade e iniciaram suas roças de fumo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e café.

Pilhagem dos bens

Quando Belfort chegou ao aldeamento com a notícia de seu fechamento, não foi bem recebido pelo então diretor, frei Serafim Maria de Fossombrone, e teve uma série de contratempos. Retirou-se da região depois de ter tomado providências para reincorporar alguns bens que pertenciam ao aldeamento, mas que estavam com pessoas da localidade. Alguns ele não conseguiu reaver, como um gurpino, uma alavanca e duas cunhas em poder de dona Paulina de Vasconcelos. Ela alegou que havia recebido esses bens das mãos do frei Joaquim, "com quem tinha reclamações" e que, portanto, tinha direito a esses objetos.

Outro bem que não retornou ao aldeamento foi um alambique de cobre. Segundo Belfort, este havia sido emprestado por frei Miguel Maria de Troina a Thomé da Paixão "com a condição (como provava o dito Thomé com um documento firmado pelo reverendo frei Miguel) de não entregá-lo a pessoa alguma sem que esta lhe pague a quantia de seiscentos mil réis, que Troina lhe ficara devendo". Em conversa com pessoas da região, Belfort ficou sabendo que, na realidade, o frei devia apenas "duzentos e tantos mil réis", mas que havia combinado esse valor com o fazendeiro para evitar que o subdelegado do Guandu lhe tomasse o alambique.

Esse alambique, em março de 1879, ainda não havia sido incorporado ao montante dos bens do aldeamento e, em ofício, o diretor geral dos índios questionava a frei Joaquim de Palermo o porquê dessa situação. Lembrava que a caixa das missas, no valor de 200 e tantos mil réis, também não havia aparecido, bem

como uma besta de nome Saudade. Pedia explicações urgentes. O estabelecimento foi extinto por portaria de 4 de março de 1879. Após a dissolução, os poucos índios que restavam se dispersaram, enquanto alguns ainda continuaram vivendo nas suas terras, sem contudo receber qualquer auxílio do governo.

De acordo com o Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845, os índios que vivessem em qualquer aldeamento, no momento de sua extinção, deixariam de receber esse auxílio, mas ficariam com a posse das terras que haviam sido demarcadas. Todavia, isso aconteceria apenas se os índios tivessem "um bom comportamento e queiram ficar nas mesmas terras, apresentando um modo de vida industrial e principalmente agrícola". Para o diretor de índios Antonio Teixeira de Souza Magalhães foi isso o que acontecera com os que outrora estiveram no Etueto. Mas, ele salientava, logo que um aldeamento era tido como extinto "os ambiciosos mandam medir como terras devolutas e as obtêm por compra ao governo, que nem sempre manda ouvir o diretor geral. Nas medições de terras nem ao menos respeitam as demarcações e plantações dos pobres indígenas".[26]

Conclui o diretor que o "estado de penúria" dos índios do Etueto se dava em função do "esbulho que sofrem nas terras de seus domínios". Propõe como solução que o governo medisse e desse posse a cada família de um "pedaço de terra que esteja em relação as suas necessidades e numéricas de pessoas de sua família".[27] Em 1887, era o vigário do Cuieté, padre Gustavo Botti, que escrevia ao diretor geral de índios tratando sobre a situação miserável em que se achavam os índios do extinto Etueto. O vigário não só demonstrava que eles haviam sido espoliados de suas terras pelos fazendeiros, mas também que esses iludiam os nativos e os faziam trabalhar apenas por um pouco de aguardente ou de tabaco.[28]

Pelo exposto, pode-se afirmar que os indígenas em Minas Gerais foram vítimas de políticas que objetivavam transformá-los em reserva de mão de obra, quando pacíficos, ou, quando hostis, exterminados em nome do sossego público e da segurança do povoamento da região, solução fundada em um corpo de ideias que justificava a "guerra justa". Dessa forma, o povoamento, a criação de aldeamentos e as políticas de extermínio de alguns grupos faziam parte de um mesmo contexto ideológico, qual seja, o do alargamento e manutenção do Império. Entretanto, isso não significa postular que os indígenas não participaram do projeto de colonização em Minas Gerais. De diferentes formas, atuaram facilitando ou dificultando o avanço da colonização.

Apesar de os aldeamentos terem sido utilizados como método facilitador de controle da mão de obra indígena, a maioria dos nativos do sertão reagiu a essa forma de assimilação. Daí as constantes expedições punitivas a suas aldeias e as invasões dos aldeamentos praticadas por grupos de índios tidos como bravios. Em inúmeros documentos escritos à época por diretores de índios, diretores gerais, presidentes de províncias e por outras autoridades, toma-se contato com um universo grande de indígenas que viviam, por essas e outras razões, despojados de suas terras – originais ou não – e em constantes fugas.

Notas |

1. Sobre essa discussão acerca da economia mineira, ver MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*, n. 14, p. 181-209, jan./abr. 1983; SLENES, R. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, p. 449-495, set./dez. 1988.

2. Para Martins, esse mercado externo não era essencial para a economia. O que mantinha a produção em níveis elevados e, portanto, necessitando cada vez mais de escravos, seria a produção para o mercado interno.

3. Relatórios dos diretores de índios. Arquivo Público Mineiro – códices SG 04, 07, 12, 15, 20, 21, 22, 24.

4. Inventário de Manoel José Machado. Sete Lagoas, Minas Gerais. 1832. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

5. COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL (1808). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

6. Processo-crime – 1º. Ofício. Centro de Documentação Histórica de Cataguases – Fundo Cataguases, 21 de fevereiro de 1879.

7. Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845. Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios. In: COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL (1808).

8. CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992. p. 133-154.

9. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

10. AMANTINO, Marcia. *O mundo das feras*: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais, século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008. p. 58.

11. LANGFUR, Hal. *The forbbiden lands*: colonial, identity, frontiers, violence and the persistency of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. California: Stanford University Press, 2006.

12. CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fabio Faria. A colonização dos sertões do Leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, n. 6, p. 137-150, julho de 1988.

13. CAMBRAIA; MENDES. A colonização dos sertões do Leste mineiro.

14. Carta de frei Joaquim de Palermo para o diretor geral de índios Antonio Luis de Magalhães Mosqueira, em 24 de outubro de 1874. Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria de Governo da Província, SG 15.

15. Relatório do diretor geral de índios, Antonio Luis de Magalhães Mosqueira ao presidente da província, em 25 de fevereiro de 1877. Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria de Governo da Província, SG 15.

16. Relatório de 18 de fevereiro de 1875, feito pelo diretor geral de índios Antonio Luis Magalhães Mosqueira para presidente da província de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria de Governo da Província, SG 15.

17. Relatório de 18 de fevereiro de 1875, feito pelo diretor geral de índios Antonio Luis Magalhães Mosqueira para presidente da província de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria de Governo da Província, SG 15.

18. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária de 1876 pelo presidente da mesma província, barão da Villa da Barra. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1876

19. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província de Minas Gerais em 1876 pelo presidente de província, barão de Vila da Barra. Disponível em: *http://brazil.crl.edu*. Acesso em: 11 de junho de 2009.

20. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província de Minas Gerais em 1876 pelo presidente de província, barão de Vila da Barra. Disponível em: *http://brazil.crl.edu*. Acesso em: 11 de junho de 2009.

21. Relatório do diretor geral de índios Antonio Luis Magalhães Mosqueira ao presidente da província de Minas Gerais em maio de 1879. Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria de Governo da Província, SG 20.

22. PEREIRA, Serafim J. *Missionários capuchinhos nas antigas catequeses indígenas e nas sedes do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Leste de Minas* (1840-1997). Cúria Provincial dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, 1998. p. 70.

23. Pronunciamento da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais dirigido ao Ilmo. e Exmo. Sr. conselheiro Senador Francisco de Paula da Silveira Lobo, presidente da mesma província, em 10 de agosto de 1878. Disponível em: *http://brazil.crl.edu.* Acesso em: 10 de maio de 2009.

24. Relatório do diretor geral de índios ao presidente da província Antonio Teixeira de Souza Magalhães, em 18 de agosto de 1887. Disponível em: *http://brazil.crl.edu.* Acesso em: 20 de maio de 2009.

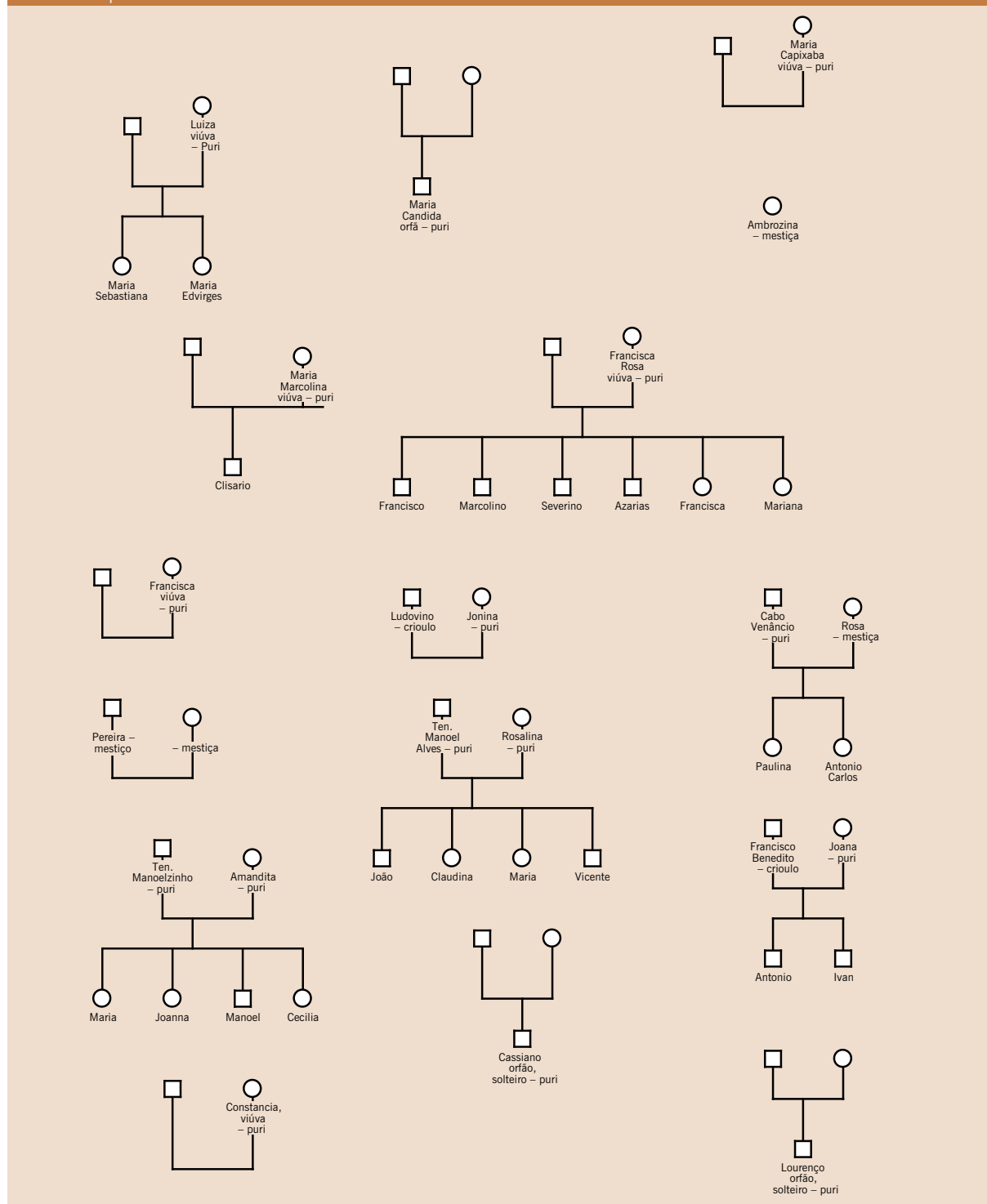
25. Rio Doce – Aldeamento indígena – Papéis pertencentes ao aldeamento central indígena da Imaculada Conceição do Etueto no Vale do Manhuaçu e Rio Doce, 20 de setembro de 1878. Biblioteca Nacional, manuscritos I- 48, 16, 20.

26. Relatório do diretor geral de índios ao presidente da província Antonio Teixeira de Souza Magalhães, em 18 de agosto de 1887. Disponível em: *http://brazil.crl.edu.* Acesso em: 20 de maio de 2009.

27. Relatório do diretor geral de índios ao presidente da província Antonio Teixeira de Souza Magalhães, em 18 de agosto de 1887. Disponível em: *http://brazil.crl.edu.* Acesso em: 20 de maio de 2009.

28. Carta do vigário encomendado padre Gustavo Botti ao diretor geral dos índios, capitão Manoel de Paula Ferreira, em junho de 1887. Arquivo Público Mineiro – Fundo Secretaria de Governo da Província, SG 24.

Márcia Amantino é professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – Universo em Niterói (RJ) e autora de *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais, século XVIII* (São Paulo, Annablume, 2008).

Quadro 1 | **FAMÍLIAS QUE VIVIAM NO ALDEAMENTO DE ETUETO EM 1878**

Revista do Arquivo Público Mineiro

Arquivística

Constituição e preservação de um acervo

Marta Eloísa Melgaço Neves
Rosana de Figueiredo Ângelo

O Arquivo Público Mineiro detém a custódia de significativo conjunto de arquivos de personalidades políticas e intelectuais do Estado, organizado segundo critérios arquivísticos e colocado à disposição de pesquisadores e outros interessados.

> O *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro - APM*, publicado em 2006,[1] ao ser elaborado, estruturou-se a partir de três eixos que se fundamentam na forma de produção e acumulação dos acervos sob a custódia da instituição. Os três eixos são identificados como Fundos de origem pública, Fundos de origem privada e Coleções.

A consulta ao *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*[2] fornece elementos que possibilitam aos pesquisadores que se utilizam do *Guia* se informarem sobre o conjunto de características comuns de cada um desses eixos, desde que procurem pelos verbetes, "Arquivo privado", "Arquivo público" e "Coleções". O primeiro verbete apresenta a seguinte definição: "Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa; também chamado arquivo particular". Para o verbete Arquivo público, o dicionário apresenta duas acepções: "Arquivo de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país" e para a segunda acepção: "Arquivo integrante da administração pública". A Coleção é definida como uma "reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam algumas características comuns".[3] Considera-se pertinente acrescentar a esse elenco de termos as definições de arquivo pessoal e de fundo. Para o primeiro termo é apresentada uma breve definição: "Arquivo de pessoa física", enquanto fundo é definido como o "conjunto de documentos de uma mesma proveniência, termo que equivale a arquivo". Por esta exposição é possível inferir que os arquivos pessoais se constituem em uma categoria dos arquivos privados; e que fundo pode ser considerado como singular de arquivos no âmbito dos arquivos permanentes.

Critérios norteadores

O propósito de se agrupar esses termos é fundamentar uma comunicação que faça transparecer, aos pesquisadores que afluem ao APM, os critérios norteadores das ações dos agentes que atuam na instituição, no processo de desenvolvimento das atividades de arranjo e descrição dos acervos que se encontram sob a sua custódia. Neste sentido, considera-se pertinente acrescentar a esse elenco mais três conceitos que são fundamentais para a reflexão da prática da arquivística: o princípio da proveniência, o da organicidade e o da indivisibilidade. A professora Heloisa Liberalli Bellotto apresenta para cada um desses princípios a seguinte definição:

> Proveniência: consiste na marca de identidade do documento relativamente ao produtor/acumulador, o seu referencial básico, o princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa.
>
> Organicidade: é a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. Os documentos determinantes/resultados/consequências dessas atividades guardarão em si as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo.
>
> Indivisibilidade: Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como integridade arquivística, característica que deriva do princípio de proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido.[4]

Nessa perspectiva, o primeiro ponto a ser sintetizado é que o critério de ordenação lógica de arranjo e

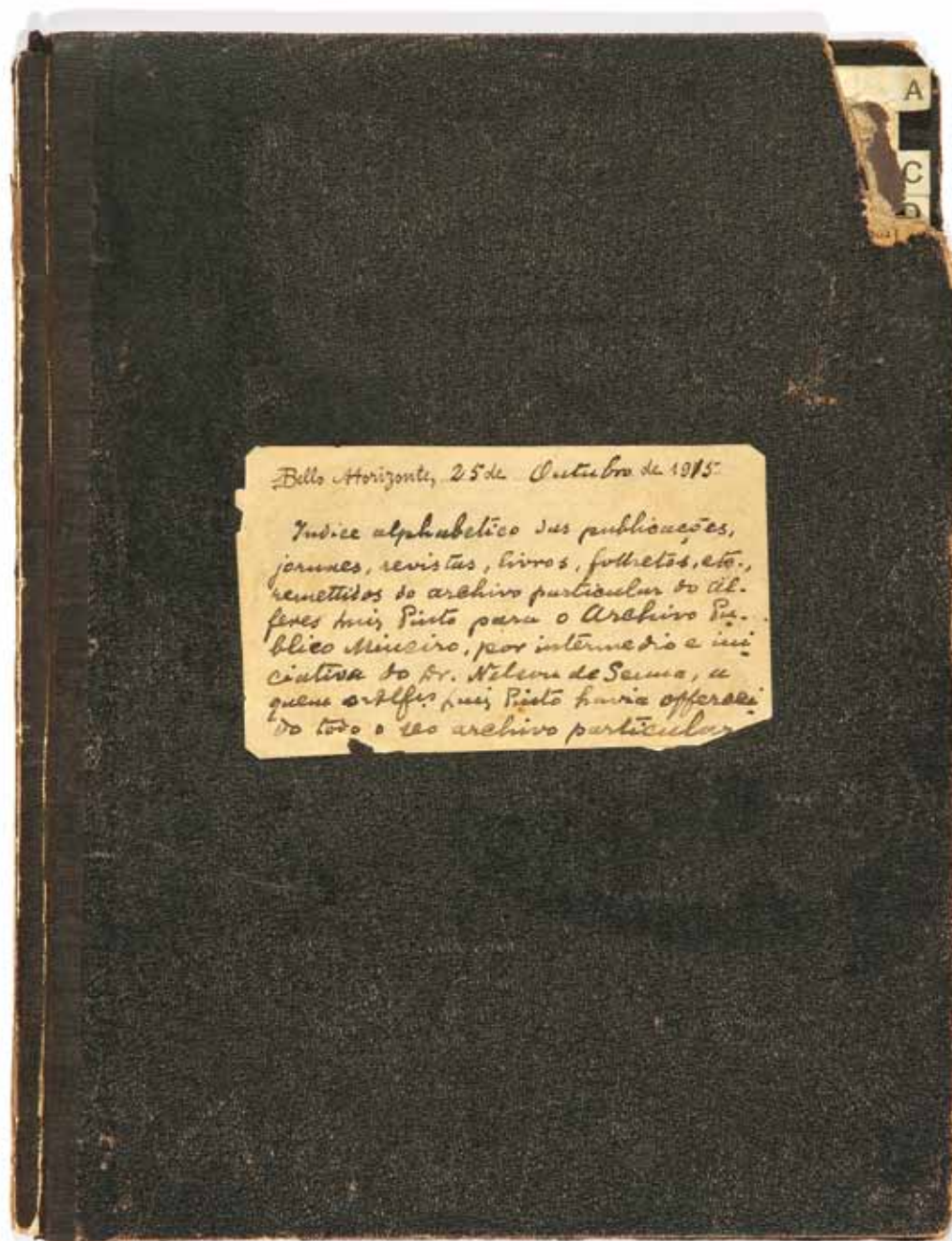
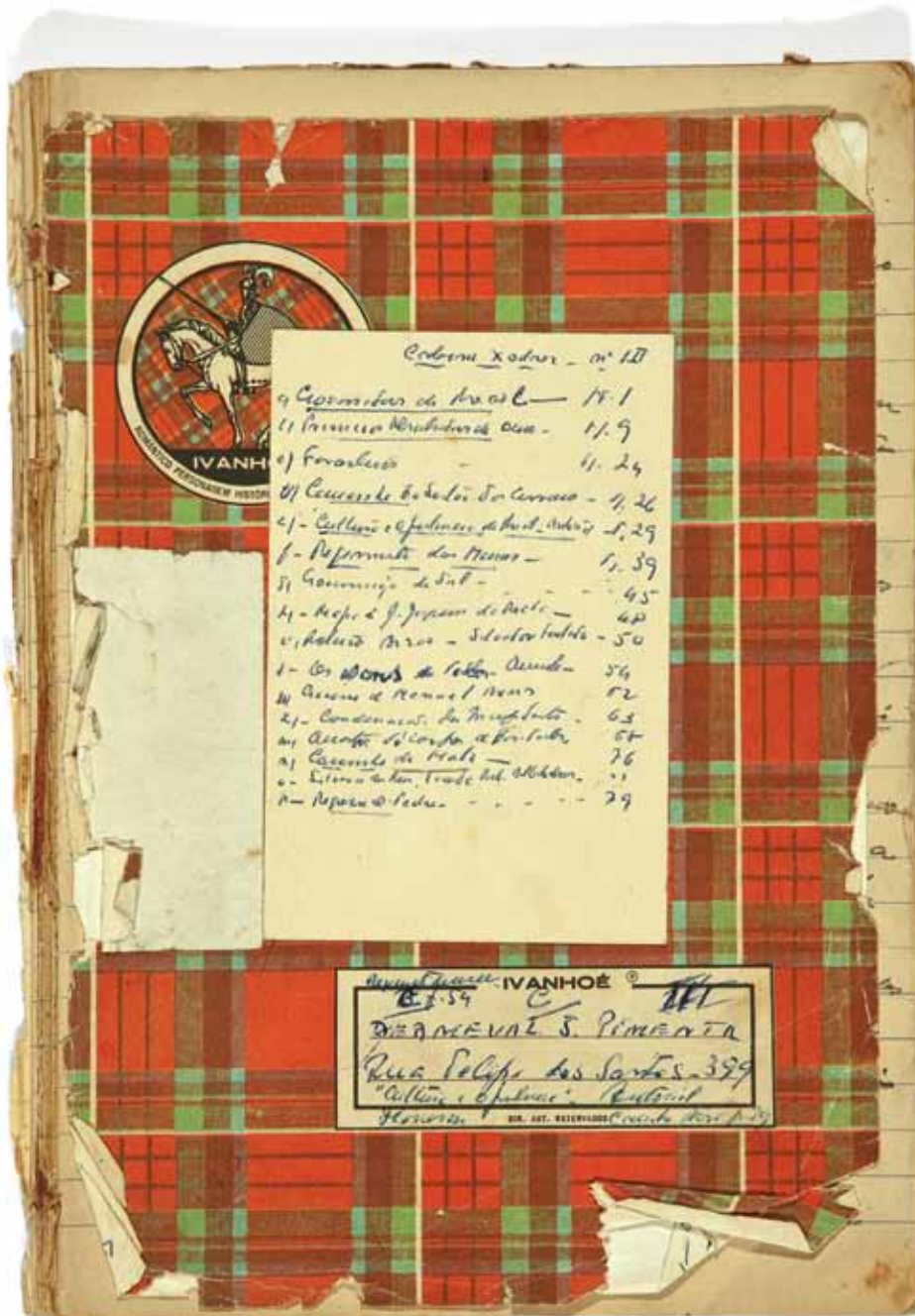
descrição dos acervos só é implementado a partir da construção do conhecimento das relações de proveniência e organicidade que os caracterizam. É a partir do estabelecimento dessas relações que os acervos são identificados como sendo de origem pública ou privada, e definido se constituem fundos ou coleções. Na medida em que a construção desse conhecimento mostra-se complexa e implica operar com procedimentos metodológicos diferenciados para cada acervo, é que se justifica, no limite específico deste texto, tratar apenas dos aspectos pertinentes aos fundos de origem privada e das coleções que se encontram sob a guarda do APM.

Para isso é necessário retornar ao *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro*, de forma pontual às páginas 109 a 162, nas quais se encontram listados os acervos que foram identificados como fundos de origem privada e as coleções. Se o pesquisador aprofundar o seu processo de busca e passar a consultar os instrumentos de pesquisa específicos para cada um dos fundos privados e das coleções, perceberá que o primeiro conjunto de documentos apresenta complexidade na estruturação de seu arranjo, e que esse reflete uma gama variada de atividades desenvolvida pelo titular do fundo, registradas em suportes diversificados. Por seu lado, as coleções, de modo geral, se articulam a partir de uma única espécie documental, ou de determinados temas. Nesse caso, não é possível apresentar aos pesquisadores um conjunto de documentos em que estejam refletidas as relações de organicidade.

Nessa perspectiva, a Tipografia Guimarães é apresentada como uma coleção de fotos. A empresa funcionou em Belo Horizonte na década de 1920 e concentrava suas atividades na impressão de jornais, revistas, carimbos, clichês e formulários para a indústria e o comércio. De todo o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela Tipografia foram preservadas apenas 184 fotografias.[5] Essa coleção de fotografias foi arranjada e sua estrutura, dividida em três séries: Pessoas, Edificações e Diversos. Mas não foram preservados, por exemplo, os documentos produzidos em conexão com as atividades relativas aos orçamentos, aos contratos comerciais, à contabilidade e aos recursos humanos que certamente foram originados da Tipografia Guimarães.

Em contrapartida, objetivando elucidar o que vem a ser um conjunto de documentos em que as relações de organicidade foram preservadas, propõe-se a análise da estrutura de arranjo dos arquivos pessoais de João Pinheiro da Silva (1860-1908) e Arthur da Silva Bernardes (1875-1955). Esses personagens se destacaram no cenário político ocupando cargos tanto nas esferas legislativa e executiva em âmbitos municipal, estadual e federal, atuando no processo de construção e definição dos rumos da recém-proclamada República brasileira. Dessa forma, seus arquivos pessoais são guarnecidos de um significado público importante, já que permitem pesquisas não só do universo particular, mas também do contexto histórico e público em que se inscrevem.

Fundos

O Fundo João Pinheiro foi recolhido ao APM por intermédio de Israel Pinheiro da Silva, um dos filhos do titular, em meados da década de 1930, durante a gestão de Theófilo Feu de Carvalho. O processo de arranjo e descrição desse fundo foi executado por meio de um convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro e a Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Culturais, na segunda metade da década de 1980.[6] Ambas as instituições se mostravam interessadas em preservar e dar aos pesquisadores acesso a essas fontes, cumprindo, assim, as suas funções de divulgar

Capa de caderno contendo índice alfabético das publicações, jornais, revistas, livros e folhetos acumulados pelo alferes Luiz Antônio Pinto (Caeté, MG, 1841 – Serro, MG, 1926). Doação Nelson Coelho de Sena (Serro, MG, 1876 – Belo Horizonte, MG, 1952). Arquivo Público Mineiro – LAP – 2/1– doc. 72, cx. 01.

Caderno de apontamentos de Dermeval José Pimenta (São João Evangelista, MG, 1893 – Belo Horizonte, MG, 1991). Arquivo Público Mineiro – DJP-2.3 – doc. 65, cx. 08.

e disponibilizar documentos para a consulta pública, no que contribuíam para o desenvolvimento de investigações de caráter histórico.

A equipe formada para esse trabalho, após realizar a definição da estrutura de arranjo, optou pela elaboração de um inventário descrevendo o conteúdo de cada documento. O arranjo encontra-se estruturado em 11 séries, que representam de modo abrangente a trajetória percorrida pelo titular. As séries são: 1. Documentos pessoais; 2. Correspondência; 3. Produção intelectual; 4. Diversos; 5. Documentos complementares; 6. Recortes de jornais; 7. Folhetos; 8. Jornais; 9. Livros; 10. Plantas, projetos, prospectos e catálogos; 11. Fotografias.

O arranjo do fundo de Arthur Bernardes também se desenvolveu ao longo da segunda metade da década de 1980, sob a responsabilidade técnica de Elizabeth Cordoval, especialista do quadro de funcionários do APM. Esse importante acervo, sem dúvida, é o mais consultado fundo de origem privada sob a guarda do APM. O seu arranjo foi estruturado em 17 séries: 1. Documentação pessoal; 2. Produção intelectual; 3. Panfletos e volantes; 4. Recortes; 5. Deputado federal; 6. Presidente de Minas Gerais; 7. Presidente da República; 8. Senador; 9. Exílio; 10. Deputado federal; 11. Deputado federal; 12. Deputado federal; 13. Diversos; 14. Documentação complementar; 15. Anexo; 16. Folhetos; 17. Periódicos.

Uma vez demarcados alguns dos aspectos que compõem os desafios encontrados pelos agentes que atuam na instituição no processo de disseminar os conteúdos dos acervos sob a sua custódia, considera-se pertinente traçar um quadro contendo informações de caráter geral sobre os arquivos pessoais, a fim de sistematizar outros aspectos relevantes para essa questão (veja Quadro Descritivo, ao final do texto).

Iniciando a análise do quadro pela coluna que descreve a área de formação e atuação dos titulares dos arquivos, observa-se que o bacharelado em direito pela Faculdade de São Paulo é predominante. Dos 16 titulares apenas quatro não eram bacharéis em direto: Aurélio Pires, que cursou farmácia em Ouro Preto; Camillo Filinto Prates, humanidades em Ouro Preto; Manoel Basílio Furtado, medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro; e Olegário Maciel, engenheiro no Rio de Janeiro. O exercício de cargos públicos e representações políticas é uma constante na trajetória desses titulares, bem como o exercício da atividade jornalística. O período de atuação da maioria desses titulares se concentra na fase de transição entre a monarquia e a implantação do regime republicano. Outro aspecto comum a 14 desses titulares é o fato de terem desenvolvido parte significativa de suas trajetórias profissionais nos limites de Minas Gerais. Sendo exceção a esse aspecto barão Homem de Mello e Francisco de Assis Barbosa.

A análise da coluna "Formação e atuação do Titular do fundo" é expressiva para se formular uma explicação acerca dos critérios que nortearam o APM no processo de recolhimento desses arquivos. Esse tipo de registro não foi produzido de modo sistemático. Como atesta a coluna "Forma de recolhimento do fundo", essa informação só é possível a sete dos 16 titulares. Nesse sentido, pode-se afirmar que o recolhimento se concentrou em uma geração de personagens cuja trajetória de vida apresenta uma estrutura semelhante e que pode ser caracterizada como representantes das elites mineiras.

Ainda em relação à formulação de explicações sobre as condições em que ocorreram os processos de recolhimento desses arquivos, deve-se considerar a hipótese de que o Arquivo Público Mineiro, desde a sua instalação, foi considerado uma instituição idônea, gerando assim, junto às famílias dos titulares, confiança

para transferirem a custódia desses conjuntos de documentos para a instituição. Certamente, depositar tais conjuntos no Arquivo Público Mineiro seria uma forma de homenagear a memória do titular.

A coluna dedicada ao período de abrangência dos fundos, "Datas-limite do fundo", se comparada à primeira coluna que registra a data de nascimento e óbito do titular, fornece elementos para que se estabeleçam conjecturas sobre o processo de acumulação dos documentos. Nesse sentido, é possível afirmar que o alferes Luiz Antônio Pinto, Arthur Bernardes, João Pinheiro da Silva, Manuel Basílio Furtado, Olegário Maciel, Pedro Aleixo e Percival Farquhar se inserem em contexto marcado pelo colecionismo. No entanto, ainda é possível demarcar diferenças nessa ação de preservar. Os arquivos do alferes Luiz Antônio Pinto, de Arthur Bernardes e João Pinheiro da Silva reúnem documentos anteriores à data de seus nascimentos, evidenciando que cultivaram de forma sistematizada ações de preservação. Os arquivos de David Moretzsohn Campista, Manuel Basílio Furtado, Olegário Maciel, Pedro Aleixo e Percival Farquhar se destacam por acumular documentos bem posteriores aos seus respectivos óbitos, indicando que a vontade de preservar teve continuidade pela ação de outro ator.

As buscas a esses arquivos pessoais têm sido uma constante. Os pesquisadores utilizam desses documentos para desenvolverem trabalhos que abordam temáticas e concepções metodológicas diversas. No entanto, deve-se destacar que, apesar de a contemporaneidade estar sendo marcada pelo retorno da produção de biografias, nenhum dos arquivos pessoais sob a custódia do APM foi utilizado para sistematizar a biografia de um dos titulares. O que certamente não invalida que a instituição conceba uma política que assegure a continuidade de recolhimento dessa modalidade de arquivo.

Notas |

1. O *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro*, publicado em 2006, também se encontra no site *www.siaapm.cultura.mg.gov.br*.

2. DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; nº. 51)

3. É importante anotar que, no caso específico do verbete *coleção*, preferiu-se reproduzir a definição que consta do dicionário, publicado em 1996, pela Associação de Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, por se considerar que é mais precisa que a que consta do dicionário publicado pelo Arquivo Nacional: "Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente". Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística.* São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

4. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8). p. 23-24.

5. As fotografias foram preservadas pelo sr. José Guimarães, e o processo de doação ocorreu em 1991, sendo intermediado pela historiadora Judite Guimarães, que naquele período atuava como diretora de Arquivos Permanentes do APM.

6. O Inventário Analítico do Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva foi coordenado e elaborado pela historiadora Maria Juscelina de Faria (FJP/CEC), que contou com a colaboração de Ana Maria Miranda Oliveira (APM-Organização dos documentos visuais), Araci Rodrigues Coelho (APM – Estagiária), Elizabeth Cordoval Soares Cardoso (APM), Maria Amélia Torres Cordeiro (FJP/CEC), Renata da Veiga Hanriot (APM – Organização dos documentos visuais).

Marta Eloísa Melgaço Neves, mestre pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi diretora de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro (APM) de 2007 a 2008 e é professora na Escola de Ciências da Informação da UFMG.

Rosana de Figueiredo Ângelo, mestre em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, é professora universitária e atua como diretora dos Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro (APM).

QUADRO DESCRITIVO DOS ARQUIVOS PESSOAIS SOB A CUSTÓDIA DO APM

	Nome do titular do fundo (nascimento-morte)	Datas-limite do fundo	Formação e atuação do titular do fundo	Forma de recolhimento do fundo
1	Alferes Luiz Antônio Pinto (1841 – 1924)	1718-1936	Natural de Caeté/MG, professor; genealogista; colecionador de registros históricos da região do Serro e Diamantina. Integrou o 18º Batalhão de Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.	Não consta
2	Aristides de Araújo Maia (1859 – 1903)	1867-1899	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu atividades na esfera judiciária e legislativa da província mineira, entre elas o cargo de chefe de Polícia. Foi deputado ao Congresso Constituinte Federal de 1891 a 1895. Membro do Partido Republicano. Escreveu em vários jornais e revistas jurídicas.	Não consta
3	Arthur da Silva Bernardes (1875 – 1955)	1898-1975	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu cargos legislativos de deputado estadual, federal e senador. Foi secretário das Finanças de Minas Gerais. Governou o Estado de 1918 a 1922, quando se tornou presidente da República. Membro do Partido Republicano Mineiro, da UDN e do PR.	O recolhimento deste fundo envolveu demanda judiciária que culminou com a decisão da guarda do acervo favorável ao APM. (AB, série A, anexo cx.146).
4	Arthur Bernardes Filho (1906 – 1981)	1919-1979	Advogado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Deputado federal e senador. Vice-governador de Minas Gerais (1956 – 1961). Ministro da Indústria e Comércio no governo de Jânio Quadros. Dirigiu em Belo Horizonte o jornal *O Debate*. Membro do PR, PSD e Arena.	Não consta
5	Aurélio Pires (1862-1937)	1878-1936	Em 1894 formou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto. Foi reitor do Ginásio Mineiro e, além de professor, dirigiu a Escola Normal Oficial. Participou do Ministério de Viação e Obras Públicas no período de 1910-1913. Lecionou na Faculdade Livre de Medicina. Diretor do Arquivo Público Mineiro (1927-1930). Autor de livros. Quando jovem, atuou na imprensa de Diamantina escrevendo para jornais de estudantes.	Não consta
6	Barão Homem de Mello (1837-1918)	1871-1902	Advogado pela Faculdade de Direito São Paulo. Presidente da Câmara Municipal em indamonhangaba. Professor de história universal do Colégio Pedro II. Presidiu as províncias do Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia. Foi deputado da Assembleia Geral Legislativa da Província de São Paulo. Diretor do Banco do Brasil. Inspetor da instrução pública primária e secundária do Rio de Janeiro. Foi presidente da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro. Ministro do Império. Foi professor do Colégio Militar. Publicou trabalhos em revistas e jornais.	Não consta

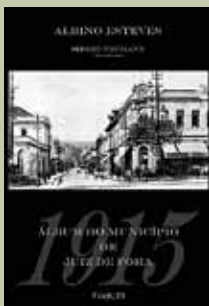
7	Camillo Filinto Prates (1859-1940)	1885-1925	Estudou humanidades em Ouro Preto. Foi professor de matemática, ciências físicas e naturais na Escola Normal de Montes Claros, cidade onde também atuou como jornalista. Deputado provincial em 1882 e 1889. Após a proclamação da República, foi nomeado presidente da Intendência Municipal de Montes Claros. Deputado estadual constituinte de 1891 a 1895. Membro da comissão incumbida de formular os projetos de lei relativos à mudança da capital do Estado, de Ouro Preto para Belo Horizonte. Em 1895, foi eleito deputado estadual. Em 1899, foi eleito senador estadual. Em 1907, atuou como inspetor técnico de ensino. Em 1909, foi eleito deputado federal. No período imperial, foi membro do Partido Liberal e na República, do PRM.	Não consta
8	Chrispim Jacques Bias Fortes (1847-1917)	1869-1928	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ao longo do período imperial, foi promotor de Justiça, juiz municipal e deputado provincial. No período republicano, exerceu o governo provisório de Minas Gerais. Eleito senador constituinte para a 1ª legislatura e presidente da Assembleia Constituinte do Estado. Em 1894 foi eleito presidente do Estado de Minas Gerais.	Não consta
9	David Moretzsohn Campista (1863-1911)	1887-1953	Nasceu no Rio de Janeiro. Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Advogou em Rio Preto, província mineira, onde exerceu a função de agente executivo municipal e promotor público. Organizou o Clube Republicano dessa cidade. Em 1891, foi nomeado intendente de Rio Preto. Instalou a primeira tipografia e lançou o primeiro jornal dessa cidade. Deputado estadual de 1891 a 1892. No período de 1892 a 1894, durante o governo de Afonso Penna, foi secretário de Agricultura Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, participando da organização da Comissão Construtora da Nova Capital e promovendo a introdução de imigrantes no Estado. Entre 1894 e 1898, foi comissário do governo mineiro em Gênova, dirigindo o serviço de emigração. Foi secretário de Finanças do governador Silviano Brandão (1899 a 1902). Em 1903 foi eleito deputado federal. Em 1906 passa a dirigir o Ministério da Fazenda. Em 1910 foi enviado como ministro plenipotenciário da Noruega e Dinamarca, e, posteriormente, transferido para a legação de Paris, não chegando a assumir o cargo, pois faleceu em Copenhague.	A doação do arquivo foi feita por de Olga C. Moretzsohn Campista.

10	Felisberto Gouveia Horta (1867 – ?)	1867-1905	Entre 1867 a 1907, foi juiz municipal de órfãos e de direito do termo e comarca de Paraibuna. Exerceu a função de procurador fiscal e dos feitos da Fazenda Provincial das comarcas de Rio Verde, Campanha e Três Corações. Em 1881 foi nomeado cavalheiro da Ordem da Rosa por d. Pedro II. Em 1882, foi nomeado juiz de direito de Campanha. Combateu o movimento separatista do Sul de Minas. Nomeado prefeito de Poços de Caldas em 1907.	Não consta
11	Francisco de Assis Barbosa (1914-1991)	1956-1956	Advogado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Desenvolveu intensa atividade jornalística, trabalhou nos seguintes jornais e revistas: *A Noite*, *A Noite Ilustrada*, *O Imparcial*, *Vamos Ler*, *Carioca*, *Folha da Manhã de São Paulo* e *Última Hora*. Dirigiu o Anuário Brasileiro de Literatura, o Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa e a Associação Brasileira de Escritores. Foi assessor editorial e redator da enciclopédia Barsa e da coleção dos Anais e Documentos Parlamentares. Elaborou o plano de reestruturação do sistema de arquivos de São Paulo. Trabalhou no Serviço de Documentação da Presidência da República e na Casa Civil, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Professor visitante na Universidade de Wisconsin. Membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB. Publicou várias obras, dentre as quais se destacam: *A vida de Lima Barreto*, *Retratos de família* e *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*.	Não consta
12	João Pinheiro da Silva (1860- 1908)	1710-1966	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Após a formatura, mudou-se para Ouro Preto e estabeleceu um escritório de advocacia. Participou da organização do Partido Republicano e dirigiu o jornal *Movimento*. Em 1889, candidatou-se ao cargo de deputado provincial. Em 1890 foi nomeado pelo governo provisório secretário de Estado de Minas Gerais. No governo de Cesário Alvim foi vice-presidente. Foi também deputado federal na primeira Assembleia Constituinte Republicana. Em 1899 assumiu a presidência da Câmara Municipal de Caeté e exerceu também a função de agente executivo nessa mesma cidade. Em 1903, presidiu o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais. Em 1904 foi eleito para o Senado Federal, cargo que exerceu por pouco tempo, pois em 1906 tornou-se presidente de Minas Gerais. Membro fundador do IHGB.	A doação do arquivo foi feita por seu filho Israel Pinheiro
13	Manoel Basílio Furtado (1826-1903)	1873-1953	Mineiro de Queluz, formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e exerceu a profissão em vários hospitais em Minas Gerais. Foi vereador e deputado da Assembleia Provincial mineira. Publicou inúmeros trabalhos antropológicos e etnológicos. Destacou-se como fotógrafo.	A doação do arquivo foi feita por Amélia Terezinha Furtado

14	Olegário Maciel (1885-1933)	1895-1984	Cursou humanidades no Caraça (MG) e diplomou-se em engenharia no Rio de Janeiro. Teve intensa carreira política, ocupando diversos cargos: deputado provincial, agente executivo municipal, deputado estadual, deputado federal, consultor técnico do Ministério da Viação, inspetor geral dos Serviços de Vias Férreas, vice-presidente do Estado de Minas Gerais (1922), senador estadual (1922-1930) e presidente de Minas Gerais até 1933, quando faleceu.	A doação do arquivo foi feita por Doris Caixeta
15	Pedro Aleixo (1901-1975)	1925-2001	Mineiro, advogado, jornalista. Ocupou vários cargos políticos como deputado estadual e deputado federal, presidente da Câmara, secretário de Estado, ministro da Educação e Cultura no período de Castelo Branco e vice-presidente no governo de Arthur da Costa e Silva. Membro do Conselho de Segurança Nacional, foi contra o AI-5 e impedido pelos militares de assumir a Presidência da República, quando da morte de Costa e Silva. Em 1970 rompe com o governo e retorna para Minas Gerais, dedicando-se à criação do Partido Democrata Republicano. Foi ainda um dos fundadores da Faculdade Mineira de Direito e catedrático de Direito Penal, membro da Academia Mineira de Letras.	A doação do arquivo foi feita por seu filho, padre José Carlos Brandi Aleixo.
16	Percival Farquhar (1864-1953)	1897-1967	Nascido nos EUA, iniciou suas atividades industriais no Brasil em 1904, no Rio de Janeiro. Implementou projetos muito significativos como a construção da Estada de Ferro Madeira-Mamoré, a fundação da Companhia de Navegação da Amazônia, entre outros. Atuou no setor de mineração criando, entre outras iniciativas, a Acesita, em 1946.	A doação foi feita por Charles A. Guauld.

Fonte: *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro* (2006)

Estante

Variedade de temas e enfoques

Albino de Oliveira Esteves. [1915] *Álbum do município de Juiz de Fora.* **Organizado por Sérgio de Almeida Neumann. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.**

Publicado originalmente em 1915, com segunda edição em 1989, esse livro é considerado por vários pesquisadores como uma das mais significativas publicações a respeito da história de Juiz de Fora. Composto por 536 páginas e mais de 550 imagens da cidade e seu entorno, é uma incontestável obra rara.

Amilcar Vianna Martins Filho. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930).* **Belo Horizonte: Crisálida, 2009**.

Nesse livro, o autor revela aspectos importantes da cultura política de Minas Gerais, concorrendo para o entendimento das relações entre interesses econômicos e interesses políticos numa área regional. Trata-se de um estudo que contribui para a melhor compreensão da Primeira República e, mais ainda, para o entendimento da prática do patrimonialismo.

Andrea Lisly Gonçalves. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. **São Paulo: Hucitec, 2008.**

O debate a respeito da construção do Estado nacional depende, em grande parte, de estudos regionais. Por meio dessas pesquisas é possível estabelecer nuanças e diversidades cronológicas. Essa obra estuda o período regencial em Minas Gerais, revelando a atuação do grupo restaurador, partidário do retorno de d. Pedro I e que, paradoxalmente, conseguiu mobilizar até mesmo ex-escravos.

No último ano, a historiografia mineira abriu novos canteiros de pesquisa, sem deixar de explorar temas clássicos da área.

Herbert S. Klein, Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais.* **São Paulo: Edusp, 2009**.

Esse livro reúne artigos sobre a história demográfica e a estrutura econômica em duas importantes áreas brasileiras dos séculos 18 e 19. Com base em documentos de época, os pesquisadores evidenciam uma sociedade mais complexa e diversificada do que aquela descrita por estudos realizados até meados do século 20. Revelam-se, dentre outros aspectos, histórias de negros que, após alforriados, compravam escravos e se tornavam senhores.

Liana Maria Reis. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800).* **São Paulo: Hucitec, 2009.**

O presente estudo aborda a criminalidade escrava na capitania de Minas Gerais (1720-1800). A reconstituição de época é feita com base em autos criminais, querelas e outros documentos oficiais, como alvarás, correspondências entre autoridades e registros das câmaras. Procurou-se, assim, resgatar aspectos do cotidiano dos escravos, especialmente no meio urbano, contexto no qual são construídas estratégias de sobrevivência e de resistência.

Tarcísio Mauro Vago; Bernardo Jefferson de Oliveira (Org.). *Histórias de práticas educativas*. **Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.**

Essa coletânea nos leva a uma viagem dispersa, fragmentada e multifacetada pelas Minas Gerais, que se inicia em fins do século XVIII e chega aos novecentos. Nesse percurso, visitamos diferentes lugares – Mariana, Lavras, Campanha... – e conhecemos diversas instituições educacionais, como grupos escolares, associações, faculdades. Sua leitura permite reafirmar a importância das fontes, acervos, arquivos e museus para responder às diversas indagações da história das práticas educativas.

O olhar francês sobre Minas

Fernando Nicolazzi

O levantamento de teses defendidas na França a respeito de Minas Gerais revela uma gama diversificada de temas que remetem a uma tradição inaugurada nos primórdios do Brasil e que se estendeu até os tempos atuais, registro que se faz pertinente quando das comemorações do Ano da França no Brasil.

> Em meados do século XVI, na malograda experiência colonizadora empreendida por Nicolas Durand de Villegagnon no lugar que posteriormente seria a cidade do Rio de Janeiro, o missionário calvinista francês Jean de Léry o acompanhou com o claro intuito de propagar seus preceitos religiosos entre os franceses que aportaram na porção meridional da América portuguesa. Mas sua intenção era ainda mais vasta: pretendia ele estabelecer "o verdadeiro serviço de Deus" entre os habitantes das terras tropicais. Escrita em meio aos conflitos religiosos que tomaram conta de boa parte da Europa quinhentista, a narrativa da viagem por ele feita "à terra do Brasil também dita América", publicada pela primeira vez em 1578, assume um explícito tom combativo contra seu conterrâneo, o padre franciscano e cosmógrafo André Thévet, que também viera ao Brasil no empreendimento de Villegagnon. Thévet publicou seu relato sete anos antes ao de Léry, que o acusou sem meias palavras de "refinado mentiroso" e "imprudente caluniador". Antes deles, entretanto, Binot Paulmier de Gonneville, capitão normando de um navio que chegou às terras brasileiras pouco tempo depois de Cabral, deixou por escrito a relação da sua viagem de dois anos, iniciada em 1503.

Gonneville, Thévet e Léry ocupam, por assim dizer, lugar fundamental no começo dos registros franceses sobre o Brasil, mesmo que este ainda fosse visto sob o viés do império marítimo lusitano, quando ainda se desenhava como América portuguesa. Pode-se mesmo considerar que as produções escritas por eles são, por suposto, as primeiras modalidades de um *saber* francês sobre as terras e gentes que hoje são tidas, a despeito das implicações históricas do termo, como brasileiras. Um saber, não custa lembrar, que perdura sob diversos matizes até o século XXI e que, de uma forma ou de outra, acaba sempre retornando a esse ponto original.

Um *saber* francês

Michel de Montaigne e Jean-Jacques Rousseau (seu nascimento em Genebra é aqui um detalhe pouco importante) são apenas dois exemplos eloquentes, separados por quase 200 anos. Pulando outros dois séculos, os *Tristes trópicos* de Claude Lévi-Strauss mantêm a rede intelectual tecida a partir de leituras mútuas: Montaigne leitor de Léry, assim como Lévi-Strauss, que o toma como seu breviário pessoal e considera Rousseau, propagador do ideal do "bom selvagem", como o fundador de seu *métier*, a etnologia. No centro desse intervalo triangular, desenham-se os contornos de um espaço específico e a ideia de um certo Brasil "para francês ver": um lugar físico, no caso do etnógrafo, que para cá viajou na primeira metade do século XX; mas também um lugar livresco, para Rousseau, leitor de relatos de viajantes; ou mesmo um lugar que se desloca e desembarca na França, colocando um diante do outro, na cidade de Rouen, o autor dos *Ensaios* e um indígena tupinambá.

Na história desse processo contínuo e variado de produção de saber, há ainda um espaço privilegiado para Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, botânico que visitou mais de uma vez o Brasil durante as primeiras décadas dos anos 1800. Membro correspondente da Académie des Sciences desde 1819, acaba por se tornar seu presidente em 1835, após substituir como membro efetivo Jean-Baptiste de Lamarck, falecido seis anos antes. Saint-Hilaire é notoriamente conhecido pelos seus diversos registros escritos sobre diferentes regiões brasileiras. O que habitualmente se desconhece é o fato significativo de ele ser o autor da primeira tese de doutorado defendida (ou *soutenue*) em uma instituição universitária francesa. Trata-se do trabalho *Voyage dans l'intérieur du Brésil, la province cis-platine et les missions dites du Paraguay*, apresentado como tese em *Sciences* na Universidade de Paris, em 1823.

O botânico, naturalista e viajante Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (Orléans, França, 1779-1853). In: GOULART, Marcos Andrade (Org.). *Navegando o Rio das Velhas das Minas aos Gerais* Belo Horizonte: Projeto Manuelzão/UFMG, 2005. v. 1: A Expedição Manuelzão desce o Rio das Velhas.

Todavia, como sugere Anita Clémens Sabóia, pesquisadora do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC), vinculado à École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) de Paris, “as diversas missões artísticas e científicas europeias organizadas no Brasil ao longo do século XIX, os numerosos relatos de viajantes não tiveram verdadeiramente repercussão sobre a pesquisa universitária”. Ainda assim, segundo a autora, a situação parece se alterar sensivelmente ao longo do século XX, com a intensificação da presença francesa no Brasil e também com o desenvolvimento dos estudos americanistas e brasilianistas realizados na França.[1] Sabóia vem há algum tempo sistematizando os dados relativos à formação universitária francesa no que diz respeito a temas relacionados ao Brasil, contabilizando, entre a tese de Saint-Hilaire e o ano de 2009, o expressivo número de 1.739 teses defendidas em instituições francesas. A repartição quantitativa das teses desde a primeira metade do século XIX, no entanto, é bastante desproporcional, considerando que quase 90% das pesquisas defendidas se concentram nas três últimas décadas abordadas pelo levantamento.

Olhar sobre Minas

Uma corrida de olhos rápida sobre os dados levantados pelos pesquisadores do CRBC, sem grandes pretensões analíticas, revela outros elementos significativos para o contexto específico deste texto. Pelo menos 52 teses tocam diretamente em temas relativos a Minas Gerais. Considerando a distribuição temática proposta pelo *Catalogue général des thèses françaises sur le Brésil en sciences humaines et sociales (1823 -2009)*,[2] a maior concentração dos trabalhos se encontra na área de sociologia (14 teses), seguida por geografia-ciências da vida e da terra (13 teses); ciências econômicas (oito teses); história, ciências da educação e da informação e artes (quatro teses cada uma); antropologia-etnologia-arqueologia (duas teses); psicologia-filosofia e literatura-linguística (uma tese cada uma), sendo que de direito e ciências políticas, campos bastante próximos entre si, não constam teses defendidas.

Nas teses concentradas em história, sobressai a temática do espaço urbano, segundo abordagens que privilegiam representações, relações de poder e territorialidade e a dimensão pública do espaço.[3] O tema das cidades, das migrações internas e da gestão dos espaços urbanos também é majoritário na seção de geografia-ciências da vida e da terra. A grande maioria dos trabalhos versa sobre tais assuntos e não mais do que três teses pesquisam o uso do solo e a produção do álcool. Em ciências econômicas percebe-se uma igualdade nos temas da economia rural e industrial, dando margem ainda para uma tese sobre transporte urbano e outra sobre criminalidade. As duas teses alocadas na rubrica antropologia-etnologia-arqueologia dizem respeito apenas à primeira e à última disciplina. A primeira é um estudo antropológico em uma comunidade rural, enquanto a segunda é uma pesquisa arqueológica sobre a indústria de pedra talhada situada na região Norte do que hoje é o território mineiro.

Em sociologia, área que concentra o maior número de trabalhos, a atenção é predominantemente voltada para a temática das camadas populares, enfatizando notadamente o mundo do trabalho, seja no setor industrial, seja no âmbito rural. As relações entre sistemas políticos ou políticas sociais e desenvolvimento econômico também foram objeto de interesse em alguns estudos. No campo psicologia-filosofia, a única tese defendida versou sobre determinantes psicossociais para o caso de distúrbios psíquicos num grupo social em particular, qual seja, os professores da rede privada de ensino. Em ciências da educação e da informação, nota-se uma variedade de assuntos, desde temas pertinentes ao ensino universitário e fundamental, até a educação especializada para alunos portadores de necessidades

especiais. Na área de literatura-linguística, a tese defendida estudou relatos de infância autobiográficos escritos durante o século XX. Por fim, as quatro pesquisas defendidas no plano das artes estudaram tanto as artes plásticas quanto a música, além de planos urbanísticos e a arquitetura do barroco mineiro.

Esta apresentação sumária, baseada apenas nos títulos e nos resumos dos trabalhos (quando estes existem), dá mostras da pluralidade de interesses contemplados pelos estudos em nível universitário realizados na França, tanto por pesquisadores brasileiros e franceses como possivelmente de outras nacionalidades. As teses que evidenciam uma "temática mineira" igualmente denotam a variedade de objetos e abordagens possíveis. Um estudo mais pormenorizado talvez revelasse com maior propriedade alguns assuntos mais recorrentes que outros, como parece ser o tema das cidades e do urbanismo, bem como o das relações de poder entre setores díspares do tecido social.

Matrizes de ideias

No alvorecer do século XIX, a corte portuguesa escapou da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, escoltada por navios ingleses, rumando para a América tropical e, com isso, criando as condições históricas para a independência do Estado do Brasil e posterior consolidação da nação brasileira. Não obstante isso, a monarquia lusitana permitiu a vinda de missões artísticas francesas ao Brasil, assim que Napoleão foi derrubado e a Restauração ocupou a cena política francesa. Paradoxalmente ou não, parte da historiografia sugere que alguns dos artistas para cá encaminhados assim o fizeram justamente por alimentar uma profunda simpatia pelo "bonapartismo", receosos de serem perseguidos na França após a queda do imperador. O pintor Jean-Baptiste Debret é apenas um dos exemplos mais conhecidos disso.

Na década de 30 do século seguinte, segundo uma demanda encaminhada pelo então diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, alguns jovens universitários franceses atravessam o atlântico para desempenhar um importante papel na fundação de algumas instituições brasileiras, entre as quais a Universidade de São Paulo e a do Distrito Federal. Dentre os participantes, o já mencionado etnógrafo Claude Lévi-Strauss, que deixou em relato as intempéries de sua experiência etnográfica no interior do Brasil. Além dele, outro nome importante seria preciso mencionar, dada a abrangência de sua atuação nas décadas seguintes. Trata-se de Fernand Braudel, figura hegemônica, intelectual e institucionalmente, no âmbito das universidades francesas após a Segunda Guerra Mundial, com quem Lévi-Strauss travaria um dos mais significativos diálogos intelectuais do século passado.

Assim, desde sua fundação enquanto Estado independente até os primeiros lampejos de vida universitária organizada, o Brasil mantém com a França uma relação particular que multiplicou suas consequências ao longo dos anos. A crítica, de modo geral injusta e mal colocada, a uma suposta submissão de alguns setores da universidade brasileira à influência intelectual da França é velha conhecida. Não caberia aqui expor ressalvas a ela, sob o risco de lhe dar uma relevância que não possui. Mas, do que aqui foi exposto, permanece uma curiosidade inegável: a de conhecer os diferentes modos pelos quais o Brasil propiciou um certo olhar francês, não apenas sobre os trópicos, mas sobre a própria França e as maneiras pelas quais nela se percebe a história. Afinal, se as representações de Débret revelam os traços marcantes daquilo que se pode chamar de "visões sobre a alteridade", e, nesse sentido, ele é um continuador de Jean de Léry, Braudel enxergou nos céus da Bahia a metáfora ideal para sua compreensão da pluralidade dos tempos históricos, contribuindo significativamente para a renovação na historiografia francesa do século XX.

Fotografia de Daniel Mansur do retrato do antropólogo, professor e filósofo Claude Lévi-Strauss (Bruxelas, Bélgica, 1908 – Paris, França, 2009). Nova Lima, MG, 2009.

No caso de Minas Gerais, Saint-Hilaire foi dos que por aqui viajaram, deixando por escrito suas percepções de, por exemplo, Vila Rica e Mariana, assim como, quase um século depois, o poeta suíço naturalizado francês Blaise Cendrars, acompanhando alguns intelectuais brasileiros na viagem modernista pelas cidades barrocas mineiras. Em um ano em que se comemoram as relações França-Brasil, o chamado Ano da França no Brasil, cabe também a indagação, não apenas do que há de Brasil na França, como o catálogo de teses permite indagar, mas também o espaço específico que alguns lugares brasileiros ocupam em tais relações. Minas é um deles.

Notas |

1. SABÓIA, Anita Clémens. Préface analytique. *Catalogue général des thèses françaises sur le Brésil en sciences humaines et sociales (1823-2009)*. Disponível em *http://www.ehess.fr/crbc/cbc-thes/sommaire.html*. Acesso em 4 de agosto de 2009.

2. A classificação é feita segundo 11 grandes áreas de atuação, definidas pelos pesquisadores envolvidos: 1) Histoire; 2) Géographie – Sciences de la vie et de la terre; 3) Sciences politiques; 4) Sciences économiques; 5) Anthropologie – Ethnologie – Archéologie; 6) Sociologie; 7) Psychologie – Philosophie; 8) Sciences de l'éducation et de l'information; 9) Littérature – Linguistique; 10) Arts; 11) Droit. Caberiam, certamente, algumas ressalvas quanto a tal classificação, o que, entretanto, não é o objetivo principal deste texto.

3. Ver anexo.

ANEXO

TESES FRANCESAS SOBRE MINAS GERAIS – 1823 A 2006

HISTÓRIA

MAGALHAES (Béatriz Ricardina de). *La société ouroprétaine selon les inventaires "post-mortem" (1740-1770)*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.1986. Thèse de 3e cycle.

ANGOTTI-SALGUEIRO (Heliana). *Belo Horizonte: histoire d'une capitale au dix-neuvième siècle. Représentations urbaines et architecturales françaises au Brésil. Une étude de cās.* École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1992. Thèse de doctorat / Art et archéologie.

DAMASCENO FONSECA (Cláudia). *Pouvoirs, villes et territoires. Genèse et représentation des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIIIe siècle-début du XIXe siècle.* École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 2001. Thèse de doctorat/Histoire.

O'CONNELL (Patrick James). *L'espace public: son ouverture au XIXe siècle dans le Minas Gerais*. Université Paris VII. 2006. Thèse de doctorat/Histoire.

GEOGRAFIA – CIÊNCIAS DA VIDA E DA TERRA

TEULIERES (Roger). *Belo Horizonte: étude de géographie urbaine*. Université de Bordeaux. 1956. Thèse de doctorat/Lettres.

TEULIERES (Roger). *Bidonvilles du Brésil: les favelles de Belo Horizonte*. Université de Bordeaux. 1956. Thèse de doctorat complémentaire/Lettre.

LELOUP (Yves). *Les villes du Minas Gerais*. Université de Paris. 1969. Thèse de doctorat/Lettres.

AMORIM FILHO (Oswaldo Bueno). *Contribution à l'étude des villes moyennes au Minas Gerais : Formiga et le sud-ouest du Minas Gerais*. Université Bordeaux III. 1973. Thèse de 3e cycle/Géographie.

FRANCO VALADARES (María de Melo). *Les migrations intérieures du Brésil: le cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais*. Université Strasbourg I. 1975. Thèse de 3e cycle/Géographie.

DANTAS REZENDE (Jorge). *L'espace intra-urbain de la ville de Belo Horizonte (Brésil): une approche par les rapports de pertinence*; Université Paris I. 1978. Thèse de 3e cycle/Géographie.

RIBEIRO MOREIRA (Marcos Roberto). *L'utilisation du sol dans la micro-région du bassin du Suaçi (Minas Gerais)*. Université de Rouen. 1979. Thèse de 3e cycle/Géographie.

OZORIO COELHO (Paulo Henrique). *La création de Belo Horizonte: jeu et enjeu politiques*. Université des Sciences Sociales, Grenoble II. UER Urbanisation. 1981. Thèse de 3e cycle/Géographie.

CHAFIK ABU KAMEL (Roberto). *Politique urbaine et mise en place d'un système intermodal de transport sur l'axe est-ouest de la ville de Belo Horizonte (Brésil)*. Université Paris XII, Val de Marne. Institut d'Urbanisme de Paris. 1984. Thèse de 3e cycle.

RODRIGUEZ PAVAO (Marilene Gonçalves). *De la nécessité d'intégrer le petit propriétaire rural dans les objectifs de l'aménagement territorial du Brésil. Une étude de cās*. Université Paris I, UER de Géographie. 1984. Thèse de 3e cycle.

ANDRADE BRUZZI (Tarcisio de). *La problématique de la production d'alcool de manioc au Brésil*. Université Toulouse- Le-Mirail II. Institut de Géographie. 1985. Thèse de 3e cycle /Aménagement regional dans le Tiers-Monde.

ALIBERT MEIRELLES (Sergio A.). *L'interaction des plans d'occupation des sols et des transports collectifs à travers une étude comparative des politiques urbaines à Belo Horizonte (Brésil) et dans la banlieue nord-est de Paris*. Université Paris IV, Sorbonne. 1992. Thèse de doctorat /Géographie.

BARROS (Raphael Tobias de Vasconcelos). *Enjeux d'une gestion durable de déchets solides ménagers dans les villes moyennes du Minas Gerais (Brésil)*. Institut National des Sciences Appliquées de Lyon, Villeurbanne. 2003. Thèse de Doctorat/Géographie, aménagement, urbanisme.

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MIRANDA MOURAO (Julio de). *L'homme, l'espace et les ressources du "cerrado". Eléments d'une stratégie d'éco- développement rural pour la savane brésilienne*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1981. Thèse de 3e cycle/Sciences sociales du développement.

VENTURELLI (Paulo). *L'analyse du développement agricole récent du plateau central au Brésil*. Université Montpellier I. UER de Sciences Economiques. 1981. Thèse de 3e cycle/Economie rurale.

FERREIRA GUERRA (Candido). *Procès de travail et rapport salarial dans l'industrie sidérurgique. Etude de la formation des normes mondiales et du cas brésilien*. Université Paris X, Nanterre. UER de Sciences Economiques. 1987. Thèse de 3e cycle.

CORRADI REIS (Geraldo). *Aspects économiques du reboisement brésilien et ses conséquences sociales sur l'économie paysanne de la microrégion du Alto Rio Pardo, Minas Gerais*. Université Paris III, Sorbonne Nouvelle. Institut des Hautes Etudes de l'Amérique latine. 1988. Thèse de 3e cycle.

ANTUNES (Claudia). *Processus de décision en matière de transport urbain au Brésil. Le cas des trains métropolitains.* Université Lumière, Lyon II. 1991. Thèse de doctorat /Sciences économiques.

CEKINSKI (Efraïm). *Etude de la réactivité superficielle des apatites d'Araxá et Catalão (Brésil): application à l'amélioration du procédé de valorisation industrielle*. Université de Poitiers. 1993. Thèse de doctorat/ Sciences et techniques, industries chimiques et parachimiques.

DRUMMOND CAMARA (Jairo José). *Le design et l'ergonomie dans les investissements industriels: une approche intégrative pour les usines du futur*. École Nationale Supérieure des Mines, Paris. 1993. Thèse de doctorat/Sciences économiques.

PUECH (Frédéric). *Analyse des déterminants de la criminalité dans les pays en développement*. Université d'Auvergne, Clermont-Ferrand I. 2005. Thèse de doctorat/Sciences économiques.

ANTROPOLOGIA-ETNOLOGIA-ARQUEOLOGIA

FONSECA WILLIAMS (Claudia). *L'adaptation de l'école primaire en milieu rural brésilie: contribution à une anthropologie appliquée dans une étude de cas (Alto do Ribeirão, Minas Gerais)*. Université Paris V, René Descartes. 1981. Thèse de 3e cycle/Sociologie.

RODET (Maria Jacqueline). *Étude technologique des industries taillées du nord de Minas Gerais, Brésil, depuis le passage Pléistocène/ Holocène jusqu'au contact – XVIIIe siècle*. Université Paris X, Nanterre. 2006. Thèse de doctorat/Préhistoire.

SOCIOLOGIA

RIOS LOYOLA (Maria Andréa). *Les ouvriers et le populisme, les attitudes ouvrières à Juiz de Fora*. Université Paris X, Nanterre. 1973. Thèse de 3e cycle/Sociologie.

VAZ (Alison Mascarenhas). *Companhia de Fiação e Tecidos, Cedro e Cachoeira: l'évolution d'une affaire familiale (1872-1972)*. Université Paris X, Nanterre. 1974. Thèse de 3e cycle/Études latino-américaines.

GROSSI (Maria das Graças Brandão, ép. Ackermann). *Système politique e développement économique : le cas du Minas Gerais (Brésil)*. Université Paris X, Nanterre. 1979. Thèse de 3e cycle/Sociologie.

CUNHA SALIBA (Flavio). *Logement populaire à Belo Horizonte: une contribution à l'analyse de l'urbanisation dépendante*. Université Paris X, Nanterre. 1980. Thèse de 3e cycle/Sociologie.

RODRIGUES de BRITO (Sebastiana). *"Briquitadores" de Jaiba. Etude sur deux groupes de colons au nord-ouest de Minas*. Université Paris III, Institut des Hautes Études de l'Amérique latine. 1981.Thèse de 3e cycle.

QUIROGA FAUSTO (Ana Maria Neto). *Famille et travail dans le processus de survie des classes populaires urbaines au Brésil*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1983. Thèse de 3e cycle.

PAIXÃO (Helena Heloisa). *Santé et classes populaires au Brésil*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1985. Thèse de 3e cycle/Sociologie.

VALLON ROSSI (Maria Helena). *Politiques sociales et économie informelle, les tentatives étatiques d'organisation des activités informelles comme politique d'insertion sociale. Etude de cas dans l'État de Minas Gerais*. Université Paris VIII. 1989. Thèse de doctorat/Sociologie.

MATA MACHADO (Marilia Novais da). *La favela en tant que système social: son histoire et son organisation. Étude d'une favela à Belo Horizonte: Acaba Mundo*. Université Paris XIII, Villetaneuse. 1990. Thèse de doctorat.

ALMEIDA CUNHA (Cristina Filgueiras). *L'enjeu des droits sociaux au Brésil: organisations populaires et politiques sociales (études de cas à Belo Horizonte dans les années 1979-1988)*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1992. Thèse de doctorat /Sociologie.

FRANCA REIS (Vera Regina Veiga). *Communication et socialité: le journalisme au-delà de l'information*; Université Paris V, René Descartes. 1993. Thèse de doctorat /Sociologie.

CORREA (Maria Laetitia). *La modernisation à tout prix. Processus de travail, imaginaire et subjectivité politique dans l'industrie textile brésilienne*. Université Paris I, Panthéon-Sorbonne. 1996. Thèse de doctorat /Sociologie.

PIMENTA (Solange Marie). *Le tournant de la Fiat Mineira. Travail, imaginaire et citoyenneté dans l'expérience des travailleurs*. Université Paris I, Panthéon-Sorbonne. 1996. Thèse de doctorat /Sociologie.

CARVALHO NOYA (Eliane de). *Création et diffusion d'innovations pour les paysans brésiliens: exemples des Etats de Minas Gerais et Pernambouc*. Université Paris I, Panthéon-Sorbonne. 1999. Thèse de doctorat/Sociologie.

PSICOLOGIA-FILOSOFIA

NUNES RABELO (Santusia). *Les déterminants psychosociaux d'une souffrance psychique professionnelle dans une société en mutation: le cas des enseignants universitaires du secteur privé du Minas Gerais*. Université de Picardie, Jules Verne, Amiens. 2003. Thèse de doctorat/Psychologie.

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DA INFORMAÇÃO

PINHEIRO PAIXÃO (Léa). *Echec scolaire au Brésil. Une étude de cas: le projet "Alpha" dans le Minas Gerais*. Université Paris V, René Descartes. 1981. Thèse de 3e cycle/Sciences de l'éducation.

SILVA CATALDO (Elza Maria de). *Politiques d'intégration. Aspects de l'éducation spécialisée au Brésil*. Université Paris V, René Descartes. UER Sciences de l'Éducation. 1986. Thèse de 3e cycle/Sciences de l'éducation.

FREITAS (Maria Imacula de Fatima). *Des discours et des actes dans l'innovation socio-médicale au Brésil. Analyse des enjeux institutionnels et stratégiques dans la participation de l'université fédérale de Minas Gerais à cette innovation*. Université Victor Segalen, Bordeaux II. 1991. Thèse de doctorat /Sciences de l'éducation.

GUIMARÃES THOMAZI (Aurea Rigina). *L'enseignement de l'école élémentaire et le curriculum de la lecture: enquête à Belo Horizonte (Brésil)*. Université Paris V, René Descartes. 2005. Thèse de doctorat/Sciences de l'éducation.

LITERATURA-LINGUÍSTICA

MARTIN WITKOWSKI (Ariane). *Naître et grandir dans le Minas Gerais. Etude de sept récits d'enfance auto-biographiques brésiliens (XXe siècle)*. Université Paris III, Sorbonne Nouvelle. 1995. Thèse de doctorat/Etudes ibériques.

ARTES

NEMER (José Alberto). *Les arts plastiques dans le Minas Gerais (Brésil): six artistes et leurs frontières esthétiques*. Université Paris VIII. 1979. Thèse de 3e cycle/Arts plastiques.

LEPINE (Ruth Py-Daniel). *Le baroque de l'État du Minas Gerais. Glossaire et dictionnaire raisonné de l'architecture colonial*. Université Paris VII. UER Géographie, Histoire et Sciences de la Société. 1987. Thèse de doctorat.

JUNQUEIRA GUIMARAES (Maria Ines). *L'oeuvre de Lobo de Mesquita, compositeur brésilien (1746-1805)*. Université Paris IV, Sorbonne. 1996. Thèse de doctorat /Musicologie.

DUARTE PENIDO (Rogerio). *L'inscription de la modernité dans la ville, quête identitaire et marche vers l'Ouest à travers les plans d'urbanisme de cinq capitales brésiliennes: Belo Horizonte (1897), Goiânia (1935), Boa Vista (1945), Brasília (1960), Palmas (1990)*. Université Paris XII, Val de Marne. 1997. Thèse de doctorat/Art et archéologie.

Fernando Nicolazzi é doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a tese *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado* (2008). Atualmente é professor de Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Contracapa e folha de rosto
Pasta contendo a correspondência de noivado do poeta e juiz de direito Augusto de Lima e Vera de Suckow. Leopoldina, MG, 1888. Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Expediente
O escritor e historiador Salomão de Vasconcellos (Mariana, MG, 1877 – Belo Horizonte, MG, 1965) no Arquivo Público Mineiro cercado por colaboradores, entre eles, o historiador Geraldo Dutra de Moraes. Fotografia de autor não identificado, Belo Horizonte, 1938. In: *Revista de História e Arte*, Belo Horizonte, número prospecto, janeiro de 1963.

Sumário
Pasta contendo a *Conferência do Moacyr sobre o Djalma em Campinas no dia 20/7/79.* Fundo Moacyr Assis de Andrade (em tratamento arquivístico). Arquivo Público Mineiro.

Editorial
Detalhe de retrato de Juscelino Barbosa, advogado, político, banqueiro, professor e jornalista. Fotografia de Zalbart J.Ubudjian, Paris, sem data. Arquivo Público Mineiro – FJB – 145.

Capa e contracapa do Dossiê
Pastas de arquivo utilizadas pelo advogado, delegado de polícia e pintor Renato Augusto de Lima (Ouro Preto, MG, 1893 – Belo Horizonte, MG, 1978). Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Páginas 26 e 27
Objetos do arquivo familiar de Luís Augusto de Lima: cadernetas de anotações de Benjamin Jacob, documentos de Augusto de Lima, cadernetas de Renato de Lima, agenda doméstica de Celina Jacob de Lima, caderno de contas domésticas de Maria Ephigênia Carsalade Villela de Lima, entre outros. Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Páginas 40 e 41
Apartamento do presidente Arthur da Silva Bernardes na rua Valparaíso na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de autor desconhecido, sem data. Arquivo Público Mineiro – AB-05-1-101.

Páginas 46 e 47
Gabinete de trabalho do barão do Rio Branco no Palácio Itamaraty, onde também dormia o chanceler. Fotografia de Augusto Malta. Rio de Janeiro, RJ, 11 de fevereiro de 1912, um dia após o falecimento de Rio Branco. Arquivo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ. In: RICUPERO, Rubens; ARAÚJO, João Hermes Pereira de (Org.). *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco – uma biografia fotográfica.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

Páginas 58 e 59
Assinatura de Afrânio de Melo Franco em carta a Olegário Maciel referente à questão de limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. Rio de Janeiro, RJ, 11 de abril de 1932. Coleção Augusto de Lima/Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Páginas 72 e 73
Cândido Portinari (Brodowski, SP, 1903 – Rio de Janeiro, RJ, 1962). *Mulher de braços erguidos.* Gravura em metal s/ papel, 1945. Oferecida por Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa. Reprodução: Foca Lisboa. Arquivo Centro de Estudos Literários/UFMG.

Páginas 86 e 87
Envelope de correspondência remetida por Clara Koutzii a seu filho Flávio, então encarcerado na prisão de Rawson, Argentina (1978). Acervo pessoal Flávio Koutzii, Porto Alegre, RS.

Páginas 104 e 105
Ladeira do Palácio no Caminho das Lajes. Pintura a óleo de Renato de Lima (Ouro Preto, MG, 1893 – Belo Horizonte, MG, 1978). 50 x 70cm. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Páginas 120 e 121
Indiens dans une plantation (detalhe). Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, Alemanha, 1802 – Weilheim, Alemanha, 1858). In: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil.* Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 3. série; v. 8. (Coleção Reconquista do Brasil)

Página 124
Planta do Rio Doce: Vila Rica a 13 de maio de 1798 [mapa da região limítrofe dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em litígio. Anexo à sentença do tribunal arbitral]. Autoria de José Joaquim da Rocha. Arquivo Público Mineiro – SI – 007(05).

Páginas 136 e 137
Envelope contendo material de palestras (fundo em tratamento arquivístico). Arquivo Público Mineiro, Arquivo Privado Moacyr Andrade, sem numeração.

Páginas 150 e 151
Vinheta, sem referência. Capa do catálogo da exposição *O mundo francês em Minas,* texto Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: BDMG Cultural/Museu Mineiro, 1999.

Agradecimentos
Centro de Estudos Literários/UFMG
Benito Bisso Schmidt
Arquivo pessoal Flavio Koutzii
Arquivo Luís Augusto de Lima

Envelope contendo as cartas de Maria Wodzinska ao pianista e compositor Frédéric Chopin (Zelazowa Wola, Polônia, 1810 – Paris, França, 1849) com a anotação *Moia bieda* (minha desgraça).
In: BOURNIQUEL, Camille. *Chopin*. Paris: Éditions du Seuil, 1963.